

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-NPGAU

Cláudia Silva Barbosa

GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG

Belo Horizonte
2021

Cláudia Silva Barbosa

GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Natacha Silva Araújo
Rena

Belo Horizonte
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

B238g

Barbosa, Cláudia Silva.

Gestão da paisagem cultural [manuscrito] : desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG / Cláudia Silva Barbosa. - 2021.
292f. : il.

Orientador: Natacha Silva Araújo Rena.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. Urbanização - Teses. 3. Paisagem - Proteção - Teses. 4. Planejamento - Teses. 5. Cultura - Teses. 6. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG

CLÁUDIA SILVA BARBOSA

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração:
Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 21 de junho de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena - Orientadora
EA-UFGM

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA-UFGM

Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas
EA-UFGM

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
IGC-UFGM

Profa. Dra. Doralice Barros Pereira
IGC-UFGM

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus
IGC-UFGM

Prof. Dr. Luciano Emerich Faria
Centro Universitário Newton Paiva

Dr. Antônio Calazans Reis Miranda
ICMBio - MMA

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2021.

PROFA. DRA. RAQUEL GARCIA GONÇALVES
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo - NPGAU-EA/UFGM



Documento assinado eletronicamente por Raquel Garcia Goncalves, Coordenador(a) de curso de pós-graduação, em 10/12/2021, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0,
informando o código verificador 1140014 e o código CRC E3DA557F.

Para minha mãe Maria “Zinha”. Trabalhadora rural, migrante, empregada doméstica, cozinheira, benzedeira na periferia. Uma mulher que aprendeu a escrever em cadernos feitos por ela, com sacos de pão. Uma mulher que com muita luta conseguiu que seus três filhos se formassem no ensino superior. Nosso alicerce, pois como ela diz, nunca se constrói uma casa iniciando pelo telhado. Maria, como tantas outras Marias. Porém, única.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que em mim habita e acompanha. Viva!

À Prof.^a Dr.^a Natacha Silva Araújo Rena, por perceber os atravessamentos inerentes a esse trabalho e pela valorosa orientação. Aprendi muito mais do que conceitos e métodos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que me ajudaram no caminhar desta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Doralice B. Pereira, à Prof.^a Dr.^a Heloísa S. de Moura, ao Prof. Dr. Altamiro Sérgio M. Bessa, ao Dr. Antônio Calazans R. Miranda, ao Prof. Dr. Daniel M. de Freitas, ao Prof. Dr. Luciano Emerich Faria e ao Prof. Dr. José Antônio S. de Deus pelos indicativos de novos rumos durante a defesa.

Aos colegas e professores do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG/CNPQ), cujo trabalho mobiliza ruas, morros e mentes.

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Sr.^a Maria Paula Borges Berlando, obrigada pela solicitude e competência profissional.

À Denise Marques Sales, Nina Lavezzo, Marília Pimenta, Thais Grazielle de Melo e Adriano Possemato, pelos mapas e imagens elaborados para essa pesquisa.

Ao Urik Paiva, pela transcrição do Webnário Socioambiental e pela revisão da tese.

Aos alunos, palestrantes e demais participantes da Oficina Multidisciplinar – O urbano, a natureza e a aerotrópolis no Vetor Norte da RMBH: Webnário Socioambiental.

Aos colegas do ICMBio e do IEF, por entenderem a necessidade da realização desse trabalho e pelo apoio para sua realização.

Aos moradores da APA Carste, que guardam em seus corações as memórias da sua culturalidade e mantêm sua chama acesa com rezas, danças, cantigas e quitandas.

Àquelas pessoas que, com sua árdua luta em prol das causas socioambientais me inspiraram e me fizeram perceber com mais clareza que não podemos desistir do que acreditamos, particularmente: Érika S. Bányai, Carlos von Sperling, Conceição L. Lopes, Derza Nogueira, Marcia A. Lopes, Maria Auxiliadora S. Lopes, José Eugênio C. Figueira, José de C. Procópio e Rogério Tavares.

À minha mãe Maria “Zinha”, Flávia, João Paulo e Davidson: meus amores.

Por fim, mas não por último, às minhas filhas de quatro patas, pelo carinho infinito e por seus olhares, que me fizeram lembrar da importância das pequenas coisas.

Gratidão por tudo!

“Ninguém é mais do que uma função — ou parte de uma performance total: A vida passa e abre caminhos, que não são percorridos em vão.” (Frida Kahlo, 2012, p. 233).

RESUMO

Esta tese objetiva investigar o território da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, unidade de conservação federal localizada na área de expansão do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. Especialmente, buscou-se analisar as principais características e possíveis impactos na paisagem e no patrimônio cultural, a partir da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, aproximando-se da cartográfica proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, que oferecem uma filosofia que possibilita a construção de uma cartografia como método, para melhor compreender a realidade complexa do território e das territorialidades inerentes à APA Carste. A unidade de conservação foi percebida como um dispositivo no qual ocorre uma urbanização não homogênea, multifacetada, multiescalar, forjada e forjadora de atores (humanos e não humanos) e de processos de ocupação diversos. Tal urbanização reflete elementos do neoliberalismo, inclusive com a mercadificação de coisas e de gentes. Os processos urbanizadores auxiliaram na ampliação dos impactos ambientais e no aumento dos índices de população em várias porções do território. Apesar disso, a unidade ainda resguarda áreas culturais tradicionais, que são expressas nas comunidades locais pelo seu saber-fazer, suas histórias, musicalidades e rituais religiosos. Com isso, a tradição da produção culinária de quitandas e biscoitos caseiros; as manifestações culturais como o Candombe, as Folias de Reis e o Congado conseguiram sobreviver em meio às novas culturas que chegam à unidade de conservação. Estes atores humanos e não humanos, dos quais também fazem parte o patrimônio edificado e os sítios arqueológicos e paleontológicos, integram a cultura regional, mas estão em risco devido ao processo de metropolização. Entende-se que apesar desse processo, a diversidade do patrimônio material e imaterial constitui ponto importante para qualificação da APA Carste como uma Paisagem Cultural Brasileira, o que poderia auxiliar no fortalecimento das resistências culturais presentes no seu território.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa. Dispositivo. Pertencimento. Resistência. Urbanização.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the territory of the Lagoa Santa Karst Environmental Protection Area (APA, in Portuguese) as a federal protected area located in the North Vector expansion area of the Belo Horizonte Metropolitan Region in Minas Gerais. We endeavored to analyse the main characteristics and possible impacts on the landscape and cultural heritage through Bruno Latour's Actor-Network Theory, by approaching the cartographic proposed by Gilles Deleuze and Félix Guattari, who provide a philosophy that allows for the creation of a cartography as a method, to better understand the complex reality of the territory and territorialities inherent to the Karst APA. The protected area was regarded as a device in which there is an inhomogeneous, multifaceted, multiscaled urbanization of forged and forging actors (human and non-human) and various occupation processes. This urbanization reflects elements of neoliberalism; the marketization of things and people. Urbanization processes have contributed to the increase in environmental impacts and significantly boost population indices in various parts of the territory. Nevertheless, the protected area still safeguards traditional cultural areas that express themselves through local communities in their know-how as well as religious songs and rituals. The tradition of culinary production of greengrocers and homemade cookies; cultural manifestations like Candombe, Folias de Reis and Congado have managed to survive in the midst of new cultures flowing into the protected area. These human and non-human actors, alongside the built heritage as well as the archaeological and paleontological sites, comprise the regional culture, but are at risk due to the process of metropolization. Despite this process, it is clear that the diversity of material and immaterial heritage constitutes an important factor for the qualification of the Karst APA as a Brazilian cultural landscape, which could help in strengthening the cultural resistance present in its territory.

Keywords: Lagoa Santa Karst Environmental Protection Area. Device. Belonging. Resistance. Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O muro, Lagoa Santa – MG.....	18
Figura 2 –	Painel com imagens do carste, 1995 e 2002.....	19
Figura 3 –	Localização da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, 2020...	21
Figura 4 –	Mapa das lagoas naturais e sítios arqueológicos na APA Carste, 2008.....	23
Figura 5 –	Exemplos de fauna presente no Sítio Ramsar Lund-Warming, Minas Gerais.....	26
Figura 6 –	Mãe Natureza.....	40
Figura 7 –	Linha do tempo eventos ambientais no Brasil e no Mundo 1800-2020.....	51
Figura 8 –	Parque Estadual de Cerca Grande, Matozinhos - MG, 2012.....	86
Figura 9 –	Curso de água no leito da lagoa do Parque Estadual do Sumidouro, Pedro Leopoldo - MG, 2013.....	87
Figura 10 –	Réplica da reconstrução da imagem de Luzia.....	89
Figura 11 –	Pinturas Rupestres em Paredão no Parque de Cerca Grande, Matozinhos/MG, 2019.....	91
Figura 12 –	Cemitério de Lund e seus companheiros, Lagoa Santa – MG.....	93
Figura 13 –	Painel com festas religiosas na região da APA Carste.....	94
Figura 14 –	Gráfico dos focos de calor nos municípios abrangidos pela APA Carste.....	98
Figura 15 –	Gráfico de focos de calor no interior da APA Carste de Lagoa Santa, por município.....	98
Figura 16 –	Mapa dos focos de calor nos municípios abrangidos pela APA Carste.....	99
Figura 17 –	Gráfico do desmatamento na APA Carste de Lagoa Santa entre 2007- 2017.....	100
Figura 18 –	Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Confins – MG, 2019.....	112
Figura 19 –	Mapa de localização da APA Carste na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	115
Figura 20 –	Atores presentes nos seminários para elaboração do Plano de Gestão da APA, 2005 e 2006 / Primeiro Seminário – fevereiro de 1995.....	125
Figura 21 –	Atores presentes nos seminários para elaboração do Plano de Gestão da APA, 2005 e 2006 / Segundo Seminário – junho de 1996.....	126
Figura 22 –	Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa.....	128
Figura 23 –	Percentual de sobreposição dos municípios com o zoneamento na APA Carste de Lagoa Santa.....	128
Figura 24 –	Instrumentos de gestão e a APA Carste – Parte 1.....	139
Figura 25 –	Instrumentos de gestão e a APA Carste – Parte 2.....	143
Figura 26 –	Mapa de uso e cobertura da terra na APA Carste, por classe de uso e cobertura da terra entre 1985 e 2019.....	149
Figura 27 –	Gráfico da Área ocupada na APA Carste por classe de uso e cobertura da terra entre 1985 e 2019.....	150
Figura 28 –	Sequência de fotos da lagoa do Sumidouro entre 2012 e 2020.....	151
Figura 29 –	Mapa de parte da APA Carste em Funilândia, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019.....	152
Figura 30 –	Mapa de parte da APA Carste em Matozinhos, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019.....	153
Figura 31 –	Mapa de parte da APA Carste em Pedro Leopoldo, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019.....	154

Figura 32 –	Mapa de parte da APA Carste em Lagoa Santa, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019.....	155
Figura 33 –	Mapa de parte da APA Carste em Confins, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019.....	156
Figura 34 –	Folder Webnário Socioambiental.....	179
Figura 35 –	Folder Webnário Socioambiental dia 30 de novembro de 2020.....	180
Figura 36 –	Folder Webnário Socioambiental dia 7 de dezembro de 2020.....	183
Figura 37 –	Slide da apresentação de Antônio Calazan.....	187
Figura 38 –	Folder Webnário Socioambiental dia 14 de dezembro de 2020.....	188
Figura 39 –	Slide da apresentação de Jose Eugênio.....	190
Figura 40 –	Folder Webnário Socioambiental dia 4 de janeiro de 2021.....	194
Figura 41 –	A cultura vivida.....	202
Figura 42 –	Exemplo de eventos que tem no carste um dos seus temas.....	204
Figura 43 –	Painel de cruzeiros.....	213
Figura 44 –	Mastro do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG.....	215
Figura 45 –	Painel do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG.....	216
Figura 46 –	Painel do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG.....	217
Figura 47 –	Andor do Encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG.....	217
Figura 48 –	Imagens antigas do Castelinho e da Gruta da Lapinha.....	220
Figura 49 –	Imagens do Museu do Castelinho.....	220
Figura 50 –	Boiadeiro tocando a boiada, Matozinhos - MG, 2019.....	222
Figura 51 –	Paredão rochoso do Parque Estadual Cerca Grande, Matozinhos/MG, 2019.....	222
Figura 52 –	Ilustração de Brandt em Cerca Grande Matozinhos/MG.....	223
Figura 53 –	O muro, Lund em Cerca Grande, Lagoa Santa/MG.....	223
Figura 54 –	Painel Monumento Vargem da Lapa, Matozinhos - MG, 2019.....	225
Figura 55 –	Igreja da Jagoara, Matozinhos - MG, 2019.....	226
Figura 56 –	Dona Tereza e o cruzeiro na Lapinha, Lagoa Santa – MG, 2019	228
Figura 57 –	Dona Tetéia e suas quitandas, na Lapinha, Lagoa Santa – MG, 2019.....	229
Figura 58 –	Dona Lora e seus doces na Lapinha, Lagoa Santa – MG, 2019.....	230
Figura 59 –	Mapa sobre atributos de importância cultural e ambiental na APA Carste, 2021	237
Figura 60 –	Mapa de distribuição de comunidades e localidades de interesse cultural na APA Carste, 2021.....	239
Figura 61 –	O tambor.....	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Áreas protegidas estaduais sobrepostas com a APA Carste.....	24
Quadro 2 –	Acontecimentos ambientais que marcaram os séculos XIX, XX e XXI.....	48
Quadro 3 –	Dados Gerais das Unidades de Conservação Federais.....	61
Quadro 4 –	Unidades de Conservação Federais criadas até julho de 2019.....	62
Quadro 5 –	Exemplos de leis e decretos sobre cultura e patrimônio no Brasil.....	77
Quadro 6 –	Municípios inseridos na APA Carste de Lagoa Santa.....	95
Quadro 7 –	Instrumentos de regulação e o Plano de Gestão da APA Carste.....	131
Quadro 8 –	Legislação de Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo.....	146
Quadro 9 –	Órgãos Públicos no Conselho Consultivo	164
Quadro 10 –	Usuários do Território no Conselho Consultivo.....	165
Quadro 11 –	ONG, entidades e colegiados no Conselho Consultivo.....	166
Quadro 12 –	Instituições Técnico-Científicas e Educacionais no Conselho Consultivo	167
Quadro 13 –	Nova composição do Conselho Consultivo APA Carste, 2021.....	169
Quadro 14 –	Instituições participantes em conselhos no território da APACLS.....	172
Quadro 15 –	Zona de Proteção do Patrimônio Cultural (ZPPC)	205
Quadro 16 –	Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste.....	206
Quadro 17 –	Patrimônio material e imaterial municipal na APA Carste até 2019.....	208
Quadro 18 –	Terreiros de matriz africana na região da APA Carste e circunvizinhanças.....	233
Quadro 19 –	Localidades representativas da cultura regional na APA Carste e proximidades.....	238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Unidades de conservação federais criadas e geridas pela União desde 1937 até 2018.....	60
Tabela 2 –	Focos de calor na APA Carste de Lagoa Santa entre 1998 e 2019.....	97
Tabela 3 –	Comparação entre os municípios inseridos na APA Carste de Lagoa Santa e Belo Horizonte.....	101
Tabela 4 –	Dados sobre cavidades nos municípios abrangidos pela APA Carste.....	106
Tabela 5 –	Lagoa Santa – População residente e domicílios 1970-2010.....	117
Tabela 6 –	Pedro Leopoldo população residente e domicílios 1970-2010.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ACG	Associação do Circuito Turístico das Grutas
ADAO	Associação de Desenvolvimento, Artes e Ofícios
AMAR	Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa
AMDA	Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APREMO	Associação pela Preservação do Vale do Córrego do Mocambo
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASEP	Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo
AVNORTE	Associação dos Desenvolvedores do Vetor Norte
CANIE	Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas
CIAAR	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CTCA	Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPRM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DNPM	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
ONG	Organização Não Governamental
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PARNA	Parque Nacional
PESU	Parque Estadual do Sumidouro
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
SBH	Subcomitê de Bacia Hidrográfica
SEDRO	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SIAM	Sistema Integrado de Informação Ambiental
SINDIEXTRA	Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais

SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZIM	Zona de Interesse Metropolitano

SUMÁRIO

PRIMEIRA ETAPA.....	18
1 AQUI ESTÁ MEU CAMINHAR.....	19
1.1 O objeto ou um contexto territorial com vários atores humanos e não humanos: para além do campo de visada.....	21
1.2 O que me instiga.....	27
1.3 A aposta.....	31
1.4 A intenção primeira.....	31
1.5 Outras intenções.....	31
1.6 O caminho metodológico cartografado.....	32
2 REFLEXÕES SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E A INFLUÊNCIA DO URBANO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	40
2.1 Natureza: do uso/abuso às pretensões de proteção.....	45
2.2 Acontecimentos ambientais nos séculos XIX, XX, XXI.....	47
2.3 Surgem as unidades de conservação brasileiras.....	56
<i>2.3.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.....</i>	<i>59</i>
<i>2.3.2 A dimensão socioambiental das unidades de conservação.....</i>	<i>64</i>
3 INICIANDO UM RELATO DE RISCO: DIÁLOGOS ENTRE CONCEITOS-DISPOSITIVOS E O SENSO “COMUM”	71
3.1 O Dispositivo-Território.....	72
3.2 A Cultura-Identidade.....	73
3.3 O Patrimônio-Paisagem.....	77
3.4 A Gentrificação-Paisagem-Despaisagismo.....	79
3.5 A Paisagem-Cultural.....	84
4 AS MARCAS DO TEMPO E O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO DO CARSTE.....	89
4.1 Territorialidades do planejamento urbano e a vulnerabilidade socioambiental na APA Carste de Lagoa Santa.....	101
<i>4.1.1 Entre fósseis e boeings.....</i>	<i>104</i>
<i>4.1.2 Outras gentes e projetos: novos padrões fagocitando os anteriores.....</i>	<i>112</i>
4.2 A tendência urbanizadora.....	115
4.3 Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e os planejamentos territoriais: aspectos gerais.....	122
<i>4.3.1 Plano de Gestão da APA Carste de Lagoa Santa e instrumentos de regulação: alguns apontamentos.....</i>	<i>123</i>
<i>4.3.2 Relações entre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e a APA Carste de Lagoa Santa.....</i>	<i>135</i>
<i>4.3.3 Outros instrumentos de gestão.....</i>	<i>145</i>
<i>4.3.4 APA Carste de Lagoa Santa: apontamentos entre os instrumentos de regulação e o plano de gestão no território da unidade de conservação.....</i>	<i>147</i>
5 ATORES HUMANOS: ALGUMAS PISTAS INICIAIS PARA O MAPEAMENTO.....	159
5.1 Os Conselheiros da APA Carste de Lagoa Santa.....	160
<i>5.1.1 Os segmentos do conselho.....</i>	<i>163</i>
5.2 Outros conselhos presentes no território: alguns exemplos.....	171
5.3 Uma perspectiva para gestão: um conselho de Mosaico.....	175
5.4 O Urbano, a Natureza e a Aerotrópoli no Vetor Norte da RMBH: Relatos do Webnário Socioambiental.....	178

5.5	Natureza, Espaços Protegidos e o Bem-Viver.....	180
5.6	O Vetor Norte, o Macrozoneamento e as Áreas Protegidas.....	183
5.7	Patrimônio e Sustentabilidade.....	188
5.8	Sociedade Civil e Meio Ambiente na RMBH.....	194
	SEGUNDA ETAPA EM DIANTE.....	202
6	ATORES NÃO HUMANOS E HUMANOS: O PALIMPSESTO PAISAGÍSTICO E A CULTURA REGIONAL	203
6.1	No território de patrimônios e das gentes da APA Carste.....	219
6.2	Percorrendo por trilhas, cheiros e sabores.....	221
6.3	A Culturalidade da matriz africana e cigana.....	231
6.4	A esperança que habita o conjunto paisagístico da APA Carste.....	234
7	EPÍLOGO OU APONTAMENTOS NÃO CONCLUSIVOS.....	241
	REFERÊNCIAS.....	246
	ANEXOS.....	268
	APÊNDICES.....	278

PRIMEIRA ETAPA

“Em um pedaço de muro cabem milhares de anos de histórias e sensibilidades.” (Cláudia S. Barbosa)

Figura 1 – O muro, Lagoa Santa/MG



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

1 AQUI ESTÁ MEU CAMINHAR

Décadas passadas, a maioria das famílias suburbanas de Belo Horizonte se divertia ao ar livre, especialmente nos finais de semana, seja indo ao Zoológico ou ao Parque Municipal na Capital, seja nas longas excursões familiares com parentes e amigos nas cidades próximas. Era assim. Tenho nas lembranças de infância uma cena de minha família num passeio na região da Lapinha, em Lagoa Santa. Como éramos de uma família simples, raras são as fotos que temos desse período; nenhuma foto registrou tais momentos.

Os anos se passaram. Em 1991, iniciei no curso de Geografia no Instituto de Geografia – IGC da UFMG. Dentre os lugares nos quais realizamos trabalhos de campo, lá estava presente o carste¹ de Lagoa Santa. Voltei ao carste já formada, com meus alunos a se encantarem, especialmente com as cavidades e seus mistérios. Na memória, guardo também com carinho as aulas de um curso de pós-graduação, no início do século XXI, no qual o professor Charles Kohler, com sua sabedoria e delicadeza, me fez compreender um pouco mais sobre o universo dessa formação geomorfológica tão peculiar (**Figura 2**).

Figura 2 – Painel com imagens do carste



1 – Gruta do Baú, Pedro Leopoldo/MG, 1995; 2 – Lagoa do Sumidouro, Pedro Leopoldo/MG, 2002; 3 – Cerca Grande, Lagoa Santa, Matozinhos / MG, 1995; 4 – Paredão de Cerca Grande, 2002. Lagoa Santa, Matozinhos / MG. Fonte: Acervo pessoal da autora.

¹ Ao longo desta tese, quando a palavra “carste” se referir a um componente geológico ou geomorfológico, usarei letra inicial minúscula; quando se referir à unidade de conservação Apa Carste, usarei letra maiúscula.

Não havia terminado o curso de especialização em Planejamento e Gestão Ambiental quando, em 2002, passei em um concurso público e fui parar na Amazônia, para trilhar outros rumos como Analista Ambiental do IBAMA. Anos depois, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e para lá fui removida. Em função de uma política interna de capacitação, pude retornar para o IGC a fim de fazer o curso de mestrado, no qual investiguei o Parque Nacional de Pontões Capixabas, no Espírito Santo. Nele trabalhei e auxiliiei em sua recategorização para monumento natural, o que possibilitou a permanência do povo Pomerano e dos pequenos produtores em seu interior. Além disso, foi o primeiro parque brasileiro a ser categorizado para que famílias tradicionais pudessem nele habitar e manter sua cultura. Um exemplo que não teve muitos adeptos, pelo predomínio do preservacionismo.

A vida tem suas artimanhas. Tempos depois voltei para a Região Metropolitana de Belo Horizonte como servidora pública de uma unidade de conservação que leva em seu nome e em seu objetivo proteger o carste: a Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa. Peter Wilhelm Lund, Eugenius Warming, Peter Andreas Brandt, Walter Neves, esses nomes passaram a ser minhas referências para realização de vários trabalhos profissionais. Entretanto, à medida que o tempo decorria, algo além das cavidades, dos sítios arqueológicos e paleontológicos me chamava a atenção: na APA Carste pulsava a vida dos bichos, das plantas, das gentes. E essa gente, especialmente aqueles moradores dos distritos distanciados das sedes municipais e nas áreas rurais, guardavam em suas memórias e registravam no seu dia a dia as tradições do lugar, sua religiosidade, seus cultos e festejos, suas quitandas; algo diferenciado da tumultuada vida urbana. Isso me fez pensar: será que tais observações poderiam integrar o rol de trabalho realizado pelo ICMBio na APA Carste?

Percebi que a rotina das atividades realizadas na unidade estava focada em dois eixos: fiscalização e autorizações. Como discutir as questões culturais, seja com a equipe da unidade ou seus moradores? Como trazer essa temática para a instituição de uma forma sistematizada? Daí surgiu a perspectiva de fazer uma pesquisa acadêmica. E além dos companheiros de jornada, foram os caminhos até então não percorridos, as cores não percebidas, os rostos desconhecidos que me abriram os olhos para a vastidão cultural que existe na APA e seus arredores. Assim, diante das possibilidades, as providências do Cosmos me levaram ao doutorado na Escola de Arquitetura da UFMG, e nela descobri seres raros, atuantes, que queriam mudar o mundo. Enchi-me de novas esperanças e motivos para continuar na caminhada.

Oxalá!

1.1 O objeto ou um contexto territorial com vários atores humanos e não humanos: para além do campo de visada

No ano de 1990, foi criada a Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa² (APA Carste), para garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, na proteção e conservação dos sítios arqueopaleontológicos e do ecossistema (BRASIL, 1990) na porção setentrional da Região Metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais (**Figura 3**).

Figura 3 – Localização da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, 2020



Fonte: BARBOSA, CARVALHO, RENA, 2020, p. 147.

² Anos após a criação da APA Carste, a Lei nº 9.985, de 2000, em seu artigo 15 definiu a Área de Proteção Ambiental como sendo: “[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000). A criação da APA Carste está relacionada com a pressão social para diminuir os impactos ambientais que afetavam as cavernas e os sítios arqueológicos e paleontológicos descobertos por Peter Wilhelm Lund no final do século XIX, o que foi pesquisado por vários estudiosos. Ver: BERBET-BORN, 1998, 2002; CARDOSO, RIBEIRO, 2014; NEVES, PILO, 2008; KOHLER; 1994; MARTINS, 2008.

A Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa possui peculiaridades físicas, econômicas e socioculturais que a distinguem de outras unidades no Brasil, o que será apresentado ao longo das seções e subseções. A unidade pode ser percebida como um ator não humano, envolvido com diversos outros atores na perspectiva da Teoria Ator-Rede (Actor Network Theory – ANT) de Bruno Latour³ (2004; 2012).

Na Teoria Ator-Rede, os atores humanos são, como o próprio termo sugere, os agentes humanos. Os não humanos seriam aqueles antes considerados coisas, objetos, mas que também atuam pela sua existência, como as leis, as unidades de conservação, uma construção, uma organização pública ou privada. Atores humanos e não humanos encontram-se imbricados, não haveria separação entre eles, uma vez que são híbridos e inter-relacionados em uma forma de agregado social, que seria um “[...] tipo de associação momentânea, caracterizada pela maneira como se reúnem as novas formas” (LATOURE, 2012, p. 65).

Essa imbricação de atores na APA Carste é primitiva. Embora com pouco mais de 30.000 hectares, nesse território já havia sido comprovada por cientistas a contemporaneidade da fauna pleistocênica e do Homem por pesquisas como a desenvolvida pela Missão Americano-Brasileira em meados da década de 1950. Duas décadas depois, a Missão Franco-Brasileira⁴ encontrou, no sítio arqueológico Lapa Vermelha IV, o fóssil que veio a ser conhecido como “Luzia”, a partir do qual se comprovaram as teorias do naturalista Peter Wilhelm Lund sobre a coexistência entre os povos paleoíndios e a fauna pleistocênica, ampliando a necessidade de maior proteção do território em relação aos impactos ambientais (ALVIM⁵ *et al.*, 1977; NEVES; PILÓ⁶, 2008).

Apesar da relevância histórica e arqueológica da APA Carste de Lagoa Santa, trata-se de uma unidade de uso sustentável na qual é possível haver moradores e são permitidas atividades econômicas (BRASIL, 2000)⁷, que geram impactos e desafios para a conservação

³ Ao longo da tese, será apresentado um breve resumo dos autores citados, pois eles na tese também serão considerados como atores. Parte da informação sobre eles foi retirada da Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br>) ou de pesquisas na plataforma Google (www.google.com.br). Assim, o primeiro autor é Bruno Latour, antropólogo, doutor em filosofia e professor do Institut d'Etudes Politiques de Paris/França. É co-autor da ANT – Actor Network Theory; pesquisa sobre etnografia, tecnologias urbanas e ecologia política.

⁴ Informações detalhadas sobre as missões científicas realizadas no território da APA podem ser encontradas na publicação denominada *O povo de Luzia* (NEVES; PILÓ, 2008).

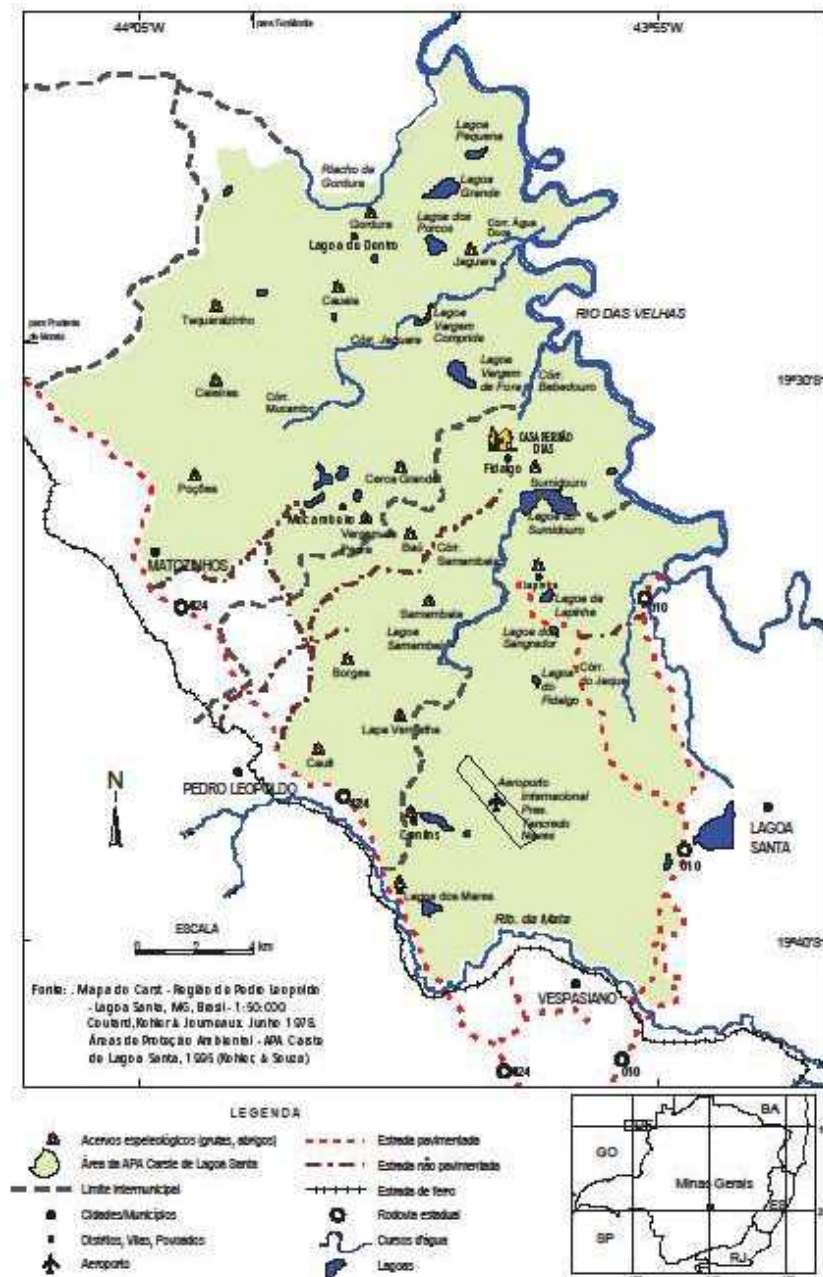
⁵ Marília Carvalho de Mello e Alvim é doutora atuando como antropóloga física. Foi professora titular da UERJ e do Museu Nacional.

⁶ Walter Neves é doutor em Ciências Biológicas e professor do departamento de genética e biologia evolutiva da Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos. Durante anos estudou o fóssil denominado “Luzia”, que é considerado o esqueleto humano mais antigo das Américas, desenvolvendo teorias sobre a origem do homem no continente americano. Luís Beethoven Piló é doutor em Geografia e atua nas áreas de espeleologia, geoarqueologia e geomorfologia cárstica.

⁷ No Artigo 2º da Lei nº 9.985/2000, entende-se por: I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo

dos atributos físicos, biológicos e culturais que caracterizam a unidade. Por exemplo, no mapa do ano de 1998 (**Figura 4**), produzido quando da elaboração do Plano de Gestão da unidade, estão representados espacialmente as principais lagoas naturais, os sítios arqueológicos e o Aeroporto Internacional na APA Carste.

Figura 4 – Mapa das lagoas naturais e sítios arqueológicos na APA Carste, 2008



Fonte: IBAMA/CPRM, 1998, p. 3.

Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; [...] XI – uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

O aeroporto é apenas uma das grandes infraestruturas instaladas no território. Além dele, existem rodovias, atividades econômicas e um acelerado processo de urbanização que, em vários casos, conflitua com o zoneamento ambiental da unidade, que será apresentado na seção 4.

Paralelamente ao crescimento econômico e à expansão da urbanização⁸, além de uma área de proteção especial, foram estabelecidas outras categorias de áreas protegidas no interior da APA Carste, sejam reservas particulares ou unidades de proteção integral. Essas outras áreas protegidas (aqui consideradas como atores não humanos) sobrepostas à APA, agregam camadas de proteção ao território (**Quadro 1**).

Quadro 1 – Áreas protegidas estaduais sobrepostas com a APA Carste⁹

Áreas Protegidas	Decreto Estadual de criação	Município	Área original (ha)
Área de Proteção Especial Aeroporto	20.597 de 04/06/1980	Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos	39,6000
Monumento Natural Experiência da Jaguará	45.391 de 08/06/2010	Matozinhos	38,4815
Monumento Natural Lapa Vermelha	45.400 de 14/06/2010	Pedro Leopoldo	33,710
Monumento Natural de Santo Antônio	45.399 de 14/06/2010	Matozinhos	31,1262
Monumento Natural Vargem da Pedra	45.392 de 08/06/2010	Matozinhos	10,0979
Monumento Natural Várzea da Lapa	45.508 de 25/11/2010	Lagoa Santa	23,5324
Parque Estadual do Sumidouro	20.375 de 03/01/1980	Lagoa Santa e Pedro Leopoldo	1.300,00
Parque Estadual Cerca Grande	45.398 de 14/06/2010	Matozinhos	134,1915

Fonte: Adaptado pela autora de SIAM, 2021.

⁸ A urbanização aqui será tratada como um ator, que age pelas mãos e mentes de seus articuladores. A urbanização vista como agente é um conceito em prática. Esta prática, muitas vezes, se contradiz com os aspectos de um planejamento urbano que deveria ser benéfico para toda uma sociedade, e não apenas para alguns grupos privilegiados.

⁹ No quadro não foram incluídas as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional – RPPN.

Uma das unidades de conservação mais conhecidas na região é o Parque Estadual do Sumidouro, no qual se encontra a gruta conhecida como Lapinha, muito visitada na RMBH. Além disso, parte da APA também possui sobreposição total com a Área de Proteção Especial-Aeroporto, uma área protegida estabelecida em 1980 (MINAS GERAIS, 1980b) antes da criação da APA Carste, mas que não é enquadrada como categoria de unidade de conservação pelo Sistema de Áreas Protegidas brasileiro.

Uma outra peculiaridade regional é que, no ano de 2017, a maior parte da APA foi reconhecida como Sítio de Importância Internacional – Ramsar¹⁰, em função da sua importância ecossistêmica para sobrevivência de dezenas de espécies de animais e para migração de aves. O Sítio recebeu a denominação de Lund-Warming para homenagear os pesquisadores Peter Wilhelm Lund e Johannes Eugenius Bülow Warming.

Grande parte do Sítio Lund-Warming é formado por lagoas intermitentes, rasas e pequenas. Mesmo com todo processo de urbanização por que passa a região, ela ainda resguarda uma biodiversidade significativa nessas lagoas, especialmente de aves que migram para a APA Carste (**Figura 5**). Como salientou no Webnário Socioambiental¹¹ o Dr. José Eugênio Côrtes Figueira, do Departamento de Genética, Ecologia e Evolução da UFMG e um dos pesquisadores que fundamentou cientificamente a criação do Sítio Ramsar:

Olha que interessante: o Eugene Warming, esse notável pesquisador e naturalista do séc. XIX, descreveu uma das primeiras descrições que a gente tem de uma dessas lagoas. A mais notável de todas essas lagoas é a lagoa da Quinta do Sumidouro, que no tempo das águas se torna bem grande, mas que no fim da seca, quando a água tem se escoado por canais subterrâneos nas rochas calcárias do sumidouro, diminui até ser apenas um riacho e pequenas poças rodeadas de prados verdejantes, onde numerosas reses pastam e onde bandos barulhentos de pássaros e garças se abarrotam de peixes. Essas garças são parentes distantes das que o Warming viu há cerca de 130 anos, ou seja, tem mais de 100 anos que essas aves voltam a essa região. Com um pouco de sorte a gente vê essas lagoas abarrotadas e com várias dessas garças cor de rosa, quer dizer, um tipo de garça, o colhereiro, um animal notável. E olha mais ou menos a paisagem que o Warming deve ter vislumbrado: quando a lagoa seca, a lagoa do Sumidouro, forma-se um pequeno riacho que vai sumir no escoadouro, um bueiro natural. Ela entra por debaixo da terra e sobra essa grande superfície... O que Eugene Warming escreveu a gente consegue ver até hoje. É uma região de altíssima biodiversidade, então a gente pode considerar mata atlântica encontrando com cerrado, encontrando com matas secas, encontrando com lagoas que sustentam vida terrestre e aquática. Temos uma fauna fabulosa... Havia vários pré-requisitos, e entre as coisas que a gente podia juntar para a gente justificar a criação do sítio Ramsar foi o critério de beleza cênica, uma região calcária em que rochas calcárias de vez em quando encontram lagos cheios de vida aquática, grandes desfiladeiros, cavernas, uma mistura de cerrado com mata atlântica, com vegetação seca dos afloramentos calcários. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020c).

¹⁰ A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional é conhecida como Ramsar; dela faz parte o Sítio Lund Warming. Disponível em: <https://rsis.ramsar.org/ris/2306>. Acesso em: 01 jun. 2018.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2j7BrHFznhc&feature=youtu.be>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Figura 5 – Exemplos de fauna presente no Sítio Ramsar Lund-Warming, Minas Gerais



Fonte: Cedidas gentilmente pelo Doutor José Eugênio Côrtes Figueira, 2020.

A própria dinâmica do relevo cárstico, que predomina na APA, imprimiu na paisagem suas nuances com inúmeras cavidades, lagoas e sumidouros (BERBERT-BORN, 1998, 2002)¹²; ao mesmo tempo em que propiciou um processo de ocupação humana inicialmente rural para o aproveitamento do solo para produção agropecuária. Porém, nas últimas décadas, tal ocupação está se revertendo em uma tendência essencialmente urbanizadora devido à dinâmica do mercado imobiliário que vem se implantando no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e às várias políticas públicas intervencionistas, o que já foi apontado por Patrícia Gomes (GOMES, 2014)¹³ e Daniel Medeiros (FREITAS, 2016, 2017)¹⁴.

As inter-relações dessas peculiaridades físicas, culturais, socioeconômicas e os impactos por elas gerados, além dos atores humanos e não humanos, caracterizam as paisagens culturais que foram analisadas no desenvolvimento da tese.

¹² Mylène Luíza Cunha Berbert-Born é geóloga e mestre em geoquímica. Atua no Serviço Geológico do Brasil – CPRM e no IBAMA.

¹³ Patrícia Silva Gomes é doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Atua nas áreas de planejamento urbano-metropolitano e produção do espaço.

¹⁴ Daniel Medeiros de Freitas é doutor em Arquitetura e professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e Design da UFMG. Pesquisa sobre grandes projetos urbanos, planejamento e desenho urbano. Dentre os projetos estudados pelo autor estão aqueles relacionados ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o Fashion City Brasil e o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), todos no interior da APA Carste de Lagoa Santa. Para mais informações, ver: FREITAS, 2016, 2017.

1.2 O que me instiga

Houve significativo incremento do crescimento urbano e das atividades econômicas nos municípios abrangidos pela APA Carste (GOMES, 2014) nos últimos 20 anos, especialmente em Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, favorecendo o aumento especulativo do valor da terra e ampliando a inserção das classes média e alta, interessadas pelo valor simbólico de habitar uma “área rural” ao lado da capital de Minas Gerais. Nesse contexto, além da formação de condomínios horizontais de luxo, a APA Carste passou pela ampliação da verticalização¹⁵ com novas edificações comerciais ou residenciais, contudo sem a infraestrutura adequada para receber milhares de novos moradores que chegaram à região nos últimos anos.

Considerando que a territorialização das diferenças sociais se acentua nas áreas metropolitanas (SANTANA FILHO¹⁶ *et al.*, 2012), impõe-se a questão de como compreender a inserção dessa acelerada urbanização numa área protegida. Evento que pode ter influenciado na emergência de novos simbolismos, expressos pela paisagem, entre os recentes moradores que chegam à região e imprimem aos antigos moradores novas práticas e padrões culturais provenientes da metrópole (COSGROVE, 1998; SMITH, 2006, 2007; ZOLINI, 2007). Conflitualidades entre os interesses econômicos e os interesses das comunidades locais também podem ter emergido nesse processo metropolizador, gerando novos desafios à gestão da unidade e do patrimônio que ela resguarda.

Os agentes da metropolização, como o próprio Estado e alguns empreendedores, além de estimularem a vinda da classe média e alta, também favoreceram que um público que antes não tinha acesso à aquisição de propriedades no interior da APA Carste tivesse tal oportunidade. Tal possibilidade ocorreu especialmente com a implantação de programas habitacionais como o “Minha Casa Minha Vida”, “desafogando” a Capital. Em quais porções da unidade e em quais condições de infraestrutura foram instaladas tais aglomerações de moradias? Quem são esses agentes? Como esses novos moradores estariam se adaptando à realidade cultural local?

¹⁵ Essa verticalização tem como um impeditivo uma norma que limita a altura de edificações próximas aos aeroportos, para a segurança das operações aéreas. Por exemplo, as edificações devem ter no máximo 45 metros num raio de 4 km de um aeroporto (BRASIL, 2015). No caso, dentro da APA Carste, está localizado um aeroporto internacional em Confins; assim, as edificações em suas proximidades devem ter limitadas suas alturas.

¹⁶ Diosmar Marcelino de Santana Filho é mestre em Geografia e professor do curso de Especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais e do curso de Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade da Faculdade de Direito e da Superintendência de Educação à Distância – UFBA/UAB/CAPEL.

Nas circunstâncias apresentadas, Cardoso e Ribeiro¹⁷ (2014) apontam que é imperativo proceder a análises relacionadas aos conceitos de paisagem e de patrimônio, e, para a necessidade de uma preservação mais sistemática do patrimônio cultural. Entretanto, vale ressaltar que mesmo o estabelecimento de unidades de conservação de proteção integral no interior da APA Carste, criadas para ampliar a proteção dos sítios arqueológicos e paleontológicos, como o Parque Estadual do Sumidouro e o Monumento Natural da Lapa Vermelha (SIAM, 2021), não têm conseguido frear o impulso imobiliário na região; ao contrário, acabam por serem fatores de atração desse setor para o território da APA. O que é referendado por estudos realizados em décadas anteriores que demonstraram que a compra de áreas pelo setor imobiliário propiciava o aumento do valor especulativo da terra, retroalimentando o sistema de forma inflacionária e ao mesmo tempo estimulando o aumento populacional (BOLAFFI, 1976)¹⁸.

A APA Carste guarda em seu território uma importante riqueza cultural e étnica ancestral, uma vez que além das sociedades indígenas que habitaram a região, também se observa a presença de grupos étnicos, como ciganos e negros que favoreceram a manutenção de suas tradições sociais e crenças, embora algumas vezes escamoteadas através de cultos católicos (SILVA, 2003)¹⁹. Perante o processo metropolizador (SEDRU²⁰, 2011) e considerando que a APA Carste objetiva também conservar a cultura regional, é importante identificar e diferenciar os principais grupos étnicos e as várias culturas existentes no contexto regional do ambiente cárstico, além dos processos de aculturação e de resistência pelos quais eles passaram e, atualmente, passam. Afinal, a identidade cultural é também uma identidade territorial, reconhecê-las e valorizá-las constitui um desafio para a sociedade, como apontam Deus e Barbosa²¹ (2009). É relevante assinalar que o conhecimento tradicional dos residentes locais, como os modos de fazer e a cultura religiosa, podem ter contribuído para a conservação do patrimônio natural e do simbolismo do carste, como em Mocambeiro, distrito de Matozinhos, onde os moradores usam a iconografia cárstica em projetos socioeconômicos, o que poderia vir a se configurar como a representação dos signos de uma linguagem de

¹⁷ Fernanda Assis Cardoso é arquiteta e urbanista. Natália Fernandes Ribeiro é Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG, produzindo, em 2016, a dissertação intitulada *Procedimentos simplificados para a avaliação da envoltória pelo método prescritivo do RTQ-C, com foco em edificações existentes*.

¹⁸ Gabriel Bolaffi foi um sociólogo, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, desenvolvendo estudos na área de habitação e urbanismo. Faleceu em 2011.

¹⁹ Luiz Geraldo Silva é doutor em História Social e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Pesquisa sobre milícias e história social de afrodescendentes.

²⁰ SEDRU – Secretaria de Estado Desenvolvimento Regional e Urbano.

²¹ José Antônio Souza de Deus é doutor em Ciências e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas nas áreas de geografia cultural e etnopolítica. Liliane de Deus Barbosa é mestre em Tratamento da Informação Espacial.

resistência e de valorização do carste, ou apenas do uso de símbolos para uma atividade econômica (RIBEIRO²², 1986).

Em contrapartida, concomitantemente ao incremento populacional e econômico, ampliaram-se os impactos que invisibilizam a cultura local e desconfiguram as paisagens mais tradicionais, imprimindo as marcas da contemporaneidade na APA. Talvez essa seja uma das principais controvérsias que abarcam a tese, uma vez que a unidade foi criada para conservar o conjunto paisagístico e a cultura regional.

Pode-se preliminarmente afirmar, segundo Bergamim²³ (2013), que os ideários de modernidade urbana, em vários processos, não favoreceram a sociabilidade entre os novos moradores e os antigos residentes na unidade de conservação, gerando conflitualidades que poderiam estar relacionadas com o início de processo de gentrificação. Aqui compreende-se a gentrificação como um processo espacial auxiliador na revalorização de centros urbanos que passam a ser ocupados por classes sociais mais abastadas e por sua vez expulsam a classe popular para zonas de subúrbio, estando diretamente relacionado com outros processos urbanos como territorialização/desterritorialização e às estratégias de acumulação capitalista (BATALLER; BOTELHO²⁴, 2012; HOCHSTENBACH; MUSTERD²⁵, 2017; SMITH²⁶, 2006, 2007; ZOLINI²⁷, 2007).

Assim, o mercado imobiliário se configura, ao lado dos governos, como o grande propulsor da gentrificação, ao mesmo tempo em que auxilia na criação de paisagens e identidades nas quais os gentrificadores se identificam (BATALLER; BOTELHO, 2012; ZOLINI, 2007), fato que poderia estar avançando em partes desse território.

Vários estudos analisaram os impactos ocorridos na região abrangida pela APA como os que tratam da mineração; da contaminação das águas superficiais e subterrâneas; da superexploração²⁸ do aquífero e das obras de infraestrutura (PADOAN; SOUZA, 2013;

²² Berta Gleiser Ribeiro foi doutora em Antropologia Social e professora do Museu Nacional e da Escola de Belas-Artes da UFRJ. Pesquisava principalmente sobre cultura indígena. Faleceu em 1998.

²³ Juliane Stenzinger Bergamim é arquiteta especialista em Desenvolvimento Regional.

²⁴ Maria Alba Sargatal Bataller é geógrafa, dedicando-se a pesquisas relacionadas com o urbanismo e o fenômeno da gentrificação. Maurilio Lima Botelho é Professor Adjunto de Geografia Urbana da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

²⁵ Cody Hochstenbach é doutor em Geografia Urbana e atua nas áreas de gentrificação e mudanças socioespaciais. Sako Musterd é doutor em processos de mudança urbana e professor de Geografia Social com foco na área de geografia urbana.

²⁶ Neil Robert Smith nasceu em 1954 na Escócia, foi geógrafo e professor de Antropologia e Geografia no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América. Dentre os temas de suas pesquisas, estavam o direito à cidade, gentrificação, capitalismo e espaço urbano. Faleceu em 2012.

²⁷ Gustavo Pimenta de Pádua Zolini é mestre em Arquitetura e professor da PUC Minas. Atua nas áreas de planejamento urbano, patrimônio histórico e paisagem cultural.

²⁸ Exploração de água superior aos limites do aquífero subterrâneo.

PEREIRA; CALDEIRA, 2011; GOMES, 2010; SILVA²⁹ et al., 2008). Entretanto, poucos são os estudos que avaliam os impactos sobre os aspectos arqueopaleontológicos e culturais da APA Carste oriundos de projetos urbanísticos de infraestrutura e econômicos. Por exemplo, um dos principais fomentadores do crescimento dos impactos na região foi à implantação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves³⁰, conjuntamente com as obras de infraestrutura a ele associadas. Ressalta-se que é um dos poucos aeroportos existentes no interior de uma unidade de conservação no Brasil. Como esse aeroporto e as diferentes atividades econômicas impactaram o patrimônio e interferiram nos aspectos socioculturais da APA Carste e das demais unidades de conservação do Vetor Norte da RMBH? A resposta, em parte, será apresentada na seção 4.

Outra abordagem analítica que se faz necessária é quanto à gestão desse complexo território, seja através de Planos Diretores Municipais, do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte ou do Plano de Zoneamento Ambiental (IBAMA/CPRM, 1998), que fixou o zoneamento e as normas de uso em seu interior.

Isto posto, e considerando que o zoneamento ambiental da APA Carste foi elaborado há mais de vinte anos, ele se encontra bastante desatualizado, especialmente quanto às questões relacionadas ao processo de metropolização e às pressões econômicas e urbanas dele advindos. Por outro lado, nesse plano não foi explicitado o que seria o patrimônio paisagístico e cultural a ser conservado pela unidade, deixando um “vazio” que traz interpretações diversas. Vale ressaltar que se entende que poderia ser integrado nessa perspectiva o patrimônio imaterial, ou seja, o conjunto das tradições e expressões orais, as expressões artísticas, os atos festivos, os conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; cuja salvaguarda, além do registro, depende de ações educativas formais e informais e estímulo à capacitação (UNESCO, 2003). Assim sendo, a análise desses Planos ocorreu ao longo da pesquisa especialmente quanto às questões de identificação, ações de administração e gestão do patrimônio cultural.

A chancela de Paisagem Cultural Brasileira será outro instrumento de gestão a ser analisado, que é expedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (BRASIL, 2009). Destaca-se que o registro de patrimônio cultural é uma forma de se escrever a memória de uma sociedade ou grupo social através de bens materiais e imateriais (THOMAZ,

²⁹ Cássio Roberto da Silva é doutor em Ciências-Geologia e pesquisador em Geociências do Departamento de Gestão Territorial da CPRM-Serviço Geológico do Brasil.

³⁰ Ressalta-se que é um dos poucos aeroportos existentes no interior de uma unidade de conservação no Brasil, recebendo atualmente mais de 10 milhões de passageiros (BH AIRPORT, 2017). A gestão do Aeroporto foi privatizada, e atualmente ele foi renomeado para Aeroporto Internacional de Belo Horizonte. Tais questões serão aprofundadas ao longo da tese.

2010; HALBWACHS, 1990), que por sua vez integram as paisagens onde essa mesma sociedade age, envolvendo uma compreensão mais moderna do conceito de paisagem (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2014). Nesta seção, buscou-se tecer um paralelo entre as várias paisagens abrangidas pela APA Carste, suas singularidades, culturalidades, suas inter-relações e a influência das políticas públicas afeitas ao processo metropolizador e à conservação ambiental.

Enfim essa pesquisa se alicerça em um território complexo, com inúmeros atores humanos e não humanos, configurando-se num desafio analítico para detecção de diversas controvérsias.

1.3 A aposta

O conjunto paisagístico e cultural conservado pela APA Carste de Lagoa Santa sofreu significativos impactos pelo processo metropolizador de Belo Horizonte. Apesar de tais impactos, a APA manteve sua importância como território protegido, apresentando características para qualificá-la como Paisagem Cultural Brasileira.³¹

1.4 A intenção primeira

Identificar e qualificar o que é o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e os seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

1.5 Outras intenções

a) Contribuir para a geração de conhecimentos relativos à gestão e a conservação do patrimônio cultural da APA Carste e das demais unidades de conservação nela inseridas;

b) Identificar categorias de patrimônio cultural material e imaterial presentes na APA Carste;

³¹ Uma vez que a pesquisa envolve unidades de conservação nos âmbitos federal e estadual obteve-se as devidas autorizações de pesquisa que estão copiadas nos Anexos A e B. Ressalta-se que não foi objeto o acesso ao conhecimento tradicional associado.

c) Identificar e cartografar os principais dispositivos, atores-redes e planos relacionados com gestão socioambiental da APA Carste, especialmente do patrimônio cultural e as possibilidades de gestão interinstitucional, inclusive com as outras unidades de conservação inseridas em seu interior; além das controvérsias a eles inerentes;

d) Iniciar uma cartografia que possa auxiliar as resistências ambientais e culturais locais na reflexão sobre os avanços dos impactos socioambientais;

e) Compreender como se dá a territorialização das diferenças socioculturais e se ocorre o processo de gentrificação em partes da APA Carste, identificando e qualificando as populações tradicionais existentes no território da APA Carste, suas singularidades, suas formas de expressão cultural e as formas de conservação do patrimônio, especialmente para a salvaguarda do patrimônio imaterial; auxiliando no alcance dos objetivos de criação da APA Carste e contribuindo ao seu Plano de Manejo;

g) Analisar as propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH, no que tange ao território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa e as possibilidades de gestão interinstitucional e de formação de redes;

h) Identificar as principais características da APA Carste e as ações que poderiam qualificá-la para a chancela de Paisagem Cultural Brasileira³², que é um instrumento de gestão interinstitucional.

1.6 O caminho metodológico cartografado

“Agora, enfim, entreabrimos o círculo, nós o abrimos, deixamos alguém entrar, chamamos alguém, ou então nós mesmos vamos para fora, nos lançamos [...] Dessa vez é para ir ao encontro de forças do futuro, forças cósmicas. Lançamo-nos, arriscamos uma improvisação. Mas improvisar é ir de encontro ao Mundo, ou confundir-se com ele” (Deleuze & Guattari, Mil Platôs 4, p. 116).

A APA Carste de Lagoa Santa é um enclave territorial para conservação de um rico patrimônio histórico, cultural e ambiental no Vetor Norte da RMBH. O procedimento metodológico refletiu essa complexidade e, portanto, foi alicerçado numa abordagem

³² Ver detalhes na Portaria nº 127, que estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira: “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009).

interdisciplinar qualitativa, buscando-se referências no conceito de cartografia de Gilles Deleuze³³ e Félix Guattari³⁴ e na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour.

A intenção de trilhar a pesquisa utilizando a cartografia na perspectiva de Deleuze e Guattari torna-se algo essencialmente provocativo e convidativo para a experimentação/experienciação. Assim, a pesquisa, em alguns aspectos, tentará ir de encontro a esse método. Nesse sentido, buscou-se inspiração na cartografia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar³⁵ da UFMG (LOPES; RENA; SÁ, 2019)³⁶ para uma construção coletiva sobre características, relações de poder e controvérsias que abarcam a APA Carste de Lagoa Santa, partindo de textos produzidos sobre o território e suas gentes, de entrevistas com atores humanos locais e dos relatos produzidos em uma Oficina Multidisciplinar, a ser apresentada na seção 4

A proposta teórica de Deleuze e Guattari (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA³⁷, 2015) permite um caminhar menos ortodoxo, mais fluído e experienciado, porém não menos válido que o método científico positivista:

Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas se é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 10).

³³ Gilles Deleuze foi um filósofo e professor nas universidades de Sorbonne e Lyon na França. Trabalhou com conceitos como desterritorialização, rizoma, corpo sem órgãos. Teve como um dos parceiros de escrita Félix Guattari. É considerado um dos maiores filósofos do século XX, tendo sua obra influenciada de Bergson, Espinosa, Kant e Nietzsche. Conjuntamente com Félix Guattari escreveu o *Anti-Édipo* (1972), *Mil platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1992). Faleceu em 1995.

³⁴ Félix Guattari foi militante político, psicanalista e filósofo autodidata. Tratava de temas como transversalidade, desterritorialização. Além dos livros escritos com Deleuze, escreveu vários outros, como *As três Ecologias* (1989). Faleceu em 1992.

³⁵ O Grupo de Pesquisa Indisciplinar foi criado em 2012 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. O grupo adota o conceito de cartografia proposto por Deleuze e Guattari e a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour para democratizar e produzir informações a partir do mapeamento de redes, controvérsias e relações de poder, propondo contranarrativas e ações (LOPES; RENA; SÁ, 2019). Para mais informações, ver o site da Revista Indisciplinar, produzida pelo grupo: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Revista&oldid=3615>.

³⁶ Marcela Silvano B. Lopes é Doutora em Arquitetura e Urbanismo e Professora Adjunta da Escola de Arquitetura e Design da UFMG; é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Natacha Silva A. Rena é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; é Professora Associada da Escola de Arquitetura e Design da UFMG e coordena o Grupo de Pesquisa Indisciplinar e o programa de extensão IndLab. Ana Isabel J. A. de Sá é Mestre em Arquitetura e Urbanismo; é professora do IFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

³⁷ Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia são professores universitários no Rio de Janeiro que têm dentre suas áreas de interesse temas relacionados com metodologia de pesquisa e o método cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

O método cartográfico busca alinhar o que se pesquisa com as dinâmicas processuais. Assim a pesquisa se faz no próprio processo de caminhar, nos encontros e desencontros do caminho, numa perspectiva flexível. Nesse sentido, faz anos que trilho os caminhos da APA, então não sou apenas uma observadora, estou no processo ou nos processos afeitos a este território, pois vivo no Carste e trabalho na APA. Esse “estar” certamente “contamina” o olhar sobre o que nele ocorre, concomitantemente aponta que sou um dos seus agentes. E reconhecer isso já é um caminho, ou seja, foi preciso refletir “dobrado” para que a pesquisa e o que dela surgiu refletissem uma construção crítica e coletiva e não apenas o meu ponto de vista sobre o processo, ou melhor os processos que ocorrem no território do dispositivo APA Carste.

Para melhor entender a APA Carste enquanto dispositivo, primeiro é preciso compreender que seu território é heterogêneo, complexo e disputado por diversos atores com distinções de poder e ação. Nesse sentido, trago a conceituação de Foucault (1989) para o que seja dispositivo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1989, p. 244).

Ampliando essa conceituação de dispositivo, Deleuze (1990) o compreende como um conjunto composto por linhas e curvas que desencadeiam processos, muitas vezes relacionados com relações de poder:

Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada uma está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. (DELEUZE, 1990, p. 155).

Perceber o dispositivo-APA Carste foi uma das primeiras etapas para minha aproximação com o método cartográfico e para a concatenação das ideias iniciais sobre o território. Considerando que a pesquisa envolvendo o método cartográfico é também uma intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), a primeira modificação que ocorre se dá na própria pesquisadora que aposta no novo e se abre para a ressignificação do mundo, dos conceitos e suas inter-relações (os signos também se tornam “coisas” mutantes e moventes,

desterritorializam-se). Ela se lança para a mudança do olhar, do ouvir, da escrita (coletivos), o que pode lhe trazer um incômodo inicial, mas sabe que é preciso sair da sua zona de conforto, reterritorializar-se em outros campos, senão não avança numa produção transformadora.

Com a cartografia os diálogos são contínuos, inclusive com os objetos³⁸ que não falam, mas têm voz; conexões entre redes são mapeadas, e ocorre o acompanhamento constante de processos e de movimentos, antes despercebidos; “capturam-se” momentos. Assim, a pesquisa nunca acaba: ela continua no vivido, ela se multiplica³⁹. Não é fácil despirmo-se do método positivista, mas é possível tentar, o que por si já é um caminho, cujas fissuras e aberturas foram percorridas por vários cartógrafos. Entretanto, entendo que é preciso não se “co-fundir” com a pesquisa: o cartógrafo está na pesquisa, ele não é a pesquisa em sua essência. Conforme aponta Danilo Caporalli Barbosa⁴⁰ (2019) “[...] a posição do pesquisador não é de um observador externo, inerte e não interveniente, mas de alguém que construiu também a rede que está sendo apresentada” (BARBOSA, 2019, p. 28). Este é o meu caso.

A pesquisa abarca a complexidade de vários territórios sobrepostos (físicos, identitários, econômicos, culturais, ideológicos e de poderes), todos imbricados por muitos coletivos e dispositivos⁴¹ nos quais interferem diversos atores sociais interligados por suas respectivas redes e territorialidades. Identificar a conexão dos processos e dispositivos a eles associados pode ser um primeiro passo na tentativa de experimentar o método cartográfico na pesquisa, mas com uma dose de prudência⁴², afinal para mim é ainda um chão sobre o qual estou aprendendo a caminhar. Cartografar é acompanhar processos: assim começo a caminhada. Os primeiros passos são em direção às possíveis interfaces entre processos de urbanização e processos de mercantilização e suas consequências.

³⁸ Tais objetos na tese serão os atores não humanos.

³⁹ Compreendido a partir do texto “Pistas do Método Cartográfico” (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2015).

⁴⁰ Danilo Caporalli Barbosa é doutorando em Arquitetura e Urbanismo na UFMG e pesquisador do Grupo de Pesquisas INDISCIPLINAR da UFMG.

⁴¹ Aqui o conceito de dispositivo foi utilizado incluindo a perspectiva de Giorgio Agamben: “[...] Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo **qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos**. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e — por que não — a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata — provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam — teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEN, 2005, p. 13, grifo nosso).

⁴² Pensei sobre isso quando em *Mil Platôs* me deparei com a afirmação: “[...] Você agiu com a prudência necessária? Não digo sabedoria, mas prudência como dose, como regra imanente à experimentação”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 13). E ela ainda permanece voando na minha mente.

Bruno Latour (2012) apresenta a Teoria do Ator-Rede ou *Actor-Network Theory* (ANT), que acaba por gerar provocação, especialmente aos sociólogos, quando defende a necessidade de, em vez de se pensar no social, pensar-se na formação de coletivos, que são formados por atores humanos e os não humanos (instituições, legislação, flora, fauna e outros). Para o autor a Terra seria o maior coletivo entre atores humanos e não humanos (LATOURE, 2017).

Como dificilmente o ser humano consegue se perceber como um não parâmetro, Latour provavelmente recorreu à diferenciação entre atores humanos (referência) e atores não humanos. Mas o autor defende que ambos os atores teriam poder de ação, e seria quando agem que ganham real existência, ou seja, quando há um evento. Como esses atores se associam em grupos formais como os conselhos, esse foi um dos focos da análise e da elaboração dos relatos de risco, apontando assim os rastros das ações geradas.

Um bom relato ANT gera uma narrativa, ou seja, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos do texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social (LATOURE, 2012, p. 189).

De certa maneira, é na Teoria do Ator-Rede que a própria natureza ganha força e uma forma diferenciada de ser vista como um ator; é uma teoria menos antropocêntrica, portanto. Assim, pode-se dizer que as nuances ampliam as perspectivas metodológicas da tese. Intencionou-se preliminarmente caminhar por quatro etapas:

1) A primeira etapa foi constituída de análise documental e revisão crítica da bibliografia sobre a polissemia dos conceitos relacionados ao território, a urbanização neoliberal, à natureza, à paisagem, à cultura, às categorias de proteção e de patrimônio, à gentrificação, à metropolização, à importância histórica e cultural da APA Carste de Lagoa Santa. Considerando tais conceitos, buscou-se levantar os principais dispositivos de controle/poder, agentes e instrumentos de gestão territorial (municipal, estadual e nacional); além de projetos e planos de desenvolvimento regional e as características mais relevantes do patrimônio paisagístico e cultural da unidade de conservação.

2) Na segunda etapa foi realizado levantamento bibliográfico para identificar as principais características e os principais problemas enfrentados pelos grupos sociais mais tradicionais no âmbito da unidade para conservação do patrimônio cultural, tecendo comparações com outras unidades de conservação no âmbito regional e analisando as possibilidades de gestão interinstitucional.

Para o desenvolvimento dessas duas primeiras etapas foram levantados documentos e bibliografias em sites, livros, artigos, revistas, dissertações e teses que tratam sobre a temática, alguns disponíveis em bibliotecas da Arquitetura, Geografia, Antropologia e História na UFMG. Além disso, buscou-se por documentos oficiais e legislações dos entes públicos relacionados com a unidade de conservação e mapas em acervos de Arquivos Públicos, na sede da APA Carste de Lagoa Santa, nas prefeituras abrangidas pela unidade de conservação, na Secretaria de Estado Desenvolvimento Regional e Urbano e no Instituto Estadual de Florestas.

Dentre os estudos que foram abordados estão os de: Freitas (2016; 2017), que pesquisou sobre a urbanização na Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua relação com a reprodução do espaço como mercadoria; Alvim *et al.* (1977), que teceram um longo estudo sobre os antigos habitantes da região de Lagoa Santa; Bauman (2003), que analisou a formação de condomínios, que se territorializam para a busca de segurança e afastamento de determinados grupos sociais; Smith (2006) e Smith e Willians (1986), que estudaram a temática da gentrificação em termos mundiais; Bogus e Ribeiro (2014), cujo trabalho apresenta vários artigos nos quais se discute a temática da gentrificação na produção do espaço brasileiro e em outros países; Cardoso e Ribeiro (2014), que atestam em seu estudo a necessidade de proteção mais sistêmica do patrimônio cultural da APA Carste; Gomes (2014), que pesquisou sobre os impactos da urbanização, especialmente dos loteamentos, na região do Vetor Norte de Belo Horizonte; Lefebvre (1999), que tece uma análise dialética da produção do espaço urbano e os confrontos nele ocorridos; Mendonça e Costa (2011), que analisam a relação entre o Estado e o Mercado Imobiliário; Padoan e Souza (2013), que ressaltam a importância ambiental e histórica da APA e do Parque do Sumidouro; Sancho e Deus (2015), que analisam a dinâmica territorial de unidades de conservação em áreas urbanizadas; Santana Filho *et al.* (2012), que abordam a acentuação das diferenças sociais em áreas metropolitanas; Schama (1996), que aborda a importância ecológica e da culturalidade expressa através da mitificação e da sacralidade; SEDRU (2011), em cujo trabalho foi apresentado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH; Andrade, Mendonça e Diniz (2015), cujo estudo apresenta vários aspectos do processo metropolizador de Belo Horizonte e as relações centro-periferias; Zolini (2007), que analisou a temática da gentrificação em cidades de pequeno porte, especialmente quanto à paisagem cultural.

Estas duas etapas iniciais auxiliaram na elaboração das seções 1 a 4 da tese. Cabe destacar que os autores mencionados foram considerados como atores nessa pesquisa, portanto para qualificá-los apresentou-se em notas um breve relato sobre quem são, com base nos

currículos disponibilizados na internet, especialmente no Currículo Lattes e dados disponibilizados na plataforma Google.

Na seção 1 apresentou-se o território objeto da tese e as principais intenções a ele relacionadas, além do percurso metodológico que foi adaptado diante do momento pandêmico e de duas cirurgias realizadas.

Na seção 2 buscou-se rastrear e refletir sobre a formação das categorias de unidades de conservação no Brasil, partindo da própria conceituação do que seja natureza e como esta sofreu modificações para atender as necessidades antrópicas. Entendeu-se que a crise ecológica gerada pelo antropocentrismo é fruto de vários processos, especialmente os processos de acumulação capitalista ancorados em um arcabouço jurídico. Tal arcabouço baseou a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas que consideraram a natureza como recurso e distante do humano. Relacionado com isto, vários eventos ambientais ocorreram culminando com novas políticas voltadas para a natureza, sendo que no caso brasileiro houve o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ao qual a APA Carste de Lagoa Santa está vinculada e submetida.

Na seção 3 apresentou-se as referências teórico-conceituais e categorias pertinentes a tese, sendo estas consideradas também como dispositivos, que em alguns momentos estão interrelacionados. Dentre eles, foram destacados o território, a cultura, a identidade, o patrimônio, a paisagem e a gentrificação que nortearam parte das análises realizadas.

A complexidade da seção 4 está associada ao rastreamento dos aspectos históricos, arqueológicos, paleontológicos que caracterizam o dispositivo APA Carste. Entremendo tudo isso, foram rastreados atores não humanos como as principais normativas e os planejamentos que abarcam o território como o Plano de Gestão e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e a APA Carste de Lagoa e suas conflitualidades.

3) Na terceira etapa foi realizada pesquisa qualitativa junto a atores visando identificá-los e qualificá-los por meio de entrevistas semiestruturadas, buscando-se perceber: (i) as características das tradicionalidades afeitas ao território da APA; (ii) os impactos socioambientais; (iii) as possíveis formas de resistência cultural ao processo de metropolização e propostas para planejamento e gestão. Dentre os atores-redes, mencionam-se os membros dos conselhos consultivos das unidades de conservação, os servidores da unidade, outros representantes de organizações públicas e privadas que atuam no âmbito da APA Carste, além de moradores locais. Em certo momento, tomar a decisão de parar de procurar por atores, agenciamentos e redes tornou-se difícil, mas um ato necessário, devido ao próprio tempo para a finalização da pesquisa.

Assim sendo, as pistas relacionadas aos atores humanos foram anunciadas na seção 5, com foco naqueles relacionados diretamente com a gestão seja das unidades de conservação e dos atributos a elas relacionados como a própria paisagem e a cultura. Inicialmente realizou-se duas atividades de campo exploratórias para o reconhecimento do território e procedeu-se entrevistas semiestruturadas por e-mail que depois seriam aprofundadas de forma presencial individual ou em grupos. Todavia, a pandemia acabou por gerar desencontros, inviabilizando momentos presenciais com estes atores, como as rodas de conversas que haviam sido planejadas inicialmente.

Em função das restrições do momento pandêmico e buscando assegurar o devido cumprimento dos protocolos de saúde como o distanciamento social, foi necessário repensar a metodologia. Isto posto, ressalta-se que não foram realizadas novas atividades em campo e as entrevistas que foram possíveis ocorreram via telefone ou videoconferências por programas e aplicativos de videotelefonia como WhatsApp, Skype e Zoom.

Apesar destas limitações, percebeu-se que existem dispositivos sob a forma de conselhos no território e que estes possuem vários atores comuns, que se articulam em sua diversidade. Assim, apreendeu-se que uma das principais possibilidades de se fazer a gestão da paisagem cultural no dispositivo-APA Carste e suas adjacências seria uma articulação por meio da formação de um Mosaico de áreas protegidas, que envolvesse diversos atores humanos, especialmente os moradores, e atores não humanos como as unidades de conservação, os corredores ecológicos, as áreas de reserva legal e as áreas de preservação permanente presentes no território.

Para auxiliar nessa etapa participei como estagiária da Oficina Multidisciplinar – O urbano, a natureza e a aerotrópolis no Vetor Norte da RMBH: Webnário Socioambiental, cujo objetivo era discutir a expansão da urbanização no Vetor Norte da RMBH sobre os espaços protegidos, especialmente a APA Carste de Lagoa Santa. Em função da grande quantidade de informações relacionadas as etapas anteriores, o Webnário gerou a sessão 6

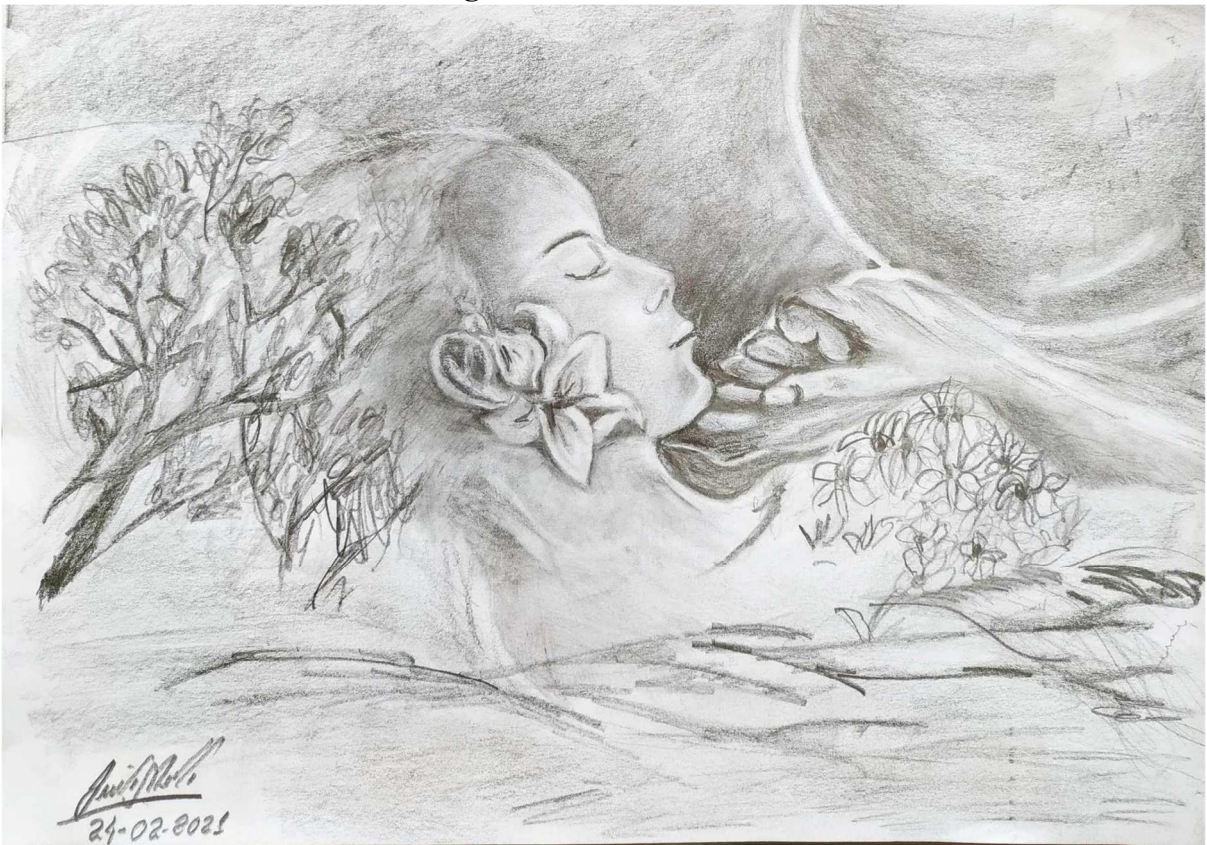
4) Concluídos os levantamentos bibliográficos e a pesquisa qualitativa, iniciou-se a quarta fase na qual os dados foram comparados e contrapostos com as intenções inicialmente defendidas, especialmente no que tange à problematização da gestão da paisagem cultural no âmbito da APA Carste originando a seção 7.

Destaca-se que os mapas apresentados ao longo da tese estão em escala geográfica intermediária, dando visualização geral sobre o dispositivo-APA Carste. Certamente, se houver desdobramentos da pesquisa com elaboração de mapas em grande escala, informações mais pormenorizadas sobre o território poderão ser obtidas.

2 REFLEXÕES SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E A INFLUÊNCIA DO URBANO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

“[...] não existe uma Natureza em si, existe apenas uma Natureza pensada... A natureza em si, não passa de uma abstração. Não encontramos senão uma ideia de natureza que toma sentido radicalmente diferente segundo as épocas e os homens” (LENOBLE, 1990, p. 16).

Figura 6 – Mãe Natureza



Fonte: Desenho a lápis, adaptado por Danilo Merllo, 2021.

A mãe natureza, representada na **Figura 6**, é uma das expressões utilizadas por vários povos como andinos e europeus para designar o todo que envolve o planeta, suas nuances relacionadas à fertilidade, à vida que se desenvolveria de forma holística. Pode-se depreender disso que o ser humano, em alguns momentos da história, se viu como parte da natureza e a reverenciava, como afirma Simon Schama⁴³:

⁴³ Simon Michael Schama foi professor de história em Cambridge e Oxford, no Reino Unido; atualmente, é professor de História e História da Arte na Columbia University, nos EUA.

[...] Os gregos antigos veneravam bosques consagrados a Artemis e Apolo, e seus cultos da fertilidade, a caça e a árvore-oráculo se transferiram para Roma. Ambas as culturas imaginavam a Arcádia como um lugar coberto de bosques e rochas, a morada dos sátiros, o reino de Pã. (SCHAMA, 1996, p. 93).

Ressalta-se que reverenciar a natureza não significava não a utilizar. Ela era fonte de alimentação e abrigo. Porém, em algum momento, a ideia do sagrado irrompeu para a ideia da posse. O homem, o senhor da Terra, o que impõe o que deve ou não deve ser protegido e o que pode ser extirpado. Um exemplo são as áreas destinadas para a proteção; várias legislações e políticas públicas tratam sobre elas, o que acaba por provocar modificações na vida de milhares de atores humanos e não humanos⁴⁴.

Para nortear os entendimentos sobre o tema desta seção, é necessário tecer alguns apontamentos e controvérsias sobre o que é conceituado como natureza, o que são e como surgiram as áreas protegidas, para que e para quem elas servem.

De antemão, fica a afirmação de Latour de que “[...] Se existe algo inatingível, é o sonho de encarar a natureza como uma unidade homogênea, a fim de unificar as visões diferentes” (LATOURE, 2017, p. 23). Pode-se, inicialmente, inferir por esta afirmação de Latour que não há um consenso em relação ao que seja natureza, por outro lado, vários grupos como acadêmicos e religiosos buscaram conceituá-la e até impor aos demais suas ideias, que, por vezes, se consolidaram em políticas públicas baseadas, inclusive, em acordos internacionais.

Uma maneira de iniciar a temática da natureza é a partir da própria origem do termo. Etimologicamente, a palavra natureza provém do latim *natura*, composta pelo tema *-natus* (particípio passado de *nascere*, nascer) e *-urus* (sufixo do particípio futuro de *oritur*, surgir, gerar)⁴⁵. Assim, representava aquilo que nasce naturalmente, independentemente do homem. Por aí, pode-se intuir uma primeira avaliação: se surge independente do ser humano, ele por si só já não é parte da natureza, porque também faz nascer outros seres humanos, plantas e animais. Para Georg Simmel⁴⁶, a natureza somente poderia se fundamentar no todo:

‘[...] Um pedaço de natureza’ é, em rigor, uma contradição em si; a natureza não tem fracções; é a unidade de um todo, e no momento em que dela algo se aparta deixará inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir justamente no seio dessa

⁴⁴ Uma análise aprofundada sobre o tema foi apresentada ao longo de minha dissertação de mestrado. Para maiores detalhes ver: *Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – ES* (BARBOSA, 2013).

⁴⁵ Informação obtida no dicionário etimológico da língua italiana. Disponível em <http://www.etimo.it>. Acesso em: jan. 2020.

⁴⁶ Georg Simmel foi doutor em filosofia e um dos precursores nos estudos da categoria paisagem. Faleceu no ano de 1918.

unidade sem fronteiras, só pode existir como uma onda da torrente conjunta que é a 'natureza'. (SIMMEL, 2009, p. 6, aspas do autor).

Carlos Walter Gonçalves⁴⁷ (2006) aponta que o conceito de natureza foi mutável ao longo dos tempos, refletindo de certa forma a complexidade de cada período histórico, sendo marcante na idade moderna a visão antropocêntrica do mundo. Concomitantemente, a construção/reconstrução das ideias sobre natureza, o homem traça relações sociais e políticas. O autor afirma que “[...] o conceito de natureza não é natural...Constitui um dos pilares através do qual o homem ergue suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim a sua cultura”. (GONÇALVES, 2006, p. 23).

Esta questão também é analisada por Robert Lenoble⁴⁸, que afirma:

O homem sente-se situado no meio de um conjunto de seres e de coisas que não dependem dele e cuja “solidez”, coerência própria, constitui a primeira experiência que ele daí tira. Procura ele dominar, definir? O nome, segundo a noção mais velha que o homem faz dele, e que nos esclarece uma atitude psicológica que pertence a todos os tempos, **o nome constitui uma tomada de posse, um domínio adquirido sobre o objeto**. E a incerteza do dicionário mostra-nos que o homem não considera esta posse permitida, esta dominação assegurada: natureza remete para naturalmente; naturalmente, para natureza, e não é possível sair do círculo. (LENOBLE, 1990, p. 183, grifos nossos).

Então, para Lenoble (1990), a partir do momento que o próprio homem nomeia o que seja natureza, ela toma sua posse, ele a objetifica.

Aos poucos, o homem passou a situar-se fora da natureza, a fim de dominá-la, utilizá-la, dessacralizá-la, transcendê-la, buscando de várias maneiras sair do círculo de pertencimento à Natureza⁴⁹. Parte desse processo é iniciado com Platão e Aristóteles, quando privilegiam o

⁴⁷ Carlos Walter Porto Gonçalves é doutor em Geografia e professor da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. Dentre suas pesquisas, estão os temas sobre conflitos, movimentos sociais e justiça.

⁴⁸ Robert Lenoble foi clérigo, historiador e doutor em Letras. Pesquisava especialmente sobre a visão mecanicista do mundo, incluindo sua influência sobre a ideia de natureza. Faleceu em 1959.

⁴⁹ A própria natureza começa a participar dos direitos inerentes aos homens. No Brasil, o Projeto de Lei nº 27/2018 (BRASIL, 2019) sugeriu a alteração do regime jurídico dos animais, vistos como objetos/coisas, para um regime especial, no qual passam a serem considerados como sujeitos de direito despersonalizados, por serem animais não humanos sencientes, ou seja, que tem sensibilidade e consciência. Países como Argentina, Espanha, França, Nova Zelândia e Portugal também têm regime no qual os animais têm proteção especial. Para pegar um exemplo, na Argentina a chimpanzé Cecília foi a primeira no mundo a receber de fato um *habeas corpus*, instrumento jurídico para seres humanos, sendo considerada como pessoa não humana. Cecília, que partilhava das decisões do mundo jurídico sobre os animais, tinha ainda uma distinção: como no caso de outros primatas, há similaridade genética com os seres humanos de 99%. Após os imbróglis legais, ela foi libertada de um zoológico e destinada para o Santuário de Grandes Primatas localizado em Sorocaba, São Paulo. Abriram-se, assim, precedentes para outros casos no mundo (BEVILAQUA, 2019). Destarte, o Projeto de Lei nº 27/2018 alterará a Lei dos Crimes Ambientais e o Código Civil no que diz respeito aos animais, entretanto não afetará a criação para fins agropecuários ou atividades como a vaquejada, considerada patrimônio. Ou seja, o homem é percebido como ser privilegiado: o

homem e a ideia em contraponto com a natureza (GONÇALVES, 2006). Então, se durante muitos séculos a natureza foi reverenciada por alguns grupos que viam nela ou o sagrado ou “símbolos dos próprios temores humanos” (LENOBLE, 1990, p. 70), a partir do desenvolvimento da ciência isso tomará outros rumos, a natureza não será observada e compreendida da mesma maneira, o homem procurará desvencilhar-se, libertar-se dela para ser o seu senhor, seu soberano: “[...] Desta forma, a física é claramente concebida como a ciência que nos vai permitir penetrar a Natureza para dela expulsar os sortilégios temíveis”. (LENOBLE, 1990, p. 87). Um exemplo da influência da ciência na modificação da visão da natureza pelo ser humano é apontado por Schama (1996) em seus estudos, especificamente em seu livro *Paisagem e Memória* (2009), no qual relata que:

[...] Da mesma forma o prazer instintivo com as coisas simples, as irregulares góticas, as caminhadas pelo bosque mais uma vez era visto como lamentável **vulgaridade**. O que substituíra a simplicidade no mundo das cortes alemãs, diziam os românticos, tinha sido uma cultura da razão internacional, francófona dominada pela reverência dos clássicos latinos e **pela paixão da investigação científica**. (SCHAMA, 1996, p. 111, grifos nossos).

Salienta-se que a modificação da natureza de forma muitas vezes voraz não abarca todos os povos com a mesma intensidade, uma vez que nem todos a veem apenas como fonte de recursos para sua sobrevivência, mas conseguem transcender sua significação. Como afirma Ailton Krenak⁵⁰ (2018):

Para o indígena da terra, não há outro lugar, não há outra ecologia. Frente à despossessão, a espoliação e expropriação do desterro da relação ecológica com a Natureza, proteger a terra tem o sentido da existência. O lugar transcende a Natureza em sua percepção como recurso e alcança a dimensão da existência como o sagrado. O lugar espiritual é onde a terra descansa, e se o lugar é sagrado é em razão da transcendência da Natureza da percepção como recurso (KRENAK, 2018, p. 2).

Com a dessacralização dos ambientes naturais, no decorrer do tempo houve cada vez mais ocupação das áreas urbanas e degradação de áreas naturais, alguns aristocratas tinham no campo um lugar de refúgio. Para alguns estudiosos, como Keith Thomas⁵¹, morar no campo

animal humano. Afinal, é ele o dito ator humano, o ser supremo criador de leis e do entendimento do que seja natureza.

⁵⁰ Ailton Alves Lacerda Krenak nasceu em 1953. É índio da etnia Krenak, ambientalista, jornalista e professor Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora. É uma referência na articulação e na defesa da causa indígena brasileira. Atuou junto com Chico Mendes para valorização dos povos da floresta. Auxiliou na criação da Aliança dos Povos da Floresta e do Núcleo de Cultura Indígena.

⁵¹ Keith Thomas é historiador e professor da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

[...] oferecia uma fuga dos vícios e afetações urbanos, um descanso para as tensões dos negócios e um refúgio contra a sujeira, a fumaça e ruído da cidade. Não obstante, a maior parte da pequena nobreza tinha razões mais positivas para viver no campo. Era nas propriedades agrícolas que sua riqueza e prestígio sempre assentaram. (THOMAS, 2010, p. 350).

O campo era, para alguns, apenas um lugar para descanso temporário, pois era no urbano que tinham seu habitat:

No entanto, os que iam para o campo por sua própria vontade muitas vezes achavam que um fim de semana já bastava. 'Esse estado brutal chamado vida no campo', como o denominava o terceiro conde de Shaftesbury, era por demais maçante para os urbanos sofisticados. (THOMAS, 2010, p. 357, aspas do autor).

Uma peculiaridade é que quando se trata da proteção da natureza, desde séculos passados, tanto a busca pela manutenção do poder monárquico e religioso quanto suas disputas nela se refletem. Por exemplo quando da edição da *Carta da Floresta*, em 1217, pela Coroa Inglesa, que tratava da jurisdição real da floresta e o que nela se encontrava, houve várias contestações ao dispositivo, conforme aponta Schama (1996): “[...] A nobreza e o clero é que mais se indignaram com a sujeição de seus privilégios e poderes à extensão arbitrária da floresta, que a seu ver representava o poder ilimitado do rei e do bando de favoritos da corte” (SCHAMA, 1996, p. 93).

Por cerca de 350 anos após a edição da Carta da Floresta já era notório que se ampliaria consideravelmente a degradação da natureza. Podia-se perceber quilômetros de áreas sem avistar nenhum bosque, e as populações que viviam diretamente da floresta ficaram sem o seu ganha pão e à mercê do comércio urbano que se expandia. E embora a retórica de proteção à natureza aparecesse em alguns momentos, a necessidade da realeza em manter o poder e ter recursos colocava grandes áreas verdes à mercê dos negócios (SCHAMA, 1996).

Do lado da ciência, foi em 1869 que pela primeira vez se viu cunhado o termo Ecologia, por Ernst Haeckel, que propôs o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. A partir daí a temática começou a se expandir e a ser discutida em vários continentes, incluindo a América, o que por sua vez favoreceu para que fossem estabelecidas várias categorias de unidades de conservação, o que será apresentado adiante.

2.1 Natureza: do uso/abuso às pretensões de proteção

“Em 1852 ninguém estava em Yosemite Valley por causa da paisagem [...]” (SCHAMA, 1996, p. 193)

Durante a corrida pelo ouro, em meados do século XIX, no Oeste do que hoje são os EUA, o Vale de Yosemite, em Sierra Nevada, na Califórnia, foi palco de muitas disputas pelo precioso metal, o que levou a grandes impactos aos elementos naturais do vale como solo, animais e florestas e a conflitos com tribos indígenas como os Ahwahneechee. À medida que o tempo passava, outras descobertas foram feitas pelo colonizador branco, como as grandes árvores⁵² que estavam na floresta de Yosemite. Ocorre uma curiosidade maior sobre o lugar e sobre o que essas árvores poderiam representar. Alguns grupos as consideravam como fonte de madeira, outros como algo quase que divino, uma “terra prometida” que mereceria proteção. Em meio a tudo isso, o presidente Abrahamn Lincoln criou em 1864 o *Yosemite Grant*, que anos mais tarde veio a ser a base do *Yosemite National Park*, criado em 1890. Antes dele, em 1872, foi criado, no estado de Wyoming, o *Yellowstone National Park*, considerado como o primeiro parque nos moldes como hoje se classificam algumas áreas protegidas nos moldes ocidentais (SCHAMA, 1996).

Yellowstone e Yosemite passaram a ser considerados como referências no que tange à criação de áreas protegidas, e a partir deles foram ampliadas as discussões sobre a natureza e sua proteção, algumas vezes com o foco para áreas protegidas sem a presença humana. De certa maneira, isso pode ter contribuído para diminuir alguns impactos ambientais, mas os espaços protegidos também passaram a ser vistos como forma de favorecer o estabelecimento de reservas de mercado futuro: mercados minerais, hídricos, faunísticos e florísticos para determinados grupos de países e empresas (EUCLYDES⁵³, 2016).

Enquanto se pensava na proteção da natureza os mundos econômico e social, moviam-se e com eles ampliaram-se as áreas urbanizadas, as áreas industrializadas e os reflexos desse crescimento passou a ser percebido de forma mais acelerada e global. Talvez reflexo disso, vários eventos ambientais começaram a ocorrer no mundo notadamente após as duas grandes guerras mundiais; especialmente após a eclosão da primeira bomba nuclear e da expansão da

⁵² Embora com algumas controvérsias entre biólogos, as enormes árvores encontradas em Yosemite ficaram conhecidas como sequoia-gigante (*Sequoiadendron gigantea*) e são consideradas como os seres vivos mais antigos da Terra.

⁵³ Ana Carolina Pinheiro Euclides é doutora em Arquitetura e Urbanismo e aprofunda a discussão das áreas protegidas como reservas de mercado em sua tese. Ver: EUCLYDES, 2016.

industrialização para além do continente Europeu. Diante de tamanha contradição, o que fazer? Apontar as possíveis contradições é um passo. Autores como Gonçalves (2006) e Antônio Carlos Diegues⁵⁴ (1996, 2000, 2008) trouxeram uma discussão profunda no caso brasileiro.

Latour (2020) afirma que o próprio entendimento do que seja natureza teve influência na maneira como ela foi utilizada por determinados grupos: “[...] Foi a confiança em uma certa concepção da ‘natureza’ que autorizou os Modernos a ocuparem a Terra de tal maneira que impediu outros de habitarem de modos diferentes seu próprio território” (LATOURE, 2020, p. 80).

Nesse contexto é que autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2001, 2014), Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005), Bruno Latour (2004, 2012, 2020) e James Holston (2013) demonstraram como atores do capitalismo neoliberal, por exemplo, perceberam a natureza e os que nela habitam essencialmente como fator de produção, como aponta Latour:

É por isso que quando a natureza, desde o século XVII, começou a levar em conta a ‘natureza’, os especialistas a pensaram como um mero ‘fator de produção’, um recurso precisamente *externo, indiferente* às nossas ações, tomado de *longe por estrangeiros* em busca de objetivos *indiferentes* à Terra. (LATOURE, 2020, p. 9, grifos do autor).

As mudanças físico-químicas e biológicas provocadas nos sistemas do planeta Terra pelo ser humano, especialmente a partir do século XVIII, foram tão intensas que se chegou a discutir a possibilidade de mudança do nome da era geológica atual de Holoceno para Antropoceno. Ou seja, Era dos Homens. Conforme aponta Latour “[...] Apesar de todas as críticas feitas a esse conceito, o prefixo ‘*anthropos*’ aplicado a um período geológico é de fato o sintoma de uma repolitização de todas as questões planetárias” (LATOURE, 2020, p. 102). Nessas questões estariam envolvidos atores humanos e não humanos numa busca por formas diferenciadas do viver coletivo menos impactante e com maior justiça social e econômica. Como alcançar isso é uma incógnita.

Bruno Latour propõe a reflexão sobre a necessidade de se criar uma “agentividade”, que seria uma articulação conjunta entre pesquisadores de diversos campos científicos e outros atores para se buscar mudar o cenário atual pautado num “sistema de produção” para um “sistema de geração”. Esse sistema seria aquele no qual os atores não humanos da natureza não mais seriam vistos como recursos, como propriedade humana, mas como parte de um vínculo de dependência entre todos os seres do planeta. O estabelecimento desse “sistema de geração”

⁵⁴ Antonio Carlos Sant’Ana Diegues é doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade de São Paulo. Dentre suas linhas de pesquisa estão: meio ambiente, conhecimento tradicional e comunidades tradicionais.

poderia reorganizar a lógica, as normas e as formas com que o ser humano lida com os não humanos e diminuir os impactos do Antropoceno (LATOURE, 2020). Uma nova utopia latouriana, na busca de um mundo menos desigual, menos injusto para todos os vivos, de difícil exequibilidade, mas uma sugestão para a mudança.

Guattari (2012) apresentou em seu livro seminal, denominado *As três Ecologias*, uma curta mas profunda reflexão sobre esses aspectos, especialmente buscando relacioná-los com os desequilíbrios ecológicos e a vida moderna, afirmando que:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e desejo. (GUATTARI, 2012, p. 9).

Guattari aponta a necessidade de se estabelecer uma filosofia que envolve o social, o mental e a ecologia, o que denominou de ecosofia, que seria um caminho a ser trilhado para diminuição dos impactos socioambientais. O autor afirma que “[...] Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2012, p. 24). Pode-se dizer que a ecosofia faz uma aposta na coletividade, apontando alguns caminhos filosóficos que possam auxiliar a humanidade a adotar uma práxis ética e política para melhoria das relações entre os atores humanos, entre si e destes com os atores não humanos.

2.2 Acontecimentos ambientais nos séculos XIX, XX e XXI

De certa maneira, alguns eventos ambientais que ocorreram nos séculos XIX, XX e XXI poderiam ter sido a base para se chegar ao pensamento ecosófico proposto por Guattari (2012), na tentativa de que os atores humanos buscassem, ao menos teoricamente, discutir as possibilidades de um futuro comum.

Baseando nisso, buscou-se proceder um levantamento de eventos que marcaram os séculos XIX, XX e o início do XXI. Escolheu-se utilizar o século XIX como início do levantamento, pois foi a primeira vez que a população mundial atingiu a marca simbólica de um bilhão de habitantes, e também foi nesse século que se ampliaram com maior velocidade os processos de industrialização e urbanização mundial.

Com base nos levantamentos realizados, produziu-se um quadro resumo com alguns eventos (**Quadro 2**), que inclusive poderiam ser considerados como eventos-processos, uma vez que alguns desencadearam discussões temáticas sobre as questões socioambientais e tiveram repercussão direta sobre a legislação ambiental de vários países, inclusive no Brasil. Como as leis ditam regras, elas poderiam também ser vistas como atores não humanos (LATOURETTE, 2004, 2012) que conduzem parte da vida social.

Quadro 2 – Acontecimentos ambientais que marcaram os séculos XIX, XX e XXI

Ano	Acontecimentos ambientais no mundo e no Brasil
1800	População mundial atinge o número próximo de 978.000.000 pessoas.
1850	Lei nº 601, de Dom Pedro II, proibindo a exploração florestal nas terras descobertas.
1869	Ernst Haeckel propõe o vocábulo “ ecologia ” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.
1872	Criação do primeiro parque nacional do mundo “ Yellowstone ”, EUA.
1876	André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas.
1891	Decreto nº 8.843 cria a primeira reserva florestal no Acre, que não foi implantada.
1896	Foi criado o primeiro parque estadual em São Paulo .
1920	O pau brasil é considerado extinto.
1932	Realiza-se no Museu Nacional a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza
1934	Decreto nº 23.793 transforma em Lei o Anteprojeto de Código Florestal .
1937	Cria-se o Parque Nacional de Itatiaia .
1939	Cria-se o Parque Nacional do Iguçu .
1939	As cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão sofrem bombardamentos atômicos pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.
1950	População mundial é de cerca de 2.520.000.000 de pessoas.
1961	Jânio Quadros declara o pau brasil como árvore símbolo nacional e o ipê como a flor símbolo nacional.
1962	Publicação da <i>Primavera Silenciosa</i> , por Rachel Carlson.
1965	Alteração do Código Florestal Brasileiro , pela Lei nº 4.771.
1965	É utilizada a expressão “ Educação Ambiental ” (Environmental Education) na Conferência de Educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha.
1968	Fundação do Clube de Roma .
1972	Publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento” - Clube de Roma. Conferência de Estocolmo – Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, do conceito de Ecodesenvolvimento . Recomendação 96 sobre Educação e Meio Ambiente.
1972	A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está “aberto à poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos”.
1973	Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental, EUA.
1973	Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior.
1974	Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia – Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente .
1975	Congresso de Belgrado – Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental.
1975	Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA.
1976	Reunião Subregional de EA para o ensino Secundário Chosica Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos . Congresso de Educação Ambiental Brazzaville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental
1976	A SEMA e outras instituições criam o primeiro curso de Extensão para professores do 1º Grau em Ecologia . [continua...]

1977	SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro. [continuação]
1979	Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica.
1980	Seminário Regional Europeu sobre EA, para Europa e América do Norte. Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências. Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO/PNUMA. Primeira Conferência Asiática sobre EA, Nova Delhi, Índia.
1981	Foi criada a Lei nº 6.938 do 31 de agosto, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente .
1985	A população mundial é de cerca de 4.830.979.000
1986	Ocorre o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Brasília/DF.
1987	II Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Belém/PA.
1987	Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum. Congresso Internacional da UNESCO/PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental, Moscou. Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental.
1988	Declaração de Caracas sobre Gestão Ambiental na América denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1988	A Constituição Brasileira, de 1988, tem um artigo destinado ao Meio Ambiente (Art. 225) .
1989	Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental. Santiago, Chile. Declaração de HAIA, preparatório da RIO 92 , aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.
1989	Criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF. Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental. Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal. IBAMA/ UFRPE. Recife/PE. Cria-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente FNMA no Ministério do Meio Ambiente MMA. III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Cuiabá/MT.
1990	IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis/SC.
1990	Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia. Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental.
1991	MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria nº 678, de 14 de maio de 1991). Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental. MEC/ IBAMA/Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ UNESCO/ Embaixada do Canadá.
1992	Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA. Carta Brasileira de Educação Ambiental. Participação das ONGs do Brasil no Fórum de ONGs e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 ou conhecida como ECO/92 – Criação da Agenda 21. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis FORUM das ONGs – compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente.
1993	Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC , com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.
1993	Congresso Sul-americano continuidade Eco/92. Argentina. Conferência dos Direitos Humanos. Viena/Áustria.
1994	Conferência Mundial da População. Cairo/Egito. I Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental. Guadalajara, México. Publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português. UNICEF. 3º Fórum de Educação Ambiental. [continua]

Ano	Acontecimentos ambientais no mundo e no Brasil [conclusão]
1994	Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA , com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC.
1995	Conferência para o Desenvolvimento Social. Copenhague/Dinamarca. Conferência Mundial do Clima. Berlim 1996 Conferência Habitat II Istambul/Turquia.
1996	Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA Novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUC's e DEMEC's nos Estados, para orientar a implantação dos Parâmetros Curriculares. Criação da Comissão Interministerial de EA. MMA.
1997	I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília. ICNEA IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais. Vitória.
1997	Conferência sobre EA em Nova Délhi, Índia. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloníki, Grécia.
1998	Criada a Lei nº 9.605 (Lei de crimes ambientais) que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
1999	Aprovada a Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental – PNEA.
2000	Após 10 anos em discussão foi criada a Lei nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
2002	Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis – SIBEA. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
2002	A Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável , depositando na Unesco a responsabilidade pela implementação da iniciativa.
2003	Durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá, é oficializado o PLACEA – Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental. Em janeiro é criada em Portugal a Rede Lusófona de Educação Ambiental , reunindo educadores ambientais brasileiros, portugueses e outras nacionalidades de língua portuguesa
2012	A Lei nº 12.651 altera novamente o Código Florestal Brasileiro , após muitas polêmicas sobre o tema.
2019	População mundial ultrapassa os 7.700.000.000 de pessoas
2020	Pandemia de <i>Coronavirus Disease</i> 2019 – COVID-19. Doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 que se espalhou rapidamente pelo mundo e provocou a morte de milhões de pessoas.

Fonte: Adaptado pela autora do Ministério do Meio Ambiente, 2020, e da plataforma Google.

Nota: No quadro, os grifos se referem ao que a autora considerou de destaque; as linhas com fundo cinza estão relacionadas com eventos mundiais, já as linhas com fundo branco são eventos no Brasil.

Com base no **Quadro 2**, selecionou-se alguns acontecimentos ambientais e foi produzida uma linha do tempo (**Figura 7**), na qual se torna visível a maior concentração de eventos socioambientais a partir de meados do século XX.

Os acontecimentos apresentados no **Quadro 2** e na **Figura 7** mostram que ocorreram várias tratativas internacionais relacionadas com as questões ambientais, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando, pelo uso da energia nuclear, ficou evidenciado a capacidade destrutiva do ser humano aos seus semelhantes e os impactos a longo prazo aos não humanos. E como não é possível compreender a natureza como algo homogêneo (LATOUR, 2017), mas de grande complexidade e relacionada a diversos fatores como econômicos, culturais, sociais e políticos, a natureza passou a cada vez mais a compor políticas públicas, especialmente de proteção e conservação: “[...] jamais desde as primeiras discussões dos Gregos sobre a excelência da vida pública, se falou de política sem falar de natureza; ou, além disso, jamais se fez apelo à natureza, senão para dar uma lição de política” (LATOUR, 2004, p. 59).

É possível, também, inferir por uma análise do **Quadro 2** e da **Figura 7** que, após a década de 1960⁵⁵, com uma maior urbanização e industrialização no mundo, os encontros ambientais para tratar de temas mais globais foram ampliados assim como as políticas para proteção ambiental, surgindo questões que tratavam de temas controversos como desenvolvimento sustentável e educação ambiental, nas palavras de Leff⁵⁶ (2006):

A retórica do desenvolvimento sustentado reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de nos conduzir para os objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social pela via mais eficaz: a do crescimento econômico guiado pelo livre mercado. (LEFF, 2006, p. 237).

Os novos acordos internacionais, pautados em um desenvolvimento que deveria ser sustentável, são bons exemplos de como o Estado passou a ser um dos principais atores no processo de operacionalização de políticas socioambientais e do controle populacional (especialmente dos mais pobres), sendo a natureza cada vez mais capitalizada pelo mercado (LEFF, 2006; COSTA⁵⁷, 2008a, 2008b; BARBOSA, 2019). Sobre as questões ambientais gerais, Costa aponta que:

⁵⁵ O livro *Primavera Silenciosa*, escrito pela bióloga Rachel Carson em 1962, é considerado um dos marcos do ambientalismo moderno. Nele a autora demonstrou como o Dicloro-Difenil-Tricloroetano, ou DDT, impactava a cadeia alimentar e a própria vida como um todo. Entretanto, um livro pouco conhecido foi escrito meses antes do de Carson por Murray Bookchin, sob o pseudônimo de Lewis Herber, e teve o título de *Our Synthetic Environment* (Nosso Ambiente Sintético, em tradução livre). Nele o autor alertava sobre os impactos dos produtos químicos utilizados como pesticidas ou na alimentação e posteriormente alertaria sobre possíveis mudanças climáticas (BOOKCHIN, [1975] 2010).

⁵⁶ Enrique Leff é sociólogo, doutor em economia do desenvolvimento. É um dos principais pesquisadores latino-americanos sobre a temática das políticas socioambientais.

⁵⁷ Heloisa Soares de Moura Costa é professora do Instituto de Geociências da UFMG, possui doutorado em Demografia e pesquisa sobre planejamento urbano, políticas públicas e implicações socioambientais.

Pode-se identificar claramente uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental nos últimos anos: da passagem de enfoques considerados conservacionistas, prevalentes no início dos anos 70, para aqueles que buscam associar desenvolvimento econômico à preservação ambiental [...]. (COSTA, 1999, p. 61)

Portanto, as tratativas internacionais também se relacionaram ao mercado, uma vez que para ele a natureza passou a ter mais valor destruída do que protegida, uma necropolítica ambiental. Nesse sentido, transporto o conceito de necropolítica de Joseph-Achille Mbembe⁵⁸ para a natureza. Esse conceito designa o poder proveniente da morte (MBEMBE, 2018a), no caso da natureza o poder dos governantes de criarem legislações que permitiram ao setor privado e mesmo o setor público realizarem atividades que provocaram uma destruição sem precedentes da fauna, flora, além de alterações significativas nos regimes hídricos e climáticos e do planeta. Animais, plantas, água e ar tornaram-se simples objetos de consumo. A natureza-mercadoria com valor-objeto para o mercado, aliada em alguns casos com a desterritorialização (MBEMBE, 2018b):

[...] Em correlação com a nova geografia de extração de recursos, assistimos ao surgimento de uma forma governamental sem precedentes, que consiste na ‘gestão de multitudes’. A extração e o saque dos recursos naturais pelas máquinas de guerra caminham de mãos dadas com tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las forçando-as a se disseminar por áreas que excedem fronteiras de um Estado territorial. (MBEMBE, 2018a, p. 58).

Levando isso em consideração, e que o ser humano está na natureza e nela interfere constantemente, além de que tal interferência humana pode afetar a vida de toda uma comunidade, local ou global, ela deveria estar pautada por discussões populares em larga escala (BOOKCHIN⁵⁹, 2010). Na grande maioria dos eventos mencionados no **Quadro 2** ou nas políticas públicas com eles relacionadas ocorreram poucas discussões populares para além dos círculos diretamente envolvidos. Então, seja por questões políticas, econômicas, ideológicas ou culturais, as discussões sobre a natureza ficaram a cargo de gestores públicos, entidades ambientalistas e alguns acadêmicos, sendo pouco discutida pela população em geral. Tal fato reverbera na afirmação de Latour de que: “[...] Após cinquenta anos de militância verde, com

⁵⁸ Joseph-Achille Mbembe nasceu em 1957 nos Camarões. É doutor em História e lecionou em diversas universidades como em Witwatersrand, em Johannesburgo, África do Sul; em Columbia e Harvard, nos EUA. Pesquisa temas como a África e a descolonização. Dentre os principais conceitos criados por ele estão os de necropolítica e afropolitanismo.

⁵⁹ Murray Bookchin nasceu em 1921, nos EUA, foi escritor e militante político, destacando-se como o fundador da Ecologia Social. Faleceu em 2006.

raríssimas exceções, as pessoas continuam a opor a economia à ecologia, as exigências do desenvolvimento às da natureza, as questões de injustiça social à atividade de mundo vivo” (LATOURE, 2020, p. 59).

O que ocorreu ao longo do tempo foi que algumas ideias sobre desenvolvimento sustentável e educação ambiental foram absorvidas pelos agentes do capitalismo, tornando-se parte do seu *modus operandi*, reconfigurados como conceitos-mercadoria. Com isso, foi gerado o marketing do verde com estratégias de mercado para venda de produtos considerados “ecologicamente corretos”. Assim, conforme aponta Leff (2006): “[...] a racionalidade econômica mercantiliza a natureza, as condutas ecológicas e os valores culturais” (LEFF, 2006, p. 237).

Retomando os acontecimentos apresentados no **Quadro 2** percebe-se que surgiram muitas leis que regem a temática ambiental, entretanto essas leis não são neutras: elas refletem ideologias e dispositivos de poder⁶⁰. Para Foucault:

A lei é concebida, portanto, como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitam ceder e a parte que eles aceitam reservar. Na outra problemática, na via radical, utilitarista, a lei será concebida como o efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera de intervenção do poder público e, de outro, a esfera de independência dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008, p. 57).

Considerando então a legislação como um dispositivo de poder, ela poderia ser vista como parte dos procedimentos de governamentalidade, ou seja, “a maneira como se conduz a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 258). E teria então, como um dispositivo “[...] uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1989, p. 244). Parte de tal condução e do domínio legal, ao qual estão submetidos os cidadãos, é proveniente de acordos internacionais, incluindo aqueles voltados para a proteção da natureza. Mas, em alguns casos, existem linhas de fuga, que conseguem estimular o pensamento crítico sobre tais acordos, como foi o caso da formação do processo de criação do socioambientalismo no Brasil, uma vez que a estruturação de fóruns de discussão ambiental internacionais favoreceu que especialmente, a partir dos anos 1980, que fossem ampliadas as discussões que envolvem a questão ambiental e a questão social.

⁶⁰ Foucault entendia o poder como uma chave analítica que transita pelos seres, sendo a governamentalidade, uma parte dessa chave: “[...] Creio que o poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Dito de outra maneira, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, 1989, p. 183).

A questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, do aparato do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa (LEFF, 2006, p. 282).

No caso brasileiro surgiram, no início da década de 80 do século XX, alguns movimentos sociais em prol da redemocratização do país, que tinham também outras pautas específicas, como as questões sociais e ambientais interligadas. Dentre eles, destaca-se o movimento socioambientalista surgido a partir das manifestações de seringueiros no estado do Acre, que originou organizações não governamentais e se articulou politicamente, estimulando o surgimento de novas legislações de proteção ambiental e de povos e comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000; SANTILLI, 2005). O que será mais bem tratado a seguir.

Aos poucos, o tema socioambiental repercutiu em diferentes escalas de poder, desde o local ao global. Um exemplo foram os eventos ocorridos durante a Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, a Rio + 10, em Joanesburgo, e a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável. Países como Estados Unidos da América, Vaticano, Andorra, Afeganistão, Taiwan, Timor-Leste, Maurítânia e Somália se recusaram a ratificar o protocolo, que, no mínimo, poderia auxiliar a diminuir a poluição na atmosfera.

É possível depreender que a governamentalidade socioambiental seja um campo de disputas econômicas, políticas e ideológicas, que por sua vez terão consequências sobre a vida dos humanos e não humanos. Em se considerando os humanos, a população mundial continua a crescer e a ter grandes disparidades em termos de posse da terra, renda e qualidade de vida. Inúmeras espécies e culturas desapareceram ou estão em risco de desaparecer. Ou seja, existem várias estratégias entre os atores sociais quanto às questões socioambientais, mas uma coisa é certa: a reprodução do capitalismo se perpetua em maior ou menor grau e vampiriza a governamentalidade⁶¹. Em parte das discussões, o humano foi separado da natureza, mas é preciso pensar que o humano é natureza, sendo necessárias políticas de reconciliação⁶². Nesse

⁶¹ Ver nota 57.

⁶² No final de 2019, foi descoberto na província de Hubei, República Popular da China, o vírus SARS-COV-2. Esse vírus se espalhou rapidamente gerando uma pandemia denominada COVID-19, que atingiu a maioria dos países do mundo. Pela primeira vez, após a gripe espanhola, houve indicativos de isolamento social em mais de cem países, decisão que afetou diretamente o setor econômico. Inicialmente, ruas com pouca circulação de pessoas, escolas, igrejas e comércio fechados. A economia se tornou secundária diante da necessidade de se proteger a saúde pública?! Não, paulatinamente a economia se adaptou à nova realidade pandêmica. Escrevo essa nota enquanto a pandemia já atingiu mais de treze milhões de pessoas no mundo, sendo proibida visitação e consequentemente a realização de atividades de pesquisas no interior das unidades de conservação federais enquanto perdurasse a pandemia (ANEXO G, ICMBIO, 2020a) e naquelas administradas pelo estado (MINAS

sentido, Latour afirma que, “[...] com efeito, a natureza é o obstáculo principal que congela desde há muito o desenvolvimento do discurso público” (LATOURE, 2004, p. 25). Esta pesquisa abrange uma categoria de unidade de conservação na qual o homem e natureza são integrantes de um mesmo território, no qual muitas políticas públicas se inter-relacionam e ao mesmo tempo conflitam. Como tal categoria surgiu será objeto da próxima seção.

2.3 Surgem as unidades de conservação brasileiras

Como os acontecimentos internacionais repercutiram no território brasileiro ao longo do tempo? Parte está descrito em termos de estruturação de políticas no Quadro 2, mas é preciso retroceder no ponto de início do quadro para compreender melhor o que ocorre com a natureza no Brasil, pois desde que foi encontrado pelos portugueses passou por várias transformações socioambientais, começando pela pisada deles por estas terras.

Uma primeira impressão sobre a natureza no Brasil é relatada por Pero Vaz de Caminha em Carta enviada ao rei de Portugal após o “achamento” destas terras. O relato de Caminha demonstra a visão conservadora e dominadora do Europeu sobre as terras e seus habitantes, antes desconhecidos, depois subjugados. Visão essa que predominou por longos anos na história do Brasil.

[...] Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram... Eles não lavram nem criam... Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! [...] (CAMINHA, 1963[1500], p. 2)

O atual território brasileiro era habitado por milhões de indígenas, mas existem poucas informações de como eles se relacionavam com os diferentes ecossistemas do país⁶³. Levando-se em conta que grande parte deles foi dizimada com o processo colonizador, o que ficou como

GERAIS, 2020). Esse fato acabou por atrasar a realização de atividades de campo e entrevistas presenciais. Meses depois, conforme Ofício SEI nº 934 publicado em 12 de agosto de 2020, foi determinado o retorno das atividades de pesquisa em Unidades de Conservação Federais. No caso de APA, desde que autorizada pelos proprietários e com a devida autorização do Sisbio (ICMBIO, 2020b).

⁶³ Aqui desconsiderando as representações dos indígenas na literatura ficcional, como nas obras *O Guarani* e *Iracema*, de José de Alencar

referência foram as maneiras com que alguns grupos atuais desenvolvem o etnoconhecimento, a sua cultura, sua cosmografia e as formas de utilizar a terra, dentre outros.

Cabe destacar que as narrativas culturais dos povos indígenas brasileiros foram publicadas em diversas línguas desde os tempos do Brasil Império. São narrativas fundantes da tradição e memória desses povos.

Tanto nos textos mais antigos, nas narrativas que foram registradas, como na fala de hoje dos nossos parentes na aldeia, sempre quando os velhos vão falar eles começam as narrativas deles nos lembrando, seja na língua do meu povo, onde nós vamos chamar o branco de Kraí, ou na língua dos nossos outros parentes, como os Yanomami, que chamam os brancos de Nape. E tanto os Kraí como os Nape sempre aparecem nas nossas narrativas marcando um lugar de oposição constante no mundo inteiro, não só aqui neste lugar da América, mas no mundo inteiro, mostrando a diferença e apontando aspectos fundadores da identidade própria de cada uma das nossas tradições, das nossas culturas, nos mostrando a necessidade de cada um de nós reconhecer a diferença que existe, diferença original, de que cada povo, cada tradição e cada cultura é portadora, é herdeira. Só quando conseguirmos reconhecer essa diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim poderemos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadeira entre nós. (KRENAK, 1999, p. 24-25).

Em relação ao colonizador, sabe-se que o desmatamento proveniente da busca pelo Pau-Brasil e a corrida mineradora geraram fortes impactos na paisagem e na história. Tais impactos foram fomentadores das primeiras articulações políticas e acadêmicas no país para estabelecimento de áreas protegidas⁶⁴. Além disso, especialmente após os grandes eventos ambientalistas mencionados no **Quadro 2**, ocorreram pressões de financiadores internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a criação de espaços protegidos no país, especialmente na Amazônia Brasileira (DIEGUES, 2008).

No artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), está disposto que cabe ao poder público definir os espaços que devem ser territorialmente protegidos, nos quais se destacam as Áreas de Preservação Permanente, a Reserva Legal e as Unidades de Conservação. As duas primeiras integram o Código Florestal brasileiro, assim conceituadas em seu artigo 3º:

[...] II – Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III – Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a

⁶⁴ Para maior detalhamento ver BARBOSA, 2013 e DIEGUES, 2008.

reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. (BRASIL, 2012).

Conforme aponta Juliana Santilli⁶⁵ (2005), uma das marcas da Constituição de 1988 foi a presença de ideias que estavam articuladas com o socioambientalismo, cujas premissas eram de que:

[...] as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental. (SANTILLI, 2005, p. 14).

De certa maneira, no bojo do socioambientalismo estariam as práticas do viver de forma mais “sustentável”, englobando questões socioambientais, socioeconômicas e políticas. E, especialmente, valorizando as vivências de povos e comunidades tradicionais. Assim, embora não diretamente mencionado na Constituição Brasileira, o socioambientalismo estaria presente na Carta Magna uma vez que essa “privilegia e valoriza as dimensões materiais e imateriais dos bens e direitos socioambientais, a transversalidade das políticas públicas socioambientais e a consolidação de processos democráticos de participação social na gestão ambiental” (SANTILLI, 2005, p. 5). É dessa visão que partiriam algumas das articulações políticas para estruturação de um sistema no Brasil que fosse focado em espaços protegidos, especialmente as unidades de conservação, que será apresentado a seguir.

⁶⁵ Juliana Ferraz da Rocha Santilli foi doutora em Direito Socioambiental e atuava como promotora de Justiça na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Distrito Federal. Foi uma das fundadoras do Instituto Socioambiental – ISA. Faleceu em 2015.

2.3.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

As unidades de conservação brasileiras estão alicerçadas na Lei nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), que assim as definiu:

[...] I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000).

Durante anos de discussão para a elaboração da Lei do SNUC, atores humanos políticos e representantes de organizações não governamentais buscaram interferir numa lógica autoritária de atuação do Estado no que tange às áreas protegidas, devido à pouca participação da sociedade nas políticas afeitas ao tema. Dessa maneira, e considerando o Brasil como um Estado Democrático de Direito, é notório que os cidadãos completos (CARVALHO⁶⁶, 2008), especialmente aqueles que seriam “afetados” por Unidades de Conservação, pudessem participar diretamente na estruturação e aplicação das políticas públicas voltadas para estas áreas. Entretanto, na prática, não foi isso que ocorreu no processo de criação de parte das unidades de conservação, seja na esfera municipal, estadual ou federal, conforme apontam os estudos de Gonçalves (2006) e Diegues (2000, 2008). Segundo Diegues:

Avaliando-se o período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil (1970-1986), em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais. (DIEGUES, 2008, p. 118).

Em termos históricos, uma das primeiras unidades de conservação oficialmente criadas no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937. Nesse mesmo ano, no artigo nº 134 da Constituição Federal, dispôs-se sobre a proteção de áreas protegidas e das paisagens:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, dos Estados e municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937a).

⁶⁶ José Murilo de Carvalho é sociólogo e doutor em Ciência Política. Foi professor da UFMG e de várias outras universidades como Notre Dame (E.U.A) e Oxford (Inglaterra). Dentre seus temas de pesquisa está a cidadania no Brasil

A Constituição abriu o caminho legal para o estabelecimento das áreas protegidas e para o ordenamento do patrimônio, o que também ocorreu com a edição do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que tratou da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, quem em seu artigo 1º, dispôs que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
 [...] § 2º – Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937b).

Ao longo do tempo, a criação de áreas protegidas no Brasil esteve relacionada tanto com essa temática da proteção ao patrimônio quanto com tentativas de diminuir a aceleração dos impactos ambientais provenientes do crescimento econômico, especialmente a partir da década de 1960. Por outro lado, parte disso foi balizado em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972. Na **Tabela 1** apresenta-se o quantitativo de unidades de conservação federais criadas e geridas pela União de 1937 até o ano 2018, uma vez que após esse ano e até meados de 2021 não foi encontrada nenhuma unidade criada pelo governo federal.

Tabela 1 – Unidades de conservação federais criadas e geridas pela União desde 1937 até 2018.

Ano de Criação	Somatório de UCs Número	Área das UCs federais (ha)
1937	1	28.086
1939	3	217.804
1946	4	256.724
1959	7	831.666
1961	16	1.679.285
1968	26	1.698.359
1971	27	1.804.926
1972	28	2.002.898
1974	31	3.604.779
1979	37	7.456.662
1980	41	10.892.547
1981	50	11.923.948
1982	62	13.422.572
1983	69	13.966.774
		[continua...]

		[conclusão]
1984	75	14.542.400
1985	89	16.577.588
1985	89	16.577.588
1986	94	16.803.749
1987	97	16.808.357
1988	104	17.627.663
1989	122	23.622.037
1990	136	27.012.569
1992	145	27.396.143
1993	146	27.411.061
1997	155	32.152.772
1998	168	36.947.165
1999	176	37.144.335
2000	182	37.657.411
2001	207	41.082.896
2002	227	48.361.133
2003	230	48.414.637
2004	238	51.209.879
2005	259	57.726.263
2006	281	68.985.711
2007	286	69.031.527
2008	294	74.824.193
2009	298	75.190.981
2010	305	75.381.511
2012	307	75.424.207
2013	308	75.425.567
2014	315	76.268.505
2016	321	79.033.326
2017	322	79.112.412
2018	334	171.424.217

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBio, Painel Corporativo, 2019b.

Em termos numéricos, somente considerando as áreas geridas pela União até meados de 2019, existiam 334 Unidades de Conservação federais sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, distribuídas em proteção integral e uso sustentável (ICMBIO, 2019), além das mais de 600 geridas por particulares e unidades de conservação estaduais e municipais. No **quadro 3**, apresenta-se um resumo das unidades de conservação federais criadas por categoria até 2019.

Quadro 3 – Dados Gerais das Unidades de Conservação Federais

DADOS GERAIS	
334 geridas pela união	
696 Reservas Particulares do Patrimônio Natural geridas por proprietários	
Ambiente continental: 9,1%	Ambiente marinho: 24,4%
Área protegida: 926.609 km ²	Área protegida: 787.633 km ²

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2019b.

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, existem cinco categorias pertencentes ao grupo denominado de proteção integral, ou seja, com grande restrição à presença humana, nas quais dentre as atividades que podem ser realizadas estão pesquisa e educação ambiental: Estação Ecológica, Monumento Natural; Parque; Reserva Biológica e Refúgio de Vida Silvestre. Desta categoria, a única que pode vir a ter habitantes em seu interior seria o Monumento Natural. Já sete categorias pertencem ao grupo de uso sustentável nas quais pode-se haver presença humana e até atividades econômicas, porém com algumas restrições são elas: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Cada uma dessas categorias apresenta características próprias, e poucas são aquelas nas quais a posse da terra pode ser privada; a de APA é uma delas. No **Quadro 4**, um resumo da distribuição geral por área continental e oceânica.

Quadro 4 – Unidades de Conservação Federais criadas até julho de 2019

Categoria	Quantidade N	Total em Ha
PROTEÇÃO INTEGRAL		
Estação Ecológica – ESEC Objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas sendo proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional. A posse e domínio são públicos.	30	7.209.341,42
Monumento Natural – MONA Objetiva preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode integrar áreas de posse e domínio públicos e áreas particulares, desde que compatíveis com os objetivos de criação da unidade.	5	11.540.275,86
Parque Nacional – PARNA Objetiva preservar ecossistemas naturais, pode ter a realização de pesquisas científicas, atividades de educação ambiental e de turismo ecológico. A posse e domínio são públicos.	74	26.864.000,64
Reserva Biológica – REBIO Objetiva preservação integral da biota e outros atributos naturais locais, sendo permitida a realização de pesquisas e proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional. A posse e domínio são públicos.	31	4.267.866,28
Refúgio de Vida Silvestre – REVIS Objetiva proteger ambientes naturais para a existência ou reprodução de espécies de fauna e flora. Pode integrar áreas de posse e domínio públicos e áreas particulares, desde que compatíveis com os objetivos de criação da unidade.	9	298.436,07
USO SUSTENTAVEL		
Área de Proteção Ambiental – APA Objetiva proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Possui terras públicas e privadas. É geralmente extensa e povoada.	37	89.766.821,29
Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Objetiva manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular seu uso. Possui terras públicas e privadas. É geralmente de pequena extensão e pouco povoada.	13	34.088,40
Floresta Nacional – FLONA Objetiva o uso sustentável dos recursos florestais e a realização de pesquisas científica, especialmente aquelas voltadas para exploração sustentável de florestas nativas. A posse e domínio são públicos.	67	17.827.439,08 [continua]

Categoria	Quantidade N	Total em Ha [conclusão]
Reserva de Fauna⁶⁷ Objetiva a realização de pesquisas sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Pode ter visitação. A posse e domínio são públicos.	0	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Objetiva preservar a natureza e assegurar as condições de qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais. É de domínio público.	2	102.619,45
Reserva Extrativista – RESEX Objetiva proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. É de domínio público concedido para populações tradicionais.	66	13.513.328,84
Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Objetiva a conservação da diversidade biológica. Pode ter atividade de pesquisa e de educação ambiental. É de posse e domínio privado, sendo gravada com perpetuidade e averbada em Cartório.	696	521.671,65

Fonte: Adaptado pela autora de BRASIL, 2000 e ICMBIO, 2019b.

No Brasil, já existem mais de 1.600 RPPN, das quais 696 foram estabelecidas pela União. O que chama a atenção para essa categoria é que ela é criada por iniciativa do proprietário que queira proteger partes de sua propriedade, ou seja, é um ato voluntário para a criação de uma unidade de conservação. A maioria das RPPN está concentrada em Minas Gerais, no Paraná, na Bahia e no Rio de Janeiro. Entretanto, o primeiro estado brasileiro a criar legislação própria para a RPPN foi o Mato Grosso do Sul, em 1993, seguido de Pernambuco, em 1996, e Minas Gerais, em 1998. A RPPN passou a ser formalmente reconhecida como categoria de unidade de conservação com o advento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, em 2000. Com esse embasamento legal, a categoria ganhou mais notoriedade e foram criadas cada vez mais reservas particulares por iniciativa dos proprietários nos vários níveis da federação: municipal, estadual e federal. Como a gestão da RPPN é privada, para auxiliar seus gestores foi criada a Confederação Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – CNRPPN, que, conjuntamente com Associações Estaduais e Regionais de Proprietários de RPPN, promove o envolvimento, a troca de experiências e informações entre os proprietários e gestores de RPPN⁶⁸ (CNRPPN, 2021; INEA, 2018).

⁶⁷ Não foi encontrado no sistema de informações do ICMBio (www.icmbio.gov.br) nenhum dado sobre criação de reserva de fauna no âmbito federal.

⁶⁸ Foram realizados 6 congressos nacionais específicos envolvendo os gestores e proprietários de RPPN, como também outros atores, como representantes das associações estaduais de RPPN, representantes de órgãos públicos como secretarias estaduais, o IBAMA e o ICMBio. O primeiro congresso ocorreu em 1996, em Brasília – DF. O

Assim, seja por iniciativa privada ou do setor público, muitos municípios brasileiros estão inseridos parcial ou integralmente em Unidades de Conservação, que abrangem desde áreas tipicamente urbanas até amplas áreas rurais. Cabe dizer que muitas vezes houve a imposição, especialmente sobre o espaço rural, de uma política de criação de áreas protegidas sem que as comunidades locais fossem ouvidas e/ou pudessem participar de sua gestão; assim, estaria um grupo (político, acadêmico ou econômico) concretizando seus ideais românticos nas áreas verdes, uma vez que como diria Charles Baudelaire⁶⁹, com certa ironia, “[...] Sois a maioria — em número e inteligência; portanto, sois a força — que é a justiça”. (BAUDELAIRE, 1995, p. 20).

2.3.2 A dimensão socioambiental das unidades de conservação

Henri Lefebvre (1999, p. 160) conceitua o urbano como o “[...] lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação”. Algumas vezes o urbano é identificado com os signos da urbanização, que tendem a gerar a imposição de valores de uma determinada classe sobre outra. Neste contexto, quando nas unidades de conservação a natureza foi idealizada como paradisíaca por alguns segmentos sociais, em certos casos tornou-se ou inacessível ao público em geral ou cenário para o desenvolvimento do lazer ao ar livre para os habitantes abastados das grandes cidades em busca de descanso e prazer (DIEGUES, 2000, 2008).

Entende-se então, que neste aspecto, agentes do Estado e fomentadores da cultura urbana de certa forma negariam a existência de cultura rural e as necessidades das comunidades locais a ela vinculadas. Isto se dá quando alguns atores querem impor seus valores/políticas aos demais e quando mitificam o espaço rural como um paraíso fadado à intocabilidade (DIEGUES, 2000, 2008). O que insinuava para a ampliação das tensões e controvérsias entre o urbano e o rural. Entretanto, neste processo algumas contraracionalidades surgem e insurgem:

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contraracionalidades. (SANTOS, 2006, p. 210).

último congresso ocorreu em novembro de 2020, de forma totalmente virtual, em função da pandemia de COVID-19 (CNRPPN, 2021; INEA, 2018).

⁶⁹ Charles-Pierre Baudelaire foi um tradutor e poeta francês. Considerado o fundador da poesia moderna, faleceu em 1867.

Ao considerar que o Brasil possui cerca de 80% da população concentrada em áreas urbanas, a racionalidade dominante tende a ser a urbana. É possível depreender que este montante exerça pressão sobre os recursos naturais, pois deles depende diretamente a produção dos seus carros, suas moradias, seus móveis, eletrodomésticos, brinquedos e outros. Essa população urbana é também detentora numérica de uma maior influência política para garantir seus direitos e o acesso àqueles recursos. Como parte das comunidades que têm conflitos gestados em áreas de Unidades de Conservação estão inseridas em ambientes rurais (DIEGUES, 2008) e não urbanos, infere-se que tais comunidades tenham mais dificuldades para a efetivação de direitos como a posse da terra e a justiça ambiental. Haveria, então, uma fissura ideológica entre cidade/campo, especialmente através da imposição de valores e políticas alheias ao espaço rural. Com base no exposto, percebe-se que o pano de fundo desta situação complexa e conflituosa seria uma relação dialética, ideológica e de poder entre atores com interesses diversos, permeada por um discurso competente, como discorre Marilena Chauí⁷⁰ (1997):

[...] O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUÍ, 1997, p. 7).

Considerando Foucault (2008), o governo manipula diversos interesses, sejam eles individuais ou coletivos, estando pautado numa autoridade que é abstrata e com a qual muitos cidadãos não se identificam, entretanto se submetem. Parte disto provém das relações de poder intercambiadas pelo que é chamado pelo autor de procedimentos de governamentabilidade, ou seja, “a maneira como se conduz a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 258). Tais procedimentos seriam cada vez mais procedimentos de governamentabilidade de partido do que propriamente de governamentabilidade de Estado (FOUCAULT, 2008, p. 264). No caso brasileiro, alguns movimentos sociais e culturais propiciaram uma ruptura histórica e questionaram os discursos competentes provenientes das classes dominantes, provenientes de vários setores como associações comunitárias, associações estudantis, associações de classe e políticas. Especialmente após a década de 1970, tanto os movimentos sociais organizados

⁷⁰ Marilena de Souza Chauí é doutora em filosofia. Pesquisa sobre temas como: filosofia, política, democracia. Dentre seus livros, destacam-se *O que é Ideologia, Cultura e Democracia, Brasil mito fundador e sociedade autoritária*.

(como o Movimento dos Sem-Terra e dos Seringueiros) quanto a mobilização da sociedade civil auxiliaram na reestruturação de um discurso que pudesse fazer frente ao discurso competente da classe dominante e trazer para a legislação e as políticas públicas questões relativas aos aspectos socioambientais, inclusive relacionados aos habitantes de áreas protegidas e seu entorno (DIEGUES, 2000; SANTILLI, 2005). Um exemplo, foram os estudos de Santilli (2005) que abordaram como os direitos socioambientais foram incluídos na Constituição brasileira, destacando-os como direitos de terceira dimensão, especialmente quanto aos direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas. Um ano após a publicação de Santilli, foi editado o Decreto nº 5.758 (BRASIL, 2006), que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, no qual foi enfatizada a importância da participação social como uma das diretrizes para a implementação do Plano. Neste sentido, como princípios do Plano destacam-se:

- III – valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza;
- XII – repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais;
- XX – promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas. (BRASIL, 2006)

O referido plano deveria estar em consonância com as políticas públicas urbanas e de desenvolvimento rural, entretanto não é isto que acontece, uma vez que a cultura tida como urbana muitas vezes desconhece a cultura tida como tradicional, que caracteriza muitas unidades de conservação. Isto se dá por vários motivos, dentre eles porque, conforme aponta Chauí (2008), existe um desconhecimento sobre o que seja comunidade:

[...] o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à sociedade, cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornarem-se sócios. (CHUAÍ, 2008, p. 57, grifo da autora).

Então, além do desconhecimento do que seja comunidade, também existe uma certa invisibilização de outras visões de mundo, de outras culturalidades e povos. Segundo Krenak:

Essa capacidade de projetar e de construir uma interferência na natureza, ela é uma maravilhosa novidade que o Ocidente trouxe para cá, mas ela desloca a natureza e

quem vive em harmonia com a natureza para um outro lugar, que é fora do Brasil, que é na periferia do Brasil. Uma outra margem, é uma outra margem do Ocidente mesmo, é uma outra margem onde cabe a idéia do Ocidente, cabe a idéia de progresso, cabe a idéia de desenvolvimento. A ideia mais comum que existe é que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas que aportaram no litoral e que aqui estava a natureza e a selva, e naturalmente os selvagens. Essa idéia continua sendo a idéia que inspira todo o relacionamento do Brasil com as sociedades tradicionais daqui, continua; então, mais do que um esforço pessoal de contato com o Outro, nós precisamos influenciar de maneira decisiva a política pública do Estado brasileiro. (KRENAK, 1999, p. 28-29).

Até meados da década de 1980 do século XX, houve uma tendência pouco democrática de criação e implantação das Unidades de Conservação pelos agentes do Estado. Neste caso, as comunidades destes espaços, especialmente as habitantes de unidades de conservação de proteção integral, estariam em estado de vulnerabilidade socioambiental. Dentre os autores que fizeram uma análise crítica sobre a questão ambiental e as políticas públicas no Brasil, pode ser mencionado Gonçalves (1995), que apresenta um breve histórico crítico do Brasil, em termos de ocupação espacial e relações de poder, traçando um quadro com as questões que para ele seriam os pilares dos problemas ambientais nacionais: questão industrial, questão urbana, questão agrária e questão demográfica. Relaciona tais questões com grandes obras que foram implementadas no país, com a concentração de homens, de terra e de infraestrutura; além de apresentar os impactos ambientais a elas referentes. Outro autor importante neste debate é Henri Acelrad⁷¹ (2015), que aborda a questão da territorialidade do capitalismo no Brasil, relacionando-a diretamente com os interesses de grupos dominantes e com a “privatização do meio ambiente comum”. O autor argumenta que as “resistências sociais” e as interferências internacionais auxiliaram na introdução da temática ambiental nas políticas públicas de forma mais explícita a partir dos anos 70, mas destaca que as políticas ambientais deveriam ser políticas de Estado e não de governos.

Costa (1999, 2008, 2012) desenvolveu pesquisas na qual aborda a problemática relacionada ao planejamento urbano e ambiental, o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A autora argumenta que, embora tenham sido ampliadas as instâncias de negociação dos conflitos em torno destas questões, a operacionalização das referidas políticas públicas ainda apresenta diversas dificuldades; podendo-se compreender que apenas planejar não resolve a complexidade dos problemas

⁷¹ Henri Acelrad é doutor em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Pesquisa temas como regulação ambiental, conflitos ambientais e justiça ambiental.

urbanos e ambientais. Outro importante estudo foi desenvolvido por Maria Helena Machado⁷² (2000), que tratou sobre a sustentabilidade no planejamento urbano, no qual constata que:

A ótica sobre o meio ambiente, ainda dominante no pensamento da elite brasileira (política, econômica e cultural), é de que nosso “capital natural” é inesgotável. Isso faz com que as questões relativas ao uso social da natureza se constituam em retórica de discursos bem intencionados, mas descolados das práticas sociais efetivas, e, principalmente, com que as ações governamentais e os organismos institucionais do meio ambiente operem de forma marginal, e muitas vezes contraditória, às macropolíticas econômicas, dissociando, portanto, os problemas ambientais das questões do desenvolvimento. (MACHADO, 2000, p. 83).

Diegues (1996) foi um dos primeiros autores a apresentar a figura dos “neomitos” e a interferência negativa das Unidades de Conservação na vida das comunidades tradicionais em diversos locais do Brasil, enfocando especialmente a importância dos movimentos sociais para a luta do reconhecimento de tais comunidades e sua inserção nas políticas públicas. A valorização do discurso identitário sócio territorial, especialmente a partir da década de 1980, estimulou a criação de reservas extrativistas, entretanto nas demais categorias de unidades as comunidades tradicionais ficaram relegadas,

É necessário buscar o entendimento do “outro” dentro da dimensão socioespacial das unidades de conservação; o entendimento de suas histórias individuais, de suas identidades e como atores integrantes de um grupo, de uma comunidade. Como afirma Stuart Hall⁷³ (2018), o uso do termo comunidade “[...] reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos... A manutenção de identidades racializadas, étnico-culturais e religiosas é, obviamente, relevante à autocompreensão dessas comunidades” (HALL, 2018, p. 72-73). E, sendo assim, algumas vezes, as comunidades se manifestaram reivindicando seus direitos (ou os que deveriam existir de fato), expondo seus conflitos e demonstrando o dissenso na luta por novos direitos (BARBOSA, 2013).

Ao se pensar nesses novos direitos no Brasil e na busca por justiça ambiental, especialmente no que tange às comunidades tradicionais, e considerando as políticas públicas relacionadas às unidades de conservação, umas das maiores conquistas dos movimentos sociais nos últimos tempos foi a promulgação da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), uma vez que tal política foi fruto da discussão travada por

⁷² Maria Helena Ferreira Machado é doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Dentre seus temas de pesquisa estão gestão urbana e meio ambiente.

⁷³ Stuart Hall foi um sociólogo jamaicano que investigou profundamente a questão da cultura e da hegemonia. Faleceu em 2014.

diversos representantes destes povos, o que deu “voz” a grupos que estavam excluídos do cenário político nacional e que muitas vezes eram representados por pessoas que não pertenciam aos seus grupos. Tal política é apenas o início de um caminho para valorização dos povos e comunidades tradicionais e diminuição da imposição de determinações legais alheias aos seus interesses enquanto grupo social. Conforme aponta Chauí (2008):

Graças às análises e críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas. (CHAUÍ, 2008, p. 59).

A desigualdade ambiental demonstra que também existe uma desigualdade social, ambas resultantes de disputas de poder e de conflitos que privatizam bens coletivos como a água, o solo, o ar (ACSELRAD, 2004). Tais desigualdades operam a partir de uma lógica econômica capitalista, que não infere relação entre degradação ambiental e injustiça social. Assim, especialmente a partir da formação do Movimento de Justiça Ambiental iniciado nos Estados Unidos nos anos de 1980, buscou-se tecer uma ligação entre a luta por direitos civis e as preocupações ambientais para que nas políticas públicas não ocorresse desigualdade social e racial. Parte destas lutas repercutiu no Brasil através do movimento socioambientalista na década de 80 do século XX, o que favoreceu a ampliação das instâncias de participação da sociedade nas políticas públicas mesmo que de forma gradativa (SANTILLI, 2005). Nesse contexto da participação social⁷⁴, seria possível imaginar que os planos de manejo das unidades de conservação pudessem auxiliar nas diretrizes da política urbana, e vice-versa, uma vez que são instrumentos de planejamento e de gestão destes espaços, podendo ser utilizados para a diminuição de conflitos socioambientais nestes territórios. Devendo, para serem eficazes, haver ampla participação da sociedade na sua elaboração, especialmente da que habita essas unidades, porém isso praticamente não ocorreu por um longo período (DIEGUES, 2000, 2008). Isso poderia advir de certo fetichismo, pois, conforme aponta Lefebvre (1999), em face da urbanização existe o fetichismo da satisfação de determinados grupos que ignoram as necessidades dos demais, além do fetichismo do espaço uma vez que “[..] Quem cria espaço cria o que o preenche” (LEFEBVRE, 1999, p. 146). Assim, tais grupos materializam nos

⁷⁴ Em minha dissertação de mestrado, há um subcapítulo discutindo a temática da participação social. Ver: BARBOSA, C. S. *Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas*. UFMG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-95CNPJ>. Acesso em: 17 jun. 2020.

territórios seus desejos, inclusive através da criação de normativas que os favoreçam, inclusive aquelas relacionadas com os planos de manejo.

Para além das unidades de conservação, as preocupações com a questão ambiental integram a legislação ambiental brasileira faz algumas décadas, como é o caso da promulgação do Código das Águas e do Código Florestal em meados da década de 1930 e que repercutem até os dias atuais. Todavia a participação social na elaboração de tais legislações, e das políticas ambientais a elas referentes, foi praticamente nula até meados da década de 1980 (SANTILLI, 2005). Posteriormente, em função inclusive de prerrogativas legais e da pressão dos movimentos sociais, este cenário começou a mudar, mas a participação social efetiva ainda é pequena e a descentralização do poder dos agentes do Estado é baixa (BARBOSA, 2013). Refletindo sobre o exposto, percebemos que ocorre uma separação entre as discussões sobre natureza e as políticas públicas de caráter participativo, que cria conflitos, o que não deveria ocorrer, pois, conforme aponta Latour: [...] “não existe de um lado a política e de outro a natureza” (LATOURE, 2004, p. 11).

Surge, então, um questionamento: a sustentabilidade, em todas as suas dimensões (econômica, social, política, ambiental), é possível nos moldes do capitalismo moderno? Que artifícios teóricos devem ser utilizados para o convencimento das elites econômicas e políticas no que tange à busca concreta da sustentabilidade tendo por base uma sociedade verdadeiramente democrática e participativa? As respostas poderão ser muitas, dependendo do olhar de cada ator sobre a realidade global e sobre sua realidade em particular, mas todas elas estarão carregadas de complexidade. O que não pode ocorrer é banalizar a temática ambiental ao ponto de não se procurar respostas aos problemas ambientais e sociais existentes na sociedade, especialmente se pensarmos na afirmação de Murray Bookchin que diz que a natureza “[...] É o todo, de que o homem pode ser a metáfora” (BOOKCHIN, s.d., p. 86). Então, se a natureza é o “todo”, o que acontece com ela afeta diretamente a humanidade, em maior ou menor grau. Como já dito, a partir dos anos 1980 foram criadas várias unidades de conservação no Brasil; a APA Carste de Lagoa Santa foi uma das unidades de conservação criadas no contexto preservacionista no Brasil. A categoria a que está relacionada que busca o uso sustentável de forma socialmente justa (BRASIL, 2000), congregando em seu interior áreas de maior preservação com áreas intensamente povoadas, zonas de refúgios para animais com áreas de pastagens e agrícolas, trilhas de terra batida próximas a um dos maiores aeroportos da América Latina. Foi esse território e seus atores que me atraíram para a investigação. E eles estão entremeados por diversos conceitos, que precisam ser identificados para melhor se compreender a complexidade que abarca a APA Carste de Lagoa Santa.

3 INICIANDO UM RELATO DE RISCO: DIÁLOGOS ENTRE CONCEITOS-DISPOSITIVOS E O SENSO “COMUM”

“[...] todo movimento de desterritorialização carrega consigo elementos de reterritorialização”

(HARDT, M. aba, Mil Platôs, 2011).

Quando se lê um texto, existem códigos de leitura expressos através de conceitos os quais, dependendo da interpretação que o leitor dará, poderão levar a compreensões diversas. Dessa maneira, é pertinente que o autor exponha as bases conceituais que sustentam o seu discurso e sua análise. Interessante é que, quando alguém formula um conceito e o apresenta, tempos depois, repercussões, especialmente acadêmicas, sobre ele aparecem. Assim, um conceito pode ser polissêmico, passível de críticas, reformulações e esquecimentos, mesmo os que tenham sido considerados em sua origem como radicais ou seminais. Numa perspectiva deleuziana, entendo que os próprios conceitos seriam atores-dispositivos, que nos levam a campos e interpretações diversos, estando muito relacionados com as trilhas conceituais que o ator-pesquisador decide seguir.

Parte dos conceitos que serão adotados já foram objeto de discussão ao longo da minha dissertação⁷⁵ de mestrado, tais como aqueles relacionados com o surgimento das diferentes categorias de unidade de conservação; do que seja espaço, território, territorialidade e participação social; e como esses conceitos podem ser relacionados com processos urbanos e econômicos globalizantes. Entretanto, o senso dito “comum” também é uma fonte interessante de conhecimento, e é a partir dele, baseando-se principalmente nas respostas dos atores sociais que participaram da pesquisa, que se decodifica parte da realidade na qual a tese está imbricada. Então, os conceitos nesta tese serão vistos como atores não humanos e dispositivos, uma vez que também agem. Reafirma-se aqui a constatação de Latour de que: “[...] Os não humanos refogem duas vezes da objetividade: não são nem objetos conhecidos por um sujeito nem objetos manipulados por um senhor (e também não, é claro, senhores eles mesmos)” (LATOURE, 2017, p. 220).

⁷⁵ Ver: BARBOSA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-95CNPJ>. Acesso em 1 jun. 2018.

3.1 O Dispositivo-Território

Dessa maneira, utilizando uma perspectiva conceitual-dispositiva do que seja espaço, território e territorialidade na modernidade globalizada, dentre os autores que me ancorei estão Milton Santos⁷⁶ (1992, 1997, 2006), Souza⁷⁷ (2009) e Saquet⁷⁸ (2010). Esses autores demonstram que o território se encontra intimamente relacionado com as relações de poder que ocorrem em um dado espaço, sendo a territorialidade vinculada ao pertencimento a esse território⁷⁹. Paralelamente, os objetos que compõem o espaço “são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados” (SANTOS, 2006, p. 267). Ou seja, as intencionalidades e ações dos atores que agem nesse espaço o moldam e qualificam. Assim, entende-se o território como o “espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder” (SOUZA, 2009, p. 78). Além disso, conforme apontam Guattari e Rolnik (2005), o território é vivido e apropriado subjetivamente:

[...] O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

Por outro lado, a própria desterritorialização e reterritorialização são fenômenos que acompanham os processos capitalistas de expansão territorial:

[...] A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

⁷⁶ Milton Santos foi doutor em Geografia e professor da Universidade de São Paulo. Sua obra é considerada como uma das mais importantes no âmbito das discussões sobre globalização e espaço urbano. Faleceu em 2001.

⁷⁷ Marcelo José Lopes de Souza é doutor em Geografia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre os temas de suas pesquisas, estão ecologia política urbana e espacialidade nas lutas sociais.

⁷⁸ Marcos Aurélio Saquet é doutor em Geografia e professor da Universidade Estadual do Oeste e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Dentre os temas que pesquisa, estão território e territorialidade; desenvolvimento territorial; agricultura familiar e migração.

⁷⁹ Um posicionamento diferente pode ser visto na obra de Haesbaert (2015, p. 13) que, ao citar Guattari, quanto ao entendimento sobre o conceito de território afirma que ele estaria relacionado com “[...] uma ordem de subjetividade individual e coletiva, à possibilidade dos grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’, homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante”.

Cabe ainda uma outra colocação: a do território como conceito agregador entre o real e o simbólico, o que é afirmado por Leff: “o conceito de território sintetiza, melhor que nenhum outro, a reaproximação entre o real e o simbólico no campo da ecologia política, entre modelos cognoscitivos, suportes materiais e ações sociais nas formas humanas de ser no mundo” (LEFF, 2006, p. 166).

Ressalta-se que tais conceitos serão apresentados na perspectiva de um território formado por uma unidade de conservação, que foi modificada ao longo do tempo conforme as necessidades de grupos específicos. O que não é uma particularidade apenas da APA Carste, pois as áreas protegidas desde sua formação foram percebidas desde como territórios para o desenvolvimento do sagrado, passando aos campos de caça até se chegar a sua identificação como mercado de reserva, conforme apontam Schama (1996) e Diegues (1996, 2000, 2008), que são alguns dos autores que auxiliaram no destrinchar do histórico sobre a conservação ambiental.

3.2 A Cultura-Identidade

As questões relacionadas ao conceito de cultura estão norteadas pelas discussões conceituais de vários autores. Inicialmente apresentarei alguns apontamentos do que vem a ser tratado como cultura. Parece um conceito simples, mas ao enveredar sobre suas nuances, simbolismos e as várias sugestões de conceituação tem-se grande complexidade de respostas. Não me atreverei (e nem seria possível em um subcapítulo) a apresentar todas elas, então escolhi algumas das suas variantes para discutir sobre o tema numa tentativa de apresentá-lo em parte de densidade e diversidade conceitual e crítica.

Nesse ponto resta uma dúvida: será que quando foi formulado artigo 2º do decreto de criação da APA Carste, no qual se afirma que um dos objetivos da unidade é “garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional” (BRASIL, 1990), seus autores debateram ou tinham ideia sobre tal complexidade da cultura? Eles conversaram com as gentes da APA sobre sua(s) cultura(s) e como ela(s) também está(ão) inserida(s) na paisagem? Essa é uma controvérsia que espero poder rastrear nas seções 4 e 6.

De certa maneira, é possível entender que a cultura dá um suporte material e imaterial ao presente proveniente do passado e encontra-se em constante modificação e até reinvenção. Considerando as narrativas de continuidade entre passado e presente, que permeiam a cultura,

de Melville Herskovits⁸⁰, ele afirmava que uma das melhores definições de cultura foi apresentada pelo antropólogo Edward Burnett Tylor⁸¹ ao dizer que cultura é “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (HERSKOVITS, 1973, v. 1, p. 31).

Herskovits afirmava ainda que a cultura poderia ser entendida como “a parte do ambiente feita pelo homem” (HERSKOVITS, 1973, v. 1, p. 31), manifestando-se de diversas maneiras, desde os objetos ao pensamento, não sendo estática e dando um suporte ao presente proveniente do passado: “Ao confrontar a estabilidade cultural com a mudança cultural devemos reconhecer e primeiro lugar que a prova de que dispomos demonstra indubitavelmente que a cultura é dinâmica; que as únicas culturas completamente estáticas são as mortas” (HERSKOVITS, 1973, v. 1, p. 34).

Um dos antropólogos mais conhecidos do século XX, Claude Lévi-Strauss⁸² dizia que a passagem da natureza para a cultura se dava a partir da criação da regra social da proibição do incesto. Tal regra, conforme suas pesquisas, poderia ser considerada como universal, uma vez que era associada a vários grupos sociais em diferentes continentes (LÉVI-STRAUSS, 1980). Para este autor, os estudos sobre cultura envolviam as próprias particularidades dos pesquisadores:

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 53).

A afirmação Lévi-Strauss tem paralelo ao que Peter Metcalf⁸³ chama de choque cultural do pesquisador quando num estudo “ênfatisa os aspectos desagradáveis de cruzar fronteiras culturais” (METCALF, 2015, p. 5). E essas fronteiras existem sob diversos outros aspectos, como o ideológico, o político e o socioeconômico. Assim, perceber e ultrapassar tais fronteiras

⁸⁰ Melville Jean Herskovits nasceu em Ohio, EUA, no ano de 1895. Foi um antropólogo que, dentre outros temas, pesquisou o relativismo cultural, aculturação e a cultura negra na África e na América. Faleceu em 1963.

⁸¹ Edward Burnett Tylor nasceu em Londres em 1832, foi um antropólogo cujas pesquisas estavam relacionadas com a temática da cultura. Faleceu em 1917.

⁸² Claude Lévi-Strauss nascido em Bruxelas em 1908 foi doutor em filosofia e um dos antropólogos mais conhecidos no século XX. Na juventude foi Secretário Geral dos Estudantes Socialistas. Após se formar, trabalhou alguns anos no Brasil, onde lecionou e fez estudos sobre tribos indígenas. Possui uma vasta obra especialmente, ligada à denominada antropologia estruturalista.

⁸³ Peter Metcalf é antropólogo que, dentre outros temas, pesquisa as sociedades do sudeste asiático.

depende tanto de uma iniciativa do pesquisador quanto dos demais atores envolvidos na pesquisa.

Voltando à temática da cultura, uma questão que merece destaque é que, à medida que as cidades foram se modernizando e capitalizando, especialmente após a década de 1960, a cultura também passou a ser considerada como um recurso, indo além da pura mercadoria e se transformando numa das racionalidades da sociedade disciplinar, como afirma George Yúdice⁸⁴ (2006). Essa racionalidade cria produtos culturais, buscando impor hegemonias através de estratégias específicas, como pela mídia, pela música, pela arte de uma forma geral, além da criação de objetos. Assim, a lógica do capital auxilia na degradação socioambiental pela fabricação artificial de desejos de consumo.

Por outro lado, a cultura está relacionada com a identidade, sendo construída ao longo da vida do indivíduo e do(s) coletivo(s) ao qual pertence e se permite pertencer; não é algo puro, é permeada por outras culturalidades, identidades e poderes (HALL, 1997, 2018; BAUMAN, 2005). Nesse sentido, para Hall (1997), a cultura é também uma estratégia de luta:

[...] a cultura é agora, um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica do novo milênio. Não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, em vez de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam, progressivamente, a feição de uma política cultural. (HALL, 1997, p. 4).

Outro apontamento de Hall (2018) é o de que a identidade cultural é um processo,

[...] não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2018, p. 44).

Bauman compreende a identidade como um processo de construção contínuo e como luta diante de conflitos em um mundo cada vez mais globalizado: “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado [...]” (BAUMAN, 2005, p. 84).

Então, considerando que a cultura é também um processo, ela passa por transformações, uma vez que as culturas não estão imobilizadas no espaço-tempo, e isso é um dos fatores que acabam por gerar críticas ao termo ou à categoria denominada como cultura. Dentre elas,

⁸⁴ George Yúdice nasceu em Nova York, EUA, em 1943, é doutor em letras e atua como professor e diretor do Departamento de Línguas e Culturas Modernas da Universidade de Miami. Dentre seus temas de pesquisas, estão cultura contemporânea, gentrificação e política cultural.

mencione as críticas provenientes dos marxistas, para os quais os trabalhadores deveriam “superar aquelas coisas que os tornam diferentes — suas culturas — e se reunir em um esforço mundial comum contra seus opressores” (METCALF, 2015, p. 152), ou melhor, desenvolverem a consciência de classe. Este autor define cultura como o ato de “plantar ensinamentos na pessoa jovem” (METCALF, 2015, p. 4). Se assim o for, os que já não são considerados jovens não se apropriariam de novas culturas? Ou reinventariam suas próprias culturas? Influenciados por quem? As respostas podem ser amplas, mas por enquanto ficará uma constatação: a cultura é algo dinâmico, sofrendo influências ao longo do tempo por diversos segmentos, como também os influenciando. O que pode ter paralelo com a afirmação de Hall de que a cultura é chave na “[...] constituição da subjetividade, da própria identidade, e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 6).

Nesse ponto, uma outra constatação deve ser feita, o silêncio oficial sobre as memórias comunitárias e de grupos minoritários é também uma forma ideológica de dominação cultural, pois a memória “coletiva oficial” muitas vezes está associada à memória dos grupos dominantes e ao que querem guardar/resguardar (POLLAK⁸⁵, 1989). Algumas vezes essa possibilidade de resistência acaba por gerar conflitos entre os que querem se impor e os que não acatam tal imposição; a cultura, e tudo a ela associado, torna-se parte de um jogo, com regras não declaradas e até não visíveis num primeiro momento. Nesse ponto, é como destaca Pollak, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992).

É também relevante se considerar que a identificação cultural passou a ser uma forma de resistência de alguns grupos à imposição da cultura de outros grupos, uma vez que a “[...] cultura é amplamente reconhecida como fator subjetivo e coletivo de autoafirmação”. (MARTINS⁸⁶, 2010, p. 44). É nesse ponto que a cultura poderia ser identificada como um dispositivo de duas faces: imposição e resistência coletiva.

John Storey⁸⁷ (2015), ao analisar as várias conceituações para cultura, diz que ela representa [...] “os textos e as práticas cuja principal função é significar, produzir significado ou servir de ocasião para produção de significado [...]”, gerando “práticas vividas” (STOREY, 2015, p. 14). Para Storey, a cultura também estaria relacionada com práticas de resistência, como na cultura popular:

⁸⁵ Michael Pollak era sociólogo, pesquisava sobre política e identidade social. Faleceu em 1992.

⁸⁶ Estevão Chaves de Rezende Martins é doutor em Filosofia e História e Pesquisador Colaborador Sênior em História na Universidade de Brasília.

⁸⁷ John Storey é professor de estudos culturais na Universidade de Sunderland na Inglaterra e na Universidade Normal de Shaanxi, China. Pesquisa temas como cultura e utopismo radical.

[...] um lugar de luta entre a ‘resistência’ de grupos subordinados e as forças da ‘incorporação’ que operam a favor dos interesses de grupos dominantes. Cultura popular, nesse sentido, não é a cultura imposta, a dos teóricos da cultura de massa, nem aquela cultura antagonista que emerge espontaneamente, vinda de baixo, do ‘povo’ — é um terreno de trocas e negociação entre as duas: um terreno, como já dito, marcado por resistência e incorporação. (STOREY, 2015, p. 30).

É nesse contexto da cultura como a expressão do que é significativo e como expressão de resistência, que “negocia” com o novo que chega para se manter “viva”, o que se busca identificar com essa pesquisa. Levando em consideração todas as possibilidades conceituais do que seja cultura, torna-se cada vez mais complexo uma definição sobre o que seja a cultura regional que deva ser conservada pela APA Carste, uma vez que neste território encontram-se diversos atores humanos (sejam de áreas urbanas ou rurais). Esses atores carregam consigo suas memórias, auxiliam na formação da paisagem cultural da APA, que é um território formado por diversas “memórias”. Alguns desses atores foram identificados e suas ponderações sobre o que poderia abarcar a cultura regional da unidade de conservação constam na seção 5 desta tese.

Adiante serão apresentadas algumas das políticas que estão relacionadas com o patrimônio e a culturalidade regional.

3.3 O Patrimônio-Paisagem

É possível proteger e conservar uma cultura sendo ela uma categoria mutável ao longo dos anos? Proteger de quem e para quem? Resposta difícil, mas algumas políticas buscaram estabelecer meios de salvaguardar a cultura, especialmente a de povos tradicionais. No **Quadro 5** estão apontadas algumas dessas políticas, o que não significa que sejam plenamente colocadas em prática.

Quadro 5 – Exemplos de leis e decretos sobre cultura e patrimônio no Brasil

Brasil	Ano	Detalhamento
Decreto-Lei nº 25	1937	Organizou formalmente a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu os livros do tomo.
Lei nº 3.924	1961	Dispôs sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Decreto legislativo nº 71	1972	Tratou sobre as medidas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais
Lei nº 6.292	1975	Estabeleceu sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Decreto legislativo nº 74	1977	Dispôs sobre aprovação da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Conferência Geral da Unesco.
Constituição	1988	Os direitos culturais são elevados à categoria de direitos fundamentais. Exemplos: Arts. 215 e 216. [continua]

Lei nº 7.668	1988	[continuação] Dispôs sobre a criação e funções da Fundação Cultural Palmares (FCP), Art. 1 “[...] com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.”
Lei nº 8.313	1991	Criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).
Decreto nº 3.551	2000	Estabeleceu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
Decreto nº 4.887	2003	Regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto legislativo nº 22	2006	Aprovou o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de Paris em 2003.
Decreto nº 6.040	2007	Estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Lei nº 12.343	2010	Instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIC).

Fonte: Adaptado pela autora de CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013.

Como apresentado no **Quadro 5** a temática da cultura e do patrimônio com ela envolvido foi valorizada pela Constituição de 1988, destacando-se a oficialização do patrimônio cultural imaterial no seu artigo 216 que dispõe que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

No ano de 2003, foi estabelecida uma Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial⁸⁸, ao que o Brasil foi signatário pelo Decreto nº 5.753, de 2006. Na referida Convenção, anexa ao Decreto nº 5.753, o patrimônio cultural imaterial foi apresentado de maneira ampla, envolvendo diversos aspectos da cultura em geral, a saber:

⁸⁸ Existem outros instrumentos internacionais que tratam sobre cultura e patrimônio imaterial tais como a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (1989), a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), a Declaração de Istambul (2002), além de recomendações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, UN-HABITAT, que não serão analisados nesta tese.

1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O "patrimônio cultural imaterial", conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais. (BRASIL, 2006).

No Plano Nacional de Cultura estabelecido pelo governo brasileiro em 2010, a cultura foi compreendida “[...] como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 183). Tal compreensão reforça a complexidade que envolve a categoria cultura. Entretanto, quando a cultura integra de alguma forma os aspectos legais ou é utilizada como instrumento de justificação ou imposição de determinados grupos, ela também está diretamente relacionada com o poder, uma vez que “a cultura que enquadra e altera as relações sociais ingressa forçosamente na equação do poder como fator decisivo” (MARTINS, 2010, p. 2). Assim, quando a própria cultura de um grupo pode vir a ser utilizada como pano de fundo para alterações territoriais significativas, as consequências sociais e econômicas para outros grupos podem ser significativas do ponto de vista negativo no sentido social e ambiental. Parte disso, pode estar relacionada com o que veio a ser denominado de gentrificação.

3.4 A Gentrificação-Paisagem-Despaisagisamento

Conforme aponta Carlos Ribeiro Furtado⁸⁹ (2011), o termo gentrificação inicialmente estava relacionado às modificações urbanas em áreas centrais de Londres habitadas pela classe trabalhadora para que fossem futuramente ocupadas pela classe alta (*gentry*). Em 1982, no

⁸⁹ Carlos Ribeiro Furtado é doutor em Sociologia e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua nas áreas de urbanismo e gentrificação.

dicionário *American Heritage*, já aparecia o termo gentrificação como sendo a “**restauração de propriedades urbanas deterioradas**, especialmente em bairros da classe trabalhadora pelas classes **média e alta**”⁹⁰ (SMITH; WILLIAMS, 1986, p. 1, grifo nosso, tradução nossa). Ao longo do tempo, o conceito passou por modificações, sendo que atualmente a “reabilitação residencial é apenas uma das facetas de processos mais profundos de reestruturação econômica, social e espacial que ocorrem nas cidades” (FURTADO, 2011, p. 17). Em suma, a gentrificação está relacionada com uma reestruturação urbana, na maioria das vezes, excludente.

Um dos principais estudiosos da gentrificação foi o geógrafo Neil Robert Smith. Em uma de suas publicações, em 1986, que se tornou um clássico para as análises do tema da gentrificação, ele expõe:

[...] Na realidade, a gentrificação residencial está integralmente ligada ao redensolvimento de fachadas urbanas para atividades recreativas e outras, ao declínio das demais instalações industriais do centro da cidade, à ascensão de complexos hoteleiros e de convenções e desenvolvimento de escritórios na cidade central, bem como o surgimento de lojas modernas, restaurantes e distritos... A gentrificação é um **componente espacial visível** dessa transformação. **Um processo altamente dinâmico, não é passível de definições excessivamente restritivas.** (SMITH; WILLIAMS, 1986, p. 2-3, grifos nossos, tradução nossa)⁹¹.

Smith argumentava que a gentrificação pode ocorrer em etapas desde uma forma esporádica até uma forma mais generalizada (SMITH, 2006). É um processo que envolve diversos atores, dentre eles o estado e o mercado:

Uma nova “gentrificação complexa” e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classista. Essa gentrificação classista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais assegurados pelo mercado do que por sua própria regulamentação. (SMITH, 2006, p. 79).

Para o incentivo do crescimento urbano, um dos pilares é o próprio mercado imobiliário:

O desenvolvimento imobiliário urbano — a gentrificação em sentido amplo — tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a

⁹⁰ Texto original: “*restoration of deteriorated urban properties, especially in working-class neighborhoods of the middle and upper classes*”.

⁹¹ Texto original: “*In reality, residential gentrification is integrally linked to the redevelopment of urban facades. recreational and other activities, the decline of other downtown industrial facilities, the rise of hotel and convention complexes and office development in the central city, as well as the emergence of modern shops, restaurants and districts... Gentrification is a spatial component visible from this transformation. A highly dynamic process is not liable to overly restrictive definitions*”.

“regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços. (SMITH, 2006, p. 85).

Com a gentrificação, ocorre uma indução a novos modelos urbanísticos e conceitos culturais que podem se espalhar em outras partes do território e uma mudança no valor da terra (BOGUS; RIBEIRO, 2014). Gentrificação é, portanto, um processo que está relacionado a uma combinação de fatores variados que se inter-relacionam para auxiliarem na apropriação territorial e simbólica de um dado lugar por determinada classe ou grupo. Resumidamente a expressão gentrificação “[...] foi concebida originalmente para fazer referência a um processo de elitização ou de ‘enobrecimento’ de determinados lugares da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares” (PEREIRA, 2014, p. 308, aspas do autor).

Quando agentes do Estado interferem nesse processo, outra forma de gentrificação surge, aliando Estado e mercado na promoção de políticas de planejamento estratégico e as propostas de revitalização de partes das cidades, o que integra agendas neoliberais de ordenamento territorial (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006)⁹². Surgem com isso processos de apropriação do território por novos atores com estratégias diferenciadas, sejam materiais (como modificações em estilos de construções e reordenamento de arruamentos) ou imateriais com introdução de simbolismos típicos de dado grupo, que na maioria das vezes culminam com a expulsão dos antigos ocupantes do território, seja de forma involuntária (coerção) ou voluntária (venda de imóvel) (PEREIRA, 2014; BOGUS; RIBEIRO, 2014).

Tomando os estudos realizados por Leonardo Castriota⁹³, o autor afirma que a gentrificação altera de forma crescente o valor dos imóveis urbanos e das terras circunvizinhas. Destaca ainda que a maioria das pesquisas sobre o tema dizem respeito às áreas da Europa ou Estados Unidos da América, sendo que na América Latina esses estudos ainda estão no começo. Castriota aponta também que o conceito deveria ser rearticulado para ser mais bem compreendido sobre as diferentes realidades e temporalidades das cidades latinoamericanas. Castriota afirma que na América Latina a gentrificação tem forte participação da administração pública e do mercado imobiliário, aliados em políticas neoliberais que beneficiam o

⁹² Catherine Bidou-Zachariassen é socióloga. Pesquisa sobre espaço, classes, gentrificação.

⁹³ Leonardo Barci Castriota é doutor em Filosofia e Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, é o presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL). Dentre suas pesquisas estão temas como patrimônio e planejamento urbano.

investimento privado e expulsam as populações mais pobres de seus locais de moradia. Havendo a necessidade de que nas pesquisas aponta-se “[...] para políticas urbanas neoliberais que estão vinculadas intrinsecamente a aparatos posteriores da gentrificação na América Latina, sendo decisivo aqui o papel das administrações públicas [...]” (CASTRIOTA, 2017, p. 92).

A gentrificação provoca uma desterritorialização do outro, então pode-se dizer também que ela provoca um despaisagisamento. Cabe destacar que despaisagisamento não é um conceito em si, aqui foi entendido como uma profunda modificação ou perda de uma paisagem de forma repentina ou ao longo do tempo. Assim, considerando que a paisagem é o que media o “homem moderno e o mundo em que vive” (BESSA⁹⁴, 2017, p. 183), quando há gentrificação, provoca-se um outro conflito que perpassa a relação singular entre o ser e a paisagem, o ser e sua culturalidade, que está inserido ou a que para ele tem significado. Mas o que vem a ser a paisagem?

Paisagem é uma categoria que abarca diversos conceitos. Em 1913, Georg Simmel (2009) fez um dos primeiros textos filosóficos sobre a paisagem enquanto uma categoria do pensamento. Aborda-a na relação do eu com as coisas, nos sentimentos por ela projetados nesse eu subjetivo. Assim o ser sente a paisagem e é aí que ela se torna a paisagem em si; para o outro, ela é experienciada. O que é reafirmado por Bessa (2017): “Ela registra a narrativa temporal do pensamento humano, pelas marcas que faz aderir ao ambiente. A paisagem, esta categoria privilegiada enformadora do real, é o lugar onde tempo e espaço se articulam” (BESSA, 2017, p. 182).

Para Anne Cauquelin⁹⁵, a paisagem relaciona-se diretamente com a natureza. Conforme a autora “[...] A paisagem não é uma metáfora para a natureza, uma maneira de evocá-la; ela é de fato a natureza... A natureza-paisagem é um só termo, um só conceito — tocar a paisagem, modelá-la ou destruí-la, é tocar a própria natureza” (CAUQUELIN, 2007, p. 38).

Paul Claval⁹⁶ (2004, 2007), que é um dos fundadores da denominada Geografia Cultural, abordou a paisagem desde sua perspectiva essencialmente física até sua relação com a cultura, e de certa forma evoca sua percepção de forma subjetiva. Para o autor, a paisagem é ao mesmo tempo física e imaterial. Sua apreensão subjetiva ocorre a partir do que carregamos da nossa história pessoal e coletiva, influenciando, portanto, na tradução do que é visto e sentido. O que se relaciona à afirmação de Claval (1999) de que: “[...] O que lemos no mundo

⁹⁴ Altamiro Sérgio Mol Bessa é pós-doutor em Filosofia da Paisagem e Arquitetura Paisagística e professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁹⁵ Anne Cauquelin é doutora em filosofia e professora emérita das Universidades de Picardie e Nanterre, na França. Dentre seus temas de pesquisa estão: planejamento urbano, arte, natureza e paisagem.

⁹⁶ Paul Claval nasceu em 1932, é geógrafo e pesquisa temas relacionados com a cultura.

e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar” (CLAVAL, 2007, p. 81).

Segundo Santos, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Ela pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 2014, p. 61). Assim, a paisagem é física e sensorial.

Considerando que as coisas são aquilo que interpretamos delas, seus símbolos e sentidos, pode-se afirmar, como Simmel, que a paisagem não existe em si mesma, uma vez que é o homem o seu criador: “A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos, nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de ‘paisagem’” (SIMMEL, 2009, p. 7, aspas do autor).

Paisagem não é algo apenas físico, ela também é subjetiva, aparente em diversos sentidos. Como aponta Tim Ingold⁹⁷: “Ver o céu é ser o céu, pois o céu é luminosidade e a percepção visual do céu é uma experiência de luz”⁹⁸ (INGOLD, 2011, p. 128, tradução nossa). As paisagens ao mesmo tempo que significam algo para o humano, também o transformam: “As paisagens assumem significados e aparências em relação às pessoas, e as pessoas desenvolvem habilidades, conhecimentos e identidades em relação às paisagens em que se encontram”⁹⁹ (INGOLD, 2011, p. 12, tradução livre).

Tendo por base a possibilidade de se perceber a paisagem como algo transformador, Jean-Marc Besse¹⁰⁰ destaca a importância de se ler a paisagem visível que está no território, o qual é “afetado por qualidades paisagísticas particulares, próprias ao interesse daquele que o considera” (BESSE, 2014, p. 62). Nesse sentido, o território sofre uma decodificação a partir da leitura das paisagens que o compõem. Besse argumenta ainda que essa leitura também se relaciona com uma formação cultural, estando, portanto, relacionada com o sentir, entretanto nunca é um ato totalizante: “[...] A paisagem por ser ausência de totalização, é antes de mais nada, a experiência da proximidade das coisas” (BESSE, 2014, p. 80). Assim, a paisagem

⁹⁷ Timothy Ingold é doutor em Antropologia. Pesquisa sobre percepção ambiental, política e teoria da evolução.

⁹⁸ Texto original: “*To see the sky is to be the sky, since the sky is luminosity and the visual perception of the sky is an experience of light*”.

⁹⁹ Texto original “*Landscapes take on meanings and appearances in relation to people, and people develop skills, knowledge and identities in relation to the landscapes in which they find themselves*”.

¹⁰⁰ Jean-Marc Besse é doutor em História, pesquisa sobre epistemologia, paisagem e ambiente. É professor na Universidade de Paris-I, na Escola Nacional Superior de Paisagem de Versailles e no Instituto de Arquitetura da Universidade de Genebra.

embora na “aparência” possa parecer que é neutra, ela nunca o é, pois está afeita a desdobramentos e intencionalidades.

Como argumenta Besse, a “profundidade da paisagem é a da existência” (BESSE, 2014, p. 92). O que de certa forma é referendado por Cauquelin quando a autora evoca que “[...] temos a impressão de que a paisagem preexiste a nossa consciência, ou, quando menos, ela nos é dada ‘anteriormente’ a toda cultura (CAUQUELIN, 2007, p. 29, aspas da autora).

Há que se considerar que a paisagem está sujeita a mudanças, pois, conforme Santos, “[...] A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É o resultado de adições e subtrações sucessivas” (SANTOS, 2014, p. 74). E as mudanças que ocorrem na paisagem são dependentes da sociedade, conforme Santos:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

3.5 A Paisagem-Cultural

Nessa complexificação do conceito de paisagem, ela passou por ter adjetivações, e uma delas é a de paisagem cultural. Giuliana Andreotti¹⁰¹ (2013), ao fazer um levantamento sobre as teorias relacionadas com a paisagem, e especialmente a paisagem cultural, afirma que ela “[...] É um modo de perceber no qual a psique exercita uma ação fundamental quando o observador entra em contato com a paisagem com a intensidade das sensações e sentimentos e se identifica com toda a experiência da humanidade” (ANDREOTTI, 2013, p. 11). A autora defende que a paisagem cultural seja, a união entre o que representa o visual para o observador, integrado ao seu percurso “[...] histórico, psicológico e cultural”. (ANDREOTTI, 2013, p. 55). Nesse sentido, a paisagem cultural inicia no indivíduo, em suas interrelações com o exterior.

Quando Guattari (1992) anuncia que quem vê uma obra se torna também seu coautor pela subjetividade que nele habita, quando se vê uma paisagem poderia se fazer também esse paralelo. Quem observa uma paisagem se torna seu coautor. Assim, nessa simbiose da visão paisagem-subjetividade há um encontro também com a coletividade, com a culturalidade.

A paisagem cultural é parte de um comum social que estaria enraizado no indivíduo por uma memória e sentimento que é coletivo. Um dos autores que propôs a abordar a memória

¹⁰¹ Giuliana Andreotti é doutora em História e professora do Departamento de Letras e Filosofia da Università degli studi di Trento/Itália. Pesquisa sobre geografia, cultura e paisagem.

como uma construção coletiva foi Maurice Halbwachs¹⁰² (1990). Para o autor, mesmo a memória individual está impregnada pelo outro (como familiares, amigos, colegas de trabalho). E seria essa memória coletiva que favoreceria para a manutenção de um dado grupo e para manutenção de sua própria identidade enquanto um coletivo.

A paisagem categorizada como cultural está, portanto, além do visível; ela o ultrapassa e alcança o sensível, o que teria um valor não tangível. Esse valor é individual, e quando é compartilhado por mais de um indivíduo é um valor que se torna coletivo. Assim, pode-se entender que a paisagem cultural é uma paisagem coletiva.

Ressalta-se que, internacionalmente, foi apenas em 1992 que a paisagem cultural, enquanto uma categoria, passou a integrar o patrimônio cultural coletivo, quando a UNESCO fez tal reconhecimento (SCIFONI¹⁰³, 2016). No caso brasileiro, levando em consideração os documentos e instrumentos legais sobre paisagem cultural, em 1988, pelo artigo 216, a Constituição Federal abriu os caminhos para a paisagem integrar o patrimônio cultural, entretanto a categoria foi oficialmente criada em 2009, com a edição da Portaria nº 127, pelo IPHAN, que agregou na paisagem cultural o patrimônio material e imaterial:

Trata-se do reconhecimento de que a preservação das paisagens culturais envolve não somente patrimônio edificado, mas também o ambiente onde vivem e trabalham cotidianamente diversos grupos sociais, assim como as suas tradições, costumes e manifestações típicas. Sendo assim, esta é uma tarefa que deve ser compartilhada entre diferentes sujeitos, desde as diversas instâncias do poder público (municipal, estadual e federal), em vários de seus segmentos de políticas públicas (cultura, educação, turismo, desenvolvimento agrário, pesca, entre outros), até a sociedade civil, constituída pelos moradores dos lugares onde se atua, ONGs, movimento social e setor privado. (SCIFONI, 2016).

Os primeiros passos no Brasil sobre os procedimentos oficiais para o estabelecimento da Portaria nº 127 se originam no ano de 2007 na cidade de Bagé/RS, quando se realizou um evento cujo título foi “Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”. Nesse evento, várias organizações, como o Iphan e entidades do Estado do Rio Grande do Sul, discutiram a temática da Paisagem Cultural Brasileira, e os primeiros passos foram dados para estabelecer os procedimentos para sua operacionalização e posteriormente a publicação de uma portaria específica (IPHAN, 2007).

Passados dois anos da realização do referido Seminário, foi editada a Portaria que estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN, na qual foi considerado

¹⁰² Maurice Halbwachs nasceu na França em 1877. Atuou como sociólogo e teve como um dos seus temas centrais de pesquisa a questão da memória coletiva. Faleceu em 1945.

¹⁰³ Simone Scifoni é doutora em Geografia e professora do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

que “[...] os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta” (BRASIL, 2009, p. 17) e que “[...] os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais” (BRASIL, 2009, p. 17). Assim, a chancela de paisagem cultural poderia auxiliar para a conservação mais holística dos patrimônios natural e cultural de um dado território, incluindo o patrimônio associado às tradições locais.

Um dos marcos sobre a paisagem cultural no Brasil foi a cidade do Rio de Janeiro ser reconhecida pela UNESCO, em 2012, como uma paisagem cultural, devido aos seus atributos como áreas protegidas, praias, o Pão de Açúcar e o Corcovado, com o Cristo Redentor. Ou seja, uma grande área urbana foi estabelecida como paisagem cultural, o que favoreceu a que outras áreas urbanas também pudessem receber a mesma qualificação. No caso do Brasil, algumas áreas protegidas também foram reconhecidas como paisagens culturais como o Áreas Protegidas no Pantanal (MT/MS), o Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM), o Arquipélago de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN), os parques nacionais da Serra da Capivara (PI) e do Iguaçu (PR), da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO). Assim sendo, já existem espaços legalmente protegidos que foram considerados como paisagem culturais por envolverem além da temática relacionada com a biologia, geomorfologia, a importância da sociobiodiversidade e da culturalidade. Dessa maneira, considerando o território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa, haveria potencialidade para ela ser qualificada como uma Paisagem Cultural Brasileira, devido seus atributos de patrimônio material e imaterial, além daqueles relacionados com as demais unidades de conservação em seu interior. (**Figuras 8 e 9**).

Figura 8 – Parque Estadual de Cerca Grande, Matozinhos – MG, 2012



Fonte: Fotografia de Paula Nobrega, gentilmente cedida por José Eugênio Côrtes Figueira.

Figura 9 – Curso de água no leito da lagoa do Parque Estadual do Sumidouro, Pedro Leopoldo – MG, 2013



Fonte: Gentilmente cedida por José Eugênio Côrtes Figueira.

Outro ponto relevante, conforme aponta SCIFONI (2016), é que: “[...] A paisagem cultural é dinâmica, estando sua gestão e do patrimônio material e imaterial que dela faz parte intrinsecamente relacionados com a interinstitucionalidade e a gestão participativa” (SCIFONI, 2016). Assim, a questão da formalização de um pacto que possa favorecer a gestão da paisagem cultural deve ser estabelecida antes da própria chancela, conforme disposto no artigo 9º da Portaria IPHAN sobre paisagem:

Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do Iphan que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto de gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada. (IPHAN, 2009).

Considerando então que necessária uma gestão compartilhada do território que recebe a chancela como paisagem cultural “[...] para que possam ser estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelada e das práticas culturais que a particularizam como paisagem cultural [...]” (IPHAN, 2011, p. 4). A existência do conselho da APA Carste e demais unidades de conservação em seu interior, a presença dos conselhos de cultura nos municípios, além da existência dos Subcomitês de Bacias do Carste e do Ribeirão da Mata¹⁰⁴ já seriam um bom indicativo da possibilidade de discussão

¹⁰⁴ Ao longo da seção 5 serão apresentados alguns dos atores do Conselho da APA Carste e os Subcomitês.

de estratégias para a gestão compartilhada, que também poderia ser ampliada para outras entidades representantes das lideranças culturais dos municípios envolvidos. Além disso, a existência de normativas como os Planos Diretores Municipais e o Plano de Manejo da APA poderá ampliar as diretivas no sentido da preservação e valorização do patrimônio cultural e da paisagem regional.

Entende-se que muitos conceitos permeiam a tese, aqui também atores que dialogam entre si. Tais conceitos demonstram diversos pontos de vista de seus autores e estão relacionados ao campo de estudo que envolve a urbanização e a proteção da natureza, mas é como observa Latour (2004):

[...] Ora, quem melhor que os cientistas para ensinar a falar, escrever ou dissertar sobre o mundo? O trabalho deles consiste justamente em inventar, por meio de instrumentos e do artifício do laboratório, a transferência do ponto de vista, tão indispensável à vida pública. Como levar em conta novos seres se não se pode mudar radicalmente a direção da visão? (LATOUR, 2004, p. 235).

Dessa maneira, considerando os conceitos apresentados, entende-se que a APA Carste é formada por paisagens e culturas que são permeadas por um território em metamorfose. É nesse território que se materializam e são transformadas relações sociais — onde também habitam conflitos e controvérsias (COSTA, 1999).

Por outro lado, cabe destacar que parte dos conceitos abordados foram apropriados pelo capitalismo e acabaram perdendo sua essência, tornando-se, como já mencionado anteriormente, conceitos-mercadoria.

O território-dispositivo da APA Carste de Lagoa Santa, embora com grande importância histórica, arqueológica, paleontológica, biológica e cultural, passou a ser visto por alguns atores como o lugar do lucro, a paisagem e a cultura como objetos a serem vendidos, seja para os turistas ou como mote para o mercado imobiliário.

A unidade de conservação que congrega em sua categoria a complexidade do intercâmbio entre natureza-humanidade se fragiliza diante do crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e pelo surgimento embrionário de uma aerotrópolis.

Apesar de tudo isso, ainda resistem bichos, plantas, gentes e distritos que buscam resguardar a culturalidade regional, ao lado dos atores imbuídos nesse processo de resistência. O que será melhor discutido nas seções que seguem.

4 AS MARCAS DO TEMPO E O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO DO CARSTE

O povoamento do território do carste mineiro é milenar. No caso do Carste de Lagoa Santa, estudos indicam que os primeiros habitantes tinham características negroides, diferentemente dos indígenas, com características asiáticas, o que poderia ser uma mudança no paradigma de ocupação humana do continente americano, como afirmam pesquisadores como Neves e Piló (2008). Contrariamente a esta teoria, outras pesquisas apontam que o DNA dos primeiros ocupantes das américas seria muito próximo ao dos demais indígenas atuais, conforme destaca André Strauss¹⁰⁵ *et al.*, (2016). Independentemente dessas controvérsias, “Luzia” é um dos principais testemunhos fósseis dos primeiros habitantes da América do Sul. Mas quem foi “Luzia”? Para além de uma evidência arqueológica, foi a representante dos povos que habitaram as terras do carste há mais de 10.000 anos (**Figura 10**).

Figura 10 – Réplica da reconstrução da imagem de Luzia



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

¹⁰⁵ André Menezes Strauss é doutor em Ciências Arqueológicas e professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e pesquisador do Laboratório de Arqueologia e Antropologia Ambiental e Evolutiva do Instituto de Biociências da USP. Coordena o projeto Morte e Vida na Lapa do Santo: uma biografia arqueológica dos povos de Luzia, desenvolvido no município de Lagoa Santa.

Diferentemente da Cultura Clóvis na América do Norte, evidências científicas em diversas áreas, como arqueologia e genética, comprovaram que na América do Sul, especialmente no Carste o povoamento ocorreu há mais de 11.000 anos, havendo vários vestígios fósseis e pinturas rupestres desse povoamento (NEVES; PILÓ 2008, STRAUSS *et al.*, 2016). Dentre tais pesquisas destacaram-se as desenvolvidas por Lund no final do século XIX em Lagoa Santa. Já em 1842 ele escreveu uma carta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro relatando a possibilidade de um povoamento diferenciado no carste, a partir dos fósseis que ele encontrou na região (LUND, 1844):

Por esta breve exposição vê-se a importância de se achar os restos humanos, de que se quer determinar a idade, acompanhados de ossos de outros animais. Infelizmente esta coincidência vem mui raras vezes a se verificar nas cavernas do Brasil, de sorte que não foi senão no ano passado que se me apresentou o primeiro exemplo de uma tal associação, sendo os ossos humanos, na localidade que me fallo, misturados com uma grande número de ossos de vários animais, todos exactamente no mesmo estado de conservação, e mostrando terem sido depositados approximativamente na mesma época¹⁰⁶. (LUND, 1844, p. 328).

Após mais de um século das descobertas de Lund, a Missão Franco Francesa realizada na década de 1970 percorreu a região conhecida como Lapa Vermelha, em Pedro Leopoldo, fazendo várias pesquisas arqueológicas notáveis sobre o povoamento primitivo do carste e sua coexistência com a fauna pleistocênica (ALVIM *et al.*, 1977; NEVES; PILÓ, 2008). Posteriormente, outros pesquisadores também descobriram dezenas de fósseis em outras localidades do carste, diferentemente dos demais. Tais fósseis foram enterrados com rituais de sepultamento sofisticados nos quais as oferendas e manipulação dos corpos poderão dar mais pistas sobre como viviam os povos de “Luzia”. (STRAUSS *et al.*, 2016).

As pinturas rupestres dentro de cavidades e desenhadas em paredões rochosos também são destaques na região do carste, especialmente as figuras antropomorfas e zoomorfas (ANEXO C e **Figura 11**), muitas pertencentes à tradição denominada de Planalto, sendo estudadas por vários pesquisadores. (PROUS¹⁰⁷, 1977; CETEC¹⁰⁸, 1982).

¹⁰⁶ Foi mantida a grafia do texto original.

¹⁰⁷ André Pierre Prous Poirier é doutor em Pré-história e professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Suas pesquisas relacionam-se com Arqueologia, Pré-história e Minas Gerais.

¹⁰⁸ CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais.

Figura 11 – Pinturas Rupestres em Paredão no Parque de Cerca Grande



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Com o decorrer do tempo, além dos povos de “Luzia”, o carste foi habitado por indígenas como os Borun, comumente denominados de botocudos. Esses indígenas, por não se subordinarem ao colonizador português, foram massacrados durante o período imperial, especialmente após a edição da Carta Régia de 13 de maio de 1808, para ampliação da colonização iniciada séculos antes (TAVARES¹⁰⁹, 2011). Cabe destacar que a colonização portuguesa no carste teve como marco histórico, o ano de 1676, quando em um vale, hoje denominado de Sumidouro, foi instalado um vilarejo pelo bandeirante Fernão Dias. Esse vilarejo posteriormente veio a integrar o arraial de Santa Luzia¹¹⁰ do Rio das Velhas auxiliando na expansão do povoamento da região (GOULART¹¹¹, 2009).

¹⁰⁹ Cézar Moreno Conceição Tavares é historiador. Foi Assessor de Patrimônio Cultural do Centro de Apoio Operacional Estadual da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

¹¹⁰ “O vilarejo de Santa Luzia, que inicialmente foi fundado na várzea do rio das Velhas, foi transferido, após cheias sucessivas que inundavam periodicamente o arraial, para outra pequena colina vizinha, agora com 750 metros de altitude. Por ter se tornado um importante centro de comércio, prosperou e tornou-se influente núcleo econômico, cultural e político” (GOULART, 2009, p. 59).

¹¹¹ Eugênio Marques Andrade Goulart é doutor em Infectologia e Medicina Tropical, atua no conselho da APA Carste de Lagoa Santa e no Projeto Manuelzão. Este projeto se iniciou por ações de professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, objetivando melhoria na qualidade de vida de populações no interior do estado e, posteriormente, foi ampliado buscando melhorar o saneamento básico em Minas Gerais, dentre outros objetivos.

Conforme afirmam Neves e Piló (2008, p. 97), “[...] Poucos naturalistas, na segunda metade do século XIX, se aventuraram a vir ao Brasil sem passar por Lagoa Santa, aquele acanhado arraial transformado pelo ‘sábio dr. Lund’ no polo nevrálgico da pré-história americana”. Em meados do século XIX, o explorador britânico Richard Francis Burton¹¹² também esteve pelas bandas do carste, enquanto percorria por rios o trajeto entre Sabará e o litoral nordestino. Esse conhecido viajante excursionou por extensas fazendas da região, como a grandiosa Fazenda Jaguara¹¹³, um importante empório comercial na época. O viajante assim escreve:

Há meio século, um certo coronel Antônio de Abreu Guimarães ajuntou grande fortuna, com 750 escravos e com esquecimento de pagar ao governo impostos devidos sobre a exportação de diamantes procedentes de Diamantina e outros lugares. Tinha uma propriedade enorme, de 36 léguas quadradas (427.504 acres) que foi posteriormente, dividida em sete grandes fazendas. A primeira era a da Jaguara, contendo mil alqueires; foi comprada, recentemente, sem os 200 escravos, pelo sogro de M. Dumont, por 12 contos, ou L1. 200. (BURTON, 1977, p. 33).

Ao longo de sua viagem, Burton conta sobre sua estadia nos locais pelos quais passou e descreveu a fauna e flora regional até chegar a Lagoa Santa, local onde conheceu a lenda da lagoa milagrosa, na qual peregrinos buscavam a cura para suas doenças e que acabou por dar nome ao lugar.

Em seus relatos, Burton informa que buscou um encontro com Lund¹¹⁴, já bastante conhecido naquela época, entretanto em função deste estar doente não foi possível se encontrarem (BURTON, 1977). Lund faleceu em maio de 1880, sendo enterrado em um túmulo debaixo de um pequizeiro (**Figura 12**), túmulo que ele mesmo mandou construir para si e seus companheiros de pesquisas, uma outra história que marca a região¹¹⁵, conforme aponta Cástor Cartelle¹¹⁶:

Então, realmente, este homem merece um monumento que tem lá no seu cemitério, onde tem algo que realmente dá, como diria, a mim me dá algo [inaudível] que é notável. Lund, quando plantou a cruz dele, plantou também uma árvore, um

¹¹² Richard Francis Burton foi escritor, linguista, antropólogo e diplomata, entre outros atributos. É considerado um dos grandes exploradores do século XIX. Faleceu em 1890.

¹¹³ O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda da Jaguara foi tombado pelo IEPHA em 1996. (IEPHA, 2014).

¹¹⁴ Peter Wilhelm Lund veio a falecer em 1880 sendo enterrado em um cemitério que ele mesmo mandou construir em Lagoa Santa, pois como não era católico não poderia ser enterrado em cemitério dessa religião.

¹¹⁵ Escrevi um artigo sobre o cemitério do Dr. Lund. Para maiores informações ver: BARBOSA (2019).

¹¹⁶ Cástor Cartelle Guerra é filósofo, paleontólogo, doutor em Morfologia e curador do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. Foi professor titular no Instituto de Geociências (IGC) na UFMG. Realizou várias pesquisas na região do carste, tornando-se referência em estudos de paleontologia. Além disso, foi um dos elaboradores do Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa. Dentre suas recentes pesquisas, encontra-se a definição de uma nova espécie de preguiça gigante denominada *Glossotherium phoenesis*.

pequizeiro, o símbolo da vegetação de Minas Gerais. É a árvore mais antiga da qual temos fotografia, e o que vai acontecer com ela? Tentei levar engenheiro florestal, tentei pegar sementes para duplicar e fazer o jardim do pequizeiro em Minas Gerais; tentei que ele virasse, vamos dizer assim, a árvore símbolo de Minas Gerais, porque temos uma fotografia, se não me engano, de 1865, dessa árvore, que é o símbolo de Minas Gerais, do Cerrado. Não é estranho que o gênio, o Camões do Século XX, que é o filho de Cordisburgo, tenha feito um belíssimo poema em homenagem a Maquiné. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Figura 12 – Cemitério de Lund e seus companheiros



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Outro viajante a visitar a região do carste foi Hermann Burmeister, que acompanhou a festa de Nossa Senhora do Rosário em Lagoa Santa, conforme aponta Léa Perez¹¹⁷ (2018): “A 8 de junho, iniciam-se em Lagoa Santa os grandes festejos de Nossa Senhora do Rosário. Durante essa festa, o escravo sai, por alguns dias, da sua situação de oprimido para sentir-se não somente livre, mas também um homem forte a influir nos destinos do mundo (BURMEISTER apud PEREZ, 2018, p. 65 e 145).

A importância cultural e étnica é significativa no carste, uma vez que, além dos povos de “Luzia” e das sociedades indígenas que habitaram a região, também se observa a presença de outros grupos étnicos como os negros, especialmente na região conhecida como Mocambeiro, em Matozinhos.

¹¹⁷ Léa Freitas Perez é doutora em antropologia e professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Dentre seus temas de pesquisa estão festa, religião e a cidade.

Parte dos grupos negros que chegaram na região do carste veio para trabalhar como escravos nas fazendas como a Jaguará. Conforme aponta Silva (2003), apesar de divergências internas que existiam entre eles, inclusive étnicas, eles possuíam ligações como as relacionadas com a própria escravatura, que favoreceram a criação de uma identidade negra contrária aos escravistas. Ao mesmo tempo, essa ligação criou uma amálgama entre os diversos grupos, estimulando a manutenção de suas tradições sociais e crenças, embora muitas vezes escamoteada através de cultos e rituais católicos (SILVA, 2003).

Em algumas localidades da APA Carste, como em Lapinha, Fidalgo, Quinta do Sumidouro e Mocambeiro, ainda são mantidas tradições nas quais o sincretismo religioso e mítico resgata memórias coletivas¹¹⁸ como o Congado, o Candombe e o Boi da Manta, entre outras festas religiosas (**Figura 13**).

Figura 13 – Painel com festas religiosas na região da APA Carste



Fonte: Fotos cedidas por Érika Bányai, 2019.

Em termos administrativos, a freguesia¹¹⁹ de Lagoa Santa foi criada em 1823, separando-se da freguesia de Santo Antônio de Roças Grandes, tendo como capelas filiais as

¹¹⁸ Foram encontradas poucas bibliografias sobre pesquisas que tratam dessa temática no carste. Dentre elas estão: ARAÚJO; QUEIROZ, 2014, PAULINO, 2010; OLIVEIRA, 2011.

¹¹⁹ Freguesia era um distrito que pertencia a uma dada paróquia no Brasil colonial.

de Santa de Fidalgo e Nossa Senhora da Conceição de Raposos. Foi também em 1823 a criação do distrito de Matozinhos, separando-se de Jequitibá.

Historicamente, excetuando-se Funilândia, os municípios que compõem o território da APA Carste pertenceram administrativamente em um dado momento ao município de Santa Luzia (Anexo D). O primeiro a se desmembrar e alçar à categoria de município foi Pedro Leopoldo, no ano de 1923.

No **Quadro 6** apresenta-se um resumo do histórico de criação dos municípios que compõem a APA Carste.

Quadro 6 – Municípios inseridos na APA Carste de Lagoa Santa

DENOMINAÇÃO ATUAL	CRIAÇÃO DO DISTRITO	DE QUEM DESMEMBROU	CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
Confins	Lei n.º 1.039, de 12-12-1953	Lagoa Santa	Lei Estadual n.º 12.030, de 21-12-1995
Matozinhos	Alvará de 25-08-1823	Santa Luzia e posteriormente Pedro Leopoldo	Decreto-lei Estadual n.º 1.058, de 31-12-1943
Funilândia	Lei n.º 336, de 27-12-1948	Jequitiba	Lei Estadual n.º 2764, de 30-12-1962
Lagoa Santa	Alvará de 01-08-1823	Santa Luzia	Lei Estadual n.º 148 17/12/1938
Pedro Leopoldo	Lei Municipal de 27-01-1901	Santa Luzia	Lei Estadual n.º 843, de 07-09-1923

Fonte: Adaptado pela autora de IBGE, 2020.

Com o decorrer do tempo, os municípios acima referidos foram integrados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, excetuando-se Funilândia, o que estimulou a que atrativos econômicos viessem para a região, especialmente a partir de 1984, quando foi implantado no Distrito de Confins¹²⁰ o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (BH AIRPORT¹²¹, 2018).

À medida que a ocupação territorial avançou também foi ampliada a proteção dos sítios arqueológicos e das cavidades, sendo que um dos marcos ambientais no território foi a criação do Parque Estadual do Sumidouro em 1980 (MINAS GERAIS, 1980)¹²²e, posteriormente, a criação da APA Carste de Lagoa Santa.

O território formado pela APA Carste somente muitos anos depois de sua criação foi zoneado pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis no ano de 2008, que estabeleceu seis zonas de gestão para a unidade de conservação, cada uma com regras

¹²⁰ Naquela época, Confins integrava o município de Lagoa Santa.

¹²¹ A BH Airport é a empresa concessionária do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte.

¹²² Do Parque Estadual do Sumidouro fazem parte atualmente o Museu Peter Lund, a Gruta da Lapinha e a Casa Fernão Dias, marcos culturais do ponto de vista regional.

específicas¹²³. O referido zoneamento auxilia nos procedimentos de licenciamento ambiental relacionados com a expansão das atividades econômicas e da urbanização, entretanto insuficiente para impedir os impactos ambientais, apenas conseguindo mitigá-los.

Concomitantemente ao crescimento urbano e de atividades econômicas nos municípios abrangidos pela APA Carste, ampliaram-se os impactos antrópicos sobre o território, como os relacionados como as queimadas, os desmatamentos¹²⁴, a erosão, a perda de cavidades, a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, a superexploração do aquífero e o assoreamento de cursos de água, esses últimos principalmente ocorreram após a chegada de grandes mineradoras a partir da década de 1960 e do crescimento populacional (SILVA, 2003; GOMES, 2010¹²⁵; PEREIRA; CALDEIRA¹²⁶, 2011; PADOAN; SOUZA¹²⁷, 2013).

Dentre dados que indicam que o crescimento da urbanização e de atividades econômicas pode provocar danos à unidade de conservação, podem ser mencionados as taxas de desmatamento e os focos de calor¹²⁸.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é um dos principais órgãos responsáveis pela coleta e análise de informações sobre queimadas no Brasil. Observando os dados fornecidos pelo instituto desde o período de julho de 1998 (INPE, 2019), foi possível verificar o crescimento significativo dos focos de calor no interior da APA Carste de Lagoa Santa, especialmente a partir do ano de 2010, quando avançam as atividades relacionadas com

¹²³ Zoneamento da APA Carste: Zona de Conservação do Equilíbrio Ambiental Metropolitano – ZCEAM; Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano e Industrial – ZCDUI; Zona de Conservação e Desenvolvimento Agrícola – ZCDA; Zona de Conservação do Planalto das Dolinas – ZCPD; Zona de Proteção do Patrimônio Cultural – ZPPC; Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste – ZPPNC (IBAMA/CPRM, 2008). Suas características serão apresentadas em item posterior.

¹²⁴ Os danos provenientes dos impactos ambientais não se repetem num dado território, pois eles são específicos de onde ocorrem. Então, o dano é único num dado local num dado momento, porém a sua categoria pode ser generalizada. Ou seja, quando ocorrem queimadas e desmatamentos na APA Carste os atores não humanos afetados são únicos, mas fazem parte de uma categoria maior como o cerrado.

¹²⁵ Mauro Gomes é mestre em Análise e Modelagem de Sistemas e atua como Analista Ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas.

¹²⁶ Rubem Gomes Pereira é doutor em Geografia e professor assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, atuando em Geoprocessamento e Projetos Arquitetônicos e Urbanos. Altino Barbosa Caldeira é doutor em Arquitetura e Urbanismo, professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas. Dentre os temas que trabalha, destacam-se os relacionados com a paisagem cultural.

¹²⁷ Lucas de Lima Fernandes Padoan e Leonardo Vasconcelos de Souza são mestres em Geografia.

¹²⁸ No ano de 2019, ampliaram-se as queimadas no país, especialmente na Amazônia Legal Brasileira foram as mais significativas desde o ano de 2010. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o fato se repete em outros biomas, como Cerrado e Mata Atlântica. Somente em 2019 houve um aumento de mais de 60% dos focos de calor no Brasil em relação ao ano de 2018, sendo que na Amazônia o aumento foi superior a 160% (INPE, 2019). Tais fatos são indicativos de que, além dos períodos de seca, ocorre ampliação das áreas desmatadas e de queimadas criminosas. Paralelamente, reportagem em uma mídia nacional informa que servidores do Instituto Chico Mendes são os responsáveis por queimadas em partes da Amazônia. O que foi rechaçado pelos servidores da instituição e sua Associação, que em carta entregue a diversos dirigentes e mídias colocaram sua indignação com a política ambiental governamental em curso (ASCEMA NACIONAL, 2019).

a expansão do Vetor Norte da RMBH para a unidade de conservação, conforme disposto na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Focos de calor na APA Carste de Lagoa Santa entre 1998 e 2019

Período (compreendido entre meses de julho)	Número de Focos de calor
1998-1999	0
1999-2000	2
2000-2001	1
2001-2002	5
2002-2003	17
2003-2004	27
2004-2005	14
2005-2006	6
2006-2007	22
2007-2008	26
2008-2009	17
2009-2010	7
2010-2011	49
2011-2012	45
2012-2013	81
2013-2014	84
2014-2015	128
2015-2016	78
2016-2017	61
2017-2018	185
2018-2019	36

Fonte: Adaptado pela autora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2019.

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) fez um estudo sobre os focos de calor na APA Carste comparando dados de 2016, 2017 e 2018, que foram apresentados em reunião do conselho consultivo da unidade em agosto de 2019. Houve aumento significativo dos focos no ano de 2017, que coincidiu com grande período de estiagem na região, diminuindo em 2018. Destacam-se os focos em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, os municípios mais populosos da região da APA (**Figura 14**).

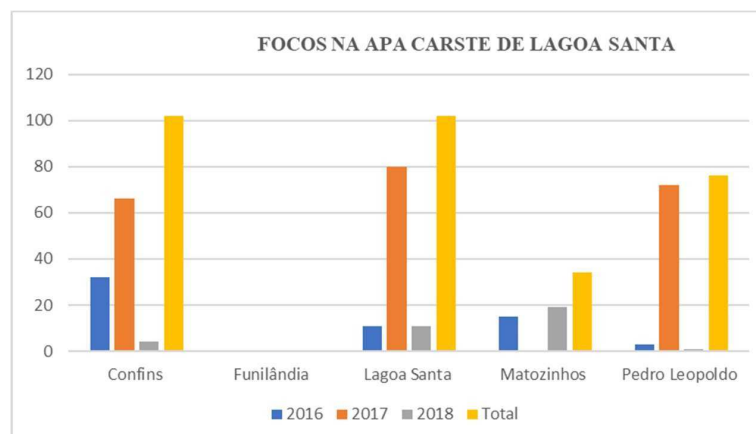
Figura 14 – Gráfico dos focos de calor nos municípios abrangidos pela APA Carste



Fonte: Adaptado pela autora de arquivos AMDA, 2019.

Observa-se que, quando são analisados os dados para os focos no interior da unidade de conservação (**Figura 15**), eles refletem a constatação anterior, excetuando-se Funilândia, cujos índices de focos não foram perceptíveis pelos satélites. O que também está refletido no mapa indicado pela **Figura 16**, no qual é possível perceber que as áreas com maior índice de focos estão nas proximidades das zonas de expansão do Vetor Norte, ou seja, zonas limítrofes da APA com os municípios de Vespasiano e Santa Luzia e as áreas de expansão urbana dos municípios de Lagoa Santa, Confins e Pedro Leopoldo. No caso de Confins, é visível a ampliação dos focos nas proximidades da denominada área do aeroporto e da aerótrópolis em formação¹²⁹.

Figura 15 – Gráfico de focos de calor no interior da APA Carste de Lagoa Santa, por município

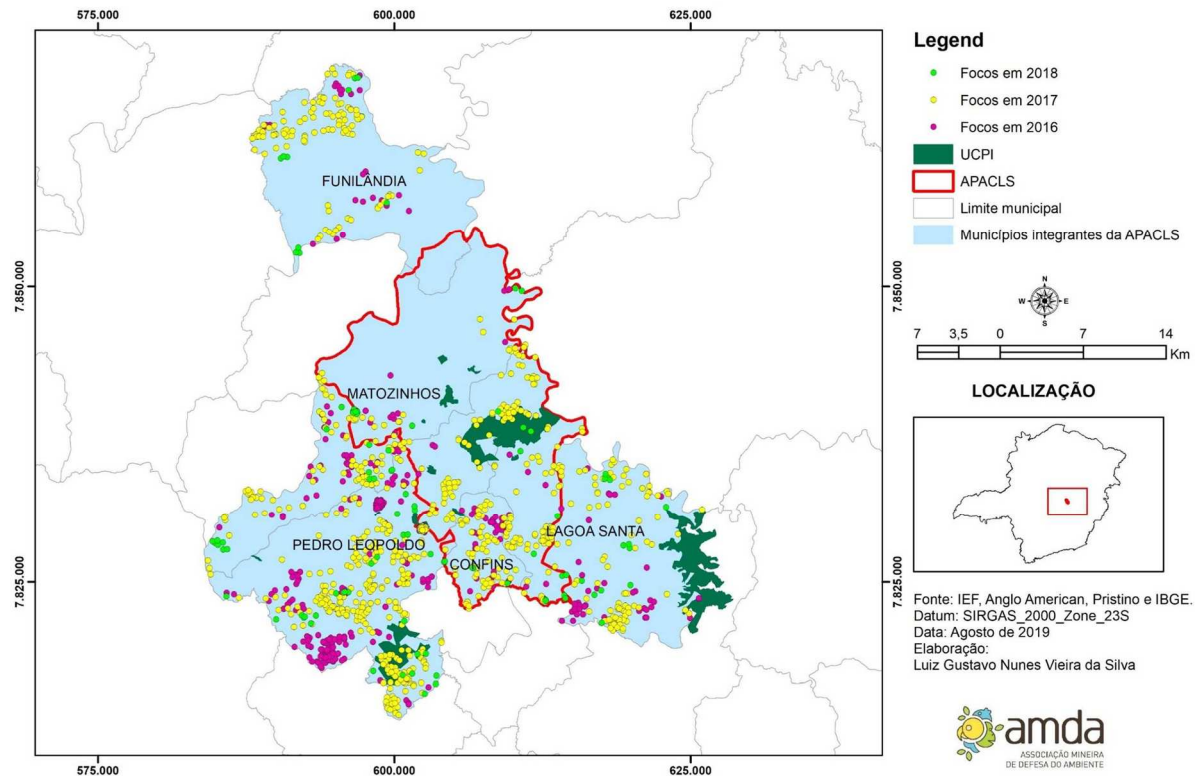


Fonte: Adaptado pela autora de arquivos AMDA, 2019.

¹²⁹ É uma área que teria impulsão econômica tendo um aeroporto internacional como base para sua expansão. Ver: KASARDA; LINDSAY (2012) e BARBOSA, RENA, CARVALHO (2021).

Figura 16 – Mapa dos focos de calor nos municípios abrangidos pela APA Carste

Focos de calor registrados pelo INPE entre 2016 e 2018 nos municípios integrantes da APACLS



Fonte: Adaptado pela autora de arquivos AMDA, 2019.

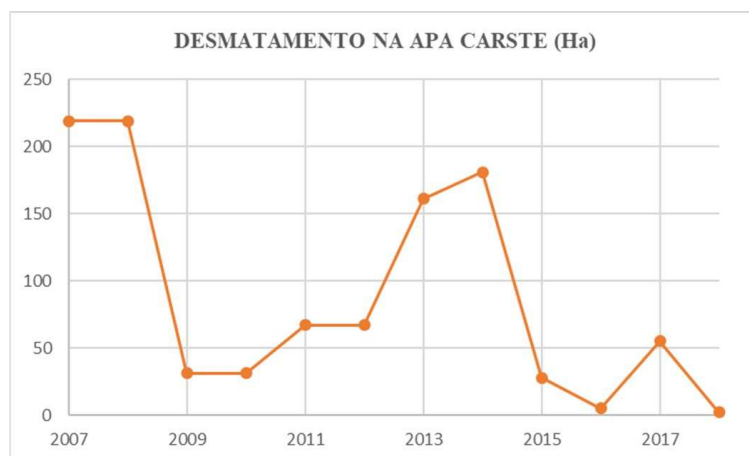
Um outro indicador do crescimento urbano na região da APA é o desmatamento. Em sua dissertação de mestrado, Luciana Alt (2008) demonstrou, inclusive por meio de mapeamentos, que houve crescimento do processo de desmatamento no interior da APA Carste semelhante ao que ocorria fora da unidade. Ou seja, numa análise preliminar se poderia pensar que a unidade não fazia diferença no que tange ao desmatamento.

Entretanto, há que ser levado em consideração que por ser uma unidade de uso sustentável sua categoria legalmente permite a existência de atividades econômicas como agropecuárias e industriais, conforme disposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Salienta-se que esse desmatamento, quando ocorre, é oriundo de licenciamentos e muitas vezes de atividades irregulares. Mas o que chamou a atenção em seus estudos é que a área desnuda para outros usos que não o agropecuário se deu especialmente nos limites da unidade e fora dela, ou seja, em áreas de maior urbanização e atividades minerárias.

Considerando informações no site do ICMBio (2019), foi possível identificar que o índice de desmatamento começou a diminuir de 2008, sofrendo elevação depois de 2010, quando na região são ampliados os programas de habitação e chegam novos empreendimentos.

Em 2014, inicia um decréscimo, havendo leve crescimento em 2017, voltando a cair após esse ano (**Figura 17**).

Figura 17 – Gráfico do desmatamento na APA Carste de Lagoa Santa entre 2007-2017



Fonte: Adaptado pela autora de ICMBio, 2019.

Tendo por base as **Figuras 14** até **17**, poderia se dizer que a expansão urbana e econômica se encontram entre os fatores que podem ter contribuído com os focos de calor e desmatamento no Vetor Norte da RMBH, especificamente na APA Carste. Por outro lado, em função desse crescimento econômico, foram também ampliadas as oportunidades de emprego atraindo um maior contingente populacional para a APA.

Considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referidos na **Tabela 3**, percebe-se que os municípios mais densamente povoados são Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, seguidos de Confins, Matozinhos e Funilândia. Ressalta-se que numericamente Confins e Funilândia têm populações muito pequenas se comparadas aos demais municípios. Outro ponto de destaque é a renda per capita em Confins que é muito maior do que a dos demais municípios, inclusive de Belo Horizonte. Esses valores provavelmente decorrem do recebimento dos royalties provenientes da instalação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves¹³⁰.

¹³⁰ Lagoa Santa e Confins estão entre os municípios considerados como um dos melhores desempenhos no Brasil no quesito de emprego e renda; educação e saúde pelo Índice Firjan Desenvolvimento Municipal. Os municípios com índice entre 0,8 e 1,0 seriam considerados os de alto estágio de desenvolvimento. Com base no índice, Belo Horizonte estaria em 7º lugar entre as capitais, com IFDM 0,8219, entretanto, considerando o estado de Minas Gerais, ficaria abaixo de outros municípios como Lagoa Santa, que tem IFDM 0,8300. Já Confins teve IFDM de 0.8052 (FIRJAN, 2018).

Chama também a atenção o índice de desenvolvimento humano na região da APA, sendo que Pedro Leopoldo e Lagoa Santa têm os maiores índices estaduais, o que é fator de atrativo para os consumidores e os agentes do mercado imobiliário.

Tabela 3 – Comparação entre os municípios inseridos na APA Carste de Lagoa Santa e Belo Horizonte

Município	População Censo 2010 (N pessoas)	População Estimada em 2019 (N pessoas)	Densidade Demográfica 2010 (hab/km ²)	Domicílios com esgotamento Sanitário 2010 (%)	Renda Per Capita Anual 2014 - R\$	IDH 2010
Belo Horizonte	2.375.151	2.512.070	7.167,00	96,2	35.122,01	0,81
Confins	5.936	6.730	140,15	2,2	130.895,73	0,74
Funilândia	3.855	4.349	19,29	38,4	10.182,61	0,65
Lagoa Santa	52.520	64.527	229,08	54,7	28.404,59	0,77
Matozinhos	33.955	37.820	134,59	67,2	27.051,92	0,73
Pedro Leopoldo	58.740	64.258	200,51	66,9	25.384,95	0,75

Fonte: Adaptado pela autora de IBGE, 2020.

Todo esse crescimento econômico e populacional, algumas vezes tendo por incentivador políticas públicas específicas, teve consequências socioambientais para o território, como será apresentado a seguir.

4.1 Territorialidades do planejamento urbano e a vulnerabilidade socioambiental na APA Carste de Lagoa Santa

O planejamento urbano no Brasil é eivado de complexidades, especialmente porque envolve os três entes da Federação e atores humanos com interesses diversos, muitas vezes contraditórios entre si, havendo em vários casos um “divórcio entre a política e o planejamento” urbano (VILLAÇA¹³¹, 2000, p. 11). Entretanto, para o bem viver nas cidades deveria existir um ponto de conciliação, pautado numa construção sociopolítica no que tange a legislação como um todo, especialmente em relação ao planejamento urbano, uma vez que ao longo do tempo. Contudo, a realidade é diferente, o planejamento urbano se tornou cada vez mais elitista, autoritário, excludente e fator de degradação ambiental, gerando impactos sociais e ambientais

¹³¹ Flávio José Magalhaes Villaça nasceu em 1929, foi doutor em Geografia e professor da Universidade de São Paulo. Pesquisou sobre metrópoles e planejamento urbano, sendo considerado uma referência na área. Faleceu em 2021.

cada vez mais significativos à medida que se amplia a urbanização brasileira (FERNANDES¹³², 2008).

Considerando a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), existem vários conflitos de interesses entre processos hegemônicos e de resistência no planejamento urbano. Ao longo dos anos, a dinâmica imobiliária na RMBH favoreceu a formação de “novas periferias metropolitanas” sob a forma de condomínios fechados e da expansão do terciário superior¹³³ (COSTA, 2012), o que vem ocorrendo no Vetor Norte em diversas escalas sejam espaciais ou de poder (FREITAS, 2016, 2017).

Nas últimas décadas, nesse vetor, surgiu o que Roberto Luis de Melo Monte-Mór¹³⁴ (2005; 2006) denominou de urbanização extensiva, devido expansão das condições urbano-industriais para as áreas rurais nele inseridas, concomitante com a ampliação das desigualdades socioespaciais e econômicas, gerando conflitos sociais e por que não dizer também espaciais/territoriais e até legais:

Tenho chamado de urbanização extensiva esta materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sócio-políticas e cultural intrínsecas à polis e à civitas que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. (MONTE-MÓR, 2006, p. 10).

Após seu estabelecimento no ano de 1973 (BRASIL, 1973), a Região Metropolitana de Belo Horizonte cresceu consideravelmente em termos econômicos e populacionais, configurando-se como umas das regiões metropolitanas mais importantes do país. Sendo que, ao longo do tempo, Belo Horizonte passou por vários processos de conurbação com os municípios vizinhos, havendo dois eixos significativos de expansão nos últimos anos: o Vetor Sul e o Vetor Norte.

Tal avanço se deu numa racionalidade essencialmente capitalista (GOMES, 2014; MONTE-MÓR, 2005, 2006), não sendo acompanhado do devido planejamento urbano. O que gerou impactos socioambientais significativos na região metropolitana, tais como falta de saneamento básico em várias localidades, desmatamentos e erosões aceleradas em áreas

¹³² Edésio Fernandes é doutor em Direito e professor em várias universidades, como UFMG e PUC Minas. Dentre os temas que pesquisa estão direito urbanístico e ambiental, preservação do patrimônio cultural e acesso à justiça.

¹³³ Relacionado com atividades e serviços que empregam inovações científicas e tecnologia de ponta.

¹³⁴ Roberto Luís de Melo Monte-Mór é doutor em Planejamento Urbano e professor associado no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas e no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Foi Coordenador do PDDI e do Macrozoneamento da RMBH. Pesquisa temas como planejamento urbano, urbanização e organização do espaço e meio ambiente. Para mais informações acessar: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/> Acesso em: 15 out. 2020.

densamente ocupadas e ampliação da poluição do ar, hídrica e do solo e ocupação de áreas com declividades acima de 35%.

O Vetor Norte da RMBH teve como impulsionador territorial a implantação da Pampulha na década de 1950 e de vias de acesso ao eixo norte de Belo Horizonte, como as avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado, além da expansão de centralidades, especialmente o distrito de Venda Nova. Posteriormente, ocorreu aumento populacional nos municípios ao longo do eixo norte, como Vespasiano e Santa Luzia, para onde migraram principalmente população de baixa renda (INSTITUTO HORIZONTES¹³⁵, 2010).

Conforme explica Carlos von Sperling Gieseke, morador e conselheiro da APA Carste, no início de 1980 a Companhia de Habitação do estado de Minas Gerais (COHAB-MG) construiu vários conjuntos habitacionais que trouxeram grande modificação na forma de se organizar o espaço, por exemplo, em Lagoa Santa foi feito o Conjunto Habitacional Vila Maria, localizado no caminho para a Serra do Cipó. Com isso, houve menor espaçamento entre as construções, gerando maiores densidades demográficas em pontos do município (Informação verbal, GIESEKE, 2020).

Com o decorrer do tempo outros projetos surgiram na região e com eles “[...] uma nova forma de ocupar o espaço veio com a expansão do Vetor Norte, como pelo estabelecimento da Cidade Administrativa. Lagoa Santa se tornou um reflexo da dinâmica metropolitana, devido a certa ‘imposição’ do governo do Estado” (Informação verbal, GIESEKE, 2020, aspas nossas).

É possível dizer que esse impulso territorial e populacional reflete a urbanização extensiva mencionada por Monte-Mór uma vez que ela:

[...] se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano industrial através da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. (MONT-MÓR, 2006, p. 17).

Além disso, rodovias como a MG-10 e a 424 ampliaram a circulação de pessoas e mercadorias no Vetor Norte, o que não reverberou em maior conhecimento direto sobre a região, conforme aponta José de Castro Procópio, durante o Webnário Socioambiental¹³⁶:

Então, é muito interessante, porque é uma região muito grande, muito diferenciada entre si, de Lagoa Santa (que é quase uma cidade, historicamente uma cidade balneária), como Pedro Leopoldo, Matosinhos, São José da Lapa, Ribeirão das Neves,

¹³⁵ Instituto Horizontes é uma organização da sociedade civil de interesse público.

¹³⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=abFedU0DZ_U&feature=youtu.be. Acesso em: 04 jan. 2020.

Esmeraldas, Santa Luzia, Vespasiano, Capim Branco, ou seja, dez municípios, Confins, onde está o aeroporto. Então, na realidade, é uma região muito grande, e que não se conhece, porque, por exemplo, quem passa na 424, passa por Vespasiano e não conhece o centro de Vespasiano; quem passa pela MG10, que vai para Lagoa Santa, passa do lado do centro de Vespasiano e não tem essa noção, não pára para ver. Confins está isolada numa dolina (dolina, para quem não sabe, é uma vala, uma cavidade que, há milhares de anos atrás, houve um afundamento do calcário, e aí tem essa lagoa, algumas lagoas no fundo), e está lá a cidade isolada; as pessoas não vão a Confins, vão ao aeroporto, mas não vão à cidade, nem conhecem. São José da Lapa: você passa, você não vê a cidade também, você passa por ela. Pedro Leopoldo já tem o privilégio da 424, e você tem uma visão panorâmica. Matosinhos, você corta a cidade, mas sem ver a cidade. Mas nós temos a 040, e quem está em Esmeralda não tem consciência que o Ribeirão da Mata, que faz uma curva ao contrário (ele sobe o rio em direção à nascente), vai morrer lá em Santa Luzia, não tem nenhuma noção desse ritmo. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Outro marco da expansão urbana da RMBH foi a inauguração em 1984 do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mais conhecido como Aeroporto Internacional de Confins. Ele foi projetado para ser um aeroporto comercial e industrial, todavia em função de não ter sido finalizada toda sua infraestrutura, ficou subutilizado até o ano de 2000, quando passou por reformas.

Atualmente, o aeroporto¹³⁷ possui dois terminais ocupando uma área de 132 mil metros quadrados e recebe cerca de 10 milhões de passageiros ao ano (BH AIRPORT, 2017), estando totalmente inserido no interior da APA Carste. Sua construção será mais bem explicada a seguir.

4.1.1 Entre fósseis e boeings

Em 1974, anos antes da implantação do aeroporto em Confins, dos projetos governamentais para o Vetor Norte da RMBH e da criação da APA Carste, Carlos Drummond de Andrade fazia um alerta:

Cuidado, Dr. Peter Wilhelm Lund, que dorme em seu último sono em Lagoa Santa: previno-lhe que seu repouso eterno corre perigo.

A região em que o senhor viveu, pesquisou e estabeleceu os fundamentos da Paleontologia Brasileira está sendo varrida pelo ciclone do desenvolvimento-acima-de-tudo, que promete acabar com as suas grutas, os seus fósseis e toda a pré-história nacional.

A exploração de calcário para fabrico de cimento vai arrasar as maravilhosas formações naturais que compuseram o cenário definitivo de sua vida. Amanhã, quem sabe? Esgotados os depósitos de matéria-prima, o senhor mesmo será tecnicamente classificado como calcário de 2º grau, e do seu jazigo inscrito nos livros do Patrimônio

¹³⁷ A duplicação da Rodovia MG 010 foi uma das obras de infraestrutura para melhoria do acesso dos usuários ao aeroporto, que ficou conhecida como Linha Verde e ampliou consideravelmente o tráfego na região.

Histórico do Brasil se fará uma fornada de cimento para novas torres redondas na Barra da Tijuca [...] (ANDRADE, 1974, p. 5).

Quem ouviria os lamentos de um poeta em pleno regime militar? O destino um tanto quanto distópico ouviu e infelizmente mostrou que, em grande parte, Drummond estava certo. Em 1978, o governo de Minas declarou como de utilidade pública terrenos e benfeitorias situados no Município de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo que seriam utilizados para implantação do Aeroporto Metropolitano de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 1978).

Em meio às polêmicas sobre a fragilidade ambiental dos referidos terrenos e das peculiaridades arqueológicas e paleontológicas da região, prevaleceram os interesses governamentais para a área, conforme foi destacado em reportagens da Revista Veja de 1978 e 1979 (FIM DO SEGREDO, 1978; CAMPO DE BRIGA, 1979). O fato ganhou repercussão nacional e Drummond publicou uma crônica denominada “Deus nos Livre desse Aeroporto em Confins”, que foi apoiada por ambientalistas à época:

Minas aplaude crônica de Drummond Belo Horizonte — O presidente do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais, Hugo Wemeck, considerou a crônica “Deus nos Livre desse Aeroporto em Confins”, de Carlos Drummond de Andrade, publicada ontem uma “poderosa advertência” às autoridades sobre a irracional da construção do novo aeroporto desta Capital no sítio arqueológico de Lagoa Santa. (MINAS APLAUDE, 1979, p. 8).

Como afirma José de Castro Procópio, a própria criação da APA Carste foi advinda de pressão para compensação do aeroporto nessa área de grande fragilidade ambiental, juntamente com outros espaços protegidos:

[...], mas uma área tão importante hídrica, que na época da criação do aeroporto — e que também motiva, como compensação, a criação da APA Carste de Lagoa Santa — foi criada também a Área de Proteção Especial do Urubu, do Ribeirão Urubu; e área de proteção especial do aeroporto, que a gente chama APE Aeroporto, APE Urubu, que são duas áreas que foram criadas como possíveis mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. E o detalhe: do lado da bacia do Ribeirão da Mata, você vai ver córregos; do lado do [inaudível], você vai ver lagoas, mas você quase não vê curso de água a céu aberto: são águas subterrâneas, a bacia é dividida. Próxima da região do aeroporto, um divisor de águas: de um lado você tem lagoas e do outro você tem córregos abertos, a céu aberto, como em qualquer outro lugar comum. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

Para exemplificar a fragilidade ambiental de que se falou anteriormente, pode-se mencionar a presença de grande quantidade de cavidades no território. Na Constituição está disposto no artigo 20, inciso X, que as cavidades e sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União. No Artigo 216, inciso V, dispõe que “os conjuntos urbanos e sítios de valor

histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” são caracterizados como patrimônio cultural brasileiro. Já no Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE), no qual estão informações sobre o patrimônio espeleológico brasileiro, tem-se que em Minas Gerais foram identificadas 7.719¹³⁸ cavidades, que representam 41,50% do total brasileiro. Nesse contexto, somente considerando os municípios nos quais a APA Carste está inserida, eles perfazem 755 cavidades (**Tabela 4**), sendo 9,78 % do total nacional, um percentual significativo, sem falar em todo o patrimônio arqueológico e espeleológico em seu interior (ICMBIO; CECAV, 2019).

Tabela 4 – Dados sobre cavidades nos municípios abrangidos pela APA Carste e BH-MG

Município	Cavidades N	Brasil %
Belo Horizonte	29	0,38
Confins	14	0,18
Lagoa Santa	73	0,95
Funilândia	05	0,06
Matozinhos	413	5,35
Pedro Leopoldo	250	3,24
Total (excluindo BH)	755	9,78

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO; CECAV, 2019.

Conforme o Decreto nº 6.640 (BRASIL, 2008), as cavidades acima mencionadas deveriam ser protegidas, embora algumas corram riscos especialmente em função das atividades antrópicas.

[...] Art. 1º As cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional deverão ser protegidas, de modo a permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, étnicocultural, turístico, recreativo e educativo.

Parágrafo único. Entende-se por cavidade natural subterrânea todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante. (BRASIL, 2008).

A implantação do aeroporto foi um exemplo de como os fatores econômicos pesam sobre os ambientais. Nesse ponto, é possível perceber um favorecimento das normas legais e

¹³⁸ Estão fora desse número as cavidades não identificadas pelo cadastro.

do investimento público para o mercado, que é um ente vampirizador do “Tudo”¹³⁹, o que é possível inferir da seguinte afirmação de Harvey:

A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição, da natureza como espetáculo ou como remédio; a extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade [...] todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias. (HARVEY, 2014, p. 179).

Compreende-se que o neoliberalismo¹⁴⁰ avança a passos largos sobre o “Tudo”, imbricando em vida e em morte, decidindo quem vive ou deve morrer, sejam humanos ou não humanos. Pensando nisso, uma área de proteção ambiental é um espaço territorializado formalmente, complexificado por territorialidades, temporalidades e espacialidades múltiplas, díspares e por vezes conflituosas. Em função da categoria da unidade de conservação favorecer o “convívio” entre atores humanos e não humanos, é difícil separar nesse dispositivo os humanos das coisas (LATOURETTE, 2009, 2012), especialmente quando nele ocorre uma infinidade de disputas de interesses, cujo vencedor na maioria das vezes é o interesse do capital. E lá se vão árvores, cavidades, bichos e as gentes do lugar.

Negri e Cocco (2005) afirmam que na América Latina a expansão do capital e especialmente a estratificação social modulou o extermínio de povos como os indígenas e quilombolas. Um extermínio pouco comentado é dos não humanos: do solo, do subsolo, da água, dos bichos “não humanos”. Tal extermínio é também a morte do ambiente, que por sua vez também provoca morte, incluindo dos humanos. Essa carnificina somente é percebida socialmente quando se torna catastrófica ou é proveniente de um desastre-crime, como os ocorridos em Mariana¹⁴¹ e Brumadinho¹⁴².

¹³⁹ Tudo visto como a totalidade dos humanos e não humanos.

¹⁴⁰ Aqui o neoliberalismo é entendido como “[...] sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7), constituindo como uma racionalidade dominante na qual o termo “homem” é praticamente um sinônimo de “competição” pois “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial”, um neosujeito (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). É como afirma Mbembe “[...] O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em força produtiva da forma-dinheiro” (MBEMBE, 2018b, p. 15).

¹⁴¹ O município de Mariana/MG, em 2015, sofreu um dos maiores desastres-crimes do país, quando houve o rompimento da barragem de Fundão pertencente à empresa Samarco Mineração S/A (controlada por Vale S.A. e BHP Billiton). Houve a destruição do distrito de Fundão e a morte de 19 pessoas. A vida de milhares de humanos e não humanos foi afetada, pois a quantidade de lama era tamanha que chegou até a foz do rio Doce e atingiu o oceano Atlântico. Embora com todo o problema gerado a empresa recebeu licença de operação corretiva para voltar a operar em 2020. Para mais informações, ver os artigos sobre o desastre-crime em PROUS (2015).

¹⁴² Quatro anos após o desastre-crime em Mariana, um outro ocorreu em janeiro de 2019 devido ao rompimento de uma barragem no município de Brumadinho/MG. O desastre-crime, novamente, foi numa empresa controlada pela Vale S.A, afetando diretamente o distrito de Córrego do Feijão e gerando a morte de mais de 200 pessoas,

É neste ponto que é possível pensar no dispositivo APA como também um dispositivo para o desenvolvimento da resistência, mesmo que frágil, especialmente ao se considerar algumas restrições de uso no espaço por ela demarcado e da ação de alguns atores integrantes de pequenas organizações não governamentais atuantes no território. Assim, é no que resta e no que resiste que se conformam forças para uma reterritorialização coletiva, uma vez que “[...] já que essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias” (PELBART, 2011, p. 21).

Conforme aponta Santos (2014), “[...] o espaço é resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade. A paisagem tem permanência, e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional, e o espaço é estrutural [...]”, formado por fixos e fluxos. (SANTOS, 2014, p. 80 e 85). Porém, a modernidade e a pós-modernidade fagocitaram o espaço, desterritorializando-o e reterritorializando-o. Essa reterritorialização não necessariamente seria o retorno ao que era antes (DELEUZE, GUATTARI, 2011, v. 3), mas uma reorganização sobre novos moldes desse espaço. Pensando assim, a paisagem também é transformada, reterritorializada.

Na APA Carste de Lagoa Santa ainda existem trocas de mercadorias entre vizinhos e cadernetas de anotações para quem compra fiado nos mercadinhos locais, mas as máquinas de cartão já chegaram mesmo nos distritos mais distantes. Nesse espaço-território onde crianças ainda podem brincar tranquilas em ruas de terra e se veem galinhas e hortas nos quintais, também existem haras para vendas de cavalos puro sangue; áreas de mineração nas quais milhares de toneladas de minério são extraídas, beneficiadas e enviadas para os diversos rincões do país.

Concomitantemente, tem-se nos céus um intenso tráfego aéreo proveniente do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, cuja construção foi um marco para a modernização da Região Metropolitana. Sobrevoaram e desceram nesse espaço 10 milhões de passageiros somente em 2018. Muitos deles nem viram¹⁴³ onde pisaram e já se foram para seu destino. O aeroporto representa física e simbolicamente um dos pontos de intercessão e conflitos entre a APA, o moderno e o Império¹⁴⁴ (NEGRI; HARDT, 2001).

além de danos ambientais significativos. Para mais informações, ver os artigos do livro de PINHEIRO, POLIGNANO, GOULART, PROCÓPIO (2019).

¹⁴³ Por outro lado: o que se visibiliza no aeroporto, o que se faz ver, o que se faz falar, e o oposto a que leva? Questionamentos ainda sem respostas.

¹⁴⁴ Conforme Pelbart: “[...] O império é uma nova estrutura de comando, em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. Sua lógica, em parte inspirada no projeto constitucional americano, é mais ‘democrática’, horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao

Interessante é que a escolha do local de implantação do aeroporto passou por processos de licenciamento e de desapropriação perfazendo uma área inicial 24.000.000 m² (MINAS GERAIS, 1978), sendo um paradoxo ter sido escolhido um dos lugares de maior fragilidade ambiental da Região Metropolitana, ou seja, uma área cárstica, com grande riqueza arqueológica, mas sob o ponto de vista dos técnicos só se viam os abacaxis (no caso as frutas, sem se pensar nos problemas futuros): “Em Lagoa Santa, além de o terreno ser plano é bem menos valorizado, **há apenas uma plantação de abacaxis e uma granja no local**”, explicou à Revista Veja um dos técnicos do DER (FIM DO SEGREDO, 1978, p. 111, grifo nosso).

Um ponto que cabe um destaque é que o não ver do viajante é perturbador, a invisibilidade do território pela forçosa não passagem por ele, faz com que o viajante não crie com esse território-passagem nenhum vínculo; e fora as mercadorias e algum *souvenir* vendidos no aeroporto, ele não leva nem a poeira de Confins nos pés.

Assim, o ator “viajante” nem mesmo saberá que passou por um dos mais importantes sítios arqueológicos e paleontológicos¹⁴⁵ do mundo, esses denunciadores de uma identidade ainda latente (LATOURE, 2009, 2012), a não ser que o ator viajante pare um breve instante diante de um mural no saguão do aeroporto e se detenha num olhar cuidadoso, o que certamente o ambiente de um aeroporto não permite. O aeroporto é em si um “não lugar” (AUGÉ, 2012) no qual circulam milhares de pessoas, criado para ser um espaço vazio da identidade, despossuído de personalidade, monótono, no qual a intimidade é supérflua. Assim, a maioria dos seus “usuários” não se sente parte dele: entra e sai anônima. Ele é para ser comum a qualquer parte do mundo, não possuindo uma identidade: “Se um lugar pode-se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem histórico, definirá o não-lugar” (AUGÉ, 2012, p. 73).

Essa declaração de Augé é pontuada por Krenak ao dizer que [...] “Ser do lugar marca a diferença do não-lugar. O sujeito coletivo pertence ao lugar, é o oposto político do lugar que pertence ao indivíduo” (KRENAK, 2018, p. 2).

Uma outra afirmação de Augé é que [...] “Na coexistência dos lugares e não-lugares, o obstáculo será sempre político” (AUGÉ, 2012, p. 105). Tomando por base tal afirmação e considerando que Aeroporto Internacional Tancredo Neves, por decisão política, foi concedido

tecido social e a sua heterogeneidade, articulando singularidades étnicas, religiosas, minoritárias. O império coincide com a sociedade de controle, tal como Deleuze e Foucault a haviam tematizado” (PELBART, 2011, p. 81, aspas do autor). Mas será que a heterogeneidade, etnia, religião e minoria são apenas uma parte do Império? Ou ele atua como vampirizador deles, num estado de possessão? Ou seja, eles existem, resistem, são potências, mas em alguns casos são utilizados como intermediários para a expansão do Império, que os toma como mote em projetos econômicos.

¹⁴⁵ Daí surge um pensamento, que depois virará palavras: a morte como patrimônio.

para iniciativa privada, algumas modificações estratégicas do ponto de vista dos novos gestores foram tomadas, ampliando sua condição de não lugar. Por exemplo, antigamente era conhecido como Aeroporto de Confins, mas foi renomeado, após sua concessão, para Aeroporto Internacional de Belo Horizonte¹⁴⁶. Soma-se a isso, que após alterações na trafegabilidade não se chega mais ao aeroporto passando pelas proximidades da área central do município, assim os passageiros de modo geral só veem o município do alto. Ao sair o termo Confins, tira-se de certa maneira seu sentido locacional e sua identidade de pertencimento social e histórico, para se criar uma roupagem: a do aeroporto pertencente a uma metrópole contemporânea, que poderia ser qualquer uma.

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves se encontra situado na denominada Zona de Conservação do Equilíbrio Ambiental Metropolitano (ZCEAM) da APA Carste de Lagoa Santa, que objetiva:

[...] propiciar o equilíbrio entre o sistema cárstico e o vetor de expansão norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, garantindo as interfaces entre estes dois processos distintos: o processo de metropolização, representado pelo complexo aeroportuário, e o processo de desenvolvimento do território da APA, com suas características socioambientais específicas. Portanto, a função dessa zona é estabelecer o bloqueio aos grandes vetores metropolitanos de Vespasiano/Lagoa Santa e Pedro Leopoldo/Sete Lagoas, em direção à APA, visando disciplinar sua expansão sobre áreas de maior fragilidade. (IBAMA, 1998, p. 15).

Ao mesmo tempo que a zona tinha como função disciplinar a expansão da Região Metropolitana sobre o carste, ela também previa que para atender ao complexo aeroportuário pudessem ser estabelecidos “serviços de hotelaria aeroportuária” e de um “centro de exposição” próximo ao aeroporto (IBAMA, 1998, p. 15). Ou seja, há mais de vinte anos já se previam atividades para o desenvolvimento de economias locais relacionadas ao território aeroportuário.

No ano de 2014, houve a concessão do aeroporto pelo período de trinta anos para o consórcio denominado BH Airport [...] “formado pela Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa (CCR) e Soares Penido, pelas operadoras Zurich Airport International (AG) e Munich Airport International Beteiligungs — as quais detêm juntas 51% do controle acionário”, tendo o restante ficado para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (IPEA, 2015). Após a concessão, o aeroporto passou por vários processos de ampliação e modernização. Dentre os impulsionadores desse processo, megaeventos como a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, sediada no Brasil em 2014, e dos jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, que

¹⁴⁶ Aqui cabe um destaque: quando foi editado o Decreto nº 19.273 (MINAS GERAIS, 1978) foi estabelecido que o mesmo era para implantação do Aeroporto Metropolitano de Belo Horizonte, ou seja, já naquela época não se pensava no lugar, mas sim na metrópole.

além de favorecerem ao aeroporto, incentivaram a implantação de hotéis na região de Lagoa Santa e Confins, especialmente para atender o fluxo de turistas e os futuros usuários do aeroporto.

Após a concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves para a iniciativa privada, foi amplamente divulgada a possibilidade de ele se tornar o centro de uma aerotrópolis (**Figura 18**), devido ao seu fácil acesso, possuir infraestrutura e logística que pode ser modificada para se adequar nas necessidades do comércio global (KASARDA; LINDSAY, 2012). Tal fato começou a ser especulado desde o ano de 2003 e envolveria diversas empresas que investem em tecnologia de ponta, podendo alterar o padrão de ocupação nas proximidades do aeroporto, o que já estaria em curso¹⁴⁷:

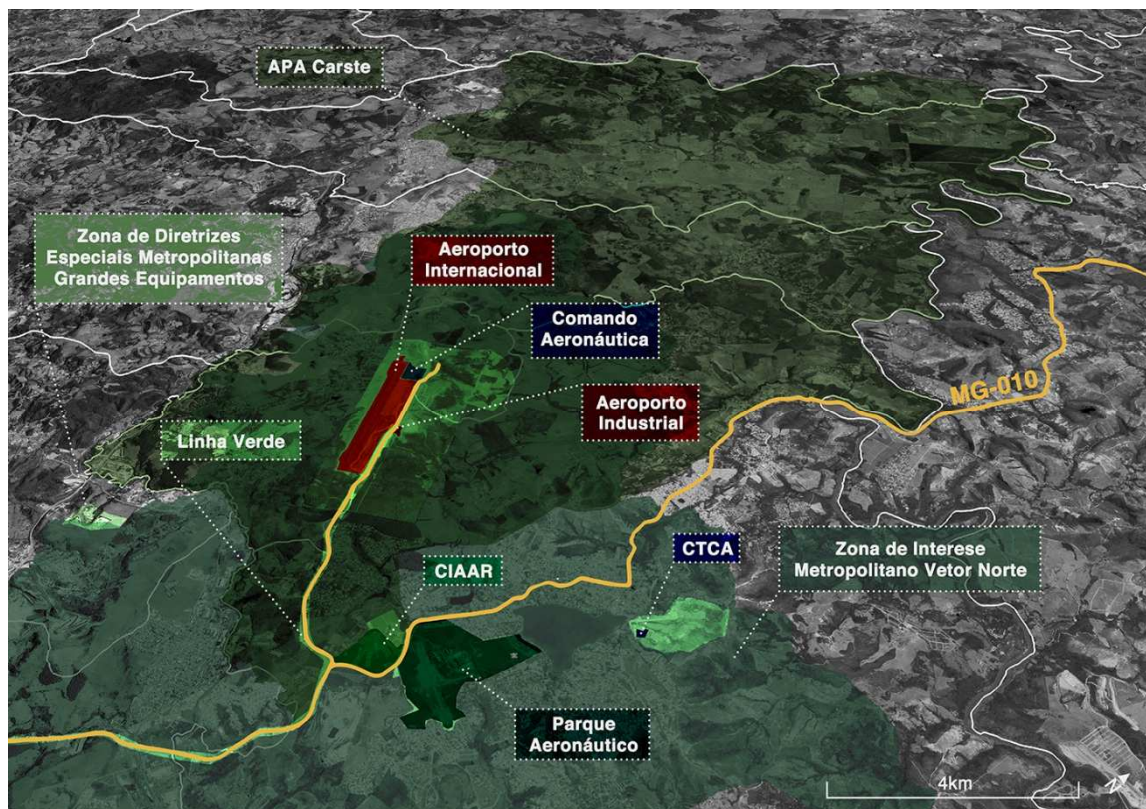
A consolidação da primeira Aerotrópole da América do Sul vem avançando em Minas Gerais, tendo como ponto de partida o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN), e tende a mudar a lógica e dinâmica econômica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a partir da criação de 350 mil novos empregos até 2030, principalmente em segmentos da Nova Economia (PROJETO, 2015).

Conforme afirma Freitas a aerotrópolis em implementação no Vetor Norte da RMBH apresenta-se como [...] uma forma abstrata, fechada, regionalmente progressista, mas que oferece a possibilidade de uma vida pitoresca (restrita a poucos), que nega a cidade real, mas oferece fragmentos de realidades urbanas idealizadas[...]” (FREITAS, 2017, p. 49).

Como essa futura aerotrópolis afetará o território da APA Carste ainda é incerto afirmar, porém os vários projetos imobiliários, econômicos e de infraestrutura já em curso poderão dar algumas pistas. Como por exemplo, o estabelecimento de um Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) e do Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial (CTCA) e outros projetos que trouxeram novos moradores, trabalhadores e estudantes para a região. (BARBOSA, RENA, CARVALHO, 2021).

¹⁴⁷ Parte do projeto já se iniciou, inclusive com ampliação dos terminais aeroportuários e novas empreendimentos como hotéis e o Fashion City, que foram licenciados pelo Estado de Minas com autorizações pela APA Carste.

Figura 18 – Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a formação da aerotrópolis mineira



Fonte: Elaborado por Marília Pimenta, 2020.

4.1.2 Outras gentes e projetos: novos padrões fagocitando os anteriores

Além dos grandes projetos econômicos de forma geral, também chama atenção na APA Carste os novos moradores do território que chegam à região buscando qualidade de vida¹⁴⁸. Inicialmente alguns vieram para morar em sítios e condomínios voltados para a classe média e média alta, depois vieram aqueles que conseguiram financiar suas moradias, especialmente no programa *Minha Casa Minha Vida*, impulsionados pelo mercado imobiliário (Anexos E e F). Constata-se, assim, que aos poucos ocorre uma urbanização de certa forma desurbanizante

¹⁴⁸ Morei em um bairro muito próximo dos limites da APA Carste. Os loteamentos do bairro foram autorizados pela unidade em função de que na época de sua implantação prevalecia o entendimento de que empreendimentos na zona de entorno passíveis de causarem impactos ambientais na unidade deveriam ser avaliados. Assim, em outubro de 2019, numa roda de conversa com vizinhos, decidi perguntar para eles o que os trouxe para Lagoa Santa. Todos responderam que o que os trouxe foi a busca por qualidade de vida. O que seria essa qualidade de vida para eles? Alguns disseram que vieram para a região para estarem mais próximos do local de trabalho, o que lhes facilitava o trajeto entre a casa e o serviço; outros especificamente pelas condições ambientais da cidade, que, embora próxima à Belo Horizonte, ainda manteria um certo ar interiorano. Foram seis famílias no total, as quais decidi não nomear no texto. A gravação se encontra comigo.

(PÁDUA¹⁴⁹, 2018), que não alcança a todos (humanos e não humanos) da mesma forma e com a mesma intensidade.

A longo prazo o crescimento de uma sociedade essencialmente consumista gera impactos não somente nas condições físicas e bióticas dos territórios, mas também afeta seus habitantes do ponto de vista cultural:

Não é hoje surpresa para ninguém que o conforto que a sociedade de consumo proporcionou tem um preço invisível: a nossa renúncia à liberdade de agir, ao fruir com autonomia, a produção técnica da natureza e do meio ambiente bem como as tecnologias sociais que se foram acumulando para conformar, a níveis cada vez mais fundos, o nosso cotidiano, criam dependências múltiplas para o indivíduo ou o grupo que tornam difícil a conquista e a preservação da identidade pessoal ou social. (SANTOS, 1989, p. 48).

Uma outra constatação está fundamentada nos dizeres de Harvey (2014), para o qual o neoliberalismo paulatinamente torna-se hegemônico em termos discursivos e passa a dominar o pensamento e o cotidiano. Para tanto, provoca destruições e reconstruções de desejos, de poderes, de instituições e do senso comum baseado na razão/ética do mercado, que é remodelada para ser vista como uma “maneira ‘natural’ de regular a ordem social” (HARVEY, 2014, p. 50, aspas do autor). Isso pode ser observado desde as peças publicitárias para atração de moradores até nas tratativas e audiências públicas relacionadas aos Planos Diretores locais e do próprio Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH).

À medida que a urbanização avança na APA, o Estado, assim como já apontaram Dardot e Laval sobre o papel do Estado na contemporaneidade, “[...] mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273). O que se faz notar por exemplo pelas alterações em procedimentos de licenciamento ambiental e projetos tanto relacionados com a expansão urbana quanto econômica na região, como na possibilidade do estabelecimento de uma Parceria Público Privada (PPP) em um dos parques inseridos no interior da APA Carste, no caso o Parque Estadual do Sumidouro. A orientação do Estado empresa chega camuflada de sustentabilidade:

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma

¹⁴⁹ Rafael Faleiros de Pádua é doutor em Geografia e professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Dentre os temas de suas pesquisas estão a industrialização, a urbanização e a metrópole.

do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Com base no exposto, infere-se que a referida expansão do Vetor Norte da RMBH está fortemente alicerçada na abertura de novos territórios para desenvolvimento de atividades industriais, comerciais e imobiliárias, afeitas a uma urbanização que é extensiva (MONTE-MÓR, 2005, 2006). Essa última, baseada principalmente na especulação imobiliária de terrenos vazios e na construção de moradias auxiliando numa maior lucratividade para empresas (FREITAS, 2016). Nesse contexto, cabe a afirmação de Raquel Rolnik¹⁵⁰ (2015) de que a “[...] propriedade imobiliária (*real state*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro” (ROLNIK, 2015, p. 14).

É possível dizer que no território abrangido pela APA Carste existem relações de poder exercidas pelos atores hegemônicos vinculados ao capital e ao Estado que avançaram, especialmente a partir da década de 1970, deixando suas marcas na paisagem pela expansão urbana inicialmente elitizada. Assim, o território foi ressignificado por grupos dominantes através de formas diferenciadas, que estabeleceram processos políticos que lhes trouxeram privilégios e aprofundaram as diferenças socioespaciais (SANTOS 2001).

Embora muitos dos projetos e planejamentos no território da unidade tenham favorecido o avanço da urbanização extensiva, é preciso ressaltar que no complexo “tecido urbano” (LEFEBVRE, 2001) formado pelos municípios que estão na APA Carste (**Figura 19**) ainda persistem “ruralidades” que disputam tanto o território físico como o simbólico com esse urbano que prossegue impositivo. Algumas dessas disputas serão analisadas adiante nos distritos de Lapinha, Fidalgo, Mocambeiro e Quinta do Sumidouro.

¹⁵⁰ Raquel Rolnik é doutora e arquiteta urbanista, atua como professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Dentre suas pesquisas, estão aquelas relacionadas com política urbana e habitacional.

Figura 19 – Mapa de localização da APA Carste na RMBH/MG



Fonte: BARBOSA; CARVALHO; RENA, 2020, p. 144-145.

4.2 A tendência urbanizadora

Com o decorrer do tempo, os processos de modernização e flexibilização das atividades econômicas para acumulação financeira deixaram marcas no território da APA Carste, tanto por estruturas físicas quanto simbólicas, pela imposição de uma cultura de consumo de bens materiais e de bens imateriais com a criação de espaços de desejo (MARX¹⁵¹, 2013;

¹⁵¹ Karl Heinrich Marx, embora pouco citado diretamente na tese, é a base intelectual de muitos dos autores que nela se encontram. Foi um sociólogo e filósofo cujas obras influenciaram e influenciam o entendimento sobre o sistema capitalista e as possibilidades de sua superação. Dentre elas, uma das mais conhecidas é *O Capital*. Faleceu em 1883.

MENDONÇA; COSTA¹⁵², 2011). Por outro lado, a própria dinâmica geofísica do carste imprimiu à paisagem suas nuances com inúmeras cavidades, dolinas e sumidouros que, juntamente com o predomínio de uma vegetação típica do cerrado, favoreceram um processo de ocupação humana tipicamente rural com a implantação de várias fazendas, devido ao solo ser propenso para atividades agrícolas, e sítios de veraneio em meados do século XX.

Esse cenário bucólico tão perto de Belo Horizonte também atraía turistas que vinham para a região passar o final de semana. Conforme aponta Carlos Von Sperling Gieseke, sua família há cerca de setenta anos era uma das que tinha casa de campo em Lagoa Santa. A lagoa era um ponto turístico para os visitantes, e a cidade tinha um importante Carnaval, muito diferente do que é hoje (Informação verbal, GIESEKE, 2020).

Nas últimas décadas, porém, os aspectos de ruralidade que marcaram a APA Carste se reverteram paulatinamente em uma tendência essencialmente urbanizadora, devido à nova dinâmica do mercado imobiliário no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FREITAS, 2016, p. 2-17).

A construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais (Cidade Administrativa) no antigo Hipódromo Serra Verde e a implantação da Linha Verde na rodovia MG 010, obras estrategicamente planejadas pelo Estado (FREITAS, 2016, 2017), estimularam outros empreendimentos para a região, como a implantação de vários condomínios de luxo. Um dos condomínios que alavancou as vendas do setor foi o condomínio da Bandeira Alphaville Empreendimentos¹⁵³ (localizado próximo à cidade administrativa), que é pautado em conceitos de sustentabilidade, recreação, alto padrão construtivo e segurança (ALPHAVILLE, 2017). Infere-se então que a “[...] (re) organização do uso do solo emerge como um fenômeno intrínseco ao processo de produção de mercadorias” (FURTADO, 2011, p. 41), mercadoria essa só adquirida pelas classes com maior poder aquisitivo, havendo certa negação da cidade em sua forma anterior e necessidade de sua reestruturação sobre novos padrões modernizantes, para o “consumo do lugar” (PÁDUA, 2018, p. 146). É em uma situação como esta que o “ecológico” entra como mercadoria, e não como “conscientização” ambiental, conforme aponta Monte-Mór (2004):

¹⁵² Jupira Gomes de Mendonça é doutora em Planejamento Urbano e Regional e professora da Escola de Arquitetura da UFMG, coordena o Núcleo RMBH do INCT/Observatório das Metrôpoles; dentre os temas que pesquisa estão planejamento urbano, legislação urbanística e dinâmica imobiliária. Heloisa Soares de Moura Costa é professora do Instituto de Geociências da UFMG, possui doutorado em Demografia e pesquisa sobre planejamento urbano, políticas públicas e implicações socioambientais.

¹⁵³ Essa marca pertence à Alphaville Urbanismo, uma grande empresa do setor de empreendimentos considerados de alto padrão.

Existe um certo consenso se formando em cima da hipótese — ou já será considerada um fato? — de que a questão e a consciência ambiental e ecológica vêm trazer transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade contemporânea. Entretanto, o impacto real dessa consciência crescente sobre o ambiente construído, em especial nas aglomerações metropolitanas, deixa ainda muito a desejar. As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea — seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos — as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido pouco consideradas nos seus aspectos ambientais. (MONTE-MÓR, 1994, p. 173).

O primeiro município que as pessoas têm contato com a APA para quem vem de Belo Horizonte é Lagoa Santa. Quando se chega, vê-se a direita da MG-10 um avião em frente ao que comumente se chama área da Aeronáutica, rodeada por muros durante longo percurso do trajeto. Esse avião¹⁵⁴ simboliza uma das marcas da paisagem regional, que aliada à do Aeroporto Internacional em Confins, configura parte das estruturas da futura aerotrópoli da RMBH. Nesse contexto de expansão do Vetor Norte da RMBH, nos últimos anos, ampliou-se a inserção das classes média e alta na APA Carste, atraídas pelo valor da terra e pelo valor simbólico de habitar uma “área rural” ao lado da Capital. Essa atração ocorre principalmente através da publicidade que tem no mote ecológico e nas formas modernas de construção um dos seus principais meios de propaganda (Anexos A e B).

Considerando dados de crescimento da população e dos domicílios dos dois municípios mais populosos da APA Carste, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, entre os anos de 1970 e 2010 (Tabelas 5 e 6), fica evidenciado um crescimento significativo a partir do ano de 2000, especialmente em Lagoa Santa.

Tabela 5 – Lagoa Santa - População residente e domicílios 1970-2010

Lagoa Santa	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios	2.631	4.073	6.881	9.859	15.736
População	14.053	19.499	29.824	37.872	52.520

Fonte: Adaptado pela autora de IBGE, Censo Demográfico, 1970/2010.

¹⁵⁴ O município de Lagoa Santa em 1938 foi escolhido pelo Governo Federal para sediar uma fábrica de aviões (BRASIL, 1938). A obra foi iniciada anos depois, sendo que em 1954 foi criado o Núcleo Parque Aeronáutico, absorvendo as instalações da Fábrica de Aviões de Lagoa Santa (BRASIL, 1954), na qual haviam oficinas inclusive para reparo de aeronaves como do T-6, a época uma das mais modernas aeronaves. Em 1974, foi alçado à categoria de Parque de Material Aeronáutico (BRASIL, 1974). Atualmente, o Parque atua com várias atividades dentre elas reparos e fabricação de componentes para as aeronaves brasileiras e manutenção de equipamentos de segurança para a Força Aérea Brasileira (FAB, 2019).

Tabela 6 – Pedro Leopoldo população residente e domicílios 1970-2010

Pedro Leopoldo	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios	3.677	6.069	9.648	13.939	17.501
População	20.670	30.007	41.594	53.957	58.740

Fonte: Adaptado pela autora de IBGE, Censo Demográfico, 1970/2010.

Parte desse crescimento populacional ocorreu pela implantação de condomínios voltados para a classe alta como Condados da Lagoa, Bouganville, Mountain Village, Estância Real, em Lagoa Santa, e Gran Royale, em Pedro Leopoldo. Além dos nomes que remetem a certa “nobreza”, a maioria deles possui área externa cercada, segurança 24 horas e infraestrutura de alto padrão com quadras, inclusive de tênis, espaço gourmet e playground (ZAP IMÓVEIS, 2017).

Segundo Denis Cosgrove¹⁵⁵ (1998) e Pádua (2018), paulatinamente, com a inserção dos condomínios são criados novos simbolismos expressos pela paisagem dentre os novos moradores que chegam à região e imprimem aos antigos moradores novas práticas, padrões culturais e estéticos homogeneizadores provenientes da metrópole, tais como na construção de moradias, áreas comerciais, áreas de lazer e outras práticas¹⁵⁶. Em alguns desses processos, ocorre um desenraizamento dos antigos moradores, expresso fisicamente pela perda da propriedade da terra e a consequente desestruturação dos arranjos sociais em termos de vizinhança.

Conforme aponta Zygmunt Bauman¹⁵⁷ (2003), os condomínios não promulgam a formação de laços comunitários com seu exterior, pois se territorializam na busca de padrões de moradia, segurança comuns a classe a que se destinam, ao mesmo tempo que se afastam de determinados grupos sociais:

¹⁵⁵ Denis Edmundo Cosgrove foi um geógrafo de origem britânica que se destacou pelas pesquisas relacionadas com a paisagem e a cultura. Faleceu em 2008.

¹⁵⁶ Algumas práticas são sutis no processo de metropolização, pouco percebidas por algumas pessoas, por exemplo pelo uso das palavras. Cada palavra tem uma origem, um significado. Os estrangeirismos são um exemplo de uma assimilação imposta ou não, da cultura de outro povo, geralmente distante. Embora vistos muitas vezes como sinônimo de novidade, o uso de uma língua estrangeira pode escamotear fenômenos sociais de aculturação. Certamente muitas palavras já foram brasileiras no cotidiano, mas nos últimos anos algumas novas foram incorporadas no comércio, tanto em cidades grandes quanto em cidades pequenas, tendo como exemplos palavras como *bistrô*, *delivery*, *design*, *gourmet*, *outlet*, *prime*, *premium*, *shopping*, *sushi*. Esses recursos linguísticos estrangeiros trazem consigo uma certa negação do que é o tradicional, ou habitual, tentando “vender” não apenas um produto novo, mas um estilo de vida (VIEIRA, 2019). Assim, a linguagem local é vista como antiquada, o estrangeirismo representaria o novo, agregando valor a um bem/objeto, assim “o valor de troca-signo é fundamental” para o consumo (BAUDRILLARD, 1996, p. 10). Muitos dos anúncios na região vendem apartamentos ou casas com design diferenciado e áreas gourmet, um conjunto de lojas vira *shopping*, as lojas fazem vendas com descontos chamadas de *outlet*. Sem falar nos *deliveries* espalhados para todos os lados. Compre-se um objeto/palavra tentando permanecer ou se fazer pertencente a uma classe.

¹⁵⁷ Zygmunt Bauman foi um sociólogo e filósofo de origem polonesa, destacando-se pelas análises críticas a pós-modernidade. Faleceu em 2017.

As ‘comunidades cercadas’ pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da ‘confusa intimidade’ da vida comum da cidade são ‘comunidades’ só no nome. (BAUMAN, 2003, p. 52)

Além da formação de condomínios de luxo, a região passa pela intensificação de uma certa verticalização, especialmente a partir de projetos habitacionais para classe baixa e média. Contudo, tais projetos não são acompanhados da infraestrutura adequada para receber milhares de novos moradores, tais como de transporte, ensino e saúde.

Heloísa Costa apontou, em palestra durante o Webnário Socioambiental¹⁵⁸, que a especulação imobiliária pode ser seletiva quanto ao território que vai atuar, criando projetos específicos que podem escapar aos processos gentrificadores:

Lagoa Santa talvez seja um dos lugares mais emblemáticos desse processo. E, curiosamente, no município de Confins, que teria tudo para ter essa mesma dinâmica que Lagoa Santa, isso não acontece com essa intensidade. Então, eu sempre fiquei muito curiosa com essa diferença entre os dois municípios [...] Porque todo mundo fala muito rapidamente que ‘ah, aqui vai ter gentrificação, vai ter expulsão de todo mundo’. Não é bem assim, a dinâmica imobiliária é hábil o suficiente para valorizar seletivamente, pular por cima dos territórios populares, ignorá-los e se estabelecer mais para frente. Ou talvez a exceção que confirma a regra seja um megaprojeto de condomínio, que é o Alphaville, que fica ao longo da Linha Verde e que está meio que imprensado entre territórios populares de Vespasiano e que talvez a localização às margens da Linha Verde tenha possibilitado isso. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020a).

Um exemplo de projeto específico para atender um nicho de mercado é a construção em Lagoa Santa do Mercado Internacional, um empreendimento com foco no turismo e que mesclará em uma área de 40.000 m² culinária regional e a internacional, 2.000 vagas de estacionamento, 25 restaurantes e bares e 340 espaços lojistas:

O conceito é reunir num só espaço todo o DNA que rege o estado e trazer para dentro desse caldeirão particularidades de outras partes do mundo, levando-se em consideração aspectos culturais de cada povo. A escolha por Lagoa Santa é estratégica, já que ela encabeça o posto de uma das melhores cidades para se viver em Minas Gerais, estando a 5 km do Aeroporto Internacional de BH, em Confins, e ligação tradicional com toda a estrutura da aeronáutica. (MERCADÃO, 2021).

Além de Lagoa Santa e outros municípios na APA Carste terem atraído o mercado para classes média e média alta, é forçoso reconhecer que a implantação dos programas habitacionais como o denominado Minha Casa Minha Vida favoreceu que um público, que antes tinha pouco

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSqGBBIDNUc&feature=youtu.be>. Acesso em: 8 dez. 2020.

acesso à aquisição de propriedades no interior da APA Carste, tivesse tal oportunidade e se mudasse para a região, “desafogando” a metrópole. Nesse contexto, e considerando que a territorialização das diferenças sociais se acentua nas áreas metropolitanas (SANTANA FILHO *et al.*, 2012), impõe-se a questão de como compreender a inserção dessa verticalização no contexto social regional.

Cabe considerar que tanto para a implantação de condomínios de luxo quanto de prédios do programa Minha Casa Minha Vida, a atuação do Estado gera atrativos fiscais e de infraestrutura para tais empreendimentos, fazendo parte de uma lógica produtiva e de manutenção do sistema de poder, conforme afirma Rolnik:

Nenhuma montagem de sistemas financeiros de habitação, mais ou menos conectados a finanças globais, prescinde da ação do Estado, não apenas na regulação das finanças, mas também na construção da hegemonia política da concepção da casa (home) como mercadoria e ativo financeiro. (ROLNIK, 2015, p. 29).

Baseando nas afirmações anteriores, é possível depreender que em partes do território da APA Carste esteja em formação um processo de gentrificação, que carrega consigo os padrões estéticos e culturais da metrópole de Belo Horizonte.

Outro ponto relevante é que os meios de participação social criados para as comunidades e outros agentes do território opinem sobre a implantação dos empreendimentos são poucos. Algumas vezes, tal participação ocorre pela inserção de lideranças sociais em conselhos como do meio ambiente ou das unidades de conservação que serão afetadas pelas atividades. Entretanto, os empreendedores têm maior flexibilidade junto aos órgãos públicos para apresentarem e, muitas vezes, imporem as atividades que desejam implantar, o que impede o verdadeiro desenvolvimento da democracia.

Conforme afirma Holston (2013), nesses casos ocorre uma cidadania diferenciada uma vez que [...] “a maioria dos direitos está disponível apenas para tipos específicos de cidadãos e é exercida como privilégio de categorias sociais específicas” (HOLSTON 2013, p. 28). Tal afirmação é consonante com o pensamento de Santos (2001) quando trata da formação de processos hegemônicos advindos da imposição capitalista. O autor já afirmava no início dos anos 2000 que:

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo "pensamento único", enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. (SANTOS, 2001, p.35).

Cabe ainda destacar que, ao não serem inseridos nos processos decisórios, os moradores locais podem ser considerados como “cidadãos incompletos”, conforme afirma Carvalho (2008), uma vez que não têm acesso efetivo a todos os direitos que possuem ou mesmo lutam pelos que não possuem. Isso favorece que os interesses dos empreendedores sejam acatados sem grandes contestações sociais. O que também auxilia na formação de uma cidade cada vez mais segregada (MENDONÇA, COSTA, 2011).

Entende-se, então, que a mobilidade do capital no Vetor Norte, especificamente na APA Carste, está vinculada com dinâmicas territoriais complexas que por sua vez relacionam-se aos interesses de poucos grupos dominantes (GOMES, 2014). Para que tais dinâmicas tenham êxito, a legislação é flexibilizada ou readequada aos interesses dos empreendedores, uma vez que grande parte da população desconhece seus direitos e as formas de como exercê-lo; assim, poucos se manifestam contra tais interesses nos meios de participação social. Dessa maneira, distanciam-se cada vez mais de propostas urbanas relacionadas com justiça social ou qualidade de vida coletiva (SOUZA, 2006), o que também poderia ser relacionado com a temática da gentrificação.

Um dos apontamentos do denominado Programa de Ações Imediatas para o Vetor Norte no contexto do Programa de Desenvolvimento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, elaborado pelo Instituto Horizontes em 2010 destacava que na região havia um aglomerado de exclusão social, a saber:

O crescimento populacional ocorrido nas regiões de Venda Nova, Justinópolis em Ribeirão das Neves, e São Benedito em Santa Luzia, provocaram a formação de uma centralidade de função metropolitana, *que articula uma imensa região com os maiores índices de exclusão social e de pobreza do aglomerado*. (INSTITUTO HORIZONTES, 2010, p. 11, grifo nosso).

O referido programa alertava sobre a possibilidade do crescimento desordenado e da formação de uma periferia excludente na região do carste, considerada inapropriada à urbanização intensiva devido às suas características físicas e histórico-culturais. Nesse sentido, os dirigentes utilizando-se de políticas públicas subordinaram os municípios da região à lógica do capital, ampliando a segregação e divisão socioespacial nela existente, seja no contexto do tecido urbano quanto no seu avanço para as áreas rurais. (MONTE-MÓR, 2006). Encontra-se aqui outra controvérsia rastreada na tese, o carste embora frágil do ponto de vista socioambiental é uma das regiões com maior crescimento populacional na RMBH.

4.3 Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e os planejamentos territoriais: aspectos gerais

O estabelecimento do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte favoreceu a expansão da urbanização em diversas facetas e fases. Ele não é um território homogêneo e passou por distintos processos, conforme aponta Heloísa Costa:

Há dois processos que são complementares, mas que não são a mesma coisa. Um é o processo clássico da formação das metrópoles industriais latino-americanas, a partir da industrialização e das chamadas periferias precárias, e da qual o Vetor Norte é um exemplo importante, ou pelo menos parte do Vetor Norte — a parte mais próxima de Belo Horizonte, que caracteriza uma produção periférica do espaço muito intensa. E, ao mesmo tempo sem perder essas características, um segundo processo, que se superpõe a esse, que tem a ver com os grandes projetos urbanos, com a reestruturação produtiva, com a ideia de economia do conhecimento, de privilegiar o que o Milton Santos chama de “meio técnico-científico informacional” — e no qual o debate ambiental e também o debate da cultura adquirem uma centralidade muito importante. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020a).

No Vetor Norte, ocorre desde uma urbanização mais tradicional afeita a um pretenso planejamento oficial, seja através de Planos Diretores ou do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 2016). Esse vetor, além do território planejado, também passa pela potência da autoconstrução concentrada em áreas de maior fragilidade ambiental e de estrutura social precária, até áreas onde uma urbanização neoliberal¹⁵⁹ avança territorialmente, mas ainda com algumas restrições, como em função das disposições legais que regulamentam a ocupação humana e econômica das unidades de conservação inseridas no Vetor Norte, como o Plano de Gestão da APA Carste de Lagoa Santa (IBAMA, CPRM, 1998) e os demais regramentos dessas unidades (MINAS GERAIS, 2009), quanto em função de outras legislações como a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) e as normativas sobre cavidades.

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves foi inaugurado em 1984, e seis anos depois dele foi criada na região a APA Carste de Lagoa Santa. Estes dois dispositivos, o aeroporto e a unidade de conservação, se inserem em um “meio técnico-científico informacional global, o lugar se insere no global e vice-versa [...] agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao

¹⁵⁹ O avanço de uma urbanização neoliberal aqui será entendido como aquele no qual as estratégias do neoliberalismo são incorporadas na reestruturação dos elementos socioespaciais, no planejamento urbano e nas formas de exercício do poder, tem como certo empecilho as áreas protegidas na região. Ele é parte do capitalismo em transformação. Como afirmam Deleuze e Guattari: [...] não existe capitalismo universal e, em si, o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, ele é sempre por natureza neocapitalismo [...] (DELEUZE, GUATTARI, 2011, v. 1, p. 42).

processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (SANTOS, 1999, p. 16). Além disso, tanto o aeroporto quanto a APA Carste estão sujeitos a legislações diversas, como as que versam sobre planejamento, meio ambiente, uso e ocupação do solo e outras.

De antemão, pode-se dizer que a ordem jurídica no território em análise é complexa e marcada pela sobreposição de entes e territorialidades o que acaba por tornar esse ordenamento uma “arena de conflitos e negociações” (FERNANDES, 2008, p. 122). Considerando que a divisão federativa brasileira em União, estado e município, a legislação de cada ente forma platôs interdependentes. Dessa maneira, dentre as legislações que fazem referência a um planejamento para a ocupação territorial nesse território pode-se mencionar o Plano de Gestão da APA Carste de Lagoa Santa; o PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os Planos Diretores Municipais de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins e Matozinhos, além de outras legislações municipais como Códigos de Posturas. Algumas dessas legislações e instrumentos de planejamento serão discriminados a seguir.

4.3.1 Plano de Gestão da APA Carste de Lagoa Santa e instrumentos de regulação: alguns apontamentos

Um dos principais dispositivos legais que auxiliam na gestão do território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa, incluindo o próprio aeroporto internacional, é o denominado Plano de Gestão da unidade (IBAMA, 1998). Criado em meados de 1990¹⁶⁰ é um documento que tem validade até os dias de hoje e como impõe regras que muitas vezes geram conflitos entre os diversos atores relacionados com a unidade, está atualmente em discussão sua revisão. Considerando que muitas disputas de poder ocorrem nesse espaço territorializado por uma unidade de conservação e como o seu Plano de Gestão tem quase vinte anos de existência, levantei alguns dos possíveis atores presentes em sua elaboração e como o plano repercute nos instrumentos de regulação municipais, o que será apresentado a seguir.

¹⁶⁰ Após a criação da APA Carste, foi realizado pelo CPRM um longo estudo para avaliar a viabilidade ambiental para o desenvolvimento de atividades industriais na APA Carste, em especial aquelas relacionadas com a mineração (CABRAL *et al.*, 1994). Este estudo ficou conhecido como Projeto VIDA e embasou parte das discussões para a elaboração do plano de gestão da unidade de conservação.

No território da APA Carste existem instrumentos de regulação municipais que estão sobrepostos ao principal instrumento de gestão da unidade de conservação que é o seu Plano de Gestão. Nesse quesito, cabe destacar que conforme explicita Abramo “[...] as noções de ‘regime urbano’ e de ‘regulação urbana’ devem ser vistas como uma sugestão de releitura da relação do capital e do urbano” (ABRAMO, 1995, p. 511, aspas do autor).

A primeira tentativa de avaliação foi procurar ver o próprio Plano de Gestão como um dispositivo no sentido deleuziano. Se conforme Deleuze o dispositivo forma “[...] processos sempre em desequilíbrio” (DELEUZE, 1990, p. 105), os tensores de tais desequilíbrios geram controvérsias na maioria das vezes não aparentes, uma vez que, segundo o autor:

Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. (DELEUZE, 1990, p. 157)

Interessante notar que no jogo de poder as disputas nem sempre estão nas superfícies, mas nas profundezas das retóricas e das ações após os pseudoconsensos, como na elaboração de uma norma. Assim, no documento-dispositivo Plano de Gestão existem muitas curvas de visibilidade e inúmeras outras de invisibilidades.

Preliminarmente, numa leitura não aprofundada encontraram-se os atores institucionais responsáveis pelo Plano e os possíveis parceiros na gestão do território da APA. Dentre eles estão: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, o Museu de História Natural da UFMG; a Fundação Biodiversitas e as prefeituras municipais.

Com a criação da APA Carste, o Ministério do Meio Ambiente¹⁶¹, em colaboração com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais¹⁶² (CPRM), iniciou as tratativas para elaboração do Plano de Gestão. Conforme exposto no próprio plano, das discussões participaram, especialmente na elaboração, o CPRM, o Museu de História Natural da UFMG e a Fundação Biodiversitas. Estes de certa forma apresentaram seus posicionamentos por um discurso essencialmente cientificista e protecionista ao longo do plano. Quando houve a realização de seminários participativos, em fevereiro de 1995 e em junho de 1996, outras instituições puderam auxiliar nas discussões, como setores do estado de Minas Gerais e de prefeituras locais. Praticamente não houve participação dos moradores locais e demais usuários

¹⁶¹ Representado pelo IBAMA, que era o órgão gestor da unidade de conservação naquela época.

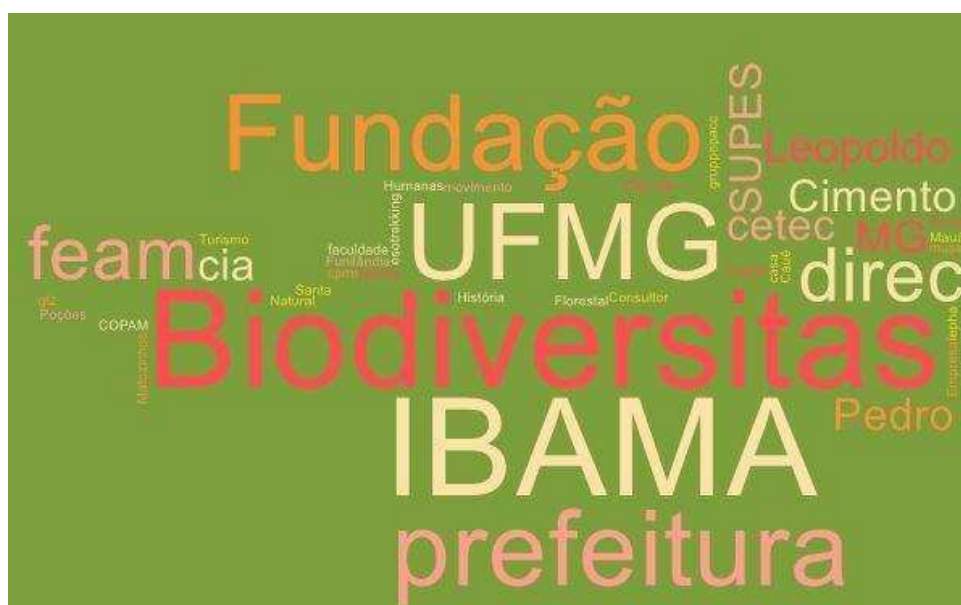
¹⁶² CPRM era vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

do território, além de representantes de mineradoras. Durante o Webnário Socioambiental, o biólogo Rogério Oliveira, que esteve presente nos seminários do Plano de Gestão, apontou que:

Nós estávamos reunidos no Hotel Tauá e num dos bate-papos dos intervalos o professor Cartelle nos chamou como os moradores da região do carste, que nós deveríamos sentir orgulho de morar nessa região, visto que era uma região que não era lugar qualquer no planeta, era como se nós fôssemos moradores de Veneza. Morar em Veneza não é morar num lugar tão comum, e o Carste Lagoa Santa de fato traz uma singularidade que torna a gente sensível e orgulhoso de ser desse lugar no mundo e cuidarmos dele com muito carinho e cuidado, diante de tanta riqueza. Eu acho que é fundamental que essa riqueza esteja sendo desnudada a partir do Peter Lund e dos diversos pesquisadores que vieram passando e foram fundamentais para produzir conhecimento que embasou a proteção desse território. A ciência trouxe elementos fundamentais para dar esse tom de áreas protegidas e singularidade. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

A elaboração do plano de gestão de um espaço protegido, no caso a APA Carste de Lagoa Santa, envolvendo cinco municípios no qual a participação social foi incipiente, gerou incongruências e suscitou o estabelecimento de um plano distante de parte da realidade local. (Figuras 20 e 21).

Figura 20 – Atores presentes nos seminários para elaboração do Plano de Gestão da APA, 2005 e 2006 / Primeiro Seminário – fevereiro de 1995



Fonte: Adaptado pela autora de IBAMA/CPRM, 2008.

É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o universal ao Lugar, cria uma particularidade. E esta sobreviva como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. A particularidade ultrapassada precede a universalidade atual e sucede à universalidade defunta. Há, pois, um movimento interativo no qual particularidade e universalidade fertilizam-se mutuamente. (SANTOS, 2004, p. 124)

No Plano de Gestão finalizado no ano de 1998 (IBAMA, 1998), antes da acelerada expansão do Vetor Norte para ocupação do território da unidade de conservação, foi estabelecido um zoneamento ambiental (**Figura 22**) que caracterizaria o território por área de ação, seja para conservação ou proteção de um atributo específico da unidade, a saber:

1 – **Zonas de Conservação Ambiental** “são espaços que terão a função principal de proteger os sistemas naturais existentes, cuja utilização dependerá de normas de controle rigorosas” (IBAMA, 1998, p. 10), compreendendo as seguintes zonas:

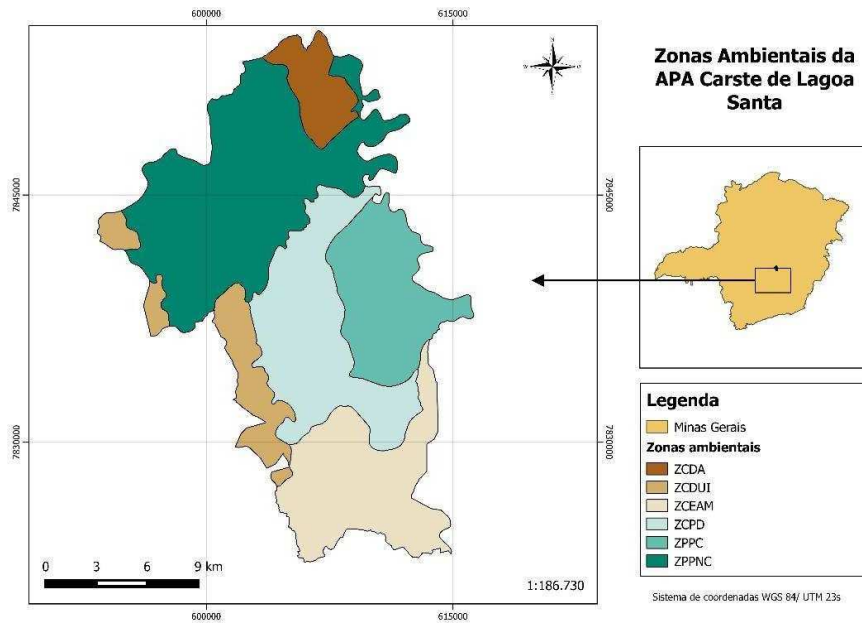
- a) Zona de Conservação do Equilíbrio Ambiental Metropolitano – ZCEAM;
- b) Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano e Industrial – ZCDUI;
- c) Zona de Conservação e Desenvolvimento Agrícola – ZCDA;
- d) Zona de Conservação do Planalto das Dolinas – ZCPD.

2 – **Zonas de Proteção Ambiental** “são aqueles espaços cuja função principal é o de permitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo e utilização dos recursos e fatores ambientais” (IBAMA, 1998, p. 10), assim discriminados:

- a) Zona de Proteção do Patrimônio Cultural – ZPPC;
- b) Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste – ZPPNC.

3 – **Áreas de Ocorrência Ambiental** são aquelas que devido “às suas particularidades, requerem normalização específica, mais restritiva que o conjunto de normas comuns à zona ambiental” (IBAMA, 1998, p. 10-11), tais como áreas de preservação permanente, cavidades e sítios arqueológicos, dentre outros.

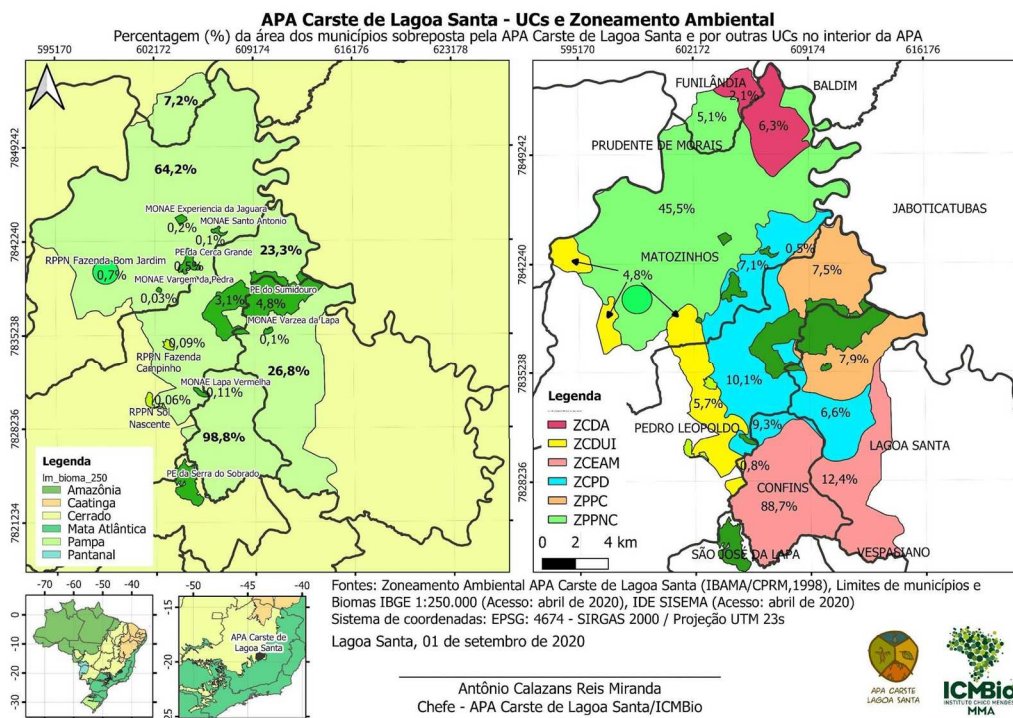
Figura 22 – Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa



Fonte: Arquivos digitais APA CARSTE/ICMBio.

Conforme pode ser observado na **Figura 23**, cada município da APA Carste encontra-se situado em pelo menos duas zonas, que têm suas peculiaridades em termos de restrições e permissões de acordo com o disposto no Plano de Gestão (IBAMA, 1998).

Figura 23 – Percentual de sobreposição dos municípios com o zoneamento na APA Carste de Lagoa Santa



Fonte: Elaborado por Antônio Calazans Reis Miranda, arquivos internos ICMBio.

Conforme aponta o atual chefe da APA Carste, Sr. Antônio Calazans Reis Miranda, presente no Webnário Socioambiental¹⁶⁴, cada zona possui sua peculiaridade e regramentos específicos, sendo que:

[...] a unidade de conservação é dividida em 6 zonas com regras específicas para cada zona, sendo que há quatro zonas de conservação, ou seja, de menor nível de restrições, e duas zonas de proteção, zonas que permitem o uso também, assim como a unidade de conservação deve permitir, porém com maior nível de restrições. E as bases para o estabelecimento dessas restrições foram os estudos conduzidos entre 96 e 97 pelo IBAMA, com apoio do CPRM, o serviço geológico do Brasil, que fez um detalhamento das ocorrências ambientais relacionadas à espeleologia, que são as cavidades de forma geral, a vegetação, as dolinas, os maciços etc. E também fez um estudo bastante amplo que identificou diversas vulnerabilidades geotécnicas e a poluição do aquífero. Com isso, deu a base para o estabelecimento desse zoneamento que vocês estão observando aí. Existem as zonas de conservação e desenvolvimento agrícola, ou seja, com maior aptidão para esse tipo de uso, zonas de conservação e desenvolvimento urbano industrial, com um nível de aptidão urbana industrial, inclusive pré-existentes nessas áreas; a zona de equilíbrio ambiental metropolitana, ao sul, englobando Confins e uma parte de Lagoa Santa, ou seja, áreas com maior propensão a questões do desenvolvimento urbano, mas com diversas restrições, que eu vou abordar, em função das vulnerabilidades. A zona de conservação do Planalto das Dolinas é uma área de conservação mais propensa a usos rurais, também com restrições; e aqui no Leste a zona de proteção patrimônio cultural; e ao norte, em verde, as zonas com maior nível de restrição, em geral com mais abertura para usos rurais e menos possibilidades de expansão urbanas nessas áreas. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020A).

O referido Plano de Gestão, embora com aproximadamente 20 anos sem ter passado por nenhuma revisão, ainda é um dos instrumentos de planejamento que norteiam o planejamento e o licenciamento de atividades econômicas no território abrangido pela unidade de conservação, porém apresenta algumas falhas, conforme afirma Ricardo de Magalhães Barbalho, que foi analista e chefe da APA Carste de Lagoa Santa:

O plano foi um estudo macro e não havia estudos específicos, assim como as regras eram para o macro, o que gerou conflitos entre o que estava normatizado para algumas zonas e o que existia na prática. A norma deveria mudar, mas até mudar precisavam ser seguidas. Não havia uma diretriz dentro da Instituição para sua revisão, como não havia, aplicou-se a norma. Uma boa revisão do Plano ajudaria a unidade de conservação. Mas a revisão tem seus riscos, por exemplo, retirar as restrições em função do poder de alguns grupos. (Informação verbal, BARBALHO, 2020).

Conforme o sr. Antônio Calazans, os conflitos de regramento do Plano de Gestão geram conflitualidades, inclusive existem regras que não são claras e contrastam entre si. Então, foi proposto iniciarem-se as tratativas para revisão com base em novo modelo do ICMBio:

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSqGBBIDNUc&feature=youtu.be>. Acesso em: 8 dez. 2020.

[...] para a revisão do Plano foi recomendado pelo ICMBio a equipe avaliar o Plano de Manejo, suas lacunas, os regramentos e apresentar proposições. Na monitoria seguiu novo modelo, mas seguindo o processo iniciado anteriormente. As sugestões atuais (da equipe) são preliminares e deverão ser debatidas no conselho. (Informação verbal, MIRANDA, 2020).

O Plano de Gestão, apesar de não ter sido revisado, deveria ser utilizado tanto pelos municípios quanto pelo estado de Minas Gerais, uma vez que se refere a uma unidade sob domínio da União, cujas prerrogativas legais devem ser seguidas pelos demais entes federados. Além disso, uma vez que o plano visa à conservação e à preservação ambiental, em função das diretrizes e normativas federais ao qual se subordina, deveria favorecer para a mitigação de danos ambientais na unidade de conservação, especialmente em termos de processos de licenciamento ambiental.

Ressalta-se que no ano de 1979 foi editada a Lei Federal nº 6.766, que disciplina o parcelamento do solo urbano. Interessante é que, além de questões relacionadas com modalidades de loteamento, desmembramentos e outros, ela se refere às questões ambientais como qualidade de água e esgotamento sanitário. Além disso, disciplinou a instituição de Áreas de Proteção Especial (APE) para a proteção de mananciais, do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 1979).

No Vetor Norte da RMBH foi instituída uma área de proteção especial mesmo antes da decretação da APA Carste de Lagoa Santa, cuja denominação foi dada como Área de Proteção Especial Aeroporto (APE – Aeroporto). A principal função dessa APE é a proteção de mananciais, do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico em Confins, assim como em partes dos municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Funilândia e Prudente de Moraes (MINAS GERAIS, 2009).

A APE Aeroporto possui grande parte de seu território sobreposto ao da APA Carste de Lagoa Santa, entretanto não possui um plano de manejo específico. Dessa maneira, no território abrangido pela APE Aeroporto, as diretrizes do Plano de Gestão da APA Carste acabam por nortear o Estado de Minas Gerais na sua gestão.

A normativas anteriormente mencionadas podem funcionar como práticas discursivas de determinados grupos que estão no poder e ditar regras para o restante da sociedade num dado momento, entretanto nem sempre são seguidas.

Considerando o exposto, assim como a existência de muitas possibilidades de análise, especialmente pela diversidade de instrumentos de regulação, procedeu-se um levantamento não sistemático se as recomendações ou restrições do Plano de Gestão da Unidade de

Conservação são mencionados no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo dos municípios abrangidos pela APA Carste, o que está disposto no **Quadro 7**.

Quadro 7 – Instrumentos de regulação e o Plano de Gestão da APA Carste

Instrumento	Município	Relação com plano de gestão APA Carste
<p>Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)</p>	<p>Diversos</p>	<p>Os municípios que compõem a APA Carste, a exceção de Funilândia, foram territorializados na ZIM Vetor Norte e na ZIM MG-424.</p> <p>Embora grande parte da ZIM Vetor Norte esteja dentro da APA Carste, apenas no seu eixo norte foi estabelecida uma Zona de Proteção (ZP-2) em função da presença do planalto de dolinas especificado no plano de gestão da APA Carste.</p> <p>Ressalta-se que parte da área da ZIM MG-424 foi contemplada com o estabelecimento de uma ZDEM de Interesse Ambiental (TVA): “O principal elemento estruturador da Trama Verde e Azul no caso da ZIM MG-424 é o Ribeirão da Mata pelo qual, juntamente com a própria rodovia e a ferrovia, é possível fazer a interligação entre as zonas de proteção propostas, outros importantes corpos d’água na região (como o Ribeirão do Urubu e o Córrego Mocambeiro) bem como com áreas de proteção já consolidadas (como a APA Carste de Lagoa Santa e a APE do Urubu) e previstas pelo poder municipal – como no caso do plano de expansão urbana de Matozinhos” (UFMG, 2015, p. 123).</p>
<p>Lei nº 438, de 27 de dezembro de 2006. (Plano Diretor)</p>	<p>Confins</p>	<p>Dentre os objetivos gerais do Plano Diretor de Confins está disposto que: “ Art. 5º – I – o desenvolvimento do município em bases ambientalmente sustentáveis, condicionando os processos de desenvolvimento e expansão urbana às limitações impostas pelas disposições da legislação ambiental em vigor, em especial as da Instrução Normativa 01/97, de 17/12/97, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que trata do Zoneamento Ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa.”</p> <p>No Plano Diretor também foi mencionado em vários capítulos as limitações e regulamentações impostas pelo Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa como nos artigos 5º, 6º, 9º, 11, 20, 21, 29 e 50.</p>
<p>Lei complementar nº 7, de 30 de dezembro de 1999 (Uso e ocupação do solo)</p>	<p>Confins</p>	<p>A Lei prevê em vários capítulos seguir as diretrizes instituídas pelo plano de gestão APA Carste de Lagoa Santa. Como por exemplo nos artigos: 1º, 5º e 6º.</p> <p style="text-align: right;">[continua]</p>

Instrumento	Município	Relação com plano de gestão APA Carste [continuação]
Lei Complementar nº 07/2015 (Uso e ocupação do solo)	Funilândia	Na referida lei não se encontrou referência a APA Carste de Lagoa Santa.
Lei nº 4.129, de 16 de janeiro de 2018 (Plano Diretor)	Lagoa Santa	<p>É mencionado no plano no Art. 57 que para definir o perímetro urbano e zoneamento deverá seguir as restrições ambientais e vulnerabilidades da APA Carste. Além desse, em outros artigos se faz menção a APA:</p> <p>Art. 86 “A Zona de Adensamento Restrito II (ZAR II) é a porção do território municipal localizada na APA Carste de Lagoa Santa constituída por áreas urbanas não consolidadas e aptas à urbanização”.</p> <p>Art. 121. “A Zona Rural corresponde à Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque do Sumidouro assim como áreas pertencentes a APA Carste de Lagoa Santa e o Refúgio de Vida Silvestre de Macaúbas e seu entorno imediato, onde é vedado o parcelamento, o uso e a ocupação do solo e admitidos apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e a oferta dos seguintes serviços à comunidade, conforme previsto no seu Plano de Manejo, elaborado pelo Instituto Estadual de Florestas.” [...]</p> <p>Art. 167 - XIV – “aperfeiçoar o processo de preservação das áreas verdes existentes e do patrimônio natural, especialmente as áreas na APA Carste e APE Aeroporto, as áreas verdes da FEBEM, no Parque do Sumidouro, na Gruta da Lapinha, no Poço Verde, Fidalgo e São Sebastião e nas lagoas”; [...].</p>
Lei nº 2.862, de 29 de dezembro de 2008 (Uso e ocupação do solo)	Lagoa Santa	<p>Cita a APA apenas no Art.4, não fazendo menção ao seu plano de gestão:</p> <p>“§ 4º - Considera-se Zona Rural Especial (ZRE) a área de Proteção Ambiental APA Carste de Lagoa Santa, que estiver contida no Perímetro Rural.”</p>
Lei municipal nº 1.624, de 23 de janeiro de 2001 (Plano Diretor)	Matozinhos	<p>Apesar de ser um Plano Diretor, a Lei dispõe em seu Art. 1º que: “Ficam aprovadas as diretrizes para a Estruturação do Espaço Urbano de Matozinhos, constantes do documento intitulado Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Diretrizes para a Estruturação do Espaço Urbano de Matozinhos que, rubricado em toda as suas páginas, passa a ser parte integrante desta Lei.” O referido documento é dividido em três capítulos, sem artigos, tratando de uma coletânea de informações sobre o município e em alguns trechos menciona a APA Carste.</p> <p style="text-align: right;">[continua]</p>

Instrumento	Município	Relação com plano de gestão APA Carste [conclusão]
Lei complementar nº 062, de 01/11/2017 (Uso e ocupação do solo)	Matozinhos	Dispõe já no Art. 1º que : “Esta Lei tem por objetivo estabelecer o ordenamento do uso e ocupação do solo no território municipal de Matozinhos, observadas ainda, no que couber, as legislações ambientais vigentes, a legislação relativa à APA Carste de Lagoa Santa e as leis municipais, notadamente as relativas ao Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código Sanitário e Código de Posturas.” Em outros capítulos também menciona a APA Carste de Lagoa Santa a saber: o 6º que trata sobre zonas urbanas, em alguns pontos seguir as exigências e restrições previstas no Plano de Gestão. Além dele, aparece a menção a APA no Art. 9º, 18, 23, 27 e 38.
Lei n.º 3.444, de 16 de setembro de 2016 (Plano Diretor)	Pedro Leopoldo	Menciona a APA Carste nos capítulos 29 e 30. No Art. 40 a área do município incidente na APA é parte de uma Zona. de Proteção Ambiental Sustentável (ZPA-S). No Art. 50 que trata sobre Zona Urbana de Interesse Turístico-Cultural (ZUITC) na região de Fidalgo, informa sobre a proibição pelo zoneamento da APA de expansão da zona urbana.
Lei n.º 3.446, de 16 de setembro de 2016 (Uso e ocupação do solo)	Pedro Leopoldo	Dispõe no Art. 15. que: “A Zona Urbana de Interesse Turístico-Cultural (ZUITC) corresponde ao núcleo urbano de Fidalgo, lindeiro ao Parque Estadual do Sumidouro, incluindo Quinta do Sumidouro, pelos seus atrativos culturais, ambientais e vocação turística, abrangendo todo o perímetro tombado pelo IEPHA, ao qual se sobrepõem condicionantes à ocupação e ao uso do solo decorrentes do zoneamento da APA Carste de Lagoa Santa e da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Sumidouro, que proíbem a expansão urbana, apontam para usos de baixa densidade e baixo impacto ambiental, admitidas apenas as atividades residenciais, de uso turístico e, sob condições, as atividades tradicionais, já existentes, associadas à exploração da pedra Lagoa Santa.” No Art. 89., que trata sobre diretrizes de parcelamento do solo, menciona as restrições do plano de gestão de APA.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das referidas legislações mencionadas nos sites oficiais das prefeituras municipais: PM Confins, PM Funilândia, PM Lagoa Santa, PM Matozinhos, PM Pedro Leopoldo (2019) e do PDDI.

Percebe-se, pelo **Quadro 7**, que ocorre menção ao Plano de Gestão da APA Carste nos Planos Diretores e na Lei de Uso e Ocupação do Solo dos municípios abrangidos pela unidade de conservação. Entretanto, isto não significa que tais regramentos sejam seguidos, tema

abordado por Pereira (2018) em sua pesquisa sobre os instrumentos de planejamento urbano e ambiental na região do Carste de Lagoa Santa, concluindo que:

[...] pode-se considerar que a multiplicidade dos instrumentos de planejamentos urbano e ambiental constitui obstáculo à gestão da região do Carste de Lagoa Santa. Contudo, a desarticulação dos referidos instrumentos é proveniente de planejamentos municipais e metropolitanos, os quais convergem para um zoneamento fundamentado no uso do solo em detrimento do prévio planejamento da APA Carste e das UCs estaduais [...]

Diante do exposto, as regulamentações que fundamentam as gestões territorial e ambiental em função das fragilidades naturais da região do carste de Lagoa Santa têm sido permissivas aos interesses e pressões políticas e econômicas que têm motivado a intensificação do uso do solo da região. (PEREIRA, 2018, p. 204 e 205).

As políticas urbanas municipais que abordam a APA Carste necessitariam ser mais bem explicitadas especialmente no que tange ao Plano de Manejo e à proteção do patrimônio que envolve a unidade de conservação, ressignificando o bônus de se habitar um espaço protegido que contempla diversidade de patrimônio material (arqueológico, paleontológico, imóveis e outros) e imaterial (como o religioso, saber-fazer e outros).

Entende-se que o poder diferenciado de determinados grupos pode afetar os instrumentos de regulação (CASSELLAS, 2005). Esse poder muitas vezes relaciona-se a uma questão política ou econômica, gerando imposições de discursos de determinados atores sobre os demais e uma certa insustentabilidade ambiental no âmbito do crescimento econômico (COSTA, 2008).

Um exemplo dessa afirmação pode ser visto quando foi revogada a Lei que tratava sobre o licenciamento de antenas de telecomunicação em Lagoa Santa. A referida Lei foi promulgada em 2009, alterada em 2012 e era uma das poucas existentes no âmbito da APA Carste que versavam sobre o tema (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, 2012).

Em virtude de uma dificuldade legal encontrada para implantação de uma antena por uma grande operadora no município que ia de encontro ao disposto na legislação, a saída encontrada foi a revogação da Lei (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, 2018). Esta situação coaduna com a afirmação de Acselrad (2015) de que as práticas espaciais

“[...] da grande indústria e da agricultura comercial em grande escala impuseram, de fato, seus usos privados aos espaços comuns do ar e dos cursos hídricos, neles lançando os produtos não vendáveis da produção de mercadorias, impactando — e eventualmente comprometendo — o exercício de outras práticas espaciais não dominantes”. (ACSELRAD, 2015, p. 60).

Outro exemplo, foram as controvérsias geradas pela tentativa da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa de alterar o Plano Diretor para ampliação de áreas urbanas e das áreas de parcelamento do solo em áreas proibidas pelas normativas inerentes a unidades de conservação, como pelo Plano de Gestão da APA Carste, o que gerou uma Ação do Ministério Público de Minas Gerais com suspensão do referido Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, 2019).

O Ministério Público de Minas Gerais instaurou um Inquérito para verificar se o Plano Diretor de Lagoa Santa em revisão estava em desconformidade com os planos de manejo de unidades de conservação na região abrangida pelo Município (MPMG, 2018). No inquérito apontaram-se incongruências entre o Plano e as normas que regem as unidades de conservação, como também algumas diretrizes propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. No caso da APA Carste, a decisão judicial obrigou o município a solicitar anuência da unidade de conservação em todos os empreendimentos de parcelamento do solo.

Pelo exposto, é possível perceber que existe grande diversidade de instrumentos de regulação no território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa. Parte destes instrumentos buscam formalmente se adequar aos regramentos impostos pelo Plano de Gestão da unidade de conservação, entretanto nem sempre são seguidos do ponto de vista prático. Em alguns momentos, ocorreram ,inclusive, tentativas de alterar os próprios regimes para se adequarem aos interesses econômicos no território, que integra o Vetor Norte da RMBH.

Em suma, os vários platôs de planejamento na APA Carste de Lagoa se sobrepõem, ou se complementam ou se confrontam, tais como as normativas municipais, as normativas do estado e da União, e mesmo aquelas que embora não sejam normas auxiliam no planejamento, como é o caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As relações deste último com a unidade de conservação foram apresentadas por Barbosa, Carvalho e Rena em um artigo publicado na Revista Indisciplinar (BARBOSA, CARVALHO, RENA, 2020) e serão aprofundadas a seguir.

4.3.2 Relações entre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e a APA Carste de Lagoa Santa

No ano de 2004 conforme estabelecido na Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais foi definido o que seria caracterizada como região metropolitana no Estado, além da necessidade de ser feito um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) que auxiliasse na gestão territorial:

Art. 45 – Considera-se região metropolitana o conjunto de Municípios limítrofes que apresentam a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, **que tenha como núcleo a capital do Estado ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta permanente por parte dos entes públicos nela atuantes.**

Art. 46 – Haverá em cada região metropolitana: I – uma Assembléia Metropolitana; II – um Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; III – uma Agência de Desenvolvimento, com caráter técnico e executivo; IV – **um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**; V – um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. (MINAS GERAIS, 2004, p. 1, grifos nossos referentes ao planejamento integrado).

Cabem neste ponto, colocar o entendimento de metrópole como apresentado por Agamben (2010), termo que é o cerne de uma região metropolitana:

A primeira observação instrutiva, que me sugere essa etimologia, é que o termo metrópole implica e traz consigo a ideia de um deslocamento, de uma forte heterogeneidade espacial e política, como a que define a relação entre cidade — ou o estado — e as colônias. E a partir disso me vêm algumas dúvidas sobre a ideia corrente da metrópole como um tecido urbano, contínuo e relativamente homogêneo. Uma primeira consideração é que a isonomia (que define, por exemplo, a polis grega como modelo de uma cidade política) é excluída no caso da relação metrópole/colônia e que, portanto, o termo metrópole transferido para desenhar um tecido urbano carrega consigo essa heterogeneidade fundamental. Assim, proponho-me a reservar o termo metrópole a algo substancialmente outro em relação à cidade, à concepção tradicional da polis, isto é, de algo política e espacialmente isonômico. Sugiro reservar esse nome, metrópole, ao novo tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação que Michel Foucault definiu como passagem do poder territorial, do ancien régime, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é, na sua essência, segundo Foucault, governamental. (AGAMBEN, 2010, p. 1).

Dessa maneira, considerando que a maior parte da APA Carste¹⁶⁵ é um componente do processo de metropolização da RMBH e está relacionada com instrumentos legais de poder, além do Plano de Gestão da unidade, outros instrumentos que poderiam ser utilizados na sua gestão seriam o PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (SEDRU, 2011; MINAS GERAIS, 2017).

Dentre as diretrizes que orientaram esse planejamento estão o estabelecimento de novas centralidades, o melhor aproveitamento de áreas já urbanizadas e o ordenamento ambiental, o que foi confirmado por Medeiros durante o Webnário Socioambiental¹⁶⁶:

¹⁶⁵ A exceção do município de Funilândia todos os demais inseridos na APA Carste estão relacionados com o PDDI e com o Macrozoneamento (SEDRU, 2011; MINAS GERAIS, 2017).

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSqGBBIDNUc&feature=youtu.be>. Acesso em: 8 dez. 2020.

Sobre as diretrizes do PDDI que orientaram a elaboração do macrozoneamento, essas são as sete principais. Primeiro estabelecer essas centralidades em rede, o planejamento trabalha reconhecendo centralidades, mas também propondo novas centralidades ou a rearticulação de novas centralidades ou incentivando o crescimento de algumas centralidades. O objetivo disso é evitar que você tenha uma Região Metropolitana com centro único, que é o que acontece hoje, e tentar fazer uma metrópole com outras centralidades, para evitar deslocamentos e criar empregos próximos à região de expansão habitacional. Orientar a expansão urbana da Região Metropolitana, que hoje é muito confusa. É uma expansão urbana muito casuística e muito ligada a interesses de prefeituras locais. E para tentar um pouco compatibilizar essa expansão urbana, primeiro com a demanda real, ou seja, não crescer unicamente para expansão do mercado imobiliário, mas crescer onde tem demanda de adensamento e também ordenar do ponto de vista ambiental, crescer para onde tem maior capacidade de suporte. Intensificar o uso de áreas urbanizadas ociosas, tentando manter uma metrópole mais condensada, ao invés de uma metrópole dispersa. Melhorar a distribuição de atividades nos territórios, reduzindo o deslocamento, muito em função das centralidades, mas também do uso industrial dos grandes equipamentos. Garantir o abastecimento de água em toda a Região Metropolitana. Promover os corredores ecológicos, mantendo a biodiversidade. Esse conceito do macrozoneamento vai ser desenvolvido em todo o conceito da trama verde-azul, que é hoje um dos meus interesses de pesquisa mais fortes de projeto. E promover os corredores ecológicos, manter a biodiversidade e preservar os mananciais. Por último, garantir um marco legal construído coletivamente. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Embora o projeto de Lei que implantaria o PDDI, e, conseqüentemente, o macrozoneamento da RMBH, não tenha sido aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, eles se tornaram uma importante fonte de conhecimentos para o ordenamento territorial regional.

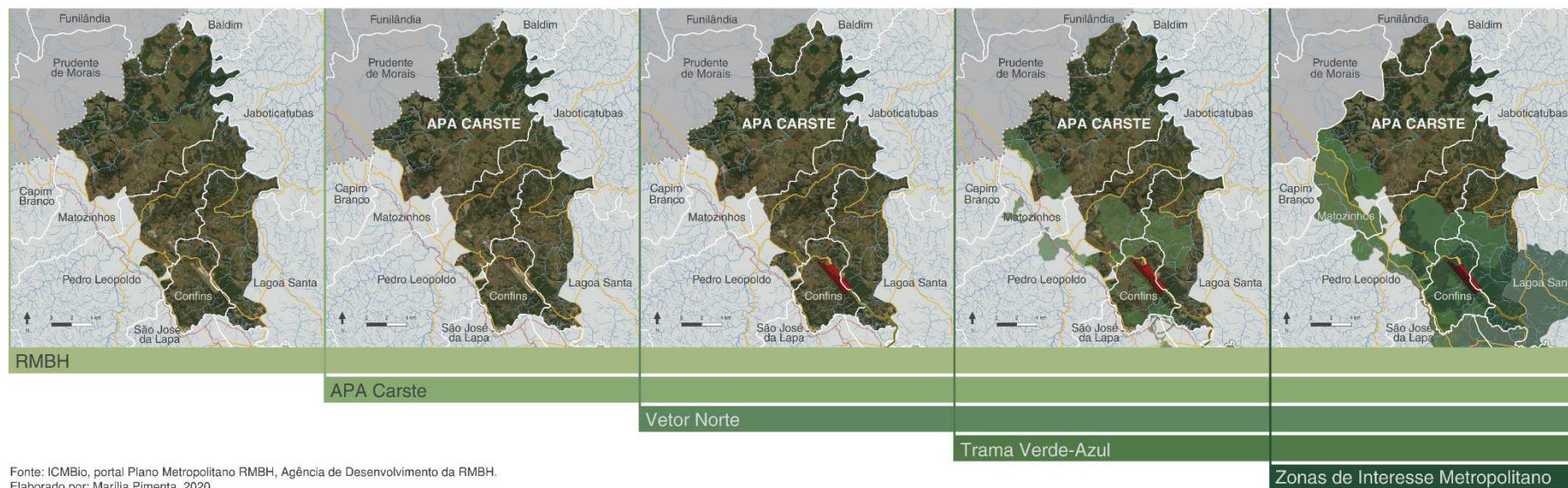
Tendo por base o que foi disposto sobre as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM) descritas no Projeto de Lei nº 74/2017, que instituiria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 2017) e especialmente no Produto 5 do Macrozoneamento (UFMG, 2015), os municípios que compõem a APA Carste, exceto Funilândia, foram classificados na ZIM Vetor Norte e na ZIM MG-424 (**Figura 24**).

Conforme aponta Medeiros, quando foi proposto o Macrozoneamento, a sobreposição de diversos níveis de gestão sobre o território do Vetor Norte, especialmente no que tange à APA Carste, por envolver a União, estado e municípios, constituiu-se num desafio para o planejamento:

De um modo geral, o que se fez com o Vetor Norte foi tentar reforçar essa zona de proteção no início da APA Carste, compatibilizar legislação ambiental federal com a estadual e municipal. Quer dizer, tem uma sobreposição muito confusa, então a gente resolveu criar uma zona que reforçasse essa espécie de barreira: daqui para cima não

é interessante urbanizar. Uma zona de indústria e logística ao longo do Eixo Rodoviário do aeroporto e uma outra área de logística mais próximo do norte de Lagoa Santa, onde você tem uma série de empreendimentos logísticos previstos pela Secretaria de Desenvolvimento, no norte do Rodoanel. O CTCA, Lagoa Santa, áreas demarcadas por áreas industriais de Lagoa Santa. Ou seja, a ideia desse tipo de zoneamento é um pouco reforçar esses grandes empreendimentos, essas grandes áreas de expansão, os grandes projetos que estavam pensados para a região. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Figura 24 – Instrumentos de gestão e a APA Carste – Parte 1



Fonte: ICMBio, portal Plano Metropolitano RMBH, Agência de Desenvolvimento da RMBH.
Elaborado por: Marília Pimenta, 2020

Fonte: BARBOSA; CARVALHO; RENA, 2020, p. 152-153.

No Artigo 10 do Projeto de Lei que instituiria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 2017), assim foi discriminada o que seria a ZIM Vetor Norte:

III – ZIM Vetor Norte: caracterizada pelo eixo norte de expansão metropolitana e pela centralidade prevista para as imediações da interseção entre a rodovia MG-010 e o projeto de engenharia da Alça Norte do Contorno Viário Metropolitano, tem seu interesse metropolitano fundado na resolução de conflitos entre a dinâmica imobiliária, diversificação econômica, impactos de grandes projetos e a necessidade de permanência de populações de baixa renda, além do interesse de preservação ambiental. (MINAS GERAIS, 2017).

No Produto 5 ficou evidenciado que a questão ambiental não fez parte das funções de interesse para o zoneamento da ZIM Vetor Norte, que abarca trechos de Confins, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, dentre outros municípios, estando mais relacionada com questões de infraestrutura:

O reconhecimento do interesse metropolitano na região da ZIM Vetor Norte se orientou pelas seguintes Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): **Transporte intermunicipal, Sistema viário de âmbito metropolitano, Habitação, Desenvolvimento econômico.** (UFMG, 2015, p. 48, grifo nosso).

Embora grande parte da ZIM Vetor Norte esteja dentro da APA Carste, apenas no seu eixo norte foi estabelecida uma Zona de Proteção (ZP-2), principalmente isso ocorreu devido ao planalto de dolinas especificado no plano de manejo da APA Carste:

A delimitação do extremo norte da ZIM como Zona de Proteção (ZP-2) considerou, sobretudo, a presença da APA Carste, visando a compatibilização da legislação ambiental federal com a legislação estadual e municipal, conforme preconiza o art. 8º, I e IX da Lei Complementar Federal 140/2010 para preservação dos atributos ambientais. Sendo assim, a ZP-2 corresponde a parte do Zoneamento Planalto das Dolinas instituído pela Instrução Normativa do IBAMA nº 01/97. (UFMG, 2015, p. 51).

Na ZIM Vetor Norte, foi criada uma Zona de Diretriz Especial Metropolitana (ZDEM) de Interesse Ambiental (Trama Verde e Azul), entretanto nessa zona não foi mencionada a existência da APA Carste ou sequer consideradas as peculiaridades da geomorfologia cárstica dominante na área e a extensa rede hidrográfica subterrânea, embora faça referência às duas importantes redes superficiais:

A ZDEM de Interesse Ambiental (Trama Verde e Azul) é composta pela **rede hidrográfica principal — como o Ribeirão da Mata e o Rio das Velhas —**, pela rede viária — como a MG-010 e o Rodoanel —, pela rede ferroviária e pelos espelhos d'água presentes na região — como o caso da área central de Lagoa Santa. (UFMG, 2015, p. 51, grifos nossos).

Já a ZIM MG-424, foi assim definida no macrozoneamento:

XIII – ZIM MG-424: caracterizada pelas áreas sob a influência direta da rodovia, apresenta **conflitos socioambientais** entre distritos industriais, grandes empreendimentos, problemas de uso do sistema viário, degradação ambiental, preservação de áreas rurais, necessidade de regularização fundiária e **efeitos da dinâmica de expansão do vetor norte**, orientando o interesse metropolitano à preservação das áreas ambientais vulneráveis, do **patrimônio natural e imaterial** e das iniciativas de agricultura urbana e familiar frente à expansão de loteamentos fechados ou precários. (MINAS GERAIS, 2017, grifos nossos).

Interessante destacar que pela primeira e única vez é mencionado diretamente no texto do Projeto de Lei nº 74/2017 sobre a questão dos conflitos socioambientais e a necessidade da preservação do patrimônio imaterial.

Na ZIM MG-424, estão incluídas partes do território abrangido pela APA Carste, como trechos dos municípios de Confins, Matozinhos e Pedro Leopoldo. Nessa zona são especificadas suas funções de proteção e de gestão de recursos naturais:

Esta ZIM desempenha as seguintes Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) na escala metropolitana: **Proteção e gestão de recursos naturais**, Desenvolvimento socioeconômico, Transporte intermunicipal, Sistema viário de âmbito metropolitano e Habitação. (UFMG, 2015, p. 119, grifo nosso).

Cabe ressaltar que na ZIM MG – 424 foi estabelecida uma Zona de Proteção onde aparece, literalmente, a APA Carste de Lagoa Santa como um dos focos de proteção:

Mais ao norte, a ZP-2 procurou abranger áreas de relevância ambiental que se encontram **dentro da APA Carste de Lagoa Santa, áreas com remanescentes florestais expressivos, bem como a região de Mocambeiros que possui expressiva quantidade de cavidades** e na qual o município de Matozinhos expressou intenção de criação da Biblioteca Parque de Mocambeiros. (UFMG, 2015, p. 122, grifo nosso)

Foi também criada, na ZIM MG-424, uma Zona de Diretriz Especial Metropolitana de Interesse Ambiental (TVA)¹⁶⁷, a saber:

¹⁶⁷ Um destaque que cabe fazer é que no território do Vetor Norte, especialmente do Carste de Lagoa Santa, o Parque Municipal Ecológico do Barroão, que é uma unidade de conservação municipal em Matozinhos, foi considerado com um Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana, conforme o programa do PDDI para implementação do Plano Metropolitano: Lumes. Ou seja, um local para o desenvolvimento da participação social

O principal elemento estruturador da Trama no caso da ZIM MG-424 é o **Ribeirão da Mata** pelo qual, juntamente com a própria rodovia e a ferrovia, é possível fazer a interligação entre as zonas de proteção propostas, outros importantes corpos d'água na região (como o Ribeirão do Urubu e o Córrego Mocambo) bem como com áreas de proteção já consolidadas (**como a APA Carste de Lagoa Santa e a APE do Urubu**) e previstas pelo poder municipal — como no caso do plano de expansão urbana de Matozinhos. (UFMG, 2015, p. 123, grifos nossos).

Percebe-se, então, que existem algumas dissonâncias em relação ao zoneamento proposto no Plano de Gestão e no macrozoneamento, o que foi abordado por Barbosa, Carvalho e Rena (2020). Tais dissonâncias desfavoreciam a efetividade da formação de uma Trama-Verde Azul regional. (**Figura 25**).

Através dos rastreamentos dos mecanismos de planejamento da APA Carste de Lagoa Santa, compreendemos que essa sobreposição de instrumentos normativos indica campos de disputas que influenciam a criação, superposição e aplicação -ou não- na prática de legislações. Uma vez que nem sempre ocorre a devida correlação jurídica entre as legislações, sendo que algumas são ignoradas - como a APE-Aeroporto e o Plano de Manejo em relação ao PDDI e o Macrozoneamento - percebemos que o território analisado é disputado por regimes de verdade, relações de disputa de poder sobre uma região valiosa - econômica, socioambiental, paisagística, histórica, cultural e politicamente - para a RMBH. Sendo a legislação uma materialização discursiva de poderes que circulam e disputam, a sobreposição controversa entre diversas legislações e em escalas distintas - intermunicipal, metropolitana, federal etc. - demonstram a disputa de poder entre diferentes atores na região. Uma chave de pesquisa futura seria questionar que atores são esses e por que certas legislações ignoram as anteriores, a quais interesses serve etc. Independentemente, porém, esse vácuo favorece a uma maior vulnerabilidade tanto dos ecossistemas locais, quanto das comunidades humanas e não humanas nele envolvidas. (BARBOSA, CARVALHO, RENA, 2020, p. 157).

no que tange ao planejamento do território, mas também para o desenvolvimento do lazer e da cultura. O parque está localizado no bairro São Paulo e encontra-se fora dos limites da APA Carste de Lagoa Santa (UFMG, 2015).

Figura 25 – Instrumentos de gestão e a APA Carste – Parte 2



Fonte: ICMBio, portal Plano Metropolitano RMBH, Agência de Desenvolvimento da RMBH.
Elaborado por: Marília Pimenta, 2020

Outro ponto que chama a atenção é que, conforme já descrito anteriormente, a APA Carste de Lagoa Santa tem sobreposição com a Área de Proteção Especial Aeroporto (APE – Aeroporto), entretanto, não se encontrou indicação dessa APE no zoneamento anteriormente proposto, o que é significativo pois nessa APE Aeroporto a conceituação de áreas de preservação permanente foi expandida e requer maior proteção aos atributos naturais locais, conforme disposto em seu Artigo 2º:

- a) necessárias à proteção de monumentos naturais notáveis, sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos;
- b) necessárias à proteção de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção ou endêmicas;
- c) necessárias à criação ou à manutenção de corredores ecológicos entre áreas protegidas;
- d) definidas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, nos termos da rede de Áreas Protegidas conforme previsto no Decreto nº 44.500, de 3 de abril de 2007, observado o zoneamento ecológico econômico da área de proteção ambiental APA Carste Lagoa Santa;
- e) necessárias à recarga hídrica da área cárstica; e
- f) de dolinas e as áreas sob sua influência. (MINAS GERAIS, 2009, p. 2).

Dessa maneira, não foi incorporado no macrozoneamento um importante dispositivo legal que garantiria a maior proteção do patrimônio ambiental no Vetor Norte. Entretanto, o próprio Projeto de Lei nº 74/2017 definiu que se houvesse conflitos de interesse deveriam prevalecer os regramentos das unidades de conservação e Áreas de Proteção Especial: “Art. 22 – Havendo conflitos entre o Macrozoneamento e Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Especial existentes, **prevalecerão as últimas**, sejam elas municipais, estaduais ou federais. (MINAS GERAIS, 2017, grifo nosso).

No Vetor Norte da RMBH, a sobreposição de gestão e de interesses dos diversos atores sociais acabou por gerar algumas divergências no que tange ao planejamento metropolitano proposto pelo PDDI, conforme apontou Daniel Freitas no Webnário Socioambiental:

[...] No Vetor Norte, o que a gente viu, estudando esses grandes projetos de centralidade, é que os interesses privados e projetos estratégicos se sobrepõem aos objetivos e políticas do PDDI, mas uma hipótese que a gente defende é que não pode ser do jeito que foi, à revelia do PDDI. Em vários momentos, esses mesmos agentes se apropriam seletivamente das políticas e programas do PDDI buscando uma espécie de capital cultural para os projetos dele, um capital técnico especialista para esses projetos. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Além do Plano de Manejo da APA Carste e do PDDI existem outros instrumentos de gestão no território, que serão apresentados a seguir.

4.3.3 Outros instrumentos de gestão

O Vetor Norte está inserido na Bacia do Rio das Velhas, portanto outro importante instrumento de gestão e que está relacionado tanto com a gestão urbana quanto a rural é o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. A elaboração do plano se deu pela participação direta de diversos atores humanos envolvidos com a bacia, especialmente no Comitê e nos Subcomitês, sendo finalizado em 2015.

No referido plano, é apresentado um minucioso diagnóstico da situação socioambiental da bacia e as diretrizes para melhorar a qualidade e disponibilidade hídrica, o que está relacionado com diversos segmentos desde o ambiental, o social, o produtivo e o de gestão. Uma orientação ao longo do Plano era para que os Planos Diretores municipais fossem readequados levando em consideração suas diretrizes (CBH VELHAS, 2015), o que até o momento não foi efetivado por completo.

No caso da APA Carste, ela está inserida nas sub-bacias hidrográficas dos córregos Samambaia, Palmeiras-Mocambo, Jaguará e riacho do Gordura, apresentando complexa rede subterrânea de cursos hídricos. Em função disso, integra como instituição conselheira o Subcomitê do Ribeirão da Mata e o Subcomitê do Carste, o que cria importante canal de diálogo institucional entre os atores humanos locais e auxilia na mitigação de danos ambientais.

Outro importante âmbito de gestão é o municipal. Conforme já abordado a unidade abarca áreas de cinco municípios: Confins, Funilândia, Matozinhos, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo. Em termos de legislações municipais que fazem referência com as questões ambientais e que auxiliariam no ordenamento urbano no que tange ao tema e na mitigação da vulnerabilidade ambiental regional, tem-se no território da APA Carste um vasto ordenamento jurídico, tais como Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável (**Quadro 8**).

Encontrou-se ao longo dos levantamentos uma variedade de legislações municipais e outras normativas, cujo arcabouço legal poderiam auxiliar na mitigação dos danos oriundos de uma ocupação urbana e econômica mais intensa nesse território caso cumpridas em seu rigor¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Não foi objeto dessa pesquisa analisar os motivos do não cumprimento das legislações e normas afeitas ao território, entretanto um deles poderia estar relacionado com o número de técnicos capacitados na estrutura de licenciamento e fiscalização das instituições envolvidas.

Quadro 8 – Legislação de Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo

DOCUMENTO	TEMÁTICA	LOCAL
Lei de Parcelamento - Nº 006	Legislação Parcelamento	Confins
Plano Diretor de Confins - Lei Complementar nº 002/99	Legislação Plano Diretor	Confins
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável de Confins	Legislação Regularização Fundiária	Confins
Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei Complementar nº 00799	Legislação Uso e Ocupação do Solo	Confins
Lei nº 1504/98	Legislação Ambiental	Lagoa Santa
Decreto nº 717/07	Legislação Ambiental	Lagoa Santa
Lei nº 2864/08	Código de Posturas	Lagoa Santa
Lei Orgânica	Lei Orgânica	Lagoa Santa
Lei nº 2759/07	Legislação de Parcelamento	Lagoa Santa
Plano Diretor de Lagoa Santa – Lei nº 2633/06	Plano Diretor	Lagoa Santa
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável de Lagoa Santa	Legislação de Regularização Fundiária	Lagoa Santa
Lei nº 285608	Legislação Regularização Fundiária	Lagoa Santa
Programa de Saneamento Ambiental para a Bacia do Ribeirão da Mata – Município de Lagoa Santa	Legislação Saneamento Ambiental	Lagoa Santa; Santa Luzia; Vespasiano; Ribeirão das Neves; Pedro Leopoldo; Matozinhos
Código de Posturas - Lei nº 1.598/00	Legislação Código de Posturas	Matozinhos
Lei de parcelamento – Lei nº 1.601/00	Legislação Parcelamento	Matozinhos
Plano Diretor de Matozinhos – Lei nº 1.624/01	Legislação Plano Diretor	Matozinhos
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável de Matozinhos	Legislação Regularização Fundiária	Matozinhos
Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 1.614/00	Legislação Uso e Ocupação do Solo	Matozinhos
Lei nº 984/81	Legislação Parcelamento	Pedro Leopoldo
Plano Diretor do município de Pedro Leopoldo – Lei nº 3034/08	Legislação Plano Diretor	Pedro Leopoldo
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável de Pedro Leopoldo	Legislação Regularização Fundiária	Pedro Leopoldo
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável de Confins e Pedro Leopoldo	Legislação Regularização Fundiária	Confins, Pedro Leopoldo
Lei nº 2279/97	Legislação Uso e Ocupação do Solo	Pedro Leopoldo
Lei nº 07/2015	Legislação Uso e Ocupação do Solo	Funilândia
Lei s/nº /2004 (Emenda)	Lei Orgânica	Funilândia

Fonte: Adaptado pela autora de MINAS GERAIS, 2017.

4.3.4 *APA Carste de Lagoa Santa: apontamentos entre os instrumentos de regulação e o plano de gestão no território da unidade de conservação*

As relações entre o capital e o Estado são evidenciadas nos processos de expansão urbana e econômica no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Especialmente na APA Carste de Lagoa Santa, ocorrem tentativas de alteração dos instrumentos de regulação para adequação à financeirização do território. Entretanto, o Plano de Gestão da unidade de conservação interfere diretamente no alcance desses objetivos, sendo, em alguns casos, citado nos instrumentos de regulação atualmente em vigor no território da unidade de conservação. Todavia, o Plano de Gestão não é seguido adequadamente, o que acarreta conflitos no que tange à gestão do território.

Nesse território existem diagramas de forças em tensão, cujas disputas se dão em diversas instâncias de poder, especialmente no que se refere aos instrumentos de regulação e o plano de gestão da unidade de conservação que foi elaborado em meados da década de 1990. Por ser uma unidade de conservação federal, dentre os atores envolvidos nestas disputas está a União, que é a responsável legal por sua gestão, as Prefeituras Municipais, o Estado de Minas Gerais, organizações não governamentais e empreendedores. Desta forma, algumas tensões decorrem dos diversos interesses afeitos a este complexo território, especialmente no que se refere à sua regulação.

Acsehrad é enfático ao afirmar que regular “[...] é estabilizar o terreno político tensionado pelos requisitos da concentração de riqueza próprios ao regime de acumulação — agora dito flexível” (ACSELRAD, 2015, p. 63). Como se dá a regulação no território da APA Carste é uma das tentativas de abordagem desta seção.

É importante a compreensão de que nesse território o Estado atua, segundo Bernard Jouve¹⁶⁹, como o ator principal para “[...] *la regulacion de las sociedades modernas*” (JOUVE, 2005, p. 60), embora com perda gradativa de sua autonomia diante das influências do neoliberalismo, especialmente nas estruturas políticas locais. Contudo, como informa Jouve (2005), apesar de tal regulação formal se impor perante a sociedade, existem maneiras informais de governança social por redes de atores que auxiliam na formulação e até na implantação de políticas públicas. Apesar das assimetrias de poder entre tais atores e o próprio Estado e seus agentes, tais redes conseguem alguns avanços, especialmente quando as políticas econômicas

¹⁶⁹ Bernard Jouve era doutor em Geografia e professor em Lyon na França. Pesquisava sobre políticas e governança urbana. Faleceu em 2009.

passaram a dominar as políticas sociais. Parte da governança do território da unidade de conservação é realizada por meio do seu conselho gestor, que inclui atores do setor público e da sociedade civil, alguns deles inclusive foram responsáveis pela elaboração do plano de gestão da unidade.

Com base nas legislações e instrumentos de planejamento levantados, percebe-se que ocorre no Vetor Norte da RMBH uma significativa sobreposição de entes e de normativas sobre o território, havendo um campo de disputas entre os mesmos. Todavia, nem sempre ocorre a devida correlação jurídica entre tais legislações, sendo que algumas são ignoradas, haja vista o caso da APE Aeroporto. Entende-se que a melhoria da efetividade de gestão urbana no Vetor Norte e especificamente no território abrangido pelas áreas protegidas como a APA Carste de Lagoa Santa está relacionada tanto com a melhoria do planejamento urbano de forma interinstitucional quanto com sua aplicabilidade.

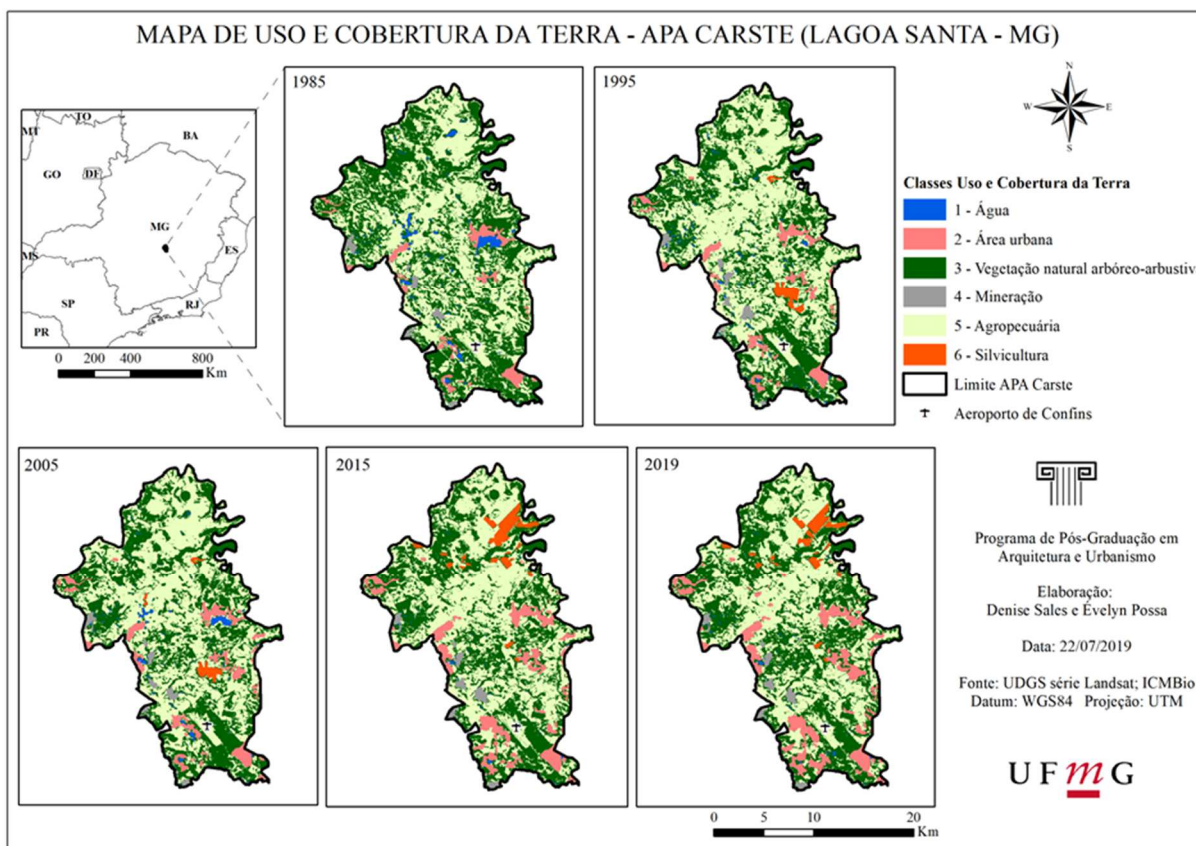
Em meio às influências do mercado para implantação de novos empreendimentos no Vetor Norte, somente uma forte pressão da sociedade civil junto aos entes públicos e a sua participação nos fóruns de decisão poderá auxiliar no cumprimento das legislações já estabelecidas, assim como no surgimento de outras legislações e planos que possam auxiliar na mitigação dos impactos antrópicos e na ampliação do bem-estar e da qualidade social e ambiental no referido território. Com isso, a unidade poderia cumprir melhor seus objetivos, incluindo de conservar o conjunto paisagístico e a cultura regional. Entretanto, apesar de várias legislações existentes, conforme já abordado anteriormente, existem muitos impactos ambientais na APA Carste.

Com a finalidade de demonstrar temporalmente o uso e a ocupação da terra com evolução de alguns impactos na unidade de conservação tais como desmatamento da vegetação natural, ampliação da área urbanizada e a localização de algumas áreas de mineração de agropecuária foi elaborada uma série histórica representada por mapas e gráficos que representam tais informações, desde 1985, período anterior à criação da APA Carste de Lagoa Santa, até o ano de 2019.

Na **Figura 26**, estão representados cinco mapas, o primeiro datado de 1985 que apresenta informações de antes da criação da unidade de conservação na região. Nota-se que o Aeroporto já estava implantado e existiam áreas de mineração e urbanizadas (**Figura 26**)¹⁷⁰. Havia nessa época uma quantidade significativa de áreas livres de construção, o que pode ter contribuído para a especulação imobiliária que futuramente ocorreu na região.

¹⁷⁰ As figuras foram elaboradas por Denise Sales e Evelyn Possa, que são geógrafas.

Figura 26 – Mapa de uso e cobertura da terra na APA Carste, por classe de uso e cobertura da terra entre 1985 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales e Evelyn Possa, a pedido da autora¹⁷¹.

A APA Carste foi criada em 1990. Assim, observando na **Figura 26** os mapas de 1995 em diante, percebe-se que as áreas de mineração não sofreram significativa ampliação¹⁷², mas gradativamente aumentaram as áreas de uso para agropecuária, os plantios para silvicultura e as áreas urbanizadas, estas especialmente na porção centro sul da unidade. À medida que ocorrem tais expansões é visível o aumento das perdas da vegetação nativa¹⁷³. Entretanto, esta vegetação foi parcialmente recuperada em 2019, conforme disposto na Figura 27.

A existência de unidades de conservação na região, como parques, auxiliou no estabelecimento de um mote ambiental que aliado às condições de ruralidade, com facilidade

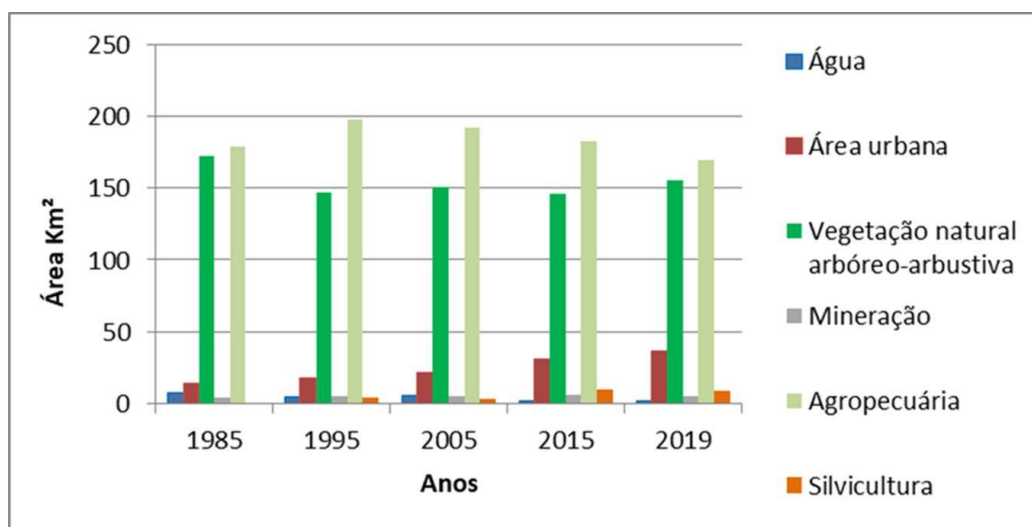
¹⁷¹ Em termos metodológicos e conforme informado pelas autoras, elas selecionaram as imagens do tipo Landsat 4-5 TM C1 Level 1 para: 8 maio 1985; 07 jul. 1995; 18 jul. 2005; e Landsat 8 OLI para: 30 jul. 2015; 9 jul. 2019. Procederam à correção atmosférica através da aplicação do algoritmo DOS1 no QuantumGis, Bandas do sensor TM 1, 2, 3, 4, 5 e 7 e do sensor OLI 2, 3, 4, 5, 6 e 7. As imagens foram classificadas usando o algoritmo Support Vector Machine – SVM, adotando o kernel linear.

¹⁷² O que pode ser devido aos impedimentos oriundos do plano de manejo da unidade.

¹⁷³ Não se analisou aqui os dados de percentual de área que recebeu autorização para o desmatamento, ou seja, no mapa estão englobadas áreas que receberam autorização pelo órgão ambiental competente e áreas irregulares.

de acesso rodoviário e infraestrutura comercial favoreceram a um certo fetichismo¹⁷⁴ pela compra de terrenos ou de moradias na região do Vetor Norte da RMBH.

Figura 27 – Gráfico da Área ocupada na APA Carste por classe de uso e cobertura da terra entre 1985 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales e Evelyn Possa, a pedido da autora.

Considerando os dados representados nas **Figura 26 e 27**, infere-se que a ação antrópica auxiliou na ampliação de impactos ambientais na região da unidade de conservação, como na perda de vegetação natural e ampliação de áreas construídas, haja vista o crescimento da área urbana. Isso se deu apesar de um cabedal de legislações que norteiam a ocupação do território. Outro apontamento que se faz necessário é compreender que por ser uma unidade de uso sustentável nela podem ocorrer atividades econômicas como mineração, agropecuária, indústria e outras, entretanto elas deveriam estar norteadas pelas devidas autorizações pelos órgãos competentes, a fim de diminuir os impactos na unidade de conservação, especialmente considerando as regras do Plano de Gestão da APA. (IBAMA, 1998).

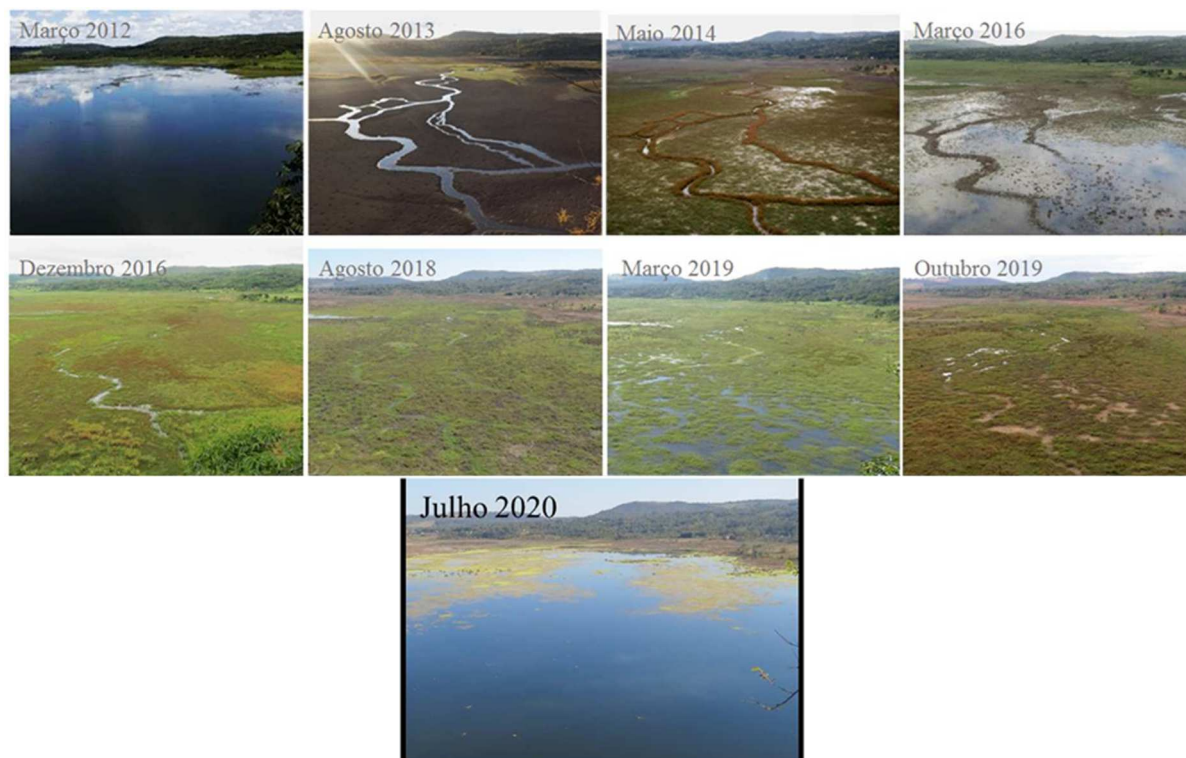
Uma particularidade observando a **Figura 28** é que há diminuição dos espelhos de água de algumas lagoas carsticas, como as próximas ao Aeroporto e ao Parque do Sumidouro. Considerando tal diminuição, uma série de imagens chamou a atenção no ano de 2019: a sequência de fotos produzida pelo Professor José Eugênio Côrtes¹⁷⁵ entre os anos de 2012 até

¹⁷⁴ O conceito de fetichismo da mercadoria foi proposto por Marx em sua obra *O Capital* (MARX, 2013), de forma resumida estaria relacionado com o valor de troca dado aos objetos-produtos permeado pela subjetividade.

¹⁷⁵ José Eugênio Côrtes Figueira é doutor em Ecologia e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa temas como ecologia de populações e vegetação de campos rupestres. Foi um dos pesquisadores responsáveis pela indicação da APA Carste como Sítio RAMSAR.

2019 na lagoa do Sumidouro, demonstrando a diminuição considerável da extensão do espelho de água no período de sete anos (**Figura 28**).

Figura 28 – Sequência de fotos da lagoa do Sumidouro entre 2012 e 2020

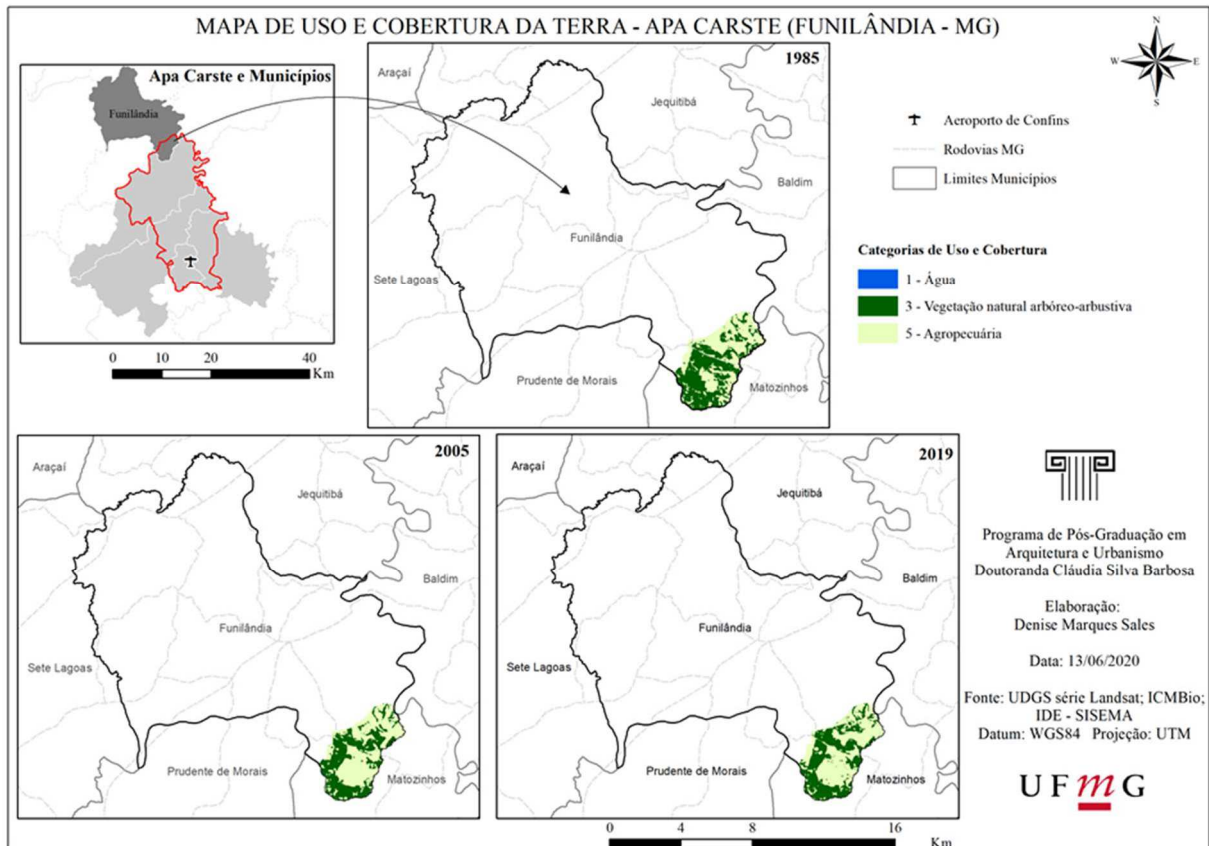


Fonte: Cedidas gentilmente pelo Doutor José Eugênio Côrtes Figueira, Depto. Genética, Ecologia e Evolução UFMG, período entre 2012 e 2020.

Nota-se que, no ano de 2020, o espelho de água voltou a aumentar nas lagoas da região. Esse fato provavelmente se deu em função do intenso período chuvoso no início de 2020.

Ressalta-se que não foi objetivo analisar cada um dos impactos ambientais e suas causas, mas buscou-se apontar a ampliação dos impactos antrópicos na APA Carste. Caberiam estudos com mapeamentos em grande escala para quantificar e avaliar cada classe de uso. Como esse não é o escopo dessa pesquisa, fez-se mapeamento em três anos distintos (1985, 2005 e 2019) por cada município para acompanhar o uso e ocupação do solo dentro dos limites da APA Carste.

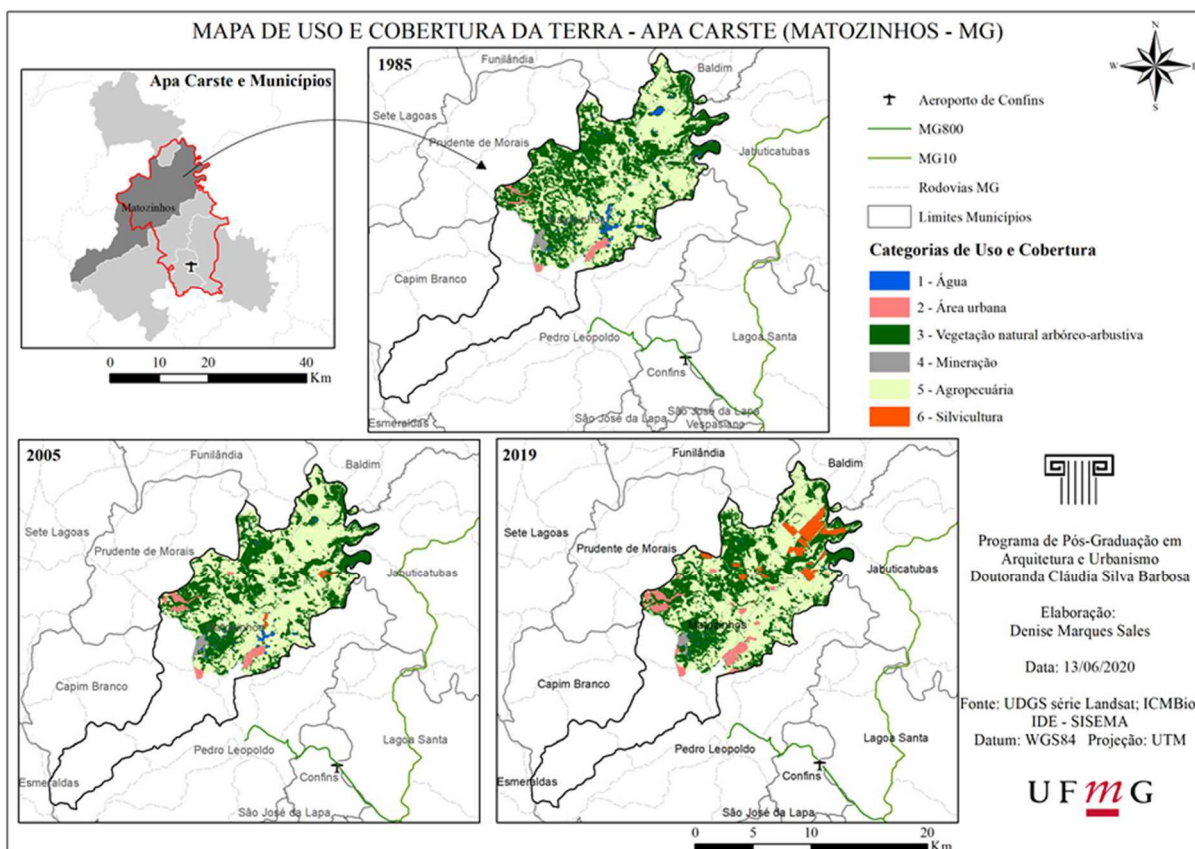
Figura 29 – Mapa de parte da APA Carste em Funilândia, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales, a pedido da autora.

Na **Figura 29**, está discriminado o uso e ocupação do solo no município de Funilândia, que ocupa a menor extensão dentro da APA Carste. Conforme dados do IBGE a população do município após 2010 teve um aumento de aproximadamente 12,8% (IBGE, 2020). Observa-se pelo mapa que parte da vegetação natural foi retirada para expansão da atividade agropecuária entre 1985 e 2019.

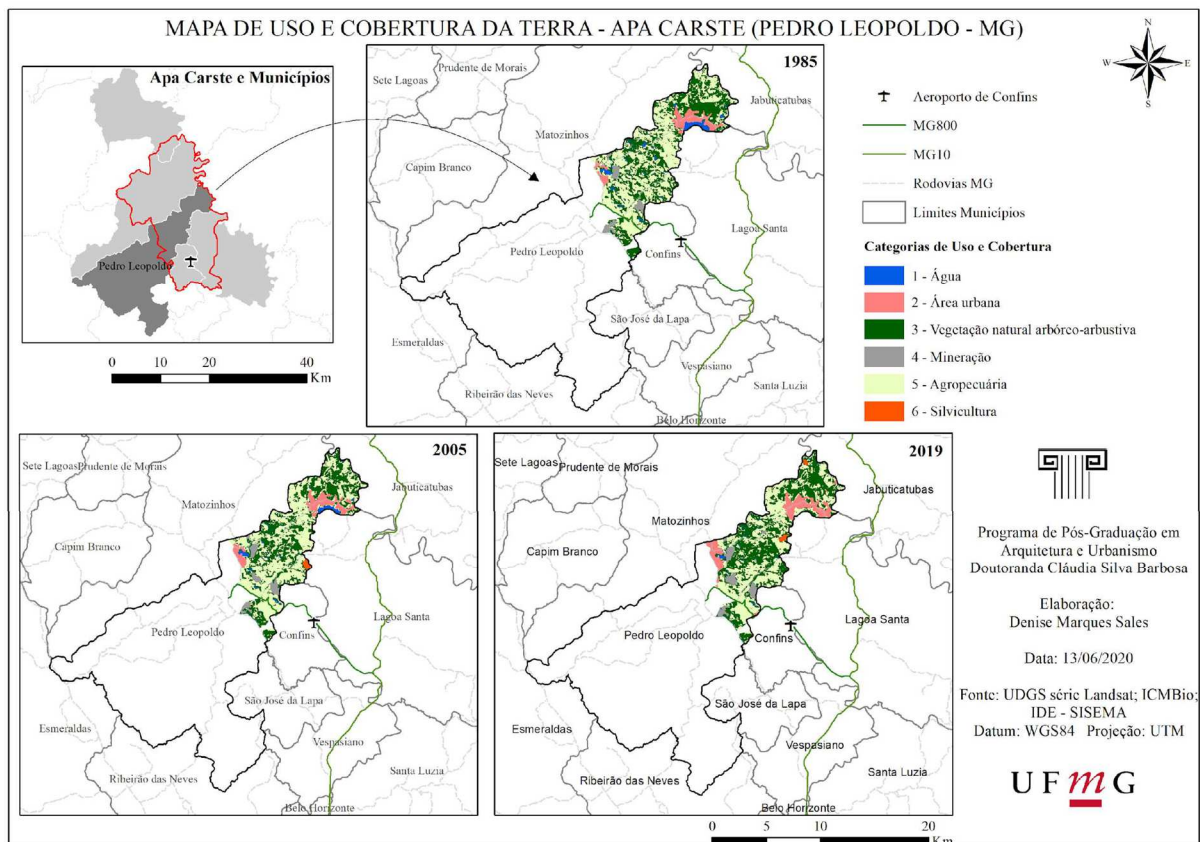
Figura 30 – Mapa de parte da APA Carste em Matozinhos, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales, a pedido da autora.

O município de Matozinhos entre 1985 e 2019 (**Figura 30**) apresentou uma ampliação da perda de vegetação natural, especialmente para expansão agropecuária e ampliação das áreas de silvicultura. A área urbana também expandiu, sendo que, conforme dados do IBGE, entre 2010 e 2019 houve um crescimento populacional de aproximadamente 11% (IBGE 2020). Dentre as áreas urbanas que se expandiram no território da APA está o distrito de Mocambo, que possui duas importantes unidades de conservação estaduais locais: Monumento Natural Estadual Vargem da Pedra e o Parque Estadual Cerca Grande. Nota-se ainda que as principais áreas de mineração praticamente não sofreram expansão devido às restrições impostas para a atividade no Plano de Manejo (IBAMA, CPRM, 1998).

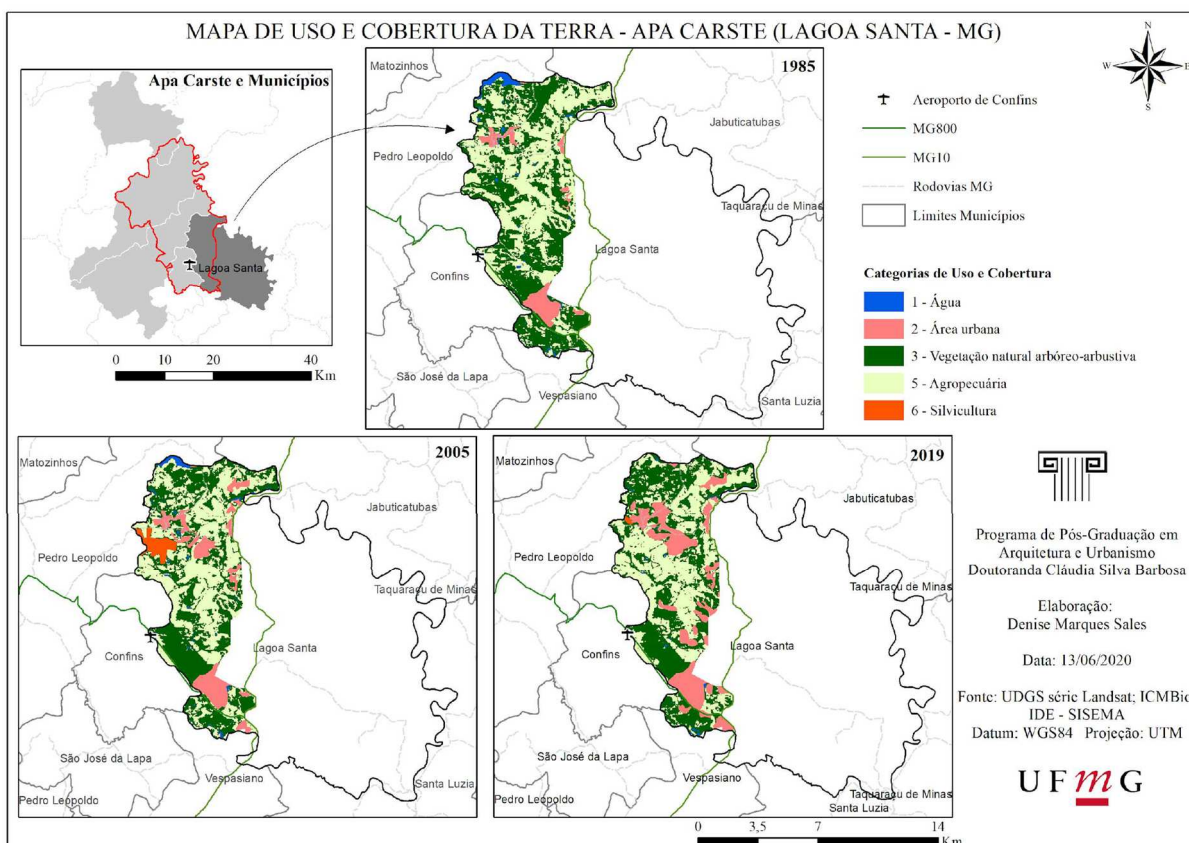
Figura 31 – Mapa de parte da APA Carste em Pedro Leopoldo, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales, a pedido da autora.

Pedro Leopoldo ocupa a área mais central da APA Carste, sendo o segundo município mais populoso da unidade (**Figura 31**). Conforme dados do IBGE, entre 2010 e 2019 houve um crescimento populacional de aproximadamente 9,4 % (IBGE, 2020). Destacam-se a região de Quinta do Sumidouro (onde se localiza uma das sedes do Parque Estadual do Sumidouro), Fidalgo e Lagoa de Santo Antônio como áreas mais povoadas dentro do território da APA Carste. Quanto às atividades econômicas, as de mineração e de agropecuária são as que se mantiveram na região desde a criação da unidade de conservação.

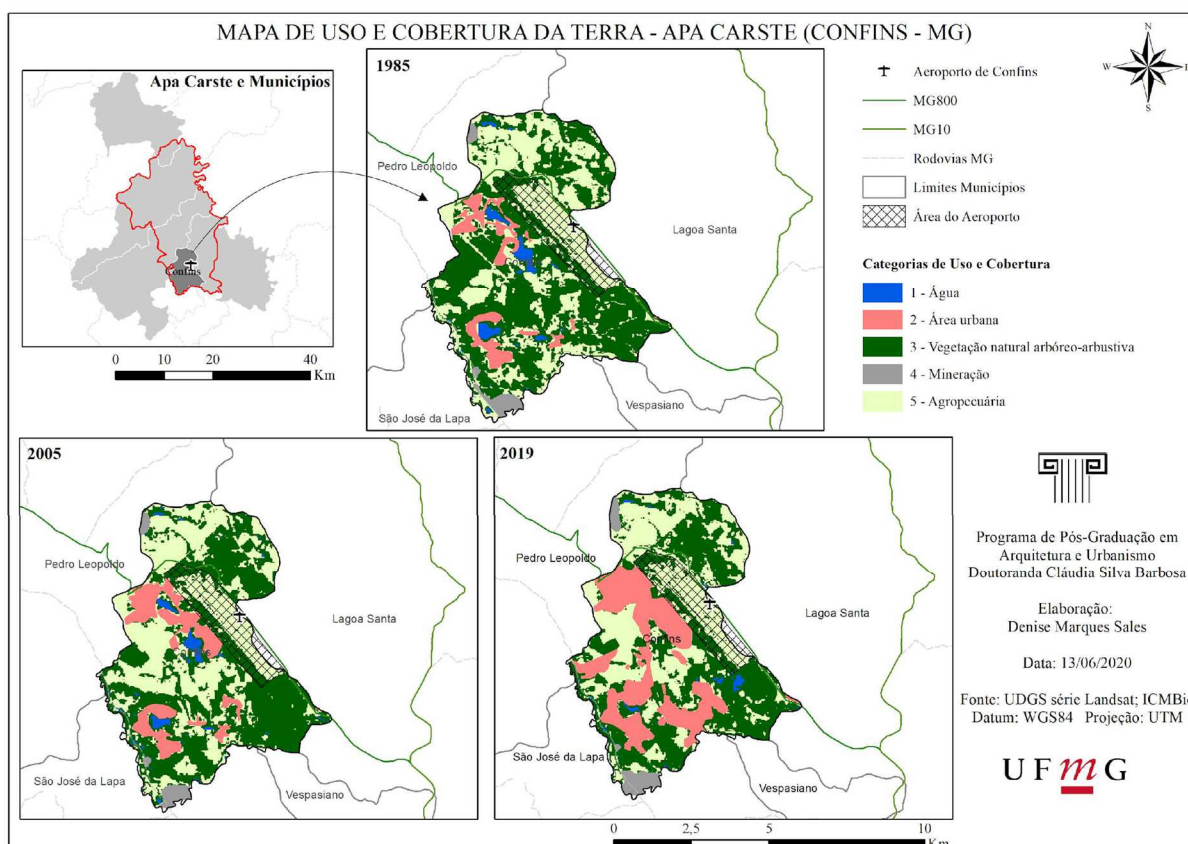
Figura 32 – Mapa de parte da APA Carste em Lagoa Santa, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales, a pedido da autora.

Lagoa Santa é o município que mais cresceu no âmbito da APA Carste. Entre os anos de 2010 e 2019, houve um crescimento populacional de aproximadamente 23,0 % (IBGE, 2020). Pela **Figura 32** nota-se que a expansão da área urbana e a maior perda de vegetação nativa entre os anos de 1985, 2005 e 2019 se deram principalmente na área localizada mais ao norte do território abrangido pela unidade de conservação. O que se dá especialmente ao longo da MG-010, em direção do Distrito de Lapinha. Nesse vetor foram instalados alguns condomínios verticais do Programa Minha Casa Minha Vida. Destaca-se que em Lapinha está localizada a sede principal do Parque Estadual do Sumidouro e uma das grutas mais visitadas na RMBH, a Gruta da Lapinha. Em termos econômicos, as principais atividades estão relacionadas com as questões agropecuárias.

Figura 33 – Mapa de parte da APA Carste em Confins, por classe de uso e cobertura da terra, nos períodos de 1985, 2005 e 2019



Fonte: Elaborado por Denise Sales, a pedido da autora.

Confins (**Figura 33**) é o município com uma das menores populações no estado de Minas Gerais e conseqüentemente na APA Carste de Lagoa Santa. Contava em 2019 com uma população de 6.730 habitantes, com um aumento de cerca de 13% entre 2010 e 2019, tendo uma densidade demográfica de 140 hab/km² (IBGE, 2020). Sua população aumentou cerca de 13% entre 2010 e 2019 (IBGE, 2020). Apesar disso, o fluxo de pessoas em seu interior é muito grande, devido a presença do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

No final do ano de 2020, em outubro, foram editados pelo governo de Minas Gerais alguns Decretos que interferiram diretamente em instrumentos do ordenamento do uso e ocupação do solo e no planejamento ambiental para a RMBH. Dentre eles estão o Decreto nº 441 (MINAS GERAIS, 2020b), que declarou de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, os terrenos para a construção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A proposta do Rodoanel já havia sido discutida no Macrozoneamento, e, no caso da região do Carste, ele será interconectado por rodovias estaduais como a LMG-424 e a LMG-010, que terão interligação por sua vez com o Aeroporto

Tancredo Neves. Ou seja, poderia ser mais um passo na formação da aerotrópolis pela ampliação do tráfego de mercadorias.

Também citamos o Decreto nº 48.063 (MINAS GERAIS, 2020a), que declarou como áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e conservação da biodiversidade as áreas identificadas como Cauaia, Serra da Lagoa Dourada e Serra de Baldim e dá outras providências, porém revoga Decretos importantes.

Como isso foi revogado o Decreto nº 44.500 (MINAS GERAIS, 2007), que tratava sobre o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive revogando a criação de mecanismos de proteção do complexo Paleontológico, Arqueológico e Espeleológico da Região Cárstica de Lagoa Santa e a elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Vetor Norte.

Como também foi revogado o Decreto nº 45.097 (MINAS GERAIS, 2009), que tratava sobre o regime jurídico especial de proteção ambiental de áreas integrantes do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Portanto, revogando o ponto que destacava o impedimento para que fossem dadas concessões de licença ambiental em áreas correspondentes às unidades de conservação previstas no Sistema de Áreas Protegidas, que envolviam cerca de nove áreas.

Então, embora não cortando diretamente a APA Carste, o projeto da implantação de um Rodoanel¹⁷⁶ na RMBH, além de poder ampliar o fluxo de veículos e o crescimento urbano na região da unidade de conservação, já interferiu diretamente nas questões de governabilidade e da criação de novas áreas protegidas no Vetor Norte.

O que chamou a atenção foi a realização de audiências públicas¹⁷⁷ virtuais em pleno momento pandêmico. Tais “audiências” não ocorreram para privilegiar a participação social, funcionaram como *lives* para o repasse de informações sobre o contexto econômico da proposta, desconsiderando as questões socioambientais envolvidas. Assim, algumas entidades locais, inclusive participantes do conselho da APA Carste, se mobilizaram e conseguiram que fosse realizada uma reunião virtual na Câmara do Deputados para debater a temática, especialmente por envolver a destinação dos recursos do acordo para construção do Rodoanel e a ampliação dos impactos socioambientais no território atingido pelo rompimento da barragem da Vale S/A. Nessa reunião, participaram órgãos públicos como o Ministério Público, Defensoria Pública da

¹⁷⁶ Disponível em: <https://www2.bdmg.mg.gov.br/Paginas/data-room.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁷⁷ Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/seinfra-lanca-consulta-publica-sobre-o-rodoanel-metropolitano/> Acesso em: 20 fev. 2021.

União e a UFMG, além de organizações sociais e representantes dos atingidos, inclusive de Brumadinho (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

O que virá em relação ao Rodoanel ainda é uma incógnita, porém a sociedade civil já está mobilizada. É pertinente compreender como se dá a participação social nesse processo e em outros em andamento na unidade de conservação, tanto em termos do acompanhamento do que acontece no território quanto para propor alternativas para seu uso e sua gestão, envolvendo inclusive outras unidades de conservação no âmbito estadual.

Portanto, torna-se importante apresentar um dos principais fóruns de participação¹⁷⁸ da sociedade civil e outros entes na gestão da APA Carste: seu conselho. Dessa maneira, buscou-se, na seção seguinte, traçar um mapeamento inicial dos atores humanos que atuam na unidade de conservação.

¹⁷⁸ Uma análise sobre a participação social em unidades de conservação foi apresentada por mim na dissertação de mestrado. Para mais detalhamento, ver BARBOSA (2013).

5 ATORES HUMANOS: ALGUMAS PISTAS INICIAIS PARA O MAPEAMENTO

Com base no exposto anteriormente, entende-se que o preço pago pelos habitantes da APA Carste de Lagoa Santa e pelo ambiente diante do processo de expansão capitalista neoliberal no Vetor Norte é alto e ainda pouco esmiuçado¹⁷⁹. Ao considerar que a formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte “é marcada pela ação estatal e por processos de segmentação e segregação socioespacial” (ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015, p. 15), a APA Carste de Lagoa Santa poderia refletir essa afirmação de forma contundente. Mas se existem ações e processos, eles somente podem ser realizados por atores humanos relacionados ao território da unidade.

Nesse ponto, será importante dizer que como atores humanos entende-se aquelas pessoas que atuam na unidade e têm plena consciência da classe social e institucional a que pertencem e representam (GARCIA, 1996).

Cabe também considerar que se a cidade é transformada por processos globais relacionados com a produção material e a racionalidade capitalista, sua transformação também deve ser entendida do ponto de vista das instituições que a compõem (LEFEBVRE, 2001).

Transpondo tal afirmação para o território abrangido pela APA Carste, busca-se pelas pistas iniciais de quem são os principais atores humanos envolvidos com a gestão institucional da unidade de conservação e tenta-se compreender como ocorrem as (co)relações entre eles. Tais pistas poderão ajudar a entender posteriormente como se dão os processos de exercício da cidadania em relação a esse espaço protegido, especialmente quanto à cidadania diferenciada, aquela na qual se “[...] administra as diferenças sociais legalizando-as de maneira que legitimam e produzem a desigualdade” (HOLSTON, 2013, p. 22), além das possibilidades de resistência ao processo de expansão capitalista.

Se os processos capitalistas geram uma perversidade sistêmica, nos dizeres de Santos (2001), existem resistências capazes de gerar possibilidades de se “escrever uma nova história” (SANTOS, 2001, p. 21). Enxergar tais possibilidades é desafiador, mas por outro lado, como fazer isso?

[...] como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva,

¹⁷⁹ Conforme aponta Santos (1989), nessa conta também poderia ser contabilizado o custo pago pela identidade seja individual ou social: “Não é hoje surpresa para ninguém que o conforto que a sociedade de consumo proporcionou tem um preço invisível: a nossa renúncia à liberdade de agir, ao fruir com autonomia, a produção técnica da natureza e do meio ambiente bem como as tecnologias sociais que se foram acumulando para conformar, a níveis cada vez mais fundos, o nosso cotidiano, criam dependências múltiplas para o indivíduo ou o grupo que tornam difícil a conquista e a preservação da identidade pessoal ou social” (SANTOS, 1989, p. 48).

territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital, e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades? (PELBÁRT, 2011, p. 22).

Para auxiliar nessa resposta, mapear alguns dos atores humanos e não humanos que atuam na APA pode ser um ponto de partida, nem que seja por meio do seu conselho gestor, do qual participam várias instituições, inclusive o próprio ICMBio, por meio dos seus representantes.

Que outras instituições comporiam o conselho? O que elas representam? Seria o conselho um *locus* para desenvolvimento de um biopoder¹⁸⁰ como corpo biopolítico coletivo, ou seja, um conjunto multifacetado, autônomo e transformador da realidade, conforme discutem Hardt e Negri (2001, 2014), ou ele é apenas um espaço formal para gestão do território? É o que se busca discutir a seguir.

5.1 Os Conselheiros da APA Carste de Lagoa Santa

O Estado brasileiro possui normas próprias para os conselhos de unidade de conservação. Em termos legais, a Instrução Normativa nº 11 (BRASIL, 2010) disciplina as normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos para a maioria das unidades de conservação federais. No artigo segundo desta Instrução é destacado que:

Entende-se por **Conselho Consultivo** de unidade de conservação federal o órgão colegiado legalmente constituído e vinculado ao ICMBio, cuja função é ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da unidade de conservação, incluída a sua zona de amortecimento ou área circundante, para tratar de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que tenham relação com a unidade de conservação. (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Então, considerando a dimensão teórica e legal do conselho da APA, ele é um conselho consultivo, ou seja, ele é formalmente consultado pelo ICMBio, mas não pode deliberar sobre a gestão da unidade de conservação; não é, portanto, uma instância de governança plena, autônoma. Além disso, está imerso em múltiplos interesses relacionados aos atores que dele fazem parte.

O conselho é um corpo que nasce atrelado a um conjunto de regras, não podendo ser um corpo biopolítico coletivo no sentido de Hardt e Negri (2001, 2014). Entretanto, em termos

¹⁸⁰ Conforme Negri e Hardt: “O biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 135)

legais o conselho se fundamenta como o principal agente de colaboração para a gestão participativa do território de uma unidade de conservação. E esse agente é formado por diversas entidades que têm seus próprios corpos e agem para além da APA Carste.

Por agora, para iniciar a reflexão, parto do reconhecimento preliminar de alguns atores humanos que auxiliam na gestão da APA Carste de Lagoa Santa. Para esse reconhecimento foram levantados dados secundários provenientes de documentos e artigos relacionados ao Conselho da APA Carste de Lagoa Santa¹⁸¹, especialmente o processo de criação e organização do conselho (ICMBIO, 2021a). Além disso, realizei entrevistas com alguns desses atores para fundamentar a análise (Apêndices A ao H).

Conforme aponta Procópio (2020), a primeira tentativa de articulação para a formação do conselho da APA ocorreu em 2002 numa reunião articulada pelo Projeto Manuelzão¹⁸², para a qual foram muitos interessados, especialmente do setor minerário (Informação verbal, PROCÓPIO, 2020). Entretanto, formalmente os conselheiros somente tomaram posse em 2005, quando o conselho foi oficialmente criado por iniciativa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, que à época era o órgão gestor da unidade de conservação. Embora sendo composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, o IBAMA era o principal ator na gestão da APA em função das prerrogativas legais, exercendo o papel de presidente do conselho.

Alguns anos após o estabelecimento do conselho, a efetividade socioambiental da APA foi estudada por Luciana Alt (2008, p. 164), que apontou que ele poderia ser considerado como uma “[...] importante ferramenta de gestão” (ALT, 2008, p. 164), embora não conseguisse auxiliar diretamente para a diminuição de problemas ambientais oriundos de fatores como expansão urbana desordenada e saneamento básico inadequado.

Posteriormente ao processo de criação, ocorreu renovação de parte dos membros do conselho, havendo publicação de edital e comunicação junto aos principais atores humanos da região, ficando dividido em quatro grandes setores: órgãos públicos, usuários do território, organizações não governamentais, entidades e colegiados e instituições técnico científicas e educacionais que se reúnem para discutir as questões da unidade cerca de seis vezes ao ano

¹⁸¹ Em termos legais, os conselhos de unidades de conservação além de serem uma prerrogativa legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), também são pontuados no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, como estratégicos para planejamento e gestão das unidades de conservação. No caso das unidades geridas pela União, os conselhos são regidos pela Instrução Normativa 09/2014, que disciplina como devem funcionar tais conselhos.

¹⁸² Sobre o Projeto Manuelzão, ver Nota 110.

(ICMBIO, 2021a). Que atores fazem parte desse conselho? Como ele se estrutura enquanto um dispositivo coletivo?

Em termos de atuação legal, as competências dos membros titulares e suplentes do conselho estão dispostas no seu Regimento Interno (ICMBIO, 2021a), relacionando-se desde questões simples, como comunicação de atividades, até a manifestação sobre obras, a proposição de criação de unidades de conservação e a revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, conforme descrito no Artigo 6º do Regimento, aprovado pela plenária do conselho:

Art. 6º - Compete ao Conselho da APACLS:

I – Participar da elaboração, implementação e revisão do **Plano de Manejo** da unidade de conservação, garantindo o seu caráter democrático e representativo;

II – Buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entorno, sempre que possível **promovendo a interação com seus conselhos;**

III – Esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

IV – Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual quando elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação, bem como avaliar e manifestar sobre a aplicação dos recursos provenientes de compensação ambiental e conversão de multas;

V – Manifestar-se sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)**, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VI – Acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VII – Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, nos termos do § 3º, artigo 36 da Lei Federal nº 9.985 e Resolução CONAMA nº 428/2010;

VIII – Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade;

IX – Divulgar ações, projetos e informações sobre a APA, bem como as normas vigentes que se aplicam ao território da UC, nos diversos meios de comunicação, promovendo a transparência da gestão;

X – Demandar e propor aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e de desenvolvimento socioambiental, ações de conservação, pesquisa, educação ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, a conservação, o uso e a recuperação dos recursos naturais da Unidade de Conservação;

XI – Propor a criação de Câmaras Temáticas;

XII – Propor se necessário a descentralização administrativa da APA através da criação

de Núcleos Avançados de gerenciamento;

XIII – Propor alteração na composição do conselho com a exclusão ou inclusão de órgãos e entidades, respeitando a paridade, para reduzir ou ampliar a sua estrutura objetivando o seu melhor funcionamento;

XIV – Propor ao Ministério do Meio Ambiente através do ICMBio a criação de normas regulamentadoras específicas de proteção ao carste e a Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa;

XV – **Manifestar-se sobre as Parcerias Público Privadas – PPP** que venham a ocorrer no âmbito da APACLS ou em unidades de conservação estaduais ou municipais nela inseridas. (ICMBIO, 2021a, s/d, grifos nossos para ilustrar as ações).

Por uma breve avaliação do referido artigo anteriormente descrito, entende-se que, teoricamente, o conselho tem várias atribuições na gestão territorial da unidade de conservação, o que não significaria que todas sejam implementadas na prática. Uma vez que tal prática depende da participação efetiva dos atores que compõem o conselho. No caso da APA Carste, quem são esses atores? Decidiu-se realizar um levantamento sobre eles.

5.1.1 Os segmentos do conselho

Para Miranda (2020), o conselho tem grande importância para a gestão da unidade de conservação, sendo que os atores participantes do conselho buscam o diálogo entre si, mas às vezes cada segmento busca defender os seus interesses em detrimento de outros. Somente com o diálogo entre os membros pode-se chegar à resolução das disputas que ocorrem, por exemplo com a aprovação de projetos que beneficiam vários setores como os relacionados com a revitalização de lagoas (Informação Verbal, MIRANDA, 2020).

Do conselho, até meados de 2019, participavam 28 instituições divididas por setores. No setor de órgãos públicos (**Quadro 9**) estão representados os três níveis de poder existentes no cenário de gestão da unidade de conservação: municipal, estadual e federal, cujos interesses se mostram conflitantes em alguns momentos, em função das funções administrativas diversas e dos interesses econômicos em jogo (conservação e uso dos recursos).

No setor de Órgãos Públicos, faziam parte as prefeituras, cujo território está inserido na APA Carste, instituições estaduais como o Instituto Estadual de Florestas, que possui várias unidades de conservação no interior da APA Carste, a COPASA, que é a principal concessionária de uso de água na região, e o Instituto Mineiro de Agropecuária.

Também se enquadram nesse setor o próprio ICMBio, que atualmente é o gestor da APA e a Universidade Federal de Minas Gerais, que realiza várias pesquisas no território como no campo da arqueologia, paleontologia, biodiversidade e outros.

Destaca-se que esta universidade foi a promotora das pesquisas que auxiliaram para que a APA fosse caracterizada como um Sítio Ramsar e ao mesmo tempo é a entidade responsável pela coordenação do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quadro 9 – Órgãos Públicos no Conselho Consultivo

SETOR 1 – ÓRGÃOS PÚBLICOS	INSTITUIÇÕES REPRESENTANTES
Poder Público Municipal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prefeitura Municipal de Confins 2. Prefeitura Municipal de Funilândia 3. Prefeitura Municipal de Lagoa Santa 4. Prefeitura Municipal de Matozinhos 5. Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo
Poder Público Estadual e empresas concessionárias de serviços	<ol style="list-style-type: none"> 1. Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA 2. Instituto Estadual de Floresta / Parque do Sumidouro – IEF/PESU 3. Instituto Mineiro de Agropecuária de Pedro Leopoldo – IMA Pedro Leopoldo
Poder Público Federal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio/Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa 2. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2021a.

Oliveira (2020) participou como membro do conselho da APA representando o IEF pelo Parque Estadual do Sumidouro, do qual era gestor. Para ele, o conselho nasceu do ideário de gestão participativa proveniente da Constituição, numa busca para se reunir diversos atores para somarem esforços e construir estratégias comuns para o território, especialmente destacando a importância do protagonismo da sociedade civil, que, no caso do conselho, compõem um segmento próprio.

No **Quadro 10**, estão listadas as entidades que compunham o setor dos usuários do território, que inclui moradores representados por uma associação de condomínios, o sindicato de produtores e grandes organizações sindicais empresariais. Ressalta-se que, considerando o processo de estabelecimento do conselho (ICMBIO, 2021), até 2019 não foi encontrada solicitação de inscrição no conselho de nenhuma associação de moradores, além de condomínios, embora o conjunto dos municípios abrangidos pela APA Carste tenha mais de 100 mil moradores. Tal fato acaba sendo uma controvérsia no que tange à participação desse segmento, uma vez que são os moradores os diretamente afetados tanto por projetos que chegam ao território quanto pelos impactos por eles ocasionados.

Por outro lado, considerando que na região da APA Carste existem grandes jazidas de calcário que são exploradas por várias mineradoras e um extenso setor empresarial, os atores que os representam, ao participarem do conselho da unidade, buscariam defender usos e projetos envolvidos com o avanço desenvolvimentista no Vetor Norte, mesmo que utilizando de discursos pautados na sustentabilidade. Além disso, qualquer atividade econômica passível de gerar impactos significativos a unidade de conservação estaria sujeita aos ritos do licenciamento ambiental e ao posicionamento de todos os integrantes do conselho.

Quadro 10 – Usuários do Território no Conselho Consultivo

SETOR 2 USUÁRIOS DO TERRITÓRIO	INSTITUIÇÕES REPRESENTANTES
Representações de moradores ou populações rurais	1. Condomínio Estância das Amendoeiras
Representações do turismo, hotelaria, serviços, comércio, indústria e mineração	1. Associação do Circuito Turístico das Grutas – ACG 2. Associação dos Desenvolvedores do Vetor Norte - AV Norte 3. Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon/MG 4. Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra 5. Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC
Representações de produtores rurais	1. Sindicato Rural de Pedro Leopoldo

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2021a.

No setor de organização não governamentais, entidades e colegiados (**Quadro 11**) estão representadas as entidades que desempenharam papéis importantes no que tange às ações de conservação do patrimônio cultural e da biodiversidade, à realização de atividades de educação ambiental e aos projetos junto aos moradores locais, ou seja, ações de interesse mais local. Dentre elas, citam-se a AMDA, que tem atuação em todo o território de Minas Gerais, inclusive participando do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); a AMAR, que atua principalmente no distrito da Lapinha em Lagoa Santa, na defesa do Museu Arqueológico situado dentro do Parque Estadual do Sumidouro, e a ADAO, que auxiliou na criação Ecomuseu do Carste, um museu ao ar livre na comunidade de Mocambeiro em Matozinhos.

Cabe salientar que nesse setor estavam presentes dois subcomitês de bacia hidrográfica nos quais a APA Carste também possui assento nos seus respectivos conselhos, o que favorece parum intercâmbio interinstitucional¹⁸³.

Entende-se que, pelas características gerais das instituições que compunham esse setor, ele se apresentava como mais próximo na busca pelos objetivos traçados para a unidade de conservação no que tange à proteção dos atributos físicos da unidade como patrimônio arqueológico, paleontológico, hídrico e outros.

¹⁸³ Para melhor detalhamento ver o artigo de Barbosa, Oliveira e Nogueira (2015) que trata sobre o tema.

Quadro 11 – ONG, entidades e colegiados no Conselho Consultivo

SETOR 3 – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES E COLEGIADOS	INSTITUIÇÕES REPRESENTANTES
Organizações não governamentais e entidades classistas com atuação em temas ambientais	1. Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR 2. Associação de Desenvolvimento, Artes e Ofícios – ADAO 3. Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – AMDA 4. Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo – ASEP 5. Associação Movimento Lagoa Viva - SOS Lagoa Santo Antônio 6. Associação Pela Preservação do Vale do Córrego do Mocambo – APREMO
Comitês e subcomitês de bacias hidrográficas	1. Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Carste 2. Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2021a.

Conceição Lima é integrante e fundadora da Associação Movimento Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio, que participa desse setor. Ela assim se apresenta:

Eu sou Conceição Lima, eu moro em Pedro Leopoldo há mais de 30 anos, e sou professora, sou professora de geografia das redes estadual e municipal, e recentemente tenho feito um curso de direito, mas eu ainda não me sinto advogada, me sinto professora. Eu estou finalizando a minha carreira de professora para começar a carreira de advogada, e no momento, a gente realiza um trabalho dentro da Associação Movimento Água Viva SOS Lagoa de Santo Antônio, que a gente chama carinhosamente de ONG Lagoa Viva [...] A ONG Lagoa Viva foi criada em 2011 (aí uma reunião da atual diretoria, membros da ONG Lagoa Viva). Nós normalmente nos reunimos no último sábado do mês, nossa data de reunião, e é onde a gente planeja e procura ter as diretrizes dos trabalhos que a gente realiza. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

A criação da ONG Lagoa Viva está vinculada a outro ator no território, o Sr. José de Castro Procópio:

[...] em 15 de dezembro de 2011, e a ONG foi criada. Inicialmente, surgiu o movimento Lagoa Viva, que começou a existir justamente a partir de uma fala que o Procópio, quando o Procópio disse do projeto de gabinete que visava o grande desenvolvimento para a região norte, o projeto de gabinete onde as pessoas, a comunidade não estava sendo consultada; estava participando, estava tendo engajamento, uma participação, uma construção, uma conexão. Então, a partir desse momento, a gente começa a sentir a necessidade de se organizar, de se instituir enquanto associação, e o padrinho da ONG Lagoa Viva é o Procópio, através do projeto Manuelzão, através do trabalho que ele contou que realizou de uma maneira bem ampla. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Conceição Lima destaca a importância das organizações sociais participarem dos conselhos que atuam no território e tecerem parcerias:

Eu queria também colocar o seguinte: a ONG Lagoa Viva se fortaleceu muito, e tem se fortalecido muito, com a participação nos conselhos. A ONG hoje é membro do conselho da APA Carste, do conselho de subcomitê do Carste, do Ribeirão Da Mata,

do Conselho De Meio Ambiente, do Conselho Municipal De Turismo de Pedro Leopoldo; então, participar de conselho também é um grande achado de grande importância para a ONG Lagoa Viva, porque aqui a gente consegue levar também nossas demandas, se fortalecer e buscar soluções. Nós temos a ONG Lagoa Viva em parceria com a vigilância sanitária da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, que é uma parceria institucional também muito importante, nós participamos de vários eventos dentro do incentivo a cuidar da prevenção da dengue, e nós temos a parceria então com prefeitura municipal, que é uma parceria institucional também muito importante na construção dos muros inteligentes; e dentro disso aí, as ações que a gente realiza, a ONG se fortalece a cada dia quando ela forma uma rede, quando ela participa dos conselhos, quando ela se institucionalizou como ONG, e muito mais ações a gente conseguiu realizar. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

No **Quadro 12**, está representado o setor de Instituições Técnico-Científicas e Educacionais, que era formado por duas instituições no âmbito nacional, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, e pelo Projeto Manuelzão, através do Instituto Gaicuy, que executa diversas ações ambientais no âmbito da APA. Esse setor é focado no desenvolvimento de ações de pesquisa e atividades de educação ambiental no âmbito da unidade de conservação.

Quadro 12 – Instituições Técnico-Científicas e Educacionais no Conselho Consultivo

SETOR 4 – INSTITUIÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E EDUCACIONAIS	INSTITUIÇÕES REPRESENTANTES
Instituições públicas e privadas	1. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES 2. Instituto Guaicuy - Projeto Manuelzão 3. Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2021a.

O Sr. José de Castro Procópio é membro do Projeto Manuelzão e do Instituto Gaicuy, que integra esse setor, ele é um dos conselheiros mais antigos e atuantes na APA Carste, desde a criação dessa instância participativa:

Eu sou o membro do Manuelzão desde sempre, vamos dizer, mas comecei a atuar efetivamente em 2000; então, eu já conhecia o trabalho do Manuelzão aqui na região, porque o Manuelzão é um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da UFMG, dentro do Departamento de Medicina Preventiva. Então, é onde estão os sanitaristas, pessoas que entendem e programam a saúde não como tratamento, não como remédio, não como tratamento da doença, mas a prevenção da doença; e o Internato Rural é um projeto de extensão, também da Medicina, com muito sucesso, com mais de 60 anos, com décadas de experiência, que aloca formandos, estudantes da medicina para atendimento direto com a população e vivenciar a realidade da medicina. Então, é dentro desse departamento que surge o projeto Manuelzão, tendo a visão de um entendimento do território, e esse território é determinado pela bacia, pelo espaço geográfico da bacia hidrográfica, que seria a real divisão geológica da terra, e esses espaços da bacia hidrográfica é onde acontecem as pessoas e a as vidas e as interações com a questão hídrica. E temos por slogan, um dos slogans do Manuelzão, é o destino do peixe anuncia o nosso [inaudível], ou seja, se a bacia está

saudável, a água do rio vai estar com qualidade; a qualidade de vida da bacia está também com qualidade, com possibilidade de continuidade. Então, é muito importante que essa região do Vetor Norte, e especificamente da bacia hidrográfica do Ribeirão da Mata, que à época, lá em 2003, quando eu me mudei aqui para região, eu já tinha um conhecimento aqui da região, tanto pelo trabalho no Manuelzão (por exemplo, em 2003, teve uma enchente na lagoa Santa Antônio, o Manuelzão tece uma atuação, desalojaram acho que 9 famílias que tiveram que sair, que tinham casas construídas dentro da área da ação da lagoa), já tinha essa atuação, já tinha ouvido falar de um tal de Parque de Sumidouro, que estava no papel, já conhecia um pouco da cultura do candombe, e, principalmente, da questão patrimonial, inclusive por matérias a respeito do Castelo, que saíram no Estado de Minas... Sabia um pouco, tinha uma certa noção a respeito do Carste, mas quando eu mudei para cá, logo eu tinha uma reunião agendada no aeroporto de Confins, um pouco depois, e que se tratava da eleição do conselho da APA, até apareci lá. E isso nós estamos falando de 30 de agosto de 2004. Então, quando eu vim para a região, logo em seguida que acabei eleito nessa reunião, que foi muito conflituosa, contentiva, do setor produtivo dominar o conselho da APA Carste, que já estava desde a década de 1980, mas aí somente nessa hora, inclusive por uma iniciativa do projeto Manuelzão, a parte dos dois coordenadores regionais, que eram o Marcus Vinícius Polignano e do Apolo Heringer Lisboa, ambos médicos sanitários, que atuaram aqui como orientadores dos estudantes de medicina. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Conforme José de Castro Procópio algumas entidades e organizações presentes no conselho fazem parcerias há bastante tempo, como por exemplo quando da realização, em 2006, da Expedição Manuelzão Desce o Ribeirão da Mata, envolvendo atores dos municípios de Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano:

Na expedição, produzimos muitos materiais, fizemos uma formação de redes, de atores específicos, identificando tanto nas prefeituras quanto nas câmaras, quanto na sociedade civil. Toda cidade tinha 4 ou 5 pessoas, mas tinha um núcleo hard que batalhava, que trabalhava, que empenhava, que aí eu não posso esquecer a pessoa da Francisca de Paula Martins, a Chiquinha, a Conceição, bem posterior, o Maurício Cravo, Rogério Tavares, a Érica Banyai, a diretora do Museu de Lagoa Santa (esqueci o nome agora), a Rosa da Fazendinha e muitos outros. Então, a partir disso, nós produzimos uma série de eventos, produzimos materiais, [inaudível], necessidade de ter mapas na região, foi produzido mapa, criamos o subcomitê do Ribeirão da Mata. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Erika Suzanna Bányai é representante da AMAR, filha do senhor Mihály Bányai, arqueólogo autodidata que construiu o Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa. Ela assim se apresentou:

Sou formada em história, tenho uma especialização em administração de museus e agora eu estou fazendo uma pós na área de arqueologia e patrimônio. A gente tem vários outros cursos, que vão surgindo ao longo da vida da gente, envolvidos com o Carste; então, um pouquinho de mineralogia, de espeleologia, de paleontologia, muitas palestras, muita leitura para gente chegar a um nível de conhecimento praticamente mínimo, quase porque o universo nosso da arqueologia e da paleontologia é gigantesco... E eu devo ter vindo aí com essa missão mesmo, de dar continuidade aos trabalhos que meu pai iniciou e cuidar do museu. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

Para Erika, de uma forma geral os conselhos na Região da APA, ao longo do tempo perderam força, mas no seu âmbito são compartilhados pelos conselheiros ideais em comum que favoreceram o estabelecimento de relações sociais, o que demonstra que não estariam sozinhos e que ainda existem resistências para favorecer a proteção ambiental local com ações que se complementam. Por exemplo, parcerias entre os membros como a AMAR, ADAO, Lagoa Viva e Projeto Manuelzão (Informação verbal, BANYAI, 2020).

Oliveira (2020) ressalta que houve certo esvaziamento do conselho em alguns momentos, quando alguns membros deixaram de participar (Informação verbal, OLIVEIRA, 2020). Um exemplo disso ocorreu quando da renovação do conselho. Após mais de um ano de iniciado o processo de modificação do Conselho é que foi homologada a composição do novo Conselho da APA Carste de Lagoa Santa estabelecida em outubro de 2020. Entretanto, a posse somente ocorreu em março de 2021, sendo que a nova composição do conselho é parecida com a composição anterior (ICMBIO, 2021a), o que pode ser observado pelo **Quadro 13**:

Quadro 13 – Nova composição do Conselho Consultivo APA Carste, 2021

I – Segmento Órgãos Públicos:
a) Poder público municipal – cinco vagas
1 – Prefeitura Municipal de Confins
2 – Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
3 – Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo
4 – Prefeitura Municipal de Matozinhos
5 – Vacância
b) Poder público estadual e empresas concessionárias de serviços – quatro vagas
6 – Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
7 – Instituto Estadual de Florestas / Parque Estadual do Sumidouro – IEF / PESU
8 – Instituto Mineiro de Agropecuária de Pedro Leopoldo – IMA
9 – Vacância
c) Poder público federal – três vagas
10 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
11 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
12 – Vacância
II – Segmento Usuários do Território:
a) Representações de moradores ou populações rurais – duas vagas
13 – Condomínio Estância das Amendoeiras
14 – Associação dos Moradores da Área Rural de Mocabeiro – AMARUM
b) Representações do turismo, hotelaria, serviços, comércio, indústria e mineração – cinco vagas
15 – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon/MG
16 – Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra
17 – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC
18 – Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo – ASEP
19 – Associação dos Desenvolvedores do Vetor Norte – AV Norte
c) Representações de produtores rurais – uma vaga
20 – Sindicato Rural de Pedro Leopoldo

[continua]

III – Segmento Organizações Não Governamentais, Entidades e Colegiados:
[conclusão]
a) Organizações não-governamentais e entidades classistas com atuação em temas ambientais – seis vagas
21– Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR
22 – Associação Movimento Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio
23 – Associação de Desenvolvimento, Artes e Ofícios – ADAO
24 – Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – AMDA
25 – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES
26 – Associação Pela Preservação do Vale do Córrego do Mocambo – APREMO
b) Comitês e subcomitês de bacias hidrográficas – duas vagas
27 – Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Carste – CBH Velhas
28 – Vacância
IV – Instituições Técnico-Científicas e Educacionais:
a) Públicas e privadas – quatro vagas
29 – Instituto Guaicuy – Projeto Manuelzão
30 – Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE
31 – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
32 – Vacância

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO, 2021a.

Considerando a composição até meados de 2020 e a nova composição empossada em 2021 (ICMBIO, 2021), percebe-se que houve pouca modificação em relação à composição anterior, sendo que chama a atenção a Prefeitura de Funilândia e o Subcomitê do Ribeirão da Mata terem se ausentado de participar do conselho. Um ponto positivo foi a inclusão da participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Associação dos Moradores da Área Rural de Mocambo, o que em muito poderá contribuir para as discussões a respeito da cultura regional. Uma vez que o IPHAN tem como seu escopo de atuação as questões relacionadas com o patrimônio nacional e Mocambo ser uma das localidades onde se preserva parte da cultura tradicional regional.

Outra fonte de informação sobre o conselho é a partir das atividades elencadas no Plano de Ação¹⁸⁴. Esse plano foi elaborado pelos próprios conselheiros, e as ações que dele decorrem devem ser realizadas ao longo de sua gestão, sendo que a maioria das ações que foram identificadas são focadas em atividades conservacionistas e normativas, não havendo menção direta a questões relacionadas com a proteção da cultura regional.

¹⁸⁴ Dentre as ações previstas no Plano de Ação, citam-se: “[...] realizar Seminário sobre lagoas carsticas; analisar os impactos socioeconômicos, que o plano de manejo possa causar sobre as atividades, empresas e demais empreendimentos consolidados, dentro da APACLS; instituir metas relacionadas à proposta do Sítios Ramsar; revitalizar a Lagoa de Santo Antônio em Pedro Leopoldo; incentivar a municipalização do licenciamento ambiental; proceder o diagnóstico da infraestrutura turística da APA e suas potencialidades; dar continuidade às palestras relacionadas com temas como arqueologia, paleontologia e outros; desenvolver diretrizes para regularização ambiental de áreas de escalada particulares na APA Carte Lagoa Santa” (ICMBIO, 2021).

Infere-se que é perceptível a necessidade de estímulos que favoreçam ações que proponham uma avaliação crítica sobre os processos de expansão desenvolvimentista no âmbito da unidade de conservação; de entendimento sobre as disputas envolvidas na referida expansão e na promoção de ações relacionadas com o direito à cidade na concepção lefrevisana.

É possível depreender, com base no exposto, que disputas e convergências ocorrem entre os atores humanos, tomando como partida apenas o que é visível nos dados secundários. Percebe-se ainda que o conselho é uma representação institucional por prerrogativas legais instituídas pelo Estado. E ele é tanto um dispositivo para o desenvolvimento dos micropoderes dos atores humanos que nele atuam quanto o centro do desenvolvimento do poder¹⁸⁵ do Estado e acaba por refletir essa dominância, uma vez que é um conselho consultivo e sua presidência é exercida pela APA, ou seja, no final das contas nada é aprovado sem o aval do ICMBio.

Existiriam linhas de fuga para esse poder? Certamente se fosse possível realizar encontros presenciais com estesatores surgiriam mais detalhes, principalmente daquilo que está invisibilizado. Poderia ser esse um momento no qual estaria substituindo a interpretação pela experimentação seguindo a filosofia cartográfica de Deleuze e Guattari (PASSOS, KASTRUP, ESCOSSIA, 2015), entretanto, em função do momento pandêmico, não foi possível ocorrer esses momentos presenciais, ficando a possibilidade de continuidade para momentos futuros.

Em que pese o que foi possível rastrear até aqui, entende-se que as intencionalidades de grande parte dos atores humanos atuantes no conselho e o processo de expansão capitalista que se dá sobre o território da APA Carste não estão isolados de um contexto geopolítico global¹⁸⁶, mas merece um aprofundamento tendo em conta o que representa esse território do ponto de vista científico, socioambiental e das potencialidades de ação coletiva para resistência e superação da referida expansão.

5.2 Outros Conselhos presentes no território: alguns exemplos

Considerando a importância da participação social nos processos decisórios, existem outros conselhos atuantes no território da APA Carste. Destaca-se que em 2019 foi criado o Conselho Consultivo¹⁸⁷ Conjunto do Parque Estadual Cerca Grande, do Monumento Natural

¹⁸⁵ Considerar nesse ponto a afirmação de que: “Cada centro de poder é igualmente molecular, exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, v. 3, p. 115).

¹⁸⁶ Negri e Cocco (2005) analisaram criticamente a conjuntura política e socioeconômica na América Latina num momento em que os governos de esquerda se fortaleceram no continente, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista continuava o seu avanço. Um tempo em que havia esperança de profundas transformações.

¹⁸⁷ Criado pela Portaria IEF nº 50, de 30 de abril de 2019.

Estadual Experiência da Jaguará, do Monumento Natural Estadual Vargem da Pedra e do Monumento Natural Estadual Santo Antônio, do qual o ICMBio, o Sindicato Rural de Pedro Leopoldo, o Instituto Guaicuy, o Condomínio Estância das Amendoeiras, a ADAO e a ABES também fazem parte. Assim, parte dos atores do conselho da APA Carste também compõem esse outro conselho. Para a gestão do Parque Estadual do Sumidouro, do Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e do Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa também foi estabelecido um Conselho Consultivo Conjunto. Tendo atores comuns com os demais conselhos aqui citados, como Prefeitura Municipal de Confins, Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ADAO e AMAR.

Além dos conselhos das unidades de conservação, no território existem dois subcomitês de bacias hidrográficas: o Subcomitê do Carste e o Subcomitê do Ribeirão da Mata (CBH VELHAS, 2021a, 2021b), dos quais participam atores sociais em comum.

Uma vez que existem vários conselhos no âmbito do território da APA Carste de Lagoa Santa, foi realizado um levantamento de quais seriam os atores sociais integrantes desses conselhos e quais também integrariam conselhos de unidades de conservação, o que está representado no **Quadro 14**.

Quadro 14 – Instituições participantes em conselhos na região da APACLS

Conselho da APA Carste de Lagoa Santa Até 2020	Conselho Conjunto Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa Até 2020	Conselho do Subcomitê do Ribeirão da Mata 2019-2021	Conselho do Subcomitê do Carste 2019-2021
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
	Associação Civil Observatório Espeleológico		
Associação Circuito Turístico das Grutas	Associação Circuito das Grutas		
Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios	Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios	Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios	Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios
Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa	Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa		Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa

[continua]

Conselho da APA Carste de Lagoa Santa Até 2020	Conselho Conjunto Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa Até 2020	Conselho do Subcomitê do Ribeirão da Mata 2019-2021	Conselho do Subcomitê do Carste 2019-2021 [continuação]
Associação dos Desenvolvedores do Vetor Norte			
Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo			
Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente			
Associação Mov. Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio	Associação Mov. Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio	Associação Mov. Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio	
	Associação Mineira de Escalada		
Associação pela Preservação do vale do Córrego do Mocambo			
		Ambiente Sustentável	
APA Lagoa Santa - ICMBIO	APA Lagoa Santa - ICMBIO	APA Lagoa Santa - ICMBIO	APA Lagoa Santa - ICMBIO
	Associação Pedroleopoldense de Defesa do Meio Ambiente		Associação Pedroleopoldense de Defesa do Meio Ambiente
		Associação de Moradores Dr. Lund	
		Brigada Civil Pedro Leopoldo	
		Creche Mãe Rainha	Creche Mãe Rainha
			CRH
Condomínio Estância das Amendoeiras	Condomínio Estâncias Amendoeiras	Condomínio Estância das Amendoeiras	Condomínio Estância das Amendoeiras
COPASA		COPASA	COPASA
		Diadorim – A. Espaço Cultura	
			ECOAVIS
	EMATER		
	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais		
		Flor das Gerais Projetos	Flor das Gerais Projetos
		Frente Socioambiental P.L	
	Gruta Lapinha Viva		
		Industria de Calcinação Ltda.	[continua]

Conselho da APA Carstede Lagoa Santa Até 2020	Conselho Conjunto Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa Até 2020	Conselho do Subcomitê do Ribeirão da Mata 2019-2021	Conselho do Subcomitê do Carste 2019-2021 [conclusão]
Instituto E. de Florestas	Instituto E. de Florestas	Instituto E. de Florestas	Instituto E. de Florestas
Instituto Guaicuy	Instituto Guaicuy	Instituto Guaicuy	
Instituto Mineiro de Agropecuária	Instituto Mineiro de Agropecuária		
		Instituto Pé de Urucum	
		Lafarge Holcim	Lafarge Holcim
			Mineração Lapa Vermelha
	Nilza D. Costa Ferreira		
		Pref. Capim Branco	
Pref. de Confins	Pref. de Confins	Pref. de Confins	
		Pref. Esmeraldas	
Pref. Funilândia			Pref. Funilândia
Pref. Lagoa Santa	Pref. Lagoa Santa	Pref. Lagoa Santa	Pref. Lagoa Santa
Pref. Matozinhos		Pref. Matozinhos	Pref. Matozinhos
Pref. Pedro Leopoldo	Pref. Pedro Leopoldo	Pref. Pedro Leopoldo	Pref. Pedro Leopoldo
			Pref. Prudente de Moraes
		Pref. Santa Luzia	
		Pref. São José da Lapa	
		Pref. Ribeirão das Neves	
		Pref. Vespasiano	
			Prevenir e Preservar
Sindicato da Indústria Mineral do Estado de MG	Sindicato da Indústria Mineral do Estado de MG		
Sindicato da Indústria da Construção Civil			
Sindicato Nacional da Indústria Cimenteira	Sindicato Nacional das Indústrias Cimenteiras		
Sindicato Rural de Pedro Leopoldo			
SBE			
Subcomitê do Carste			
Subcomitê do Ribeirão da Mata			
UFMG			

Fonte: Adaptado pela autora de ICMBIO (2020), IEF (2021), CBH Velhas (2021a; 2021b).

Obs: Os atores em destaque em cinza participam de mais de um conselho.

Observando-se o **Quadro 14**, entende-se que existem muitos atores em comum entre os conselhos existentes no território abrangido pela APA Carste que teriam como foco a proteção dos atributos físicos e biológicos desse território.

Além disso, seria possível inferir que a presença dos atores em mais de um fórum de participação poderia favorecer a troca de informações entre eles e até mesmo na possibilidade de ampliação de suas redes de ação. Uma dessas possibilidades seria a criação de um conselho de Mosaico na região do carste de Lagoa Santa. O que será mais bem explicado em sequência.

5.3 Uma perspectiva para gestão: um conselho de Mosaico

Considerando os dados do **Quadro 14** e que parte dos atores humanos¹⁸⁸ que fazem parte dos conselhos das unidades de conservação e subcomitês de bacias hidrográficas no território de abrangência da APA Carste são os mesmos (BARBOSA; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2015), seria pertinente se pensar na formação de um conselho maior na forma de um conselho de Mosaico. Isto coaduna com o proposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde dispõe:

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2000).

O Mosaico seria, então, um ator não humano que abarcaria todos os territórios protegidos num dado território para que houvesse a gestão compartilhada deles. Nesse quesito poderiam entrar as unidades de conservação, os corredores ecológicos, as reservas legais e as áreas de preservação permanente. Assim, o Mosaico seria uma dimensão de gestão que ultrapassaria as fronteiras das unidades de conservação em si para aliar outras formas de proteção do território.

No Brasil, considerando as áreas nas quais existem unidades de conservação federais e foram criados Mosaicos pelo MMA, há cerca de 14 mosaicos. Especificamente abrangendo o estado de Minas Gerais, os exemplos seriam o Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu, o Mosaico da Mantiqueira e Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. Cabe

¹⁸⁸ Para conhecer um pouco mais sobre alguns desses atores e em função do momento pandêmico, decidiu-se entrevistar remotamente alguns deles. Como eram muitos, decidiu-se por aqueles que faziam parte do conselho da APA e que participaram da Oficina Multidisciplinar denominada “O urbano, a natureza e a aerótrópolis no Vetor Norte da RMBH: Webnário Socioambiental”, uma vez que já havia feito contato com eles diretamente para o referido evento. Assim, foram marcadas e realizadas entrevistas individuais, nas quais foi solicitado que cada um falasse como se deu seu primeiro relacionamento com o território da APACLS, como percebiam o seu relacionamento com o conselho da unidade, os desafios e o que mais lhes conviesse. Para tanto, foi solicitado, que assinassem um Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (APÊNDICES A ao H). Parte das respostas foi apresentadas ao longo dessa seção.

destacar que os Mosaicos podem abranger áreas protegidas constituídas em diferentes unidades federativas próximas entre si.

Cada um desses mosaicos possui um conselho consultivo (ICMBIO, 2021b). O conselho do Mosaico poderia auxiliar para o fortalecimento da gestão tanto da APA Carste quanto das demais unidades de conservação no seu interior, pois estimularia parcerias, troca de informações e a união de esforços entre os atores humanos envolvidos com o território. Nesse ponto, tanto o patrimônio material quanto o imaterial poderiam ser vistos em seu conjunto, e não de forma separada por cada conselho de unidade de conservação.

Para a formação do Mosaico bastaria que uma das entidades gestoras formalizasse a solicitação junto ao Ministério do Meio Ambiente, ou seja, poderia ser uma iniciativa do Estado de Minas Gerais ou do ICMBio. As bases desse Mosaico de certa maneira também estariam estabelecidas no próprio Plano de Governança Ambiental e Urbanística da RMBH que foi criado em 2007 (MINAS GERAIS, 2007). O referido plano foi componente da compensação das obras da ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves e da Linha Verde ao longo da MG-010, que dá acesso a ambos. Parte das prerrogativas do referido Decreto referem-se diretamente ao Vetor Norte da RMBH, especialmente atingiriam o território de abrangência da APA Carste, caso fossem totalmente cumpridos.

Art. 3º – O Estado de Minas Gerais, isoladamente ou em parceria com os entes das demais esferas de Governo, promoverá a implantação de programas, projetos ou ações de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

§ 1º – No cumprimento do disposto no caput será priorizado o Vetor Norte e a área de influência do Anel de Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio das seguintes medidas:

I – implantação do Parque Serra Verde, nos termos do licenciamento ambiental do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais;

II – **implantação do Parque do Sumidouro**, nos termos do licenciamento ambiental do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e da Linha Verde, no prazo máximo de 30 de dezembro de 2008;

III – apoio à implantação do Parque Linear do Ribeirão do Onça;

IV – elaboração de estudos destinados a subsidiar a criação de uma rede de Áreas Protegidas;

V – elaboração de cadastro que orientará a **criação do sistema de monitoramento do uso e ocupação do solo** da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH;

VI – elaboração, pela Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – COPASA, **do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Ribeirão da Mata**, em articulação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, no prazo máximo de 30 de junho de 2008;

VII – **criação de mecanismos de proteção do complexo Paleontológico, Arqueológico e Espeleológico da Região Cárstica de Lagoa Santa**, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

VIII – criação de mecanismos de proteção e controle da Área de Proteção Especial – APE do Ribeirão do Urubu;

IX – fiscalização conjunta de empreendimentos e parcelamentos do solo na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e pelos Municípios a que se refere o § 3º do art. 1º, com o apoio do policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

X – elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Vetor Norte.

[...] Art. 8B § 2º – As diretrizes urbanístico-ambientais serão desenvolvidas em conjunto pela SEMAD e SEDRU nos seguintes prazos máximos, contados da data de publicação deste decreto

I – **para a região da APA Carste de Lagoa Santa, em até seis meses**; e II – para as demais regiões, em até quatro meses. (MINAS GERAIS, 2007, grifos nossos para ilustrar as ações de governança).

Entende-se que uma das principais aplicações do referido Decreto foi a criação e implementação do Sistema de Áreas Protegidas – SAP Vetor Norte, cuja grande parte da área fica nos limites da APA Carste de Lagoa e da APE Aeroporto. Dentre as unidades criadas mencionam-se: o Parque Estadual Serra do Sobrado; Parque Estadual Cerca Grande; Refúgio de Vida Silvestre Serra das Aroeiras; Refúgio de Vida Silvestre Macaúbas; Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa; Monumento Natural Estadual Santo Antônio; Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha; Monumento Natural Estadual Experiência da Jaguará e o Monumento Natural Estadual Vargem da Pedra. Estas áreas estariam também incluídas na Trama Verde Azul do Plano Metropolitano. Entretanto, o referido plano não foi plenamente cumprido.

Uma grande controvérsia, como já mencionado anteriormente, é que o Decreto nº 44.500 (MINAS GERAIS, 2007) foi extinto pelo Decreto nº 48.063 (MINAS GERAIS, 2020 b), o que pode afetar a elaboração de um Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entretanto não comprometeria a iniciativa da formação de um Mosaico no Vetor Norte da RMBH, uma vez as unidades de conservação estaduais já criadas permanecem no território.

Pelo exposto, foi possível perceber ao longo dessa seção que existem vários atores envolvidos com o dispositivo-conselho e conseqüentemente com o dispositivo-APA Carste. O conselho engloba atores humanos com forças, interesses e discursos diversos, havendo, portanto, disparidades e disputas entre os segmentos que o compõem. Mas poderia ser o conselho uma “máquina social” que apenas auxilia no controle do território da APA Carste (HARDT; NEGRI, 2001), ou ele poderia ir além disso: ser uma máquina de transformação social? Como os atores que participam do conselho influenciam no objetivo da unidade para a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional?

Parte dessas respostas puderam ser rastreadas durante a realização do Webnário Socioambiental, que será apresentado a seguir.

5.4 O Urbano, a Natureza e a Aerotrópolis no Vetor Norte da RMBH: Relatos do Webnário Socioambiental

Como parte do planejamento inicial desta tese, estava previsto realizar entrevistas presenciais junto aos atores relacionados com a APA Carste de Lagoa Santa e atividades em campo para maior conhecimento de algumas localidades. Parte dessas atividades estaria integradas também com a realização de estágio para a UFMG.

Entretanto, em função das restrições advindas do período pandêmico causado pelo coronavírus SARS-CoV-2, o estado de Minas Gerais, o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio proibiram atividades de pesquisa e de campo nas unidades de conservação, a fim de evitar a propagação do vírus (ANEXO G, ICMBIO, 2020a; MINAS GERAIS, 2020). Assim, a proibição coincidiu com o período e com as localidades nas quais iria realizar as atividades de campo, como no Parque Estadual do Sumidouro e na APA Carste.

Dessa maneira, eu e minha orientadora a Dr.^a Natacha Rena, resolvemos que o estágio se daria por meio de uma disciplina em formato de Webnário, que pudesse contemplar as discussões que seriam propostas nas atividades em campo. Foi assim planejada uma Oficina Multidisciplinar (UNI-009) intitulada “O urbano, a natureza e a aerotrópolis no Vetor Norte da RMBH: Webnário Socioambiental”. Ela foi ofertada pela Escola de Arquitetura da UFMG e aberta para alunos da graduação de toda a UFMG, entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

O objetivo da Oficina foi criar um canal de interlocução entre diferentes atores sociais do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e alunos da UFMG para discutirem o crescimento urbano no território, os impactos desse crescimento especialmente sobre os espaços protegidos naquele território e as possibilidades de ação locais. Levando também em consideração o processo inicial de formação da primeira aerotrópolis brasileira, o macrozoneamento da Região Metropolitana e as unidades de conservação que estão sendo impactadas nos seus atributos biológicos, arqueológicos e socioculturais. Para tanto, foram convidados especialistas e representantes de comunidades locais para palestrarem. Ao mesmo tempo, a disciplina serviria como uma cartografia de opiniões sobre o território da APA. A primeira etapa foi planejada para quatro dias de palestras, que ocorreram às segundas-feiras no período noturno. Cada grupo de palestrantes teria um tema norteador para fazer sua

apresentação. As palestras seriam acompanhadas pelos alunos via plataforma Zoom, e foram disponibilizadas para quem quisesse ver via YouTube. Os participantes poderiam encaminhar suas sugestões e perguntas via chat *on-line* (**Figura 34**).

Figura 34 – Folder Webnário Socioambiental



Fonte: Elaborada por Thais Grazielle de Melo Camargos.

Como os arquivos do webnário socioambiental encontram-se em vídeos de plataformas públicas na internet que perfazem mais de dez horas de vídeos, buscou-se nesta seção trazer diretamente para o texto da tese partes das transcrições do webnário como um rastreamento de observações, de críticas e de sugestões de alguns atores sociais relacionados com o território do Vetor Norte, em especial da APA Carste. Esses participantes atuam como pesquisadores, como moradores, como conselheiros ou integram movimentos sociais.

Adianta-se que, embora nesta seção pareça haver um corte em relação as seções anteriores, é perceptível que as falas que serão transcritas a seguir, em vários momentos, coadunam com os levantamentos bibliográficos apresentados até aqui, o que inclui as contradições dos planejamentos, alguns problemas socioambientais e os projetos realizados. Desta forma, optou-se nesta seção por apresentar o Webnário como ele transcorreu nos momentos em que foi “ao ar”, valorizando assim seus participantes e acompanhantes.

5.5 Natureza, Espaços Protegidos e o Bem-Viver

Figura 35 – Folder Webnário Socioambiental dia 30 de novembro de 2020



Fonte: Elaborada por Thais Grazielle de Melo Camargos

O primeiro grupo de discussão ocorreu no dia 30 de novembro de 2020 (**Figura 35**) e foi intitulado “Natureza, os espaços protegidos e o Bem Viver”¹⁸⁹. Nesse dia, a professora Dr.^a Natacha Silva Araújo Rena e eu abrimos o evento falando sobre as principais peculiaridades do território e a formação da primeira aerotrópolis mineira, que surge quando um aeroporto, no caso o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, passa a ser um dos motores para o crescimento econômico regional. Em seguida, Janaína Marx, que é professora da *Universidad Central del Ecuador* (FAU-UCE) e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (USP), explanou sobre a temática do Bem Viver na Bolívia e Equador, demonstrando como é possível que as questões sociais, culturais e ambientais possam ser levadas em consideração nas metrópoles atuais. Em seguida, Danilo Caporalli Barbosa, que é mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU/UFMG, falou sobre sua pesquisa relacionada com os impactos ambientais da atividade de mineração na Amazônia, destacando o caso de Barcarena/PA e como o que ocorreu nesse estado relaciona-se com processos globais

¹⁸⁹ Webnário Socioambiental. Vídeo 1 disponibilizado na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IH23H3IRcA8>. Acesso em: 1 dez. 2020.

que afetam vários estados brasileiros, inclusive Minas Gerais.

Janaína Marx tratou da temática do Bem Viver, *Sumak Kawayay*, especialmente como uma construção política, buscando sua aproximação com a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano. Uma das possíveis definições de Bem Viver seria:

[...] uma forma de vida e convivência harmônica com a natureza e outros seres humanos, inspirada na cultura ancestral dos povos indígenas andino-amazônicos. Baseada nos princípios de equidade social e sustentabilidade ambiental, ela vai representar uma alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020 a).

Para Janaína Marx, haveria necessidade de ampliar a definição do Bem Viver para uma proposta que agregasse as questões das lutas urbanas na América Latina. Um dos pontos que chamou a atenção em sua fala foram as lutas dos povos indígenas andinos para terem reconhecidos os seus direitos, por exemplo, no Equador:

[...] Os indígenas são constantemente apagados e constantemente essa cultura é negada, e tiveram diversos processos de apagamento dessa cultura: o apagamento pela colonização em si, pela dominação, o apagamento pela tentativa de um hibridismo, uma hibridação, uma mistura, uma miscigenação; e o apagamento também vai se refletir no território, com a expulsão dessas pessoas da cidade. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020 a).

Desta maneira, o Bem Viver abarca questões que emergem na América Latina especialmente relacionadas com as lutas de resistências e de contestação tanto do sistema capitalista quanto do neoliberalismo. Assim, Janaína Marx argumentou que, tendo como base a perspectiva do Bem Viver e o Vetor Norte, seria importante trazer o debate dos processos históricos ocorridos no território e debater a questão da posse da terra e do planejamento urbano-ambiental inserido no PDDI (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020a).

Danilo Caporalli trouxe o caso do desastre ambiental em Barcarena, no norte do Pará. Esse estudo faz parte de um estudo mais amplo denominado “Dimensão geopolítica da sustentabilidade: uma cartografia da ação norueguesa no território brasileiro”. Naquele município atuam duas grandes empresas norueguesas para extração de alumínio: a Alunorte e a Albrás. Conforme afirmou Danilo Caporalli, foi um desastre ocorrido em 2018 que pouco chamou a atenção em comparação com os de Mariana e Brumadinho:

O desastre de Barcarena — muita gente provavelmente nunca ouviu falar, nunca nem ouvi falar de Barcarena —, foi um desastre de 2018, ou seja, entre Mariana e Brumadinho, e mesmo assim ele foi muito silenciado, e isso é algo muito importante porque tem a ver com como o desastre aconteceu também: ele não foi um desastre violento como o de Mariana ou de Brumadinho; apesar de ter violência nele também, ele não teve uma onda de lama que saiu matando pessoas e destruindo tudo no meio do caminho. Ele foi um vazamento, e essa água que a gente está vendo aí, ela foi

contaminada, então demorou muito mais pra conseguir se provar que havia um desastre em curso, já que só foi possível provar de fato com laudos técnicos, exames, e com as comorbidades que atingiram a população. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020a).

Em Barcarena, no ano de 2017, ocorreu o extravasamento de rejeito de alumínio, gerando uma maré vermelha tóxica nas águas da região, entretanto não foi possível provar que o dano vinha de alguma barragem das empresas locais. No ano seguinte, após mobilização da comunidade, instituições ambientais como o IBAMA, fizeram vistorias e descobriram um duto clandestino da empresa Hydro, que por fim lançava rejeitos de forma inapropriada. Embora tivessem ocorrido embargos, multas etc., a empresa pôde voltar a atuar com 100% de sua capacidade. Uma das controvérsias é que a Hydro é uma empresa Norueguesa, ou seja, vem de um dos primeiros países a defender a questão do desenvolvimento sustentável e que, ao invés disso, gera impactos (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020a):

E a Noruega se destaca mundialmente como expoente da questão da sustentabilidade no mundo, principalmente do discurso de desenvolvimento sustentável, lá na década de 1970, com a Gro Harlem Brundtland, que foi a primeira-ministra norueguesa e criou o termo desenvolvimento sustentável, quando ela foi Secretária de Meio Ambiente da ONU. Então, a Noruega é um expoente no mundo em relação a questão ambiental, e a gente pode ver isso mais nitidamente quando a gente observa o Fundo Amazônico... Nesse sentido, então a gente tem essa dupla ação norueguesa, de um lado pautando a questão ambiental, e no outro, extraíndo recursos e fazendo parte das grandes indústrias poluidoras. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020a).

Considerando as palavras de Danilo Caporalli é possível depreender que o discurso do desenvolvimento sustentável não se “sustenta” na prática. Existe uma distância grande entre o que é a teoria do desenvolvimento sustentável e como ele vem sendo aplicado nos diversos países do mundo, especialmente no caso apresentado, o Brasil. Conforme menciona Natacha Rena, nesse aspecto haveria necessidade de uma maior articulação social para discutir as questões referentes aos projetos que são pensados para o país, no território em questão discutir a aerotrópole:

A gente vive um momento no Brasil, inclusive, em que o pouco que a gente tem de planejamento tá sendo desmantelado e desarticulado localmente, com a polarização política, mas também regionalmente, estadualmente, nacionalmente e internacionalmente. Então, como mobilizar para que, não parar a aerotrópolis, mas fazer com que a gente tenha ganhos reais? Mais justiça social, distribuição de renda, qualificação do trabalho, agregar valor ao produto que a gente desenvolve no país, pra gente deixar de ser exportador apenas de produtos primários, de *commodities*, acho que tudo isso teria que entrar nessa discussão de uma forma [...] (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020a).

5.6 O Vetor Norte, o Macrozoneamento e as Áreas Protegidas

Figura 36 – Folder Webnário Socioambiental dia 7 de dezembro de 2020



Fonte: Elaborada por Thais Grazielle de Melo Camargos.

Na semana seguinte, em 7 de dezembro de 2020 (**Figura 36**), a temática se voltou para o planejamento urbano, especificamente o macrozoneamento da RMBH no Vetor Norte e as áreas protegidas¹⁹⁰. Nesse dia dentre os convidados estavam a Dr.^a Heloísa Soares de Moura Costa, e o Dr. Daniel Medeiros de Freitas, pesquisadores e professores da UFMG que atuaram no Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e apresentaram suas considerações sobre o planejamento metropolitano e as relações com o Vetor Norte. Em seguida, o Dr. Antônio Calazans, que é gestor da Área de Proteção Carste de Lagoa Santa – APA Carste, falou sobre a importância da unidade de conservação, as principais ameaças e os projetos que estão em curso no território.

Heloisa Costa argumentou sobre a necessidade de se avaliar os processos de formação da RMBH para se ter uma ideia do que ocorre hoje no Vetor Norte dessa região. De acordo com a professora:

E no nosso caso, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e várias outras, é preciso entender essa trajetória da produção do espaço metropolitano recente, além de todo passivo e de toda trajetória acumulada ao longo do tempo. Há dois processos que são

¹⁹⁰ Webnário Socioambiental. Vídeo 2 disponibilizado na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSqGBBIDNUc>. Acesso em: 8 dez. 2020.

complementares, mas que não são a mesma coisa. Um é o processo clássico da formação das metrópoles industriais latino-americanas, a partir da industrialização e das chamadas periferias precárias, e da qual o Vetor Norte é um exemplo importante, ou pelo menos parte do Vetor Norte — a parte mais próxima de Belo Horizonte, que caracteriza uma produção periférica do espaço muito intensa. E, ao mesmo tempo sem perder essas características, um segundo processo, que se superpõe a esse, que tem a ver com os grandes projetos urbanos, com a reestruturação produtiva, com a ideia de economia do conhecimento, de privilegiar o que o Milton Santos chama de “meio técnico-científico informacional” — e no qual o debate ambiental e também o debate da cultura adquirem uma centralidade muito importante. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Conforme a fala de Heloísa Costa, o Vetor Norte da RMBH não é um território homogêneo, apresentando diferenciações espaciais e demográficas, sejam em termos de densidade, sejam em termos de planejamento estatal, de renda e de acesso à terra:

Talvez devesse falar um pouco que existe uma diversidade muito grande da organização no Vetor Norte. A gente tem núcleos históricos antigos, anteriores à BH, como Venda Nova e Santa Luzia; temos grandes conjuntos habitacionais, principalmente nos anos 1980, que vão transbordar para fora da fronteira de BH, marcando fortemente o espaço; vamos ter muitos processos de loteamento muito típicos dos anos 1970, marcando o norte, mas também o nordeste, como Ribeirão das Neves, Vespasiano mesmo, que são elementos importantíssimos para a gente pensar o Vetor Norte... Então, eu queria reforçar essa dimensão da desigualdade, que vai ter rebatimento em todas as políticas, em todos os processos, inclusive nas formas de se apropriar e de lidar com a dimensão do ambiental. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Um dos catalisadores do crescimento do Vetor Norte foi a construção da sede do governo do Estado, conhecida como Cidade Administrativa, ao que Heloísa Costa argumenta que:

[...] o entorno do Centro Administrativo, 20 anos antes, na década de 1980, foi palco da implantação de três grandes conjuntos habitacionais, acho que todos pela Cohab, se não me engano, mas ainda frutos da política habitacional do BNH, buscando levar para fora de Belo Horizonte uma parte grande da demanda por habitação social que não encontrava resposta em Belo Horizonte. Então, os conjuntos Cristina e Palmital e depois o Conjunto Morro Alto, numa região muito deserta de Santa Luzia, mas muito próxima de Belo Horizonte. E é o Morro Alto que fica do lado de lá da divisa. Então, na verdade é um espalhamento da habitação popular formal e estatal e que transformou completamente a região. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

À medida que o Vetor Norte se expandiu, vários empreendimentos foram atraídos para a região, como o “[...] Precom Parque... entre São José da Lapa e Pedro Leopoldo, que era uma tecnópolis, com parque de tecnologia... o Residencial Gran Royale, também nessa direção de Vespasiano/São José da Lapa” (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Helóisa Costa falou sobre outros projetos como a Linha Verde, o Fashion City, o Parque Tecnológico da Aeronáutica e o Minha Casa Minha Vida, sendo que:

Uma coisa que aconteceu e que mudou um pouco a dinâmica da região foi o acesso ao crédito imobiliário para as camadas de média renda, que possibilitaram uma série de residenciais, que provavelmente mudaram a densidade não só construtiva quanto populacional da região e que vale a pena no próximo censo a gente medir muito isso. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Na palestra seguinte, Daniel Medeiros falou da importância de se discutir a temática do planejamento urbano. Destacou que, entre os anos de 2000 até 2015, era “[...] o Vetor da RMBH que concentrava o maior número de grandes projetos urbanos”. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Um dos grandes desafios na época do macrozoneamento da RMBH foi conciliar o interesse metropolitano com os interesses municipais. O macrozoneamento buscou reconhecer as centralidades metropolitanas existentes e identificar novas centralidades, para além daqueles interesses do mercado imobiliário e outros. Ao longo do macrozoneamento uma das preocupações foi com as questões ambientais, especialmente no que tange à formação de uma Trama Verde-Azul. Ao longo de realização de pesquisas, percebeu-se que a expansão imobiliária no Vetor Norte ampliou após possibilidades de projetos como da aerótrópolis e do Rodoanel, conforme explica Daniel Medeiros:

[...] tem uma tendência de crescimento de condomínios mais antigos, da década de 1990, mas sobretudo depois da divulgação dessas aberturas de estradas e do Condomínio Real, como cresce essa produção de condomínios nessa região a norte de Lagoa Santa, e também ao sul de Lagoa Santa — aí já por causa do plano diretor local e o estímulo dessa região. Então, começa uma profusão de condomínios fechados numa área que era tradicional de chaceamento de lotes pequenos e pouca densidade residencial, mudando um pouco a quantidade e a conformação dessa região e gerando alguns conflitos. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Ressaltou em sua fala sobre como Grandes Projetos Urbanos (GPU) acabam por direcionar o mercado imobiliário:

[...] O que aparece nesse momento é uma expansão urbana e conflitos entre a expansão imobiliária e o desenvolvimento econômico decorrente desses novos projetos de parcelamento... grandes projetos urbanos viários direcionam o crescimento para uma área de valorização e como esses grandes projetos, como Ecoparque e Reserva Real acabam funcionando como espécie de âncora para esse desenvolvimento imobiliário do Norte de Lagoa Santa. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

No caso do macrozoneamento, Daniel Medeiros ressaltou que dentre os aspectos que marcam o zoneamento relacionado com as centralidades, alguns se destacaram como: “[...] do uso residencial com grande densidade, incluindo a habitação de interesse social, a ligação com as economias industriais do seu entorno, os equipamentos e as atividades voltados para a

cultura, interligação de centralidades através de redes de mobilidade” (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b). Sendo que, após serem apresentadas as propostas técnicas, houve um refinamento delas durante reuniões com representações políticas e outros atores sociais, especialmente após mudanças nos cenários políticos.

Especificamente em relação à aerotrópole no Vetor Norte, Daniel Medeiros falou que:

O aeroporto industrial aconteceu, mas toda aquela infraestrutura de apoio, aquela ideia de hub, em torno de uma aerotrópole, é ainda é muito incipiente. O próprio aeroporto industrial se viabiliza com uma lógica interna de concessão do aeroporto, embora ele tenha recebido antes da privatização muitos investimentos públicos, que é uma narrativa também que acabam tentando apagar, como se fosse a modernização e ampliação fosse responsabilidade do investidor privado. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Em seguida, para esclarecer aos alunos e ao público participante o que era o espaço protegido no Vetor Norte, denominado APA Carste de Lagoa Santa, a que se referiram outros participantes, foi a vez do convidado e gestor da unidade de conservação, Antônio Calazans, fazer sua palestra. Ele apresentou as principais características de localização da área, sua importância arqueológica, paleontológica e projetos em curso, destacando que:

[...] a APA ainda engloba outras sete unidades de conservação estaduais de Proteção Integral e mais três reservas particulares do patrimônio natural, ou seja, a definição de todas essas UC estaduais e RPPN no interior da APA reforça a importância dessa área e a necessidade da sua conservação e da proteção de fato em algumas áreas com relevância ainda maior em termos de questões arqueológicas, históricas, paleontológicas e de atributos naturais importantes a serem protegidos. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Falou sobre a importância de Mocambo, Lapinha Fidalgo e Quinta do Sumidouro para a contextualização histórica e cultural da unidade de conservação (**Figura 37**).

Figura 37 – Slide da apresentação de Antônio Calazans



Fonte: Cedido por Antônio Calazans.

Após explicou sobre o zoneamento da APA, os usos permitidos e proibidos no território e os colegiados que auxiliam na gestão local:

Dentro desses colegiados muitas vezes são estabelecidas normas e diretrizes de uso do território, incluindo os Codemas, no âmbito dos municípios, os conselhos diretores municipais de meio ambiente e que visam estabelecer essas condições de uso adequadas em termos ambientais e de gestão de recursos hídricos. E também as universidades públicas e privadas com diversos estudos. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Informou sobre os projetos de pesquisa em execução no território da APA como para mapeamento de remanescentes florestais e sobre levantamento de recursos hídricos. Além disso, falou sobre projetos para revitalização de lagoas como a Lagoa Fluminense em Matozinhos, uma parceria com o Subcomitê do Carste. Destacou os desafios referentes à gestão da unidade de conservação, sendo que:

[...] O maior desafio é conciliar o regramento da unidade com toda a legislação e os normativos vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, que são inúmeras e diversas. Promover o uso do território com o aproveitamento de suas potencialidades, observando e respeitando as limitações naturais existentes, ou seja, buscando o desenvolvimento de fato sustentável da região. Para isso, a gente tem que respeitar de fato as limitações naturais que existem, em qualquer área, em especial na unidade de conservação, que foi criada pela existência dessas vulnerabilidades. E conciliar os diversos empreendimentos, buscando minimizar os impactos ao rico patrimônio histórico, arqueopaleontológico e cultural da região... A gente tem buscado promover algumas mudanças culturais, porque a gente vê uma cultura do uso das águas, por desconhecimento dos avanços, das pesquisas e da tecnologia, de forma irracional. Então, temos tentado promover essa mudança de paradigma, de usar as águas subterrâneas apenas nos períodos críticos

de estiagem, preconizando os usos das águas dos mananciais superficiais durante os períodos chuvosos. Porque no período chuvoso a água superficial é mais disponível para os usos, e as águas subterrâneas devem ser mantidas como uma poupança para período crítico. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

Finalizou destacando a necessidade de se “[...] fortalecer e organizar essa atuação integrada com as demais instituições presentes e atuantes” (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020b).

5.7 Patrimônio e Sustentabilidade

Figura 38 – Folder Webnário Socioambiental dia 14 de dezembro de 2020

WEBNÁRIO SOCIOAMBIENTAL

O URBANO, A NATUREZA E A AEROTROPOLIS NO VETOR NORTE DA RMBH

14
DEZEMBRO

Patrimônio e sustentabilidade

O Sítio RAMSAR no Vetor Norte da RMBH
José Eugênio Côrtes Figueira (UFMG)

18:30h
às
20:30h

Os espaços protegidos no Vetor Norte da RMBH
Rogério Tavares de Oliveira (Consultor)

O patrimônio arqueológico e paleontológico do Vetor Norte no tricentenário de Peter Lund
Castor Cartelle (PUC/ UFMG)

ACESSE: www.youtube.com/watch?v=2j7BrHFznhc

UFMG UFRJ NPG AI ind .lab PROEX

Fonte: Elaborada por Thais Grazielle de Melo Camargos.

Em 14 de dezembro, a fim de aprofundar a temática sobre o território do carste foram discutidas questões relacionadas com o patrimônio e a sustentabilidade¹⁹¹ nessa porção do Vetor Norte (**Figura 38**). Assim, foram convidados o Dr. José Eugênio Côrtes Figueira, que é Professor de Ecologia na UFMG e conselheiro APA Carste. Ele falou sobre a importância das lagoas cársticas para manutenção de uma complexa biodiversidade, especialmente de aves migratórias, o que favoreceu em 2017 que grande parte da APA fosse incluída na categoria de

¹⁹¹ Webnário Socioambiental. Vídeo 3 disponibilizado na plataforma YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2j7BrHFznhc>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Sítio Ramsar pela Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional. Destacou que um dos potenciais da região e uma alternativa econômica menos impactante seria estimular o desenvolvimento do turismo, como o de observação de aves. O consultor ambiental Rogério Tavares, que tem grande experiência na gestão de espaços protegidos, falou sobre as unidades de proteção estaduais que existem no interior da APA e que auxiliam no fortalecimento da proteção ambiental regional. Explicou sobre as problemáticas advindas de um decreto estadual que desestabilizou o Sistema de Áreas Protegidas no Vetor Norte para implantação de projetos como o Rodoanel. Em seguida, o Dr. Cástor Cartelle falou sobre a importância arqueológica e paleontológica da região, quando se comemora o bicentenário¹⁹² de Peter Wilhelm Lund.

O primeiro a falar foi o palestrante José Eugênio que explicou o que é o Sítio Ramsar:

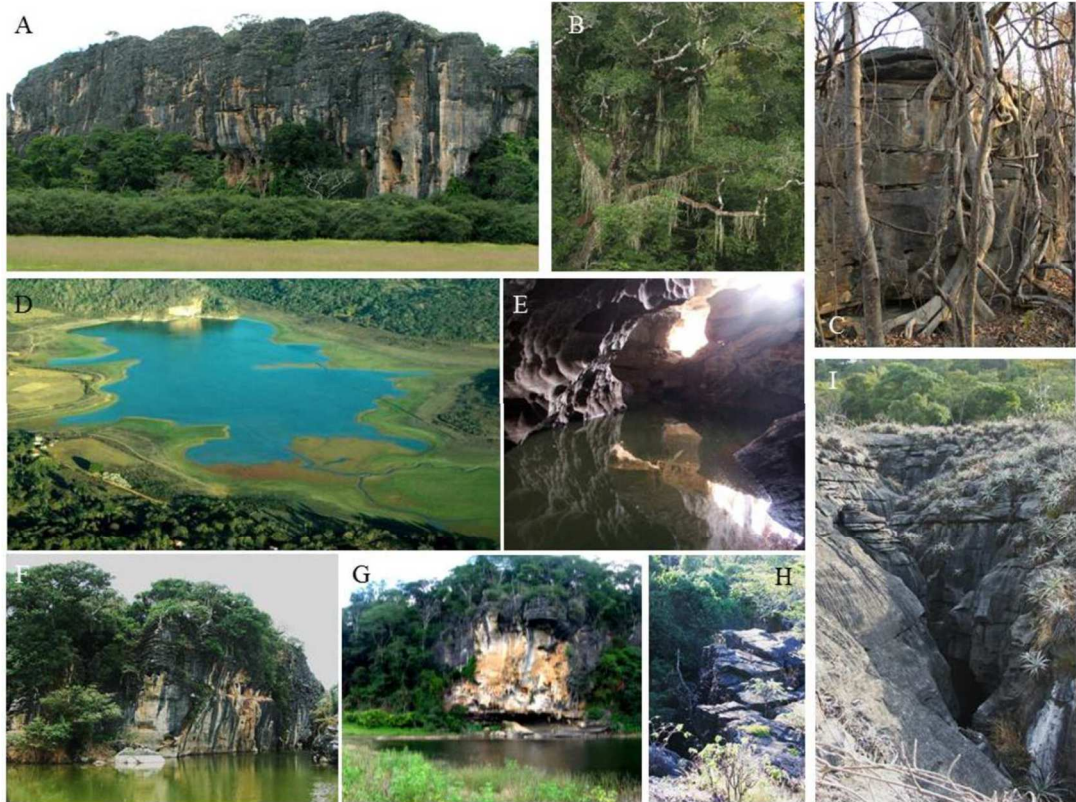
Os sítios Ramsar é uma chamada convenção das áreas úmidas, uma convenção que foi realizada em 1971 com a missão de proteger as áreas úmidas do planeta. Existem mais de 2.300 sítios Ramsar, distribuídos em 130 países, totalizando 252 milhões de hectares. O que são esses sítios Ramsar? São áreas úmidas de importância internacional. E por que elas têm essa importância? As áreas úmidas são consideradas as mais produtivas do ponto de vista do planeta. Elas também são, como se diz na literatura, armazéns de biodiversidade. Então, existe uma biodiversidade notável nessas áreas, como vou mostrar para vocês, com dados que serão bem interessantes. Eles proporcionam sistemas de apoio à vida, eles têm serviços ecossistêmicos, ou seja, nós somos beneficiados diretamente com essas áreas úmidas; elas têm importância econômica, cultural, científica, recreativa. No Brasil, existem várias áreas úmidas. O Brasil é signatário da convenção Ramsar. Existem várias áreas úmidas no Brasil também, como veredas, brejos, florestas inundáveis, várzeas, manguezais, restingas, regiões estuarinas. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Explicou que grande parte da APA Carste de Lagoa Santa foi considerada como um Sítio Ramsar, que foi denominado de Lund Warming e possui características peculiares:

Esse nome, Lund-Warming, foi escolhido para homenagear Peter Lund, o paleontólogo, e Eugene Warming, o botânico que veio à convite de Lund e que também fez um trabalho notável; ele descreveu a flora do cerrado brasileiro. Alguns estudiosos consideram que o livro de Warming é o primeiro livro de ecologia — uma nova ciência, portanto, surgindo. Se não foi o primeiro, os fundamentos da ecologia vieram daí também. Então, essa região da APA Carste é uma região onde o cerrado encontra a floresta atlântica... Então, vou falar também que ele tem um sistema notável de lagoas temporárias, lagoas enchem quando tem a estação chuvosa e secam na época de seca; e junto com o cerrado os fragmentos de floresta atlântica e as lagoas temporárias, a região reúne uma biodiversidade notável, uma beleza cênica fabulosa. E também do processo de vida ecossistêmico, é interessantíssimo; poucos locais no planeta onde a gente pode ver isso, de uma forma tão notável quanto aqui. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

¹⁹² Destaca-se que Peter Lund nasceu na Dinamarca em 14 de junho de 1801 e faleceu no Brasil em 1880. Portanto, em 2021 se completou 220 anos do seu nascimento.

Figura 39 – Slide da apresentação de Jose Eugênio



Fonte: Cedido por José Eugênio.

O palestrante ressaltou os processos de formação geomorfológicos das lagoas que fazem parteda beleza cênica regional (**Figura 39**). Embora esse ambiente sofra impactos provenientes damineração e da especulação imobiliária, as lagoas e as paisagens com elas relacionadas ainda conseguem sobreviver:

Então, os grandes reservatórios de água estão debaixo do solo da APA Carste, as lagoas são só um espelho do que está acontecendo debaixo do solo. Quando chove a água vem filtrando e o lençol freático vem enchendo. Quando o lençol freático encontra o fundo das depressões calcárias, a lagoa aparece na paisagem. E quando a lagoa aparece, a vegetação aquática aparece, a fauna de água, mamíferos vai aparecendo. Estou listando aqui algumas das características das lagoas, das suas propriedades que beneficiam os humanos; e do ponto de vista biológico, é ponto de parada de aves migratória; vem aves do hemisfério norte para a APA Carste. O Lund já observava essas rotas migratórias passando aqui por cima. Olha, controle de erosão, ecoturismo, turismo científico, lazer, valor científico, histórico, cultural, valor patrimonial, paisagístico. Então existem alguns tesouros que a região fornece para a gente que são coisas que você não pode comprar. Você não compra a beleza de uma paisagem. Você não constrói uma paisagem; no shopping aquilo te hipnotiza, mas nada como os ambientes, com toda a sua biodiversidade, trazendo inúmeros benefícios para nós humanos. Então, é uma das mágicas dessa região tão fantástica. Eu sou encantado com essa região aqui. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020c).

Falou em seguida sobre a importância de se desenvolver o turismo educativo e de observação de aves para a região e finalizou dando o exemplo do projeto com escolas públicas da região denominado Projeto Rede Asas do Carste, realizado em parceria com o Subcomitê do Carste.

Em seguida foi a vez do palestrante Rogério Tavares fazer sua apresentação. Ele falou sobre o Parque Estadual Cerca Grande, localizado em Matozinhos, cuja Lapa com pinturas rupestres foi tombada pelo IPHAN como patrimônio em 1962. Destacou a importância de outras unidades estaduais locais como a Área de Proteção Especial do Aeroporto e o Parque Estadual do Sumidouro:

[...] que foi criado em que foi criado em 1980, já no bojo aí do Aeroporto Internacional de Confins, uma pressão muito grande à época dos conservacionistas. E o Francelino Pereira então edita um decreto em 1980, criando um parque de 1.300 hectares e que ficou com mais de 30 anos esquecido, só no decreto, e ao longo desse tempo sofreu várias ameaças... Então também é um dos primeiros tombamentos paisagístico de Minas Gerais, é o tombamento da lagoa do Sumidouro que foi realizado já em 1976, ou seja, 4 anos antes de se efetuar a criação do parque do Sumidouro, houve uma série de tombamentos pelo IEPHA numa região que incluiu não só a lagoa do Sumidouro, mas o sítio do Sumidouro, que é composto pela casa Fernão Dias e a capela Nossa Senhora do Rosário. E daí, na sequência, ele vai sair do papel a partir de 2008, com esse movimento dos voos para Confins e o início do chamado Vetor Norte. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Passados alguns anos após a criação das unidades de conservação, inclusive da APA Carste, foram iniciadas as tratativas de projetos para o Vetor Norte da RMBH, ao que Rogério Tavares destacou a concepção de um Sistema de Áreas Protegidas e de uma aerotrópole:

E daí nós temos então os projetos do Vetor Norte, nessa época, já na primeira década dos anos 2000. Esse aí é um conjunto de rodovias, em amarelo embaixo está o rodoanel. E aí a gente tem um anel de contorno norte do aeroporto, a gente tem um anel de contorno leste de Lagoa Santa. Assim, essas são ações que vão embasar aí a proposta de aerotrópole, como vem sendo discutido em seminários anteriores, com uma proposta de ordenamento para o território, mas a partir dessas vias que vão mudar radicalmente a conexão e a realidade local. Com isso, então, surgem um conjunto de legislações, dentre elas o Decreto nº 4.422, a governamental e urbanística do Vetor Norte da RMBH, e o nº 45.097 e o nº 45.223, que vêm regulamentar o Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte. Aí tem a composição dos municípios do Vetor Norte, que incluiu também parte dos municípios de Prudente de Morais e Funilândia, cuja presença se dá para além da APA Carste. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

O palestrante destacou a publicação, pelo Governo do Estado, do Decreto nº 48.063/20, que mudou, sem consulta à sociedade, o que seriam as áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e conservação da biodiversidade no Vetor Norte da RMBH, que gerou polêmicas, especialmente quando da possível implantação do Rodoanel. Sendo a própria governança do Vetor Norte ficou prejudicada pois, conforme aponta Rogério:

Para finalizar o decreto, o artigo segundo revoga o Decreto nº 39.587/98, que definia que parcelamento de solo tinha que passar pela anuência do estado e acaba com o nº 44.500, que é a governança ambiental e urbanística do Vetor Norte... No dia seguinte é decretado o decreto de desapropriação da área prevista do rodoanel [...]. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Foi levantada também outra questão que gera conflitos no território do Carste: a que envolve as zonas de amortecimento de unidades de conservação, pois:

[...] a zona de amortecimento hoje ser uma questão que gera uma ameaça no interesse econômico, porque ela restringe e cria regulações como o próprio nome fala amortecimento, essa do parque do Sumidouro vem cá na cabeceira do sítio e segue muito da drenagem que é no sentido de oeste para leste do carste, do sistema que abastece lá o parque da lagoa do Sumidouro, do parque Sumidouro, de ter uma ligação com as áreas do contato com o urbano. Então para vocês terem uma ideia, o parcelamento mínimo é de 5 hectares. E a pressão tem sido muito aqui tem sido muito grande..., mas hoje existe todo um interesse econômico em acabar com as zonas de amortecimentos, que se deve adotar as zonas de amortecimento zero; em se tratando de uma região onde se tem um sistema hídrico como carste isso é muito perigoso. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Com todos os acontecimentos apresentados, Rogério terminou sua fala conclamando a sociedade a unir forças: “[...] nesse momento, as forças se unem e é possível fazer grandes contribuições para uma região que é muito fragmenta do ponto de vista de interesses. Na medida que essas forças se unem, várias ações se tornam frutíferas” (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Após a fala de Rogério, o palestrante Cástor Cartelle iniciou sua apresentação destacando a importância de Peter Lund para o cenário científico brasileiro e internacional:

Lund realmente é um gênio, alguém fora do mapa, alguém que teve uma importância para Minas Gerais assombrosa. Foi ele que colocou o estado dentro do panorama científico internacional. Por exemplo, poucos sabem que ele foi um ambientalista de primeira linha, criticava a caça, se queixava da derrubada de florestas, escandalizava-se com os incêndios metódicos que iam acontecendo. Então, essa figura notável chegou ao seu terceiro centenário, ele morreu em 1880. Ele começou uma série de ciências aqui no Brasil, por exemplo, a espeleologia. Eu acredito, desconheço, se alguém me ajudar ou dizer ‘não, você está equivocado’, mas foi o primeiro a descrever grutas. Mas o trabalho que ele descreve a sua primeira escavação em Maquiné e a respeito da Cerca Grande são monumentos literários mais do que outra coisa. Além disso, ele foi um dos primeiros arqueólogos [inaudível] em 1837, ele publicou pela primeira vez na história a figura de uma pintura rupestre. O trabalho dele foi simplesmente assombroso. Eu não consigo entender como aquele homem, sem literatura, distante de tudo quanto era centro científico da época, conseguiu acertar da maneira como ele acertou. Ele descobriu 12 espécies novas de mamíferos atuais. Como ele conhecia conhecer a fauna da região? Segunda coisa, ele identificou, quer dizer, fundou 22 espécies de animais extintos. Na pequena região de Lagoa Santa, 22 espécies de mamíferos distintos. Desde Lund até hoje, em todo o Brasil, uma quantidade de paleontólogos somente conseguimos fazer seis espécies novas... Pela primeira vez na história foi encontrado fóssil de uma parente nosso, um macaco. Ele ficou exultante, mandou logo um artigo para a Europa chamando o animal de *Protopitechus brasiliensis*, quer dizer, o primeiro macaco brasileiro. Então, nunca

ninguém tinha encontrado um primata fóssil. Foi o primeiro a encontrar. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Conforme destaca Cartelle¹⁹³, as descobertas de Lund foram tão importantes que ele chegou a ser mencionado por Charles Darwin no livro *A Origem das Espécies*. Foi Lund quem descobriu o fóssil de preguiça terrícola, a que chamou de *Nothrotherium maquinense*. Além disso, teve dois alunos que depois se tornaram conhecidos em todo o mundo:

Um deles foi Eugene Warming. Até hoje no Museu Botânico de Copenhague tem todas as plantinhas que ele mandou identificadas por ele; e entre o estudo da inter-relação das espécies de cerrado fundou ou teve início a ecologia vegetal. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Devido a toda a grandiosidade das pesquisas de Lund na região do Carste, Cartelle pensou em organizar um grande circuito turístico, que envolvessem localidades onde ele fez suas descobertas, ao que denominou de Rota Lund. O projeto não foi para frente, mas ele gostaria de implantá-lo novamente:

Agora, eu ainda estou com esperança de ressuscitar o projeto da rota Lund, que sai daqui, passa por toda a região (que nos falaram os dois colegas anteriores), para na frente da Gruta do Baú, aquela maravilha, infelizmente, devido às estradas, turisticamente não aproveitada [inaudível], lagoas (os atentados das minerações); passa por Lagoa Santa, cemitério de Lund, e à direita da entrada seria uma grande planície, onde estava a gruta Lapa Vermelha de Lagoa Santa, que foi destruída nos anos 60 por uma mineradora, virou cimento, e nesse lugar foram, pela primeira vez, descobertos, nas Américas, restos humanos. Então, era uma parada [na Gruta] do Baú, que era uma maravilha, e toda aquela região, calcáreo, toda a vegetação que nos foi explicada pelo Eugênio; a Lagoa Santo Antônio e as marcas das garras das mineradoras; depois, a Gruta Rei do Mato, que tem as duas colunas maiores que se conhecem em comprimento, no mundo (são 27 m de altura, daquelas duas colunas fantásticas), e aqui acaba a história em algo de tão maravilhoso, como é a Gruta do Maquiné, que eu convido a quem não conhece ir lá, porque realmente é algo inacreditável. Eu relembro com saudades a primeira vez que entrei lá, em 1964, a data não ajuda muito, não favorece muito, porque é uma data histórica geralmente dolorosa para o Brasil, mas agente entrava lá, umas lampadzinhas, daquelas amarelas, no primeiro salão, e a gente arriscava com a lanterna lá para dentro. Depois de umas duzentas, trezentas vezes, já fui para lá e recomendo especialmente a comidinha da dona Aidê, que tem lá por fora, comida mineira, um assombro de coisa boa, e baratinho. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020c).

Após as explanações de Cartelle, os participantes responderam algumas perguntas encaminhadas pelos ouvintes do Webnário.

¹⁹³ No momento em que falava a energia elétrica acabou na casa de Cartelle, então ele continuou sua palestra no escuro, pelo celular. Fato que em nada comprometeu o belo momento de suas falas. E nos remeteu ao tempo de Lund, no qual não havia eletricidade.

5.8 Sociedade Civil e Meio Ambiente na RMBH

Figura 40 – Folder Webnário Socioambiental dia 4 de janeiro



Fonte: Elaborada por Thais Grazielle de Melo Camargos.

A última etapa *on line* do Webnário com participação de palestrantes foi em 4 de janeiro de 2021 (**Figura 40**), quando foram convidados atores sociais, que também são conselheiros da APA Carste, para falarem sobre a atuação da sociedade civil¹⁹⁴. O Sr. Procópio de Castro, que atua no Instituto Gaicuy e Projeto Manuelzão, falou sobre os recursos hídricos, a mobilização social no Vetor Norte da RMBH. A historiadora Erika Suzanna Bányai, liderança comunitária no distrito de Lapinha em Lagoa Santa, falou sobre o Museu Arqueológico da Lapinha (conhecido museu do Castelinho) e sobre as contribuições de Mihály Bányai, arqueólogo autodidata, para a região do carste. Após, a Professora Conceição Lima, que é bacharel em Direito e liderança comunitária em Lagoa de Santo Antônio no município de Pedro Leopoldo, discutiu sobre a mobilização social e os projetos de educação ambiental dos quais participou na região.

O Sr. Procópio, iniciou sua fala lembrando sua trajetória no Projeto Manuelzão, Instituto Gaicuy e no conselho da APA Carste. Foi um dos primeiros conselheiros da unidade

¹⁹⁴ Webnário Socioambiental. Vídeo 4 disponibilizado na plataforma YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=abFedU0DZ_U. Acesso em: 5 jan. 2021.

desde o ano de 2004. Ressaltou as características da fragilidade ambiental do território e seu patrimônio:

O abastecimento da CEASA era aqui na região, com plantios de várias coisas (por exemplo, Capim Branco era a capital do alho; tinha plantio de abacaxi em Lagoa Santa); pesquisas diversas que serviram para o projeto Jaíba, no São Francisco, foram feitas em Matosinhos; um dos maiores sindicatos de produtores rurais de Minas está em Pedro Leopoldo. Então, a região sempre foi muito rica, e também uma região com um monte de benefícios, de patrimônios (cimenteiro, argila, calcário, areia, produção de cerâmica); e isso sempre foi um processo de extração, processo extrativista, que trouxe lucro e renda para região, mas também deixaram grandes passivos, cavas imensas de areia, cavas imensas de calcário, sem recuperação ou ainda em andamento, conflitos desses locais com áreas e sítios arqueológicos; porque o patrimônio arqueológico, paleontológico, paisagístico, a concentração de caverna na região é muito grande, e com uma característica de solo altamente frágil, e também com uma relação socioambiental muito complexa; então, quem mora em Neves não conhece outro lugar, mas quem conhece Neves tinha uma ideia preconceituosa por causa do histórico de presídios da região; pela forma como essas cidades foram se tornando politicamente independentes, elas criaram vínculos e preconceitos com as outras, então algumas coisas não funcionam: se você fizer um evento num lugar, ninguém vai porque lá é perigoso, ou porque lá tem preconceito, então tudo isso dificultava o entendimento da região; a segunda coisa para entender é que todo esse patrimônio não era conhecido pelo pessoal da região, nem o patrimônio hídrico. A bacia do Ribeirão da Mata é uma área muito grande, com um histórico de volume alto de vazão hídrica, muitas nascentes e muitas delas sendo destruídas pela expansão imobiliária: isso aconteceu em Vespasiano, aconteceu em Santa Luzia, acontece em Ribeirão das Neves, a parte de Esmeraldas que também está na bacia também sofreu muita degradação [...] (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

O palestrante informou que desde a década de 80 já se ouviam notícias sobre a expansão do aeroporto Tancredo Neves e sobre a criação de um Rodoanel no Vetor Norte:

[...] desde a década de 80 o aeroporto de Confins tinha ficado meio abandonado, quase aquele elefante branco paralisado lá. E começa a se falar de que iria haver a transferência dos voos da Pampulha, que o aeroporto seria reativado; mais do que isso: que haveria uma ampliação, com o conceito de aeroporto industrial, polo industrial, produtos de alto valor agregado, porto seco. Surgiu a história também da linha verde, a possibilidade de o Rodoanel sair do papel; o Rodoanel, um anel que iria conectar de Betim a Sabará, lá em Revena, 60 e poucos km, que corta na área verde que ainda resta em Belo Horizonte e nas cidades da região; e um polo de informática, que tinha pontos positivos: a colocação de um centro administrativo, que mudaria o centro geopolítico da região. Todas notícias muito boas para o desenvolvimento da região, mas, como sempre, a questão do capital era feita de uma forma... E eu fui constatar que, mais uma vez, era projeto de gabinete, ou seja, foi construído dentro do governo, sem nenhuma participação dos entes locais, principalmente dos entes públicos; aí no caso os gestores locais, as prefeituras, as câmaras, os municípios, os CDL, os conselhos de diretores lojistas, as associações comerciais, as grandes empresas. Ninguém sabia disso. Então, fui tomar conhecimento desse anel, que separa exatamente Belo Horizonte da região do Vetor Norte, aqui está BH, Pampulha, e aí você, de repente, tem um anel que vai facilitar o trânsito, vai facilitar o acesso sem passar dentro de BH, mas acontece, e ele está integrado num grande projeto, com várias outras conexões, com anel de contorno de Matosinho e Prudente de Moraes, um anel de contorno de Lagoa Santa Sul e Norte, uma conexão do aeroporto até a 040, passando pelo Ribeirão das Neves, tudo em função da logística. Maravilha! Só que o grande problema que a gente via naquele momento era uma bacia que não tem tratamento de esgoto, que as pessoas não têm consciência dos seus córregos, não conhecem as fragilidades da região... Então, Belo Horizonte vai explodir aqui para cima quando o Rodoanel fosse

programado; como diz o Roberto Monte-Mór, foi programada uma *highway*, ou seja, uma pista larga, com abas laterais que permitissem que as pessoas, que a expansão futura, não repetisse o problema do Anel Viário de Belo Horizonte, de maneira que a gente tivesse uma previsão de expansão futura sem novos desmontes da natureza, sem novos desmontes, sem remoção de pessoas. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Então, conforme destaca Procópio, as organizações da sociedade civil perceberam a necessidade de se fortalecerem os órgãos multisetoriais como o comitê de bacias, o conselho da APA e criar outros fóruns de participação social, além de implantar o Parque Estadual do Sumidouro que estava esquecido pelo governo. O Projeto Manuelzão, conjuntamente com outros atores, também auxiliou a melhorar o saneamento básico na região do Vetor Norte, especialmente a partir do projeto denominado Meta 2010, que era para se poder nadar e poder pescar na bacia do rio das Velhas até o ano 2010:

Com essa proposta da meta 2010, nós conseguimos trazer para região uma série de empreendimentos, como o programa de saneamento ambiental da [inaudível] Ribeirão da Mata; nós fomos trazer para região R\$ 760 milhões do PAC do saneamento, é a única bacia do Brasil em que o PAC¹⁹⁵ de saneamento saiu. Então, R\$ 760 milhões, sete ETE (estação de tratamento de esgoto) construídas em Esmeralda, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, a ampliação em Matozinhos, o esgoto de Capim Branco. Mas ainda tem carência, no Ribeirão do Urubu tem uma ETE prevista, que não se tem ideia de quando vai sair. Então, fizemos um trabalho de mobilização, de conscientização. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

A partir da expedição no ribeirão da Mata, Procópio falou que foram iniciadas diversas frentes de ação junto a atores locais que favoreceu a atividades de educação ambiental e capacitação, a organização do evento denominado Seminário de Lagoas Cársticas, além de parcerias que culminaram com a criação do subcomitê do Ribeirão da Mata. Outras ações foram realizadas ao longo do tempo, como a expedição Peter Lund, de 2009, que envolveu mais de seis mil pessoas. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Em seguida, foi a vez de Erika Bányai falar sobre a importância do Museu Arqueológico da Lapinha e as pesquisas realizadas por seu pai, o Sr. Mihály Bányai:

Então, nós justamente agora no mês de dezembro, completamos 50 anos de fundação, e foram 48 anos de atendimento ao público, em maio de 2021. Nós vamos completar, então, 49 anos de inauguração, e nós temos também um período anterior à própria fundação, a própria criação do museu, que foi o período de idealização, de sonhos, de ideais, de procurar pessoas interessadas, as próprias cidades, mas como não houve nenhum tipo de interesse real da prefeitura de Lagoa Santa na época, o senhor Mihály acabou criando por conta própria, sozinho mesmo, o museu. Senhor Mihaly, vamos apresentá-lo, está aí, em 1972, com o Museu inaugurado [...] (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

¹⁹⁵ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A palestrante continuou falando sobre como foi feita a aquisição do terreno e a construção ao longo de anos. Além de destacar as escavações arqueológicas que auxiliaram em descobertas de fósseis e outros objetos que passaram a integrar o diversificado acervo do Museu:

O museu tem um acervo de arqueologia histórica, pré-histórica, o acervo de paleontologia regional e não regional. Temos também a coleção de minerais, espeleotemas e animais taxidermizados regionais ... A nossa região teve duas ocupações muitocontundentes: são os grupos da tradição Aratu-Sapucaí ... A coleção do museu em média, nós temos cerca de 8 mil peças na exposição, o de arqueologia deve ter por volta de 3 mil peças (estou arredondando), mas a nossa coleção completa, contando o que está na reserva técnica, que foi todo inventariado, está dando por volta de 36 mil peças. Aqui, em destaque, é um machado semilunar, uma preciosidade, segundo o IPHAN, seria a maior coleção de machados semilunares dessas populações pré-históricas que viveram na APA, e nós temos 9 ao todo, e aqui alguns fusos indígenas... Então, aqui o acervo de arqueologia pré-histórica. Eu tenho um exemplar de um cachimbo indígena, raríssimo em termo de 1.200 anos; e uma mostra de cerca de 400 machadinhas; de arqueologia histórica temos também uma coleção muito bacana das fazendas, das famílias da Lapinha, que tinham alguma coisa guardada dos avós, dos bisavôs, mais material nosso de arqueologia histórica. A coleção de paleontologia, representada pelo fêmur de um *Catonyx cuvieri*, foi o Cartelle que fez a identificação. A nossa coleção de paleontologia não regional engloba também fósseis de peixes do Ceará, amonites, umavarietade muito rica de fósseis do mundo inteiro. A coleção de espeleologia, esses espeleotemas são das primeiras vitrines, já quando foi inaugurado. Vale lembrar que esse material não se coleta em cavernas, mas esses foram retiradas da Lapa Vermelha, que foi dinamitada, na entrada da cidade de Lagoa Santa. Coleção de taxidermia, muita gente acha que talvez não tenha nada a ver. “Poxa, o que é que tem a ver?”. É um museu gabinete, então são várias coleções, claro que o foco era arqueologia, é uma forma também muito educativa de envolver o visitante, e esses animais podem ser relacionados também com as ocupações primitivas da região. Eles partem do cardápio, do cotidiano, das caçadas, dessas populações que viveram aqui, tanto do homem de Lagoa Santa que nós temos aqui. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

O Museu pertencia e era administrado pela família Bányai, que auxiliou na fundação da AMAR (Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa), uma entidade que ajudava na gestão do Museu. Além das atividades de visita ao Museu também eram realizadas atividades de educação ambiental com alunos e visitantes, como em trilhas e grutas próximas. E foram realizadas parcerias com pesquisadores de diversas instituições como a UFMG e a USP, que desenvolveram pesquisas. Entretanto, o museu foi desapropriado e passou a integrar o patrimônio do estado de Minas Gerais em 2018, estando atualmente sem visitação, ao que Erika destacou que:

[...] o museu está fechado desde 14 de junho de 2018, quando então o prédio foi desapropriado pelo estado e agora, nem é por conta da corona, mas realmente o museu não está aberto para visitas, mas lá nós fazíamos visitas guiadas, oficinas de pinturas rupestres, oficinas de escavação, oficinas de reconhecimento e de empoderamento do patrimônio, e educação ambiental e patrimonial in loco. os objetos e fósseis do Museu. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

Finalizou sua fala destacando que graças a iniciativa de seu pai o museu foi construído e possui “[...] uma coleção de 8 mil peças, além do acervo completo de 36 mil peças”. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Em seguida, a professora Conceição se apresentou como integrante da Associação Movimento Água Viva SOS Lagoa de Santo Antônio – ONG Lagoa Viva e da RECOA – Rede Comunitária em Ação, destacando a importância de se discutir a temática da Lagoa de Santo Antônio:

São coisas muito importantes que a gente precisa compreender aqui, porque a Lagoa de Santo Antônio é uma lagoa numa região cárstica, região do calcário, e é uma região de grande adensamento populacional como se percebe: é a região norte de Pedro Leopoldo, e a região que tem o maior crescimento populacional, um grande adensamento populacional, é a região que mais cresce em Pedro Leopoldo. Então, essas características mostram grandes possibilidades e grandes fragilidades também para essa região, e isso tudo tem a ver com a ONG Lagoa Viva, o motivo de ela ter sido criada. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020d).

A palestrante destacou que o principal objetivo da ONG Lagoa Viva é atuar na revitalização da Lagoa de Santo Antônio:

A maneira como o esgotamento estava sendo construído não era favorável para a Lagoa Santo Antônio, porque toda a bacia da Lagoa de Santo Antônio, como a foto aqui mostra, fica num vale, dentro da APA Carste, e toda essa região aqui do entorno da lagoa, ela polui, ela assoreia toda essa região da lagoa; e a rede de esgoto, a elevatória, estava sendo construída aqui nas margens da lagoa, por esse motivo houve um embargo dessa construção do esgotamento e todo esse impasse, todas as circunstâncias que envolviam a lagoa, o esgotamento o impedimento da continuidade das obras através do embargo do esgotamento, tudo isso começou a aguçar o nosso interesse de entender o que estava acontecendo, como poderia ser feito, e a maneira de nos inteirarmos disso tudo, de nos apropriarmos dessa situação era nos institucionalizando através de uma associação. Então aí que veio a criação da ONG Lagoa Viva em 2011. Então a ONG Lagoa Viva é criada inicialmente para tratar da revitalização da lagoa, esse é o grande foco da ONG Lagoa Viva até os dias atuais. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Após algum tempo, a ONG passou a integrar uma rede comunitária denominada Rede RECOA, que envolve outras organizações e desenvolve ações educativas na região de Lagoa de Santo Antônio e proximidades:

[...] em 2013 a gente foi convidado enquanto ONG Lagoa Viva para participar de uma rede de associações que deveria criar um projeto em comum, um projeto onde as associações que estavam envolvidas nesta rede fariam a gestão de um recurso financeiro ao desenvolver esse projeto. E a partir de então foi um grande salto para a ONG Lagoa Viva, um grande aprendizado, porque em 2013 a gente criou a rede RECOA (Rede Comunitária de Ação), uma rede de associações em que a ONG se tornou proponente de um dos projetos que a rede desenvolve, que é o projeto dos muros inteligentes... E depois, quando a gente construiu os muros inteligentes, a gente viu que só construir os muros não era suficiente para que as pessoas usassem os muros; é preciso implementar a educação ambiental, é preciso ensinar as pessoas a usar esses recursos, a perceber a importância, a perceber toda a complexidade do lixo, do

assoreamento da lagoa. Então a gente criou o projeto Guardiões da Reciclagem, que são jovens que incentivam, que ensinam as pessoas a fazerem a coleta seletiva e a usar o equipamento dos muros inteligentes. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Ao longo de nove anos, a ONG realizou parcerias, atividades educativas com passeatas, trabalhos de campo e desenvolveu os muros inteligentes em parceria com o RECOA, que auxilia a Associação dos Catadores de Pedro Leopoldo (ASCAPEL):

[...] dentro do RECOA tem a ASCAPEL, Associação de Catadores, associação que tem 10 anos de existência, que precisava muito se fortalecer como associação também. Então, a gente criou uma oficina de grafite, demos o treinamento para os grafiteiros, e os grafiteiros grafitam os muros inteligentes, e eles levam a arte deles para o muro inteligente. Então esses são os muros inteligentes, cada um tem uma aparência, cada um tem um grafite diferente. Nós hoje temos 14 muros inteligentes, aqui, atrás do muro inteligente, onde tem uma gaiola com os [inaudível] que recebem os resíduos que vem depositados de fora, através dessas boquinhas que o muro tem. As boquinhas são pequenas para ensinar as pessoas que cada boquinha vai caber o metal, o plástico e o papel, e que cada um tem que fazer a separação desse resíduo ao colocá-lo no muro. Isso já faz parte do processo de educação ambiental das pessoas. Então, nós hoje temos em Pedro Leopoldo, 14 muros, 12 deles são em escolas, um é num posto de saúde, e o outro é no Parque Estadual do Sumidouro, uma grande parceria que a rede RECOA e a ONG Lagoa Viva fez com o Parque Estadual do Sumidouro: construiu um muro inteligente no Parque do Sumidouro; e a gente constrói o muro, entrega o muro à comunidade e faz um trabalho de conscientização para que as pessoas usem esse espaço; esse é um trabalho contínuo que a gente precisa estar sempre implementando, estar sempre incentivando, porque não é um processo natural. E a ASCAPEL é a associação que vai atrás do muro, lá naquela gaiola, pegar o reciclável que ela coleta na cidade de Pedro Leopoldo, é uma das associações da rede RECOA, é uma das associações que se fortaleceram a cada dia com a participação e envolvimento na rede comunitária em ação, RECOA. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Para estimular a participação da comunidade no uso dos muros inteligentes foi criado um grupo mobilizador denominado de Guardiões da Reciclagem, com crianças das escolas públicas locais:

Então, todas essas mobilizações envolvem palestras, ações, mão na massa mesmo e chamar a comunidade para participar. Para isso, a gente criou então os guardiões da reciclagem, que é um processo socioambiental que incentiva a sua família a fazer separação do reciclável em casa e alimentar os muros; além disso, os guardiões vão em escolas, vão nas ruas, fazem palestras, fazem mobilizações, contando para as pessoas da existência dos muros, da existência do Carste, de onde a gente está inserido, da importância do nosso espaço, das fragilidades e potencialidades desse espaço. A gente ocupa todos os espaços, as ruas, as rádios locais, os jornais locais, e nesses momentos a gente conversa com a comunidade, a gente fala do que a gente faz e do que precisa que eles participem conosco [...]. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Um dos projetos educacionais que a ONG Lagoa Viva atuou foi no Projeto Rede Asas do Carste:

Então, a gente visitou a lagoa por três anos, 2015, 2016 e 2017, em todas as estações do ano, todas as estações a gente ia e visualizava como que a lagoa estava, o que tinha mudado, e a desculpa era visitar as aves, mas das aves se via todo o ecossistema, a questão da vegetação, dos lixos, dos outros seres vivos que compõem toda essa região. Então, o projeto Rede Asas do Carste foi um projeto riquíssimo, implementado pelo subcomitê do Carste, projeto do Manuelzão, APA Carste, teve vários atores muito importantes; empresas patrocinaram binóculos, máquinas fotográficas, um guia de campo nessa sacolinha onde os meninos levavam; então, esse projeto aqui deu um grande fortalecimento para as pessoas, para as crianças conhecerem a lagoa. Um grande momento que eu sinalizo desse encontro foi quando uma aluna chamou a mãe para vir conhecer a lagoa, e a mãe morava perto da lagoa e estava cansada de ver a lagoa, mas ela falou que ela estava chamando a mãe para ver a lagoa com novos olhos, com olhos diferentes, porque a partir de então ela tinha professores da UFMG, do curso de pós-graduação dando explicações, mostrando para ela a grandiosidade que aquela lagoa continha. Então, a Rede Asas do Carste, ela traz esse conhecimento de se conhecer para valorizar [...] (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

No ano de 2019 a ONG, juntamente com outros parceiros, realizou o 1º Seminário Carste em Pedro Leopoldo. E em 2020 auxiliou na criação da Frente Socioambiental para discutir inicialmente a questão de modificação da zona de amortecimento do Parque Estadual do Sobrado. Enfim, várias ações educativas importantes, que terão continuidade dentro das possibilidades do momento pandêmico:

Então, essa *live* aqui, a gente trouxe pessoas para conversar com as pessoas e contar sobre essa importância do que a gente estava lutando, a importância das áreas protegidas, a importância da qualidade de vida e do desenvolvimento urbano de uma maneira sustentável. E agora, em 2021, a gente pretende continuar trilhando esses caminhos que a gente já começou. (Arquivo de vídeo, BARBOSA; RENA, 2020d).

Após as palestras, finalizou-se o Webnário Socioambiental com as perguntas dos alunos e as respostas dos participantes.

Entende-se que o Webnário propiciou um maior conhecimento sobre a história e a importância das unidades de conservação no Carste de Lagoa Santa e provocou estímulos para uma reflexão crítica sobre o crescimento metropolitano, especialmente quanto aos aspectos socioambientais da urbanização no Vetor Norte e a implantação de equipamentos públicos na região. Pode-se também ter uma noção sobre o planejamento regional relacionado com o PDDI e com as normativas estaduais, que nem sempre seguem os preceitos da participação social na sua elaboração e implantação, como foi o caso da extinção do decreto estadual do Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte. Além disso, importantes projetos educacionais e de pesquisa foram apresentados pelos atores locais, exemplificando as ações dos atores locais para um maior conhecimento e participação no território.

Compreende-se também que foi um momento de troca de conhecimentos entre os participantes e uma abertura para outros diálogos entre a academia e os atores locais, o que acabou por se dar nos bastidores. Seria importante que outros webnários ocorressem envolvendo

mais atores para proposição de novas ações no território que diminuam os impactos socioambientais. Quem pós-pandemia de forma também presencial.

Considerando todo o exposto até aqui, em relação às características e os impactos ocorridos na APA Carste, as peculiaridades socioambientais e culturais do território, além dos atores com ela envolvidos, apresentarei a seguir algumas considerações sobre o que identifiquei como parte do patrimônio a ser conservado pela unidade.

SEGUNDA ETAPA EM DIANTE

O que sinto quando os vejo, não sei explicar.

Atravessa-me.

Cláudia S. Barbosa

Figura 41 – A cultura vivida



Fonte: Cedida gentilmente por Érika Bányai, 2019.

6 ATORES NÃO HUMANOS E HUMANOS: O PALIMPSESTO PAISAGISTICO E A CULTURA REGIONAL

*Zum zum zum, lá no meio do mar
É o canto da sereia, faz a gente se esquecer,
parece que ela adivinha o que vai acontecer
Ajudai-me rainha do mar, quem manda na terra e
quem manda no mar
Ajudai-me rainha do mar, ajudai-me rainha
do mar, quem manda na terra e quem manda no mar
(Trecho de um canto popular em festas de Nossa
Senhora do Rosário)*

Depois de 30 anos de criação, é desafiador identificar o que seja o conjunto paisagístico e a cultura regional a serem conservados pela APA Carste, especialmente diante do processo de metropolização que avança sobre seu território (FREITAS, 2016, 2017). Assim, tal identificação deve estar balizada com as permanências, ou seja, paisagens e culturas que tiveram duração ao longo do tempo; além disso, que carreguem algum significado para seus moradores.

É certo que, além da presença de inúmeras cavidades e sítios arqueológicos, a unidade possui uma significativa diversidade cultural material e imaterial. Parte dessa diversidade é oriunda de manifestações religiosas e festivas de moradores locais que mantêm vivas suas tradições. A cultura auxiliaria assim, na manutenção do sentimento de pertencimento a um coletivo. Além disso, se configura como forma de resistência ou re-existência aos novos modelos culturais impostos pela modernização, o que será apresentado a seguir.

Cardoso e Ribeiro (2014) já indicavam a necessidade de uma maior proteção ao patrimônio cultural protegido pela unidade. Mas como fazer isso? Creio que um dos primeiros passos seja sua identificação. A diversidade e a importância do patrimônio arqueológico, paleontológico e espeleológico é significativa no território do carste conforme já apontado em capítulos anteriores e por vários estudos (NEVES; PILÓ, 2008; STRAUSS *et al.*, 2016).

Esse patrimônio, que pode ser identificado como um ator não humano e um dispositivo de poder, está de alguma forma protegido, especialmente por legislações específicas e em coleções e museus. Parte dos fósseis e outros materiais encontrados na região da APA estão protegidos em vários museus e centros de pesquisa, como o Museu Arqueológico da Lapinha em Lagoa Santa-MG, o Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire em Lagoa Santa-MG,

o Museu de História Natural da UFMG, em Belo Horizonte-MG, estes de mais fácil acesso para a população que habita o território da APA, especialmente estudantes e pesquisadores. Outros, no entanto, encontram-se mais distantes, como no Museu Nacional no Rio de Janeiro-RJ¹⁹⁶ e no Museu de Zoologia de Copenhagen, na Dinamarca.

Alguns eventos científicos e institucionais ocorrem na região e tem no carste um dos seus temas principais (Figura 42). Parte dos eventos auxilia na formação de estudantes, numa maior interação desses com profissionais de áreas como arqueologia, paleontologia, biologia e afins. De forma geral, tais eventos também auxiliam para uma maior divulgação do carste junto a grupos específicos. Em grande parte dos eventos é enfatizada a importância sobre o patrimônio material, em contraponto a parte cultural imaterial que se manifesta como figurativa, vista geralmente na hora dos intervalos: nos lanches e em rápidas apresentações culturais.

Figura 42 – Exemplo de eventos que tem no carste um dos seus temas



Fonte: Panfletos e banners de eventos recebidos pela autora via *WhatsApp* ou email, entre 2017 e 2019.

Para além das discussões teóricas e acadêmicas realizadas em eventos, como auxiliar a prática preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial? Uma resposta seria pela

¹⁹⁶ O Museu Nacional no Rio de Janeiro integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele sofreu um grande incêndio em setembro de 2018 e parte de suas exposições estão fechadas ao público. Inclusive, nesse incêndio se perdeu parte do acervo oriundo da região da APA Carste, danificando dentre outros o crânio de “Luzia”. Para mais informações ver site oficial do museu, disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br>. Acesso em: 1 mar. 2019.

aplicação da proteção legal, como ocorre com as cavernas e fósseis, o que já foi apresentado anteriormente. Portanto, pergunta-se: o que estaria disposto no denominado Plano de Gestão da APA Carste (IBAMA/CPRM, 1998) e em legislações municipais que tratam sobre patrimônio material e imaterial no território da Unidade?

Fazendo uma breve leitura do Plano de Gestão, que foi elaborado em 1998 pelo IBAMA e pelo CPRM, percebe-se que a questão da cultura está muito relacionada ao patrimônio arqueológico e espeleológico, por exemplo: “O patrimônio ambiental cultural, representado pelo conjunto espeleológico, arqueológico e paleontológico, paisagístico e biótico da região Sumidouro, Lapinha, deve receber medidas específicas de proteção, por ser zona ambiental. (IBAMA/CPRM, 1998, p. 7).

Outra constatação, ao ler o Plano de Gestão, é que quando foi proposto o zoneamento da APA Carste, aparecem duas Zonas de Proteção Ambiental nas quais as palavras “cultura” e “paisagem” são mencionadas de forma direta. Essas zonas de proteção objetivariam, dentre outras atribuições, proteger os conjuntos representativos do patrimônio arqueológico e paleontológico, espeleológico e cultural, são elas: a Zona de Proteção do Patrimônio Cultural e a Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste, apresentadas nos **Quadros 15 e 16**

Quadro 15 – Zona de Proteção do Patrimônio Cultural – ZPPC

Zona Ambiental	Função	Enquadramento
<p>Zona de Proteção do Patrimônio Cultural – ZPPC</p>	<p>Proteger e promover o conjunto paisagístico e a cultura regional, representados pelos sítios arqueopaleontológicos do Sistema Ambiental do Sumidouro, pelo Sítio Arqueológico da Lapinha e pelo patrimônio histórico de Fidalgo;</p> <p>Proteger o ecossistema úmido e a biota remanescentes em ambiente lacustre, em especial a avifauna associada à lagoa do Sumidouro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Polje do Sumidouro, especial feição da paisagem cárstica; • Quinta do Sumidouro – Capela de Nossa Senhora do Rosário; • Lagoa do Sumidouro, importante sistema úmido, de grande relevância para a sobrevivência e a manutenção da diversidade faunística regional (avifauna), incluindo espécies ameaçadas de extinção; • Conjunto da gruta da Lapinha, de grande importância turística, cultural/arqueológica e paleontológica/espeleológica; • Casa Fernão Dias – referência histórica e cultural, onde está situado o Centro de Referência da APA; Contexto ambiental urbano de Fidalgo/Quintas do Sumidouro; • Conjunto de cerrados que se localizam ao norte e em todo o entorno da lagoa do Sumidouro; • Cabeceiras do córrego Jenipapo, área cárstica com relevo montanhoso, vertentes com alta declividade e terrenos de baixa resistência, sujeitos à instalação de processos erosivos e de deslizamentos de massa; • Áreas não cársticas de relevo ondulado e com vertentes de baixa moderada vulnerabilidade;

Fonte: Adaptado pela autora do Zoneamento elaborado por IBAMA, CPRM, 1998, p. 35, grifos nossos.

Dentre os objetivos da área denominada Zona de Proteção do Patrimônio Cultural (ZPPC) está a proteção do conjunto paisagístico e a cultura regional. Nessa zona, que abarca regiões da Lapinha e Fidalgo e Quinta do Sumidouro, é evidenciado o aspecto da proteção ao patrimônio físico quando cita os sítios arqueopaleontológicos do Sistema Ambiental do Sumidouro, pelo Sítio Arqueológico da Lapinha. Por outro lado, o patrimônio imaterial aparece quando se fala em proteção do patrimônio histórico de Fidalgo.

Ressalta-se que foi mencionado como um Programa Prioritário na ZPPC que deveria ocorrer a divulgação da APA Carste “[..] através de eventos promocionais do patrimônio arqueológico/espeleológico e cultural da região.” (IBAMA, CPRM, 1998, p. 38).

Quadro 16 – Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste.

Zona Ambiental	Função	Enquadramento
<p>Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste</p>	<p>Proteger os recursos ambientais e sua biodiversidade para a integridade dos ecossistemas representativos das paisagens e da biota associados às matas decíduas e semi-decíduas da APA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas não-cársticas com relevo montanhoso e vertentes com declividade muito alta e terrenos de baixa resistência [...]; • Área de proteção à biodiversidade e à expressiva paisagem dos ambientes naturais da APA, incluindo a manutenção de corredores de fauna e remanescentes vegetacionais [...]; • Áreas de recarga do aquífero regional situadas a noroeste da APA; • Região de maciços de calcário puro, áreas cársticas com alta permeabilidade, com baixo grau de alteração antrópica [...]; • Planície fluvial Mocambeiro-Jaguara com drenagens superficial e subterrânea [...]; • Polje do Mocambeiro, que representa importante sistema úmido, enriquecido por ressurgências e apresentando em seu entorno o Maciço de Cerca Grande; Conjunto Vargem da Pedra; importante conjunto paisagístico e arqueológico; O cinturão de uvalas, paisagem especial, com suas extensas depressões cársticas, com funções sazonais de recarga e descarga do aquífero; • O acervo arqueológico, espeleológico e paleontológico disperso em diversos conjuntos na paisagem cárstica, a exemplo de Poções, Cauaia e Peri-peri.

Fonte: Adaptado pela autora do Zoneamento elaborado por IBAMA/CPRM, 1998, p. 40.

Na Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste é nítida a conotação da proteção da paisagem física cárstica e da biodiversidade a ela relacionada.

Infer-se que, no que tange ao Zoneamento do Plano de Gestão, o patrimônio imaterial no contexto da APA Carste praticamente não foi apresentado como um tema relevante. O mesmo ocorre na parte do levantamento do Patrimônio espeleológico, histórico e cultural, no

qual a “Representatividade cultural e de lazer: Manifestações religiosas, turísticas, desportistas” (IBAMA/CPRM, 1998, v. 3, p. 58) foi vista pelos elaboradores do plano como um parâmetro a ser considerado no zoneamento e não como um dos motes do zoneamento em si, que está primordialmente focado no patrimônio material. (IBAMA/CPRM, 1998, v. 3, p. 58).

No volume que trata sobre gestão socioambiental, a cultura imaterial é apresentada de forma dispersa, como pode ser observado nas citações a seguir:

Para assegurar a preservação e conservação desse patrimônio, torna-se necessária a articulação dos poderes públicos, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e das comunidades da região de Lagoa Santa. Para isto a região conta com a participação ativa da Casa Fernão Dias, junto com o IEPHA/MG, IPHAN, Conselhos Municipais de Defesa Ambiental (CODEMA), Organizações não governamentais (ONG's), instituições estas engajadas na articulação de iniciativas que **resgatem as tradições culturais**, bem como preservem os patrimônios naturais e históricos da região. (IBAMA/CPRM, 1998, v.4, p. 16, grifo nosso).

[...] realizar o **levantamento dos grupos locais que desenvolvem atividades culturais**, cadastrando os eventos por eles promovidos, **para inclusão em calendário turístico** e boletins informativos a serem confeccionados para a divulgação da APA (IBAMA/CPRM, 1998, v.4, p. 30, grifos nossos).

Depreende-se que, embora a própria Constituição Federal, vigente desde 1988, dispusesse sobre a importância do patrimônio imaterial e da cultura (BRASIL, 1988) e estivesse disposto no objetivos de criação da APA Carste a necessidade de “[...] garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional” (BRASIL, 1990), as poucas inferências sobre eles no Plano de Gestão (IBAMA/CPRM, 1998) podem ter ocorrido em função de que na época da criação do plano não tenha sido dado o enfoque necessário por seus elaboradores e/ou não tenham sido consultados profissionais que tivessem especialidades naquelas áreas. Espera-se que numa revisão do Plano de Gestão estas incongruências sejam sanadas.

Ressalta-se que não é apenas no Plano de Gestão da APA Carste que está disposta a proteção legal do patrimônio, também ela se dá por legislações e registros municipais. Assim, procurou-se fazer um levantamento das legislações municipais de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Funilândia a fim de averiguar como era tratada a temática da proteção do patrimônio material e imaterial.

O referido levantamento não foi exaustivo, procurou-se verificar em Decretos, Leis e Livros de Inventário o que era afeito ao tema. A maior parte do que foi levantado refere-se à proteção do patrimônio material edificado e pouco ao patrimônio imaterial. Elaborou-se um resumo dessas legislações, disposto no **Quadro 17** a seguir:

Quadro 17 – Patrimônio material e imaterial municipal na APA Carste até 2019

MUNICIPIO	PATRIMONIO MATERIAL	PATRIMONIO IMATERIAL	INSTRUMENTO
Confins	Lagoa de baixo		Decreto 174/ 2003
	Capela São Jose		Decreto 174/ 2003
	Cemitério de Bexiguentas		Decreto 174/ 2003
	Igreja – Santuário Tabor da Liberdade		Inventariado 2009
		Boi da manta	Inventariado 2009
Funilândia	Moinho de água		Decreto 51/2018
		Caravana de Reis União Amigos de Funilândia	Decreto 78/2017
Lagoa Santa	Capela de Nossa Senhora do Rosário		Decreto 234/2001
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Morro do Cruzeiro)		Decreto 234/2001
	Escola Municipal Dr. Lund		Decreto 234/2001
	Lagoa Central		Decreto 234/2001
	Cemitério e Túmulo Dr. Lund		Decreto 234/2001
	Casarão de Mamaca		Decreto 550/2005
	Capela de Sant' Ana		Decreto 846/2008
	Iate Clube Joá		Decreto 2.270/2012
	Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa		Decreto 2.535/2013
		Boi da Manta	Inventariado 2009
		Candombe de Nossa Senhora do Rosário	Inventariado 2009
		Capoeira	Inventariado 2009
		Corporação Musical Santa Cecília	Inventariado 2009
		Doces Caseiros da Lapinha	Inventariado 2009
		Quitandas da Lapinha	Inventariado 2009
		Festa de Nossa Senhora do Rosário / Guarda de Nossa Senhora do Rosário - Lapinha	Inventariado 2009
		Festa de Sant' Ana-Lapinha	Inventariado 2009
		Folia de Reis	Inventariado 2009
		Pastorinhas	Inventariado 2009
	Matozinhos	Conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico da Fazenda da Jaguará	
Estação ferroviária de Matozinhos			Deliberação 02-2002

[Continua]

MUNICIPIO	PATRIMONIO MATERIAL	PATRIMONIO IMATERIAL	INSTRUMENTO [Conclusão]
Pedro Leopoldo	Casa da Corporação Musical Cachoeira Grande e açougue		Decreto nº 223/1999
	Conjunto da Fábrica de Tecidos (praça, casas etc.)		Decreto nº 221/1999
	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Estação Ferroviária		Decreto nº 452/2004
	Estação Ferroviária do Distrito de Dr. Lund		Decreto nº 533/2003
	Casa Fernão Dias e Capela Nossa Senhora do Rosário		Decreto Estadual nº 17.729/1976
	Fazenda Modelo		Inventariado 2010
		Guarda do Congo Nossa Senhora do Rosário/Santo Antônio	Levantamento
	Festas de maio, São João Batista e Queima do Judas	Levantamento	

Fonte: Adaptado pela autora dos sites das prefeituras de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Funilândia.¹⁹⁷

¹⁹⁷ Legislações disponíveis em: <https://www.confins.mg.gov.br/>; <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>; <https://www.funilandia.mg.gov.br/>; <https://www.matozinhos.mg.gov.br/>; <https://www.pedroleopoldo.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2019.

Pelo exposto é possível perceber que parte do patrimônio imaterial que integra a culturalidade de vários grupos tradicionais na APA Carste está cadastrado e protegido legalmente, a maioria relacionado aos cultos católicos. Cabe lembrar que na própria Constituição Brasileira é uma prerrogativa do Estado garantir e proteger os direitos culturais em sua diversidade, inclusive das culturas populares:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988).

Depreende-se do apresentado anteriormente que os instrumentos normativos, seja o Plano de Manejo da APA Carste ou as normativas municipais, deveriam ser modificados para abarcarem e valorizarem mais amplamente o patrimônio cultural, especialmente o patrimônio imaterial.

Por outro lado, além da questão das normativas, será que o patrimônio “legalizado” é parte do patrimônio vivido? Especialmente levando-se em consideração que quando se fala em patrimônio, ele está envolto nas memórias de um dado grupo, e quem diz o que deve ser guardado como memória oficial nem sempre são os grupos detentores dessas memórias coletivas (físicas ou imateriais), afinal: “[...] normalmente, os órgãos oficiais e os intelectuais orgânicos tendem a organizar a memória de acordo com os interesses de grupos hegemônicos” (CIVALE; MARTINS, 2017, p. 301).

Para tentar responder parcialmente ao questionamento anterior e considerando que a unidade possui diversos atores humanos em seu conselho, foi solicitado pela autora, em uma reunião do conselho da APA Carste, que os conselheiros falassem sobre o que percebiam sobre o patrimônio cultural na região. Como o tempo da reunião era relativamente curto (4 horas) e havia outros temas a serem oficialmente tratados pela plenária, foi sugerido pela autora encaminhar para os atores, via e-mail, duas perguntas norteadoras que pudessem auxiliar a melhor compreender o tema patrimônio.

As respostas¹⁹⁸ foram variadas, mas a maioria versava sobre patrimônio físico (como construções e sítios arqueológicos, espeleológicos), algumas sobre o patrimônio cultural (danças, festas, culinária). Elas estão apresentadas nos Apêndices I e J e demonstram que grande

¹⁹⁸ Como foi algo voluntário, nem todos os atores se dispuseram a responder, mesmo havendo sido reiterado, inclusive pela chefia da unidade, a importância da participação na pesquisa.

parte daquilo que já possuía alguma indicação de proteção legal foi representada nas respostas dos conselheiros e outros atores.

Com base nas respostas elencadas nos Apêndices I e J foi possível perceber que existe, na concepção dos atores sociais, variedade de patrimônio cultural na APA Carste: parte desse patrimônio é afeito a uma memória que poderia se dizer que é também uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Uma vez que a memória, aparentemente apenas individual, é formada e construída coletivamente pelo vivido e pelo imaginário, conforme aponta Pollak (1992): “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 202).

Em relação ao patrimônio imaterial, nas respostas encaminhadas (Apêndices I e J) e na legislação apresentada no **Quadro 17**, percebe-se a menção às Folias de Reis e às Congadas. A Folia de Santos Reis é uma tradição católica que acontece entre o Natal até o dia 6 de janeiro, no qual se comemora os Santos Reis (Baltazar, Gaspar e Belchior), que, segundo a tradição católica, presentearam Jesus quando do seu nascimento. Clóvis Britto¹⁹⁹ (2010), ao falar sobre as Folias, diz que elas chegaram ao Brasil por meio de religiosos portugueses e eram instrumentos da catequese católica no período colonial. Com o tempo, elas passaram a auxiliar na coesão dos membros de uma comunidade, por meio de saberes e da Fé. Para o autor, as folias representam: “Céus e terra, fé e festas, promessas... Na frente, percorrendo o giro da lua, a bandeira, guia estrelada, calcula o caminho dos anos. Ela é a fé que se pega com os dedos” (BRITTO, 2010, p. 27).

Já as Congadas, geralmente realizadas no mês de outubro, expressam a devoção à Nossa Senhorado Rosário. Elas evocam ao passado dos escravos brasileiros, suas memórias e origens africanas, além da busca por respeito por meio de metáforas religiosas (BRITTO, 2010). Para o autor: “Com os filhos e filhas do Rosário aprendemos que tocar, dançar e cantar é também uma forma de oração, de unir-se a Deus numa séria brincadeira de tradição e resistência [...]” (BRITTO, 2010, p. 111).

Considerando o patrimônio imaterial mencionado, seja na legislação ou pelos atores humanos, buscou-se por estudos que tratassem da temática apresentada, entretanto não se encontraram muitos dados que estivessem relacionados com as questões de percepção ambiental, memória ou o patrimônio imaterial no território da APA Carste. Por exemplo, quanto à questão da percepção dos moradores quanto às unidades de conservação da região, nos

¹⁹⁹ Clóvis Carvalho Britto é pós-doutor em Estudos Culturais e professor de pós-graduação na Universidade Federal da Bahia.

levantamentos realizados, foram encontradas poucas pesquisas.

Uma dessas pesquisas foi realizada por Adualdo Silva (SILVA, 2018), que analisou a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual do Sumidouro, especialmente das comunidades da Lapinha, Quinta do Sumidouro e Fidalgo. Concluindo o autor que, embora os moradores gostassem de morar na região, havia um sentimento de rejeição em relação ao parque por cerca de 60% dos entrevistados, especialmente devido às imposições legais que a unidade trouxe para suas vidas.

Renata Adriana Rosa²⁰⁰ coordenou um estudo sobre a região da Lapinha, que integrou o projeto denominado “Irmandades do Rosário: Entre Bandeiras, Memórias e Tambores” (ROSA, 2008). O projeto foi financiado pela Fundação Palmares e envolvia a realização de oficinas culturais, confecção de fardas, bandeiras e estandartes, e dentre outras coisas a produção de uma cartilha que tratasse sobre o Congado e Candombe do Distrito da Lapinha. Nessa cartilha, estava apresentada a memória cultural, os cultos e saberes dos moradores daquele distrito. Nela a autora ressalta que:

Referência para as festas populares da região, a Lapinha configura-se como um verdadeiro celeiro cultural, sendo múltiplas as formas pelas quais a cultura se expressa, seja no Congado, no Candombe, na Folia de Reis, nas Pastorinhas, na produção artesanal de doces e quitandas ou em festas como a de Nossa Senhora do Rosário, de Santana e do Divino. (ROSA, 2011, p. 6).

Em outro ponto do estudo, Rosa (2011) aponta a importância, para o povo da região de Lapinha, das cruzes e dos cruzeiros que:

[...] compõem o cenário paisagístico e histórico do município de Lagoa Santa. A instalação destes marcos está diretamente relacionada à tradição católica no que se refere ao sofrimento de Jesus na cruz e às batalhas históricas que marcaram o contexto dos séculos passados. Na Lapinha, a Cruz de José Dias, o Cruzeiro do Sangradouro e a Cruz de Dom Rodrigo, na região da Fazenda do Fidalgo, possuem especial destaque. (ROSA, 2011, p. 50).

Durante a realização de trabalho em campo na região da Lapinha e Fidalgo, realizado antes do período pandêmico, foram tiradas algumas fotos (**Figura 43**) que retratam os cruzeiros mencionados por Rosa (2011) e que permanecem como referências simbólicas e culturais para as comunidades da região. Um deles está fora da APA Carste, o cruzeiro localizado em um bairro que recebeu o nome de Morro do Cruzeiro, mas que é representativo das primeiras festas

²⁰⁰ Renata Adriana Rosa é historiadora e doutora em Ciências Sociais. Estuda sobre identidade, gênero e espaço urbano.

religiosas que ocorreram no município.

Figura 43 – Paineis de cruzeiros



1 e 2, Lapinha – Lagoa Santa/MG; 3, Fidalgo – Pedro Leopoldo/MG; 4, Morro do Cruzeiro – Lagoa Santa/MG
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ridalvo Felix de Araújo²⁰¹ (2017, 2018), por sua vez realizou pesquisas que tratavam sobre a memória, tradição e a transmissão de conhecimento do Candombe, como o relacionado com a Festa do Rosário na Lapinha. Nele o autor destaca que: “[...] É na oralidade que o Candombe consegue transmitir seus conhecimentos, valores, crenças, símbolos e formas de se relacionar coletivamente, garantindo, portanto, a continuidade do patrimônio cultural do grupo” (ARAÚJO, 2018, p. 59-60). Uma constatação interessante que o autor coloca é sobre a relação do Candombe com as festas de Nossa Senhora:

[...] No Candombe, o aparecimento e desaparecimento da santa é um dos elementos estruturantes, pois comprova a fundação das tradições afro-negras que cerceiam as comunidades e seus Reinados no estado mineiro, bem como se procedem as variantes noutras partes do País. A santa retirada ao som dos tambores, que sobre um deles se

²⁰¹ Ridalvo Felix de Araújo é doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Dentre os temas de suas pesquisas estão as poéticas da oralidade e tradições afro-brasileiras.

posiciona, representa como os valores cognitivos de culto aos antepassados se reconfiguraram na imagem de uma entidade católica, que, a princípio, não tinha nome, como certifica a versão do capitão que permanecem até hoje. À luz do fator sonoro que impulsiona a saída da santa das águas, encontramos nessas narrações como surge a energia estabelecida por Nossa Senhora do Rosário e cultivada, no corpo dos instrumentos, pelos seus membros [...]. (ARAUJO, 2017, p. 217-218).

Claudia Marques de Oliveira²⁰² (2011) pesquisou sobre as crianças negras e congadeiras integrantes de duas guardas de congado em Pedro Leopoldo. Em relação ao patrimônio imaterial a autora informa que em Pedro Leopoldo existem guardas de congado, candombes, folias e pastorinhas, a saber:

Guardas: Guarda de Congo Santa Efigênia de Lagoa de Santo Antônio, Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Lagoa de Santo Antônio, Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário do Bairro Santo Antônio, Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário – Fidalgo, Guarda de Honra de Congados de Nossa Senhora do Rosário (B: S. Ant. Barra), Guarda de Santa Efigênia e São Benedito (B: S. Ant. Barra), Guarda de Moçambique Bairro Magalhães, Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário Vera Cruz de Minas e Guarda de Congo Chico Rei.

Candombes: Candombe da Guarda de Congo Santa Efigênia de Lagoa de Santo Antônio, Candombe da Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Lagoa de Santo Antônio, Candombe da Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário – Fidalgo e Candombe da Guarda de Congo Chico Rei.

Folias: Folia de Reis Nossa Senhora Aparecida, Sociedade Santos Reis, Folia do Rosário, Folia de São Sebastião, Folia de Reis Monsenhor Roque, Folia de Reis (Sr. Domingos), Folia de Reis Nossa Senhora da Conceição de Fidalgo, Folia do Divino Espírito Santo e Folia de Santos Reis (D. Jandira).

Pastorinhas: Pastorinhas de Vera Cruz de Minas. (OLIVEIRA, 2011, p. 19-20).

No mês de outubro de 2019, participei, como espectadora, de um encontro de folias na Igreja de Nossa Senhora dos Pretos em Lagoa Santa, onde estavam presentes representantes de Candombe, Congado e Folias da região. Esses representantes utilizam das lembranças de seus ancestrais e de suas próprias lembranças como meios de externalizar sua presença no agora, marcando um território de existência. Conforme apontam Deleuze e Guattari (2011): “a lembrança tem sempre uma função de reterritorialização” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, v. 4, p. 96). Ou seja, ela não é apenas uma compilação do passado, ela é modificada pelo indivíduo e pelo grupo, em um sentido de um devir que se faz em um coletivo.

Um momento muito singular, de grandes simbolismos e de resistência cultural, foi emoldurado por bandeiras, vestimentas, cantos, danças e orações. Cada um desses símbolos carrega consigo um dizer que ultrapassa o que simplesmente representa. O símbolo fala sem voz, se faz ver sem que tenha olhos. O bater do tambor e o tocar das violas geram sons que

²⁰² Claudia Marques de Oliveira é mestre em Educação. Dentre os temas de suas pesquisas estão: racismo, identidade e cultura afro-brasileira.

serão audíveis e interpretados de formas diferenciadas por cada participante. Assim, a reterritorialização dos símbolos no presente depende das histórias e das sensibilidades que os atores humanos carregam (**Figuras 44, 45, 46 e 47**):

Figura 44 – Mastro do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 45 – Painel do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG



1, 2 e 3: Bandeiras das Guardas.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 46 – Paineis do encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG



1,2,3: Congadeiros e foliões.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 47 – Andor do Encontro de Folias na Igreja Nossa Senhora dos Pretos, Lagoa Santa/MG



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Lucas²⁰³ (2014) retrata o Congado como uma paisagem sonora permeada pela pelos instrumentos como as caixas, os gungas de latas nos pés e os cantos, considerados como sagrados:

[...] Quando nos dirigimos a uma festa de Congado, o primeiro sinal de estarmos chegando, muitas vezes é dado pela paisagem sonora que, pouco a pouco, vai se definindo em nossos ouvidos. Os sons dos instrumentos característicos das guardas, que juntas, executam, cada uma, um canto e um ritmo diferentes, não nos deixa dúvidas: atrás dos muros daquele terreno, ou virando aquela esquina, há uma festa de Congado. (LUCAS, 2014, p. 75).

Esta paisagem sonora reconstrói um tempo e um espaço emocional que favorecem a união entre o grupo de congado e entre este e a comunidade, além de demonstrar parte de sua visão de mundo (LUCAS, 2014).

Uma outra fonte de dados sobre os moradores da região da APA é uma publicação de Viveiros²⁰⁴ (VIVEIROS, 2018), na qual apresenta narrativas sobre as memórias dos antigos moradores de Fidalgo e Quinta do Sumidouro sobre a região onde nasceram e cresceram.

Os estudos anteriormente mencionados, de forma geral, apresentam referências ao patrimônio oficial estabelecido pelos municípios e referidos no **Quadro 12**, como também com as respostas de alguns atores humanos mencionados nos Apêndices I e J.

É possível compreender que parte do patrimônio material seja utilizado como meio de reprodução e vivência do patrimônio imaterial de vários grupos, como no caso das festividades religiosas e dos cultos realizados em grutas e igrejas. Desta forma, o patrimônio material simbolizaria, em alguns momentos, o lugar do encontro comunitário, da conversa entre pares e das representações de suas culturalidade. Inclusive, há possibilidade de ser o patrimônio o lugar do estabelecimento de uma metamemória partilhada, que seria nos dizeres de Candau (2018):

[...] a metamemória coletiva é um metadiscurso que, como qualquer linguagem, tem efeitos extremamente poderosos: ele nutre o imaginário dos membros de um grupo ajudando-os a pensar sobre si mesmos como uma comunidade e, sendo fortemente performativo, contribuir para modelar um mundo onde a partilha se torna ontológica, particularmente em suas formas metamemoriais. (CANDAU, 2018, p. 122).

A construção desse elo entre ambos os patrimônios, material e imaterial, é também ideológica por carregar uma percepção de mundo e vivências que se fazem coletivas. Por outro

²⁰³ Glaura Lucas é professora de Etnomusicologia na UFMG e pesquisou sobre a tradição do Congado das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e Nossa Senhora do Rosário de Contagem (conhecida como Arturos).

²⁰⁴ Elica Pinheiro Viveiros é professora de História. Entre seus temas de pesquisa está a História e Cultura de Minas Gerais.

lado, esse elo poderia ser visto como uma construção de resistências em termos de tempo-espço, pela permanência material do patrimônio físico e seu uso para representatividade do patrimônio imaterial no decorrer dos anos. Entende-se que a cultura vivenciada pelos moradores locais advém de práticas sociais ancestrais, que pode ter sofrido alguma modificação ao longo dos anos, mas que carrega consigo valores sociais que os fazem sentir pertencentes a um dado coletivo, como o religioso.

É certo que a patrimonialização carrega diversos interesses, como a imposição cultural de dadas lideranças, porém é nas resistências culturais ao processo metropolizador que se reconfiguram e se reconstróem os espaços de reprodução social, o que se busca identificar ao longo da pesquisa.

A APA Carste, devido aos seus objetivos de criação, deveria buscar a integração entre os atores humanos e não humanos (patrimônio, cultura, economia, natureza), tal como afirma Guattari (2011): “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referências sociais e individuais.” (GUATTARI, 2011, p. 25, aspas do autor). Parece impossível atingir tal transversalidade sem conhecer de fato quem são os atores presentes na unidade, identificando suas características, agenciamentos e o que poderia ser um projeto político comum em termos de conservação da cultura regional para a região.

6.1 No território de patrimônios e das gentes da APA Carste

Com a finalidade de nortear a temática sobre paisagem e patrimônio, decidiu-se que uma das opções seria realizar atividades de campo no território da unidade de conservação. Uma vez que a pesquisadora mora em Lagoa Santa e já conhecia bem o Parque Estadual do Sumidouro, suas trilhas e edificações, decidiu-se que seria importante ir em outras unidades de conservação na região, como o Parque Cerca Grande e o Monumento Natural Vargem da Lapa.

Antes de continuar, é relevante situar o Parque Estadual do Sumidouro. Esse parque provavelmente representa uma das unidades de conservação mais conhecidas e visitadas na RMBH. Nele se encontram dois patrimônios que fazem parte da história de muitas famílias e estudantes da região, como é o caso do Castelinho e a Gruta da Lapinha (**Figuras 48 e 49**).

Figura 48 – Imagens antigas do Castelinho e da Gruta da Lapinha



1 – Família Bányai na torre do castelinho; 2 – Marcação para futura construção; 3 – Postal com o Castelinho
 Fonte: Imagens cedidas gentilmente por Érika Bányai, sem data.

Figura 49 – Imagens do Museu do Castelinho



1 – Castelinho; 2 – artefatos indígenas; 3 – urnas funerárias; 4 – fóssil humano.
 Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

6.2 Percorrendo por trilhas, cheiros e sabores

Em julho de 2019, a pesquisadora, acompanhada da historiadora Érika Bányai²⁰⁵, foi ao Parque Cerca Grande e ao Monumento Vargem da Pedra. Para chegarmos até as unidades estaduais, seguimos pelo distrito de Lapinha, que foi também objeto de outro campo. Ao longo da estrada uma pequena casa cercada por um pasto chamou minha atenção: consertando uma cerca estava o Sr. Hélio, irmão da proprietária. Fui apresentada a ele por Érika em uma conversa informal²⁰⁶.

O Sr. Hélio, popularmente conhecido como Sr. Bibil do Mercado²⁰⁷, informou que, antigamente, na região de Lapinha, plantava mandioca, abacaxi e pimenta, mas nos últimos anos estaria apenas trabalhando com um pouco de gado, uma vez que já mais velho decidiu voltar para ajudar a irmã e manter suas propriedades. Disse que antes, na Lapinha, havia encontros de bandeiras e muitos proprietários tinham bandeiras em seus terreiros para festejar os dias santos. Aos poucos, porém, a tradição foi se perdendo. Em dado momento, disse que cerca de uns 500 empregos na região sumiram e muito em função do “parque”, que dificultava o roçado e a retirada de pedra²⁰⁸. O Sr Hélio precisava voltar aos seus afazeres, então nos despedimos.

Partimos em direção a Matozinhos, para encontrarmos com servidores do IEF na sede das unidades de conservação. Lá fomos recebidos por dois servidores contratados que nos acompanharam ao longo das atividades.

O primeiro lugar de parada foi o Parque Estadual Cerca Grande, para chegar até ele passa-se por uma antiga fazenda e no caminho vimos um boiadeiro levando o gado para pastar, uma imagem típica nas paisagens da região (**Figura 50**).

²⁰⁵ Liderança local, integrante de vários conselhos na região e moradora do distrito de Lapinha. Durante grande parte de sua vida morou no Castelinho, ou, oficialmente, o Museu Arqueológico da Lapinha, construído por seu pai. Conforme já relatado, participou como palestrante durante o Webnário Socioambiental.

²⁰⁶ Decidi não gravar a conversa a fim de que o Sr. Hélio pudesse se sentir à vontade nas suas falas, que foram espontâneas.

²⁰⁷ O apelido lhe foi dado porque durante muitos anos o Sr. Hélio trabalhou no Mercado Central de Belo Horizonte.

²⁰⁸ A propriedade em questão faz divisa com o Parque Estadual do Sumidouro. Por ser uma unidade de proteção integral, as regras de uso no seu entorno são mais restritivas. No caso específico da questão da retirada das pedras, provavelmente teve influência no discurso do Sr. Hélio a proibição pela APA da extração de pedra ornamental sem o devido processo de autorização.

Figura 50 – Boiadeiro tocando a boiada, Matozinhos/MG, 2019



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

De longe foi possível avistar o paredão que forma grande parte do parque (**Figura 51**). A denominada Lapa de Cerca Grande foi tombada pela Iphan no ano de 1962²⁰⁹, mas somente em 2010 foi caracterizado como unidade de conservação, quando foi criado o Parque Cerca Grande²¹⁰.

Figura 51 – Paredão rochoso do Parque Estadual Cerca Grande, Matozinhos/MG, 2019



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

O Parque Estadual Cerca Grande possui um grande paredão rochoso, cuja imponência se destaca na paisagem, sendo agraciado por várias inscrições rupestres, que ficaram conhecidas internacionalmente através das pesquisas de Peter Lund e das ilustrações de Brandt (**Figura 52**).

²⁰⁹ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. nº 30, de 27/06/1962.

²¹⁰ Criado pelo Decreto Estadual nº 45.398, de 14 de junho de 2010.

Figura 52 – Ilustração Brandt em Cerca Grande, Matozinhos/MG



Fonte: HOLTEN; STERLL; FJELSA (2012, p. 14).

Um corte temporal aqui se faz necessário. Em 2021, quando caminhava pelo bairro que recebeu o nome de Brandt em Lagoa Santa, eis que me deparei com um muro. Nele havia um grafite que buscava reproduzir a ilustração de Brandt na região de Cerca Grande(Figura 53).

Figura 53 – O muro, Brandt em Cerca Grande, Lagoa Santa/MG



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Voltando ao campo, em 2019, observou-se que em várias partes do paredão as pinturas rupestres registram animais, cenas de caça²¹¹, homens e infelizmente algumas depredações. Conversando com os guias que nos acompanharam, eles informaram que muitas pessoas iam à lapa para passear, pescar na lagoa próxima, mas poucas conhecem as pinturas. Geralmente o parque é mais visitado por estudantes e pesquisadores. Foi destacado pelos guias que as propriedades que formam o território do parque ainda não haviam sido indenizadas, ou seja, ainda são propriedades privadas. Lund, em 1835, assim descreveu o que na época denominou de Lapa dos Índios:

Julguei ter diante de mim as ruínas de um vestuto Palácio de Gigantes, e meus olhos demoraram-se na contemplação de uma série de altas areadas na ala esquerda, como se espera descobrir aí, os vestígios de seus habitantes misteriosos [...].
A admirável paisagem que nos rodeia de há longo tempo que atrairia a atenção do homem selvagem. Os indígenas Nômades — eu suponho da tribo dos Caiapós — aqui se fixaram, encontrando abrigo nas grutas do imponente rochedo. Entusiasmados pela beleza da paisagem, tentaram imitar os objetos ali existentes, e o sopé do rochedo se acha coberto de desenhos, que são, na verdade, toscos como a imaginação que os criou [...]. (LUND, 1950, p. 94).

Posteriormente nos deslocamos para o Monumento Natural²¹² Estadual Vargem da Pedra também criado oficialmente como unidade de conservação em 2010²¹³. Esse monumento fica próximo à sede do distrito de Mocambeiro em Matozinhos. Conforme informado pelos guias a sua área era muito frequentada por jovens de Mocambeiro para atividades de lazer, como nadar na lagoa que se formava ao redor do rochedo. Nos últimos anos devido à seca que atingiu toda a região a lagoa secou até meados de 2020. Mesmo seca, a composição paisagística destaca-se no distrito de Mocambeiro (**Figura 54**).

²¹¹ Uma pesquisa realizada em 2018 junto a moradores mais velhos da APA Carste de Lagoa Santa sobre seus hábitos alimentares e atividades como a pesca e a caça considerou que “[...] os animais, as plantas e os desafios de subsistência de hoje são relativamente similares aos ali encontrados há milhares de anos” (OLIVEIRA; DA GLORIA; NEVES, 2018, p. 104).

²¹² Cabe aqui uma informação: embora pertençam à categoria de proteção integral nos monumentos naturais, não precisa haver a indenização aos proprietários, somente no caso de atividades que venham a prejudicar os objetivos de criação da unidade, conforme disposto no artigo 12 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

²¹³ Criado pelo Decreto nº 45.392, de 8 de junho de 2010.

Figura 54 – Pannel Monumento Vargem da Lapa, Matozinhos/MG, 2019



1 – Vista geral; 2 – Formação geológica.
Fonte: Acervo pessoal da autora, julho de 2019.

Uma questão relevante no contexto das paisagens locais é que o Monumento Natural Vargem da Lapa integra o denominado Ecomuseu do Carste de Minas Gerais²¹⁴, um museu a céu aberto gerido pela comunidade local e que foi instituído pelo município de Matozinhos com o intuito de: “preservar, revitalizar, reabilitar, promover e divulgar a memória, a ecologia e o patrimônio cultural, artístico, histórico, simbólico, etnográfico, turístico, paisagístico, ambiental, espeleológico, arqueológico, Paleontológico, eco-biológico e hídrico” (MATOZINHOS, 2012).

Após a visita ao Monumento Natural Vargem da Lapa, embora não estivesse no planejamento inicial, deslocamo-nos até a região da Fazenda da Jagoara Velha, que integra a história de Minas Gerais e se configurou como um dos grandes entrepostos comerciais ao longo do rio das Velhas²¹⁵. Pode-se também dizer que a Jagoara é parte da memória coletiva de muitos moradores da região da APA, especialmente de Matozinhos.

Um dos grandes destaques da Fazenda Jagoara Velha refere-se tanto a sua história marcada pela mineração e produção agropecuária, quanto pelas ruínas de uma igreja denominada Nossa Senhora da Conceição. Embora imponente na paisagem e apresentando grande riqueza histórica, a igreja, mesmo sendo tombada, foi abandonada pelo poder público estando atualmente seus pilares amarrados a uma estrutura de aço (**Figura 55**).

²¹⁴ Criado em Matozinhos pela Lei Municipal nº 1.800/2003 e alterado pela Lei Municipal nº 2.190/2012

²¹⁵ Os entrepostos comerciais geralmente estavam localizados em locais estratégicos e funcionavam como armazéns para compra e venda de mercadorias. Para mais informações ver: GOULART, 2009.

Figura 55 – Igreja da Jagoara

1 – de frente; 2 – de perfil.

Fonte: Acervo pessoal da autora, julho 2019.

A construção da Igreja foi solicitada pelo Coronel Antônio de Abreu Guimarães, como uma das formas de se redimir de impostos não pagos para a coroa portuguesa. O projeto arquitetônico e a decoração são atribuídos a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que finalizou a construção por volta de 1787. A fazenda tem longa história. Em seus primeiros registros, constam que desde 1745 pertenceu a João Ferreira dos Santos.

Nas décadas finais do século XVIII, Antônio de Abreu Guimarães criou o Vínculo da Jagoara, a partir do qual os lucros das atividades de suas fazendas deveriam ser destinados a obras de caridade e religiosas. Com isso, destinou-se parte das verbas da Jagoara para a construção da igreja. Posteriormente, a fazenda foi vendida até chegar à propriedade de Francisca Santos Dumont, tia de Alberto Santos Dumont. Foi comprada em 1910 pelo inglês George Chalmers, que trabalhava na *Saint John Del Rey Mining Company*, à época proprietária da Mina do Morro Velho, em Nova Lima. Chalmers que era anglicano e não tinha interesse em manter a Igreja Católica, decidindo vender e doar parte dos remanescentes da Capela da Fazenda da Jagoara. Destes, retábulos e púlpito foram para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Nova Lima e tombados, em 1950, pelo IPHAN. Em 1975, a fazenda é comprada pela família Andrade. Décadas mais tarde, a fazenda foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em 1996 e tombada no ano de 2000 pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Matozinhos (SUCINTA, 1906; GOULART, 2009,

ANDRADE, 2013).

Finalizou-se o campo em estado de encantamento com todo esse patrimônio que está no território da APA Carste, e que, embora seja um patrimônio material, está relacionado também com parte do patrimônio imaterial, uma vez que se relaciona com histórias, cultos e memórias. Certamente ver pichações nas rochas em parte dos monumentos que fomos e a degradação que se encontra a Igreja da Jagoara é desagradável, mas ficam como desafios: o que pode ser feito para melhorar a gestão desses patrimônios? Como produzir conhecimento e informação que dê visibilidade a estes atores humanos e não humanos que surgem ao longo dessa cartografia? Questionamentos que poderão ser respondidos em desdobramentos desta pesquisa.

Assim que iniciei meu trabalho na APA Carste, em algumas ocasiões como em reuniões do Conselho, Érika Bányai levava algumas quitandas e doces²¹⁶. E num dia conversamos sobre a origem dessas delícias, simples e de encher não apenas o estômago, mas principalmente a memória sensorial afetiva, as quitandas têm sabores antigos, que nos remetem à infância. Ela contou que eram provenientes da Lapinha e que algumas quitandeiras haviam se unido para tentar continuar a sobreviver com a venda de suas guloseimas. Assim, fui iniciada nas discussões sobre a denominada Rota das Doceiras, mulheres que buscaram reinventar o jeito de sobreviver diante da urbanização que chegou à região e principalmente depois das dificuldades enfrentadas para vender os produtos no que atualmente é o Parque do Sumidouro.

A Sr.^a Érika informou que as doceiras queriam resgatar suas tradições e ampliar suas vendas. Apoiadas pela secretaria de cultura, conseguiram viabilizar um circuito local denominado Rota das Doceiras, com base na tradição de produção familiar dos doces e quitandas. Esses eram muito consumidos na região da Gruta quando ainda não havia sido implantado o parque.

Na Rota das Doceiras, cada artesã do sabor pode vender seu produto diretamente em casa, ou colocá-los em lugares fixos, como no Cafofô com Arte. Nesse local, além de venda de produtos artesanais, também são ofertados cursos por organizações locais para resgatar as tradições do lugar.

Assim, na semana subsequente à visita às unidades de conservação, novamente acompanhada da historiadora Érika Bányai, fui conhecer algumas doceiras na Lapinha que fazem parte da Rota das Doceiras, cuja produção passou a integrar o patrimônio municipal.

No caminho deparamos com uma senhora de nome Tereza²¹⁷, moradora de Lapinha há muitos anos. Ela nos contou que seu pai construiu uma cruz para as festividades religiosas. Tal

²¹⁶ Como costumam falar as pessoas da região da APA.

²¹⁷ Dona Tereza faleceu poucos meses depois, conforme informado por Erika Bányai.

cruz ficava em um outro ponto da rua onde mora atualmente. Quando ela se mudou de residência pediu que a cruz fosse colocada em frente à sua nova moradia (**Figura 56**). De certa maneira, aquele cruzeiro se tornou um marco simbólico de seu pertencimento ao lugar.

Figura 56 – Dona Tereza e o cruzeiro, na Lapinha, Lagoa Santa/MG, 2019



Fonte: Acervo pessoal da autora, julho de 2019.

Posteriormente nos deslocamos para a casa de uma quitandeira conhecida como Tetéia²¹⁸, que faz biscoitos em forno a lenha. Erika nos apresentou, e eu informei para Dona Tetéia que estava iniciando uma pesquisa sobre a cultura da região e gostaria que ela falasse um pouco sobre sua atividade como quitandeira.

Numa conversa de mais olhares do que de palavras, ela disse que aprendeu seu ofício com sua mãe e que seu filho, já falecido, era um dos poucos da família que mantinha a tradição da produção caseira. Nesse momento, ela se emocionou bastante ao recordar do filho. Prosseguiu e, dentre suas quitandas, ela falou sobre a produção do biscoito de trigo, o biscoito de soda e o cobu. Algumas delas estavam sendo assadas em um forno a lenha naquele exato momento. Poderia se dizer que havia ali uma paisagem olfativa, que remete a lembranças e gostos. Após provarmos de suas quitandas, ela contou que parte de suas vendas aumentou quando passou a integrar a Rota das Doceiras da Lapinha (**Figura 57**).

²¹⁸ Absteve de gravar a conversa com as senhoras que encontrei, para que fluísse de forma natural e elas pudessem se sentir confortáveis com o diálogo travado. Uma vez que Érika Bányai se encontrava nesses momentos de conversa, é testemunha desse processo de partilha de conhecimentos.

Figura 57 – Dona Teteia e suas quitandas, na Lapinha, Lagoa Santa/MG, 2019



Fonte: Acervo pessoal da autora, julho de 2019.

Depois de uma longa e agradável conversa, regada a café com biscoito, nos despedimos de Dona Tetéia e fomos para casa da Sr.^a Laurinda, conhecida como Dona Lora.

Ao chegarmos na residência, Erika Bányai me apresentou à Dona Lora. Expliquei que iniciava uma pesquisa sobre a cultura na região perguntei se ela poderia falar um pouco sobre seu talento na produção culinária. Ela gentilmente disse que se especializou no fábriço de doces, como de pau de mamão, abóbora, leite e limão. Ela contou sobre as dificuldades enfrentadas para produção dos seus quitutes, como a falta de alguns produtos, mas que, apesar da idade avançada, continuava a ter neles sua fonte de renda, auxiliada pelo marido, que no momento ralava mamão. Dona Lora informou que também integrava a Rota das Doceiras, o que lhe trazia alguma renda (**Figura 58**). Ela nos falou sobre a festa junina que é realizada em seu quintal e que traz alegrias para sua família.

Após a conversa, despedi-me dela com os ânimos renovados. Depreendi com as conversas com Dona Teteia e Dona Lora, que essas mulheres representam parte da resistência cultural e de sobrevivência na região da Lapinha.

Figura 58 – Dona Lora e seus doces, na Lapinha, Lagoa Santa/MG, 2019



1 – Placa ; 2 – fabricação de doces; 3 – venda de doces.
 Fonte: Acervo pessoal da autora, julho de 2019.

As pessoas com as quais foram travados os diálogos compartilharam comigo uma parte suas memórias e, acima de tudo, demonstraram orgulho do seu saber-fazer. Esse saber-fazer, quando passado para frente, poderia ser parte de uma memória-cultura, que se faz mais inclusiva. (CANDAU, 2017). Além disso, perfaz parte da paisagem olfativa e gustativa da Lapinha.

Cabe apontar que parte dos moradores da Lapinha antigamente vendiam quitandas, doces e outros produtos nas proximidades da gruta da Lapinha. Com a criação do Parque Estadual do Sumidouro, houve alguns conflitos entre o Instituto Estadual de Florestas e os moradores do Distrito de Lapinha. Alguns deles relacionados com a temática da regularização fundiária, outros relacionados com a proibição de vendas de produtos como doces e quitandas aos turistas no interior da unidade de conservação, o que antes da criação da unidade era realizado por algumas famílias locais (SILVA, 2018). Alguns anos após a implantação do Parque, foi idealizado o projeto Saberes e Fazeres. Conforme declaração da servidora Cintia Palhares²¹⁹, o projeto surgiu por iniciativa do então gerente do Parque Sr. Rogério Tavares de Oliveira.

No referido projeto Cíntia entrevistava e fazia o registro fotográfico com pessoas na comunidade de Lapinha que eram portadoras de “saberes e fazeres” típicos da região, como as

²¹⁹ Em função da pandemia de COVID-19, não foi realizada entrevista presencial. A servidora Cintia Palhares encaminhou relato sobre o projeto Saberes e Fazeres por e-mail, arquivado pela pesquisadora.

quitandas, por exemplo. Depois as entrevistas eram publicadas no informativo do Parque do Sumidouro. Essa ação, segundo Cintia, favoreceu para uma maior aproximação entre a unidade de conservação e a comunidade. Além disso, parte das entrevistadas passaram a compor a Rota das Doceiras da Prefeitura de Lagoa Santa. Em janeiro de 2020, o Parque Estadual do Sumidouro realizou uma exposição denominada Comunidades e Memórias no qual promoveu a discussão sobre os costumes das comunidades de Lapinha (Lagoa Santa); Fidalgo e Quinta do Sumidouro (Pedro Leopoldo) (PES, 2020). Espera-se que tenha continuidade nos anos seguintes.

Enfim, com novos conhecimentos, novas memórias e compartilhando um sentimento de pertencimento ao território da APA, finalizei esse campo com a certeza de que o caminho para averiguar a hipótese da tese estava apenas começando. Então, procurei mais bibliografias que pudessem me auxiliar a compreender melhor a cultura relacionada ao território da APA Carste. Entretanto, é preciso pensar a cultura enquanto potencialidade para vivência e sobrevivência dos grupos sociais tradicionais existentes na APA Carste. Mas eu me perguntava: quem são eles? Como identificá-los? Parte dessa resposta pode ser inferida dos festejos religiosos, dos cultos, das diferentes culturas que estão expressas no cotidiano urbano e rural.

6.3 A culturalidade da matriz africana e cigana

Considerando o preceito constitucional de que a cultura é um patrimônio e que a APA foi criada para, dentre outros, proteger a cultura regional, estaria implícito que isso envolve a cultura dos povos de matriz africana e dos ciganos. Contudo, além de isso ainda não fazer das atividades diretas de gestão da unidade de conservação, tanto em função dos vazios oriundos do seu Plano de Gestão quanto por não ser uma prioridade, outra dificuldade é que foram encontrados poucos estudos que versam sobre o tema no que tange à unidade de conservação.

Outra constatação é que embora no território da APA tenha havido escravidão e várias fazendas como a Jagoara tenham tido um número significativo de escravos, nenhum quilombo²²⁰ foi levantado ou registrado no interior da unidade, e fora as festividades religiosas de cunho católico, pouco se percebe sobre outros cultos de matriz africana. Nem mesmo no distrito de Mocambeiro, foram encontradas bibliografias que remetam a formação de quilombos no lugar, de acordo com apontamentos de Antônio Calazans:

Porém, pelo contexto histórico dessas ocupações, por exemplo, Mocambeiro, aqui em

²²⁰ Nas proximidades da APA Carste, no município de Pedro Leopoldo, existe um quilombo denominado Pimentel, que poderá ser objeto de futura atividade de campo para a tese.

Matozinhos, tem um Mocambo, que remete a assentamentos dos escravos alforriados. Li um trabalho recentemente que dizia que as populações escravas tinham maior propensão a conseguir aqui, em Minas Gerais, sua carta de alforria era muito maior do que em outros estados em que predominavam os regimes escravocrata. Em fazendas de açúcar, por exemplo, os escravos não tinham tanta condição de ter uma certa ascensão social e conseguir sua alforria. Como em Minas o regime escravocrata era muito ligado à exploração mineral e pedras preciosas, muitos escravos conseguiram juntar determinados recursos e conseguiram a sua alforria. E Mocambeiro é um assentamento histórico, que, ao que consta, nasceu nesse contexto. (Arquivo de vídeo, BARBOSA, RENA, 2020b).

Conforme afirma Candau (2018) a “memória é feita de recordações e de esquecimentos” (CANDAU, 2018, p. 106); assim, parte da cultura africana é apresentada nos festejos religiosos, mas não há nenhum museu ou mostra permanente da lembrança dos tempos da escravidão na região da APA, como há para os bandeirantes e o patrimônio arqueológico e paleontológico.

Sobre essa questão da cultura de matriz africana, foram encontrados poucos estudos nos levantamentos ora realizados. Dentre eles estão o de Guimarães et al (2011) que pesquisam sobre os rituais de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé em cavernas, especialmente a Gruta da Macumba e a Gruta do Feitiço, percebidas como lugares sagrados.

Em 2010, foi solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a elaboração de mapeamento relacionado com as religiões de matriz africana, especialmente junto às comunidades tradicionais de terreiro em algumas capitais e regiões metropolitanas, incluindo Belo Horizonte (MDS, 2020).

No **Quadro 18** estão representados os terreiros que foram identificados por esse mapeamento. No âmbito da APA Carste foi mapeado apenas um terreiro, que estaria situado em Confins. Nos demais municípios que são abrangidos pela APA, os terreiros encontrados estão nas circunvizinhanças da unidade de conservação, sendo quatro terreiros em Lagoa Santa e nove em Pedro Leopoldo. No caso de Matozinhos e Funilândia não foram encontrados dados. Assim como não foram encontrados outros estudos que tratam da temática na região da APA.

Quadro 18 – Terreiros de matriz africana na região da APA e circunvizinhanças

Denominação	Religião	Fundação	Bairro	Município
Templo de Umbanda Caboclo Pena Branca	Umbanda	2008	Centro	Confins
Centro Espírita Pai José do Congo	Umbanda	2005	Ovídeo Guerra	Lagoa Santa
Ilê Asê Osum Bumi	Candomblé	2010	Ovídeo Guerra	Lagoa Santa
Yemanjá	Umbanda	1983	Centro	Lagoa Santa
Templo Umbandista Casa Branca de Oxalá	Umbanda	1992	Joana D`Arc	Lagoa Santa
Centro Espírita Jesus de Nazareno	Umbanda	1972	Dona Júlia	Pedro Leopoldo
Centro Espírita Caboclo Juremê	Umbanda	1982	Boa Esperança	Pedro Leopoldo
Centro Espírita Omolu Obaluaê Chefe Iacotô	Umbanda	s/d	São Geraldo	Pedro Leopoldo
Grupo Beneficente Robinson Crusóe	Umbandomble	1972	São José	Pedro Leopoldo
Grupo Espírita Pai Guiné	Umbanda	1986	São José	Pedro Leopoldo
Ilê Asê D'Omin Osumaré	Candomblé	2000	Centro	Pedro Leopoldo
Ilê Axé de Oxalá	Candomblé	1978	Donato/ Boa Esperança	Pedro Leopoldo
Tenda Espírita de Umbanda Caboclo Guaraci	Umbanda	1986	Centro	Pedro Leopoldo
Tenda Mediúnic Pai Xangô	Umbanda	2002	Joana D'Arc	Pedro Leopoldo

Fonte: Adaptado pela autora de MDS, 2020.

Góis²²¹ pesquisa sobre religiões. Em uma de suas publicações (GÓIS, 2013), ele aponta o grande desconhecimento da população em geral sobre as religiões africanas, algumas vezes havendo preconceito e invisibilização pela sociedade dos cultos relacionados a essas religiões e aos terreiros onde são praticadas, como por exemplo ao Candomblé, que é:

[...] é uma religião que se organiza a partir do culto aos Orixás, Inquices e Voduns, divindades originárias do panteão africano, mas também incluem as Entidades do universo mítico-religioso do Brasil, tais como Caboclos e Marujos, considerados, por alguns, espíritos de antepassados e geralmente subordinados àquelas outras divindades supracitadas. (GOIS, 2013, p. 323).

Encontrou-se escassa produção acadêmica que versa sobre a temática das religiões de origem africana na APA Carste. Assim, fica uma lacuna sobre o tema, que poderá ser preenchida quando das pesquisas para revisão do Plano de Manejo da APA Carste.

Uma outra face cultural da APA Carste é a presença de ciganos. Eles compõem uma minoria étnica e estão presentes em alguns acampamentos como em Pedro Leopoldo, mas não

²²¹ Aurino José Góis é Doutor em Geografia e Tratamento da Informação Espacial e Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências da Religião da PUC Minas.

foram encontradas pesquisas sobre eles, apenas algumas reportagens²²² em sites da internet. Nas reportagens, é possível compreender que a comunidade Cigana busca resolver problemas como moradia, saúde e outros, tendo recebido apoio do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, da Comissão Pastoral da Terra, da Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil e do Ministério Público Federal, além de outros atores que procuram atuar em parceria para auxiliar a comunidade cigana local. Como os ciganos e quando os ciganos chegaram no território da APA? Como é sua relação com outras comunidades? Não se encontrou estudo específico sobre essa temática referente ao território da APA Carste, o que pode ser uma abertura para desdobramentos desta tese.

Os estigmas e estereótipos sociais que desfavorecem culturas que não sejam relacionadas aos grupos dominantes de predomínio ocidental, branco e Cristão desfavorecem para um maior conhecimento sobre as culturas de origem africana e cigana. Isso está refletido no próprio Plano de Manejo, que desconsiderou a culturalidade de tais povos, como também pelos poucos estudos acadêmicos sobre o tema na APA Carste.

6.4 A esperança que habita o conjunto paisagístico da APA Carste

Depreende-se que a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural que deveria existir na APA Carste relacionada com os processos sociais e a racionalidade ambiental, enquanto ações inerentes ao político, conforme disposto por Leff (2006), ainda está longe de ser alcançada. Porém, a existência de atores nos espaços de governança local como nos conselhos das unidades de conservação e de cultura, a presença de lideranças que resguardam as tradições culturais como nas comunidades de Fidalgo, Lagoa de Santo Antônio, Lapinha e Quinta do Sumidouro podem favorecer a que uma verdadeira sustentabilidade socioambiental possa vir a ser exercida no território e especialmente que se valorize a cultura em toda sua singularidade e diversidade.

O conjunto paisagístico da APA Carste é diverso, formado por áreas urbanas e rurais. Parte considerável do território da APA já sofreu modificações em suas paisagens, seja para implantação de áreas para o desenvolvimento agropecuário, implantação de áreas residenciais,

²²² Reportagens pesquisadas: <https://www.cedefes.org.br/comunidade-cigana-da-lagoa-de-santo-antonio-em-pedro-leopoldo-mg-luta-por-territorio-e-pelo-direito-de-ser-cigano-a/>. Acesso em 1 ago. 2019. <https://www.ecodebate.com.br/2018/06/25/comunidade-cigana-da-lagoa-de-santo-antonio-em-pedro-leopoldo-mg-luta-por-territorio-e-pelo-direito>. Acesso em: 1 ago 2019. <https://gilvander.org.br/site/para-a-comunidade-cigana-da-lagoa-de-s-antonio-em-pedro-leopoldo-mg-terra-cidadania-respeito-dignidade-3a-parte-14-6-2018>. Acesso em: 1 ago 2019.

de áreas industriais, de áreas minerárias e de equipamentos urbanos como o Aeroporto, dentre outros.

Poderia se dizer que o conjunto paisagístico da APA Carste forma um grande palimpsesto²²³, no qual o território, a base física da paisagem, ao longo do tempo, sofreu grandes transformações socioambientais, especialmente com o processo de metropolização. Assim, a paisagem marcada pela presença da vegetação natural, por rios, por lagoas e por bichos é cada vez menor. Porém, nesse mesmo conjunto paisagístico, existe uma porção que pode ser identificada como uma paisagem cultural, marcada pela presença de suas gentes e suas representações materiais e imateriais. Em algumas localidades, é perceptível o resguardo de uma culturalidade mais tradicional, como aquelas representadas por festas religiosas, pelo saber fazer e pela própria vivência comunitária dos moradores.

Ademais, as unidades de conservação de proteção integral sobrepostas com a APA Carste formam camadas de paisagens nas quais existem uma maior diversidade biológica, patrimônios arqueológicos e paleontológicos, mas estão rodeadas pelas gentes da APA.

A APA é culturalmente heterogênea. Parafraseando Hall (2018), ela poderia ser considerada como multicultural, pois seu território é múltiplo e nele é possível perceber “[...] as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original’” (HALL, 2018, p. 57, aspas do autor).

Entende-se, portanto, que o conjunto paisagístico que a APA deve proteger não é uniforme, é um palimpsesto de paisagens materiais e imateriais. Nesse conjunto há uma diversidade de culturas, feitas de permanências e impermanências, dependente diretamente dos atores que a elas estão ligados. Então, a paisagem cultural é também composta por sua gente.

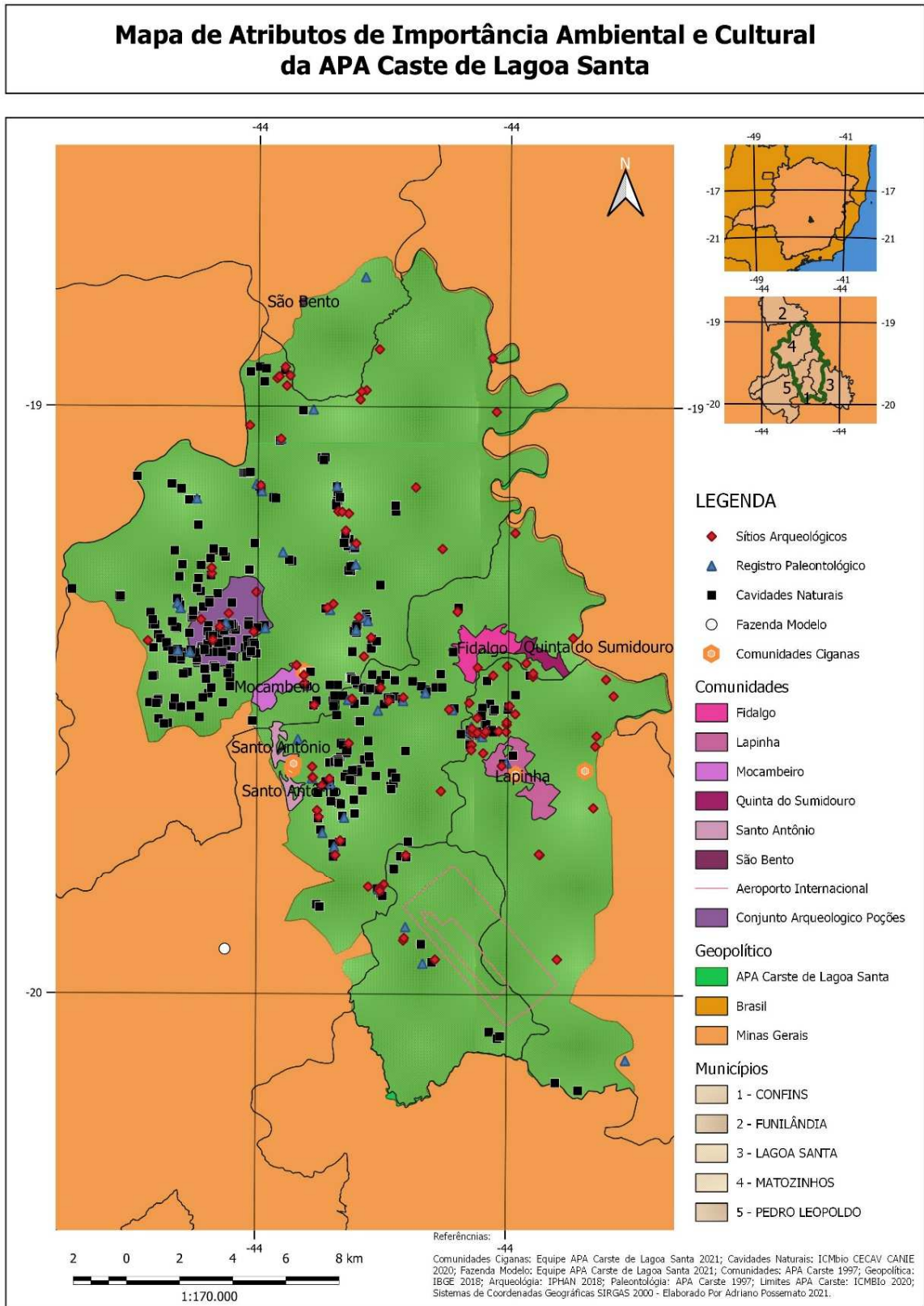
Considerando o Art. 1º da Portaria 127 que institui a chancela de Paisagem Cultural Brasileira como sendo “[...]uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”. (BRASIL, 2009). Considerando ainda o Art. 4º da referida Portaria que diz que “[...] A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.” (BRASIL, 2009). Especialmente considerando os atributos presentes no território do

²²³ A palavra palimpsesto provém do grego antigo significando “[...] manuscrito sobre cujo texto se descobre escritas anteriores” (CUNHA, 2012, p. 471).

dispositivo-APA Carste referentes ao patrimônio material como arqueológico, biológico, espeleológico, imóvel, paleontológico e o patrimônio imaterial pautada na sua complexidade cultural e apresentados ao longo desta tese, entende-se que a APA Carste de Lagoa Santa tem prerrogativas que poderão qualifica-la para ser uma Paisagem Cultural Brasileira.

Buscou-se rastrear pistas sobre lugares-chave representativos desse conjunto que envolve a paisagem cultural para além das feições físicas como cavidades, rios e lagoas, uma vez que esses já estão identificados e expressos em mapas e normativas e elaborou-se o Mapa sobre atributos de importância cultural e ambiental na APA Carste (**Figura 59**).

Figura 59 – Mapa sobre atributos de importância cultural e ambiental na APA Carste, 2021



Fonte: Elaborado por Adriano Possemato, a pedido da autora.

Com base nos levantamentos realizados ao longo da tese, no **Quadro 19** estão dispostas algumas das localidades que resguardam o conjunto cultural da APA Carste e suas proximidades.

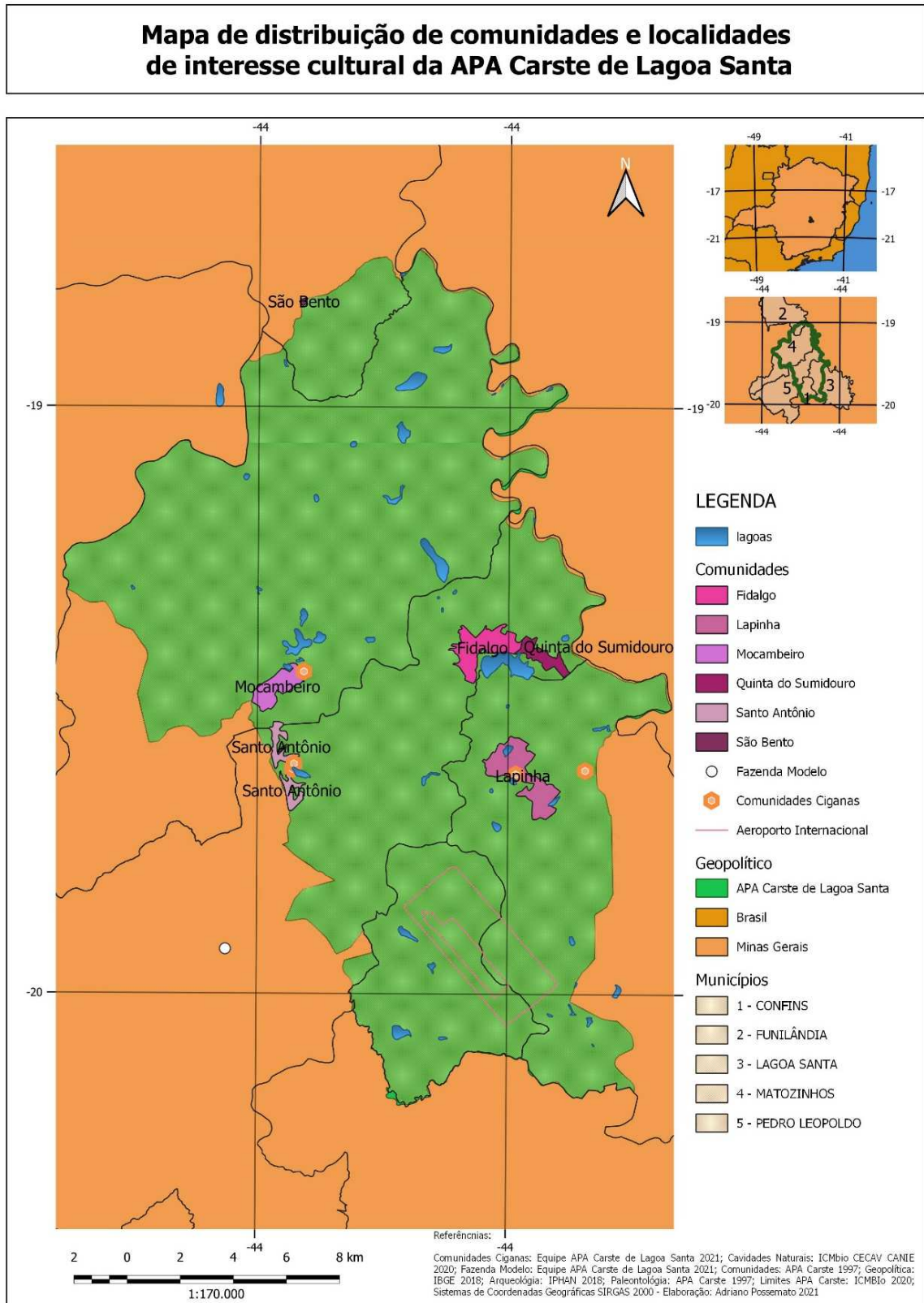
Quadro 19 – Localidades representativas da cultura regional na APA Carste e proximidades

Localidade	Município	Características gerais
Santuário Taborda Liberdade	Confins	O Santuário integra o Movimento Apostólico de Schoenstatt da Igreja Católica, sendo um lugar de peregrinação religiosa dentro da APA Carste e ao lado do Aeroporto Internacional.
Fidalgo	Lagoa Santa	Sua ocupação data do início do século XVIII com as entradas de bandeiras em Minas Gerais. Tem como uma de suas características a histórica Fazenda Fidalgo e as festas religiosas na Capela de Santana.
Distrito de Lapinha	Lagoa Santa	Na Lapinha está localizada grande parte do Parque do Sumidouro incluindo a Gruta da Lapinha e o museu do Castelinho. No distrito também se encontra uma parte da população rural do município e sabores diversos vindo da recém-criada Rota das Doceiras, e parte das festividades religiosas locais como Candombe de Nossa Senhora do Rosário da Lapinha e Pastorinhas.
Mocambeiro	Matozinhos	Nessa localidade foi criado um ecomuseu e estão importantes monumentos naturais, além de fazendas históricas do Vínculo da Jaguará. Também se realizam festividades religiosas como a Festa da Guarda de Nossa Senhora do Rosário de Mocambeiro.
Fazenda Modelo	Pedro Leopoldo	Suas primeiras instalações datam do início do século XX. Embora fora dos limites da APA Carste, se constitui em importante local tanto do ponto de vistas do ensino e pesquisas desenvolvidas pela UFMG no campo da veterinária e agropecuária quanto por ser o lugar no qual durante anos trabalhou o médium Francisco Cândido Xavier, ou comumente chamado de Chico Xavier, sendo a ele destinado um centro cultural.
Lagoa da Santo Antônio	Pedro Leopoldo	Essa localidade cresceu ao redor de uma lagoa carstica. Nela ampliaram-se consideravelmente as construções de apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida e apresenta uma das maiores concentrações de famílias ciganas na APA Carste.
Quinta do Sumidouro	Pedro Leopoldo	Dentre seus patrimônios destacam-se a casa bandeirantes Fernão Dias e a Capela do Rosário.
Acampamentos Ciganos	Matozinhos, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo	Povo tradicional presente em diversas localidades no território.
São Bento	Funilândia	Comunidade tipicamente rural

Fonte: Adaptado pela autora dos sites das prefeituras de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo, 2020.

Isto posto, entende-se que a APA Carste seria um bom exemplo do que seja uma Paisagem Cultural Brasileira, complexa, diversa e em transformação. Uma paisagem que envolve patrimônios materiais e imateriais, permeados por rochas, cheiros, sons, bichos, plantas, gentes, águas e terras (**Figura 60**).

Figura 60 – Mapa de distribuição de comunidades e localidades de interesse cultural na APA Carste, 2021.



Fonte: Elaborado por Adriano Possemato, a pedido da autora.

É preciso ir além do reconhecimento em si para se favorecer a conservação deste conjunto paisagístico e da cultura regional na APA Carste de Lagoa Santa. São necessários esforços entre os diversos atores presentes no território, com a formalização da gestão interinstitucional, por meio da instituição de um mosaico ou do reconhecimento do território como uma futura Paisagem Cultural Brasileira. Nesse processo, seria relevante o estímulo para a participação social efetiva dos atores diretamente envolvidos com a cultura, uma vez que essa, no âmbito da unidade de conservação, ficou em segundo plano. Além disso, deveria ampliar-se as redes de atuação desses atores, para que tanto as paisagens e a cultura sejam tratadas como relevantes nos processos de planejamento e gestão territorial.

Oxalá isso aconteça.

7 EPÍLOGO OU APONTAMENTOS NÃO CONCLUSIVOS

O capitalismo, ao longo do tempo, estabeleceu uma racionalidade que distorceu o que era natureza e o que era sustentável, fazendo deles objetos para o lucro ou objetos-mercadoria. Isto posto, as unidades de conservação acabaram por se tornar um reflexo da disputa entre vários paradigmas como o capitalismo e o socioambientalismo. No caso brasileiro, a categoria que mais representa os impasses e os desdobramentos dessa disputa é a categoria Área de Proteção Ambiental.

Na tese buscou-se apresentar a unidade de conservação enquanto um dispositivo entremeadado por agentes e instrumentos de gestão territorial (municipal, estadual e nacional) e suas possíveis relações com o patrimônio paisagístico e cultural.

No território objeto dessa tese, o dispositivo-APA Carste de Lagoa Santa apresenta muitas curvas de enunciação e complexas linhas de força relacionadas aos atores que atuam na gestão do território. Nela os três níveis hierárquicos que fundamentam a federação brasileira estão presentes: a União, criadora e gestora da unidade de conservação; o estado, ente federado que atua especialmente no que tange ao licenciamento e gerenciamento de outras unidades de conservação no interior da APA; e cinco municípios, dos quais em um está implantado um aeroporto internacional.

Considerando que a União, no pacto federativo, estabelece normas gerais sobre os demais entes, no caso da gestão APA Carste as leis e normas provenientes do estado e dos municípios só podem ser mais restritivas aos ditames da União, ou seja, não podem ser mais flexíveis. Ocorre, assim, certa justaposição de governamentalidades no interior da APA, o que acaba por gerar conflitos entre eles, especialmente no que tange ao licenciamento de atividades no interior da unidade, fora as outras temáticas que fogem ao licenciamento, como as questões sociais, inclusive culturais.

Refletindo sobre o exposto²²⁴ e considerando a dinâmica da urbanização desigual apresentada na obra de Milton Santos (2018), constata-se preliminarmente que no dispositivo-APA Carste de Lagoa Santa ocorre uma urbanização não homogênea, multifacetada, multiescalar, forjada e forjadora de atores (humanos e não humanos) e de processos diversos. Ela reflete elementos do neoliberalismo, ocorrendo até a mercadificação²²⁵ das coisas e de

²²⁴ Ainda faltam as cartografias sobre as ações e agenciamentos dos atores das organizações não governamentais, do conselho consultivo da unidade, das comunidades locais e outros que estão presentes no território e estabelecem vínculos com sua gestão da unidade de conservação.

²²⁵ Mercadificação no sentido atribuído por David Harvey (2014), da precificação pelo mercado de elementos que antes não tinham preço. (Vide p. 101).

gentes, talvez ainda não sendo dominante em algumas partes do território. Aprofundar essa reflexão e trazer outros atores para análise se fez necessário para elucidar algumas questões relacionadas com a gestão dessa complexa unidade. Parte dessas questões podem ser discutidas nos conselhos gestores presentes no território, como aqueles relacionados com as próprias unidades de conservação. Porém, uma possibilidade seria ampliar o escopo dos conselhos para formação de um grande conselho, o de Mosaico; que envolvesse os atores relacionados com as demais áreas protegidas locais — unidades de conservação, reservas legais, corredores ecológicos. O Mosaico poderia, inclusive, consolidar a gestão de Trama Verde Azul proposta no PDDI na região do Vetor Norte. Para tanto haveria necessidade de uma ampla discussão participativa entre os atores locais e os órgãos gestores das unidades.

Por outro lado, na APA Carste fervilham culturas em um dos mais ricos territórios em termos de patrimônio arqueológico e paleontológico do mundo, além de ser um sítio Internacional Ramsar, características que poderiam dar mais fôlego para a constituição do Mosaico regional.

Ressalta-se que não se pretendeu com essa tese um retorno romântico às tradições na APA Carste, mas apresentá-las em sua singularidade na RMBH, especialmente no contexto de um território protegido por Lei. Parte dessas tradições resguarda oralidades e saberes-fazeres que integram a história e demonstram o pertencimento das comunidades com o território. Entretanto, percebeu-se que a cultura regional foi tratada de forma secundária, no que tange à gestão, pelo ICMBio.

Entende-se que o plano de gestão da unidade de conservação e as políticas públicas urbanas que envolvem a temática do patrimônio seja material ou imaterial precisam ser revistos e de forma participativa para favorecer a uma maior proteção desse patrimônio. Além disso, as restrições socioambientais que algumas normativas apresentam precisam ser internalizadas e ressignificadas, seja pelos agentes do Estado quanto pelos empreendedores no intuito de que o patrimônio seja visto como um bônus de se habitar o espaço protegido pela APA Carste.

A APA Carste é uma unidade de conservação marcada pela presença do carste, possui em seu interior distritos urbanizados, áreas rurais, sítios arqueológicos, paleontológicos, comunidades que resguardam suas tradições de saberes fazeres e culturais como do Camdombe, do Congado, das Folias, essa complexa relação de pertinência caracterizaria o conjunto paisagístico e cultural da unidade de conservação.

Ao longo da tese pode-se compreender que a APA é um conjunto paisagístico vivo, em processo de mudanças, mas que tem permanências o que poderia ser um ponto importante para sua qualificação como uma Paisagem Cultural Brasileira. O que não seria inédito, pois outras

unidades de conservação no Brasil receberam a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Tal chancela seria mais um instrumento que favoreceria para uma maior colaboração entre o IPHAN, o ICMBIO e outros atores regionais, no que tange à gestão da diversidade patrimonial e cultural da APA Carste. Entretanto, independentemente da chancela, a APA possui paisagens culturais singulares e seu conjunto paisagístico que poderia ser gerido também pela instituição de um Mosaico.

Com base no exposto e considerando cada intenção inicial, depreende-se que ao longo da tese:

i. Foi possível gerar informações relativas com gestão e a conservação do patrimônio cultural da APA Carste e das demais unidades de conservação nela inseridas;

ii. Identificou-se algumas das categorias de patrimônio cultural material e imaterial presentes na APA Carste e qualificá-las por setores de gestão; no caso os conselhos.

iii. Iniciou-se uma cartografia dos principais dispositivos, atores e planos relacionados com gestão socioambiental da APA Carste. Entende-se que o papel e o desempenho dos diversos atores que perpassam a tese, como as unidades de conservação, as leis, as normativas, os conselhos, o patrimônio e a cultura foram rastreados, entretanto não de forma exaustiva. Além disso, não se objetivou estabelecer fluxogramas dessa atuação, estando esta apresentada sob a forma de narrativas textuais.

iv. Iniciou-se uma cartografia que poderá auxiliar as resistências ambientais e culturais contra o avanço dos agentes que possam impactar a economia afeita a tradicionalidade;

v. Apresentou-se as principais diferenças socioculturais na APA Carste; identificando e qualificando as populações tradicionais existentes no território da APA Carste, suas singularidades, suas formas de expressão cultural e os possíveis processos de aculturação. No caso da formação de grupos e os territórios de resistência ao processo de metropolização, o que foi possível rastrear foi especialmente em relação aos conselhos atuantes na região e alguns projetos e atividades relacionados com a conservação do patrimônio, especialmente para a salvaguarda do patrimônio imaterial;

vi. Analisou-se as propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH, no que tange o território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa e as possibilidades de gestão interinstitucional e de formação de redes como o Mosaico;

vii. Foi possível identificar as principais características da APA Carste que poderiam qualificá-la para a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, que seria um importante instrumento voltado para proteção do patrimônio cultural no Vetor Norte da RMBH.

Entende-se que a pesquisa não irá findar-se aqui nos apontamentos finais, eles apenas oferecem pistas para o começo de novas pesquisas, novas análises, novas incertezas, novos olhares, uma vez que a APA está presente no cotidiano de vários atores humanos e não humanos, ela mesma um ator-dispositivo. Assim, espera-se que a pesquisa seja desdobrada, dividida, multiplicada e que, ao menos, ajude a divulgar os apelos que soam dos tambores **(Figura 61)**.

Figura 61 – O tambor



Fonte: Gentilmente cedida por Erika Bányai.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 510-555, 1995.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.13-36.
- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação. **O social em questão**, ano 18. n. 33, p. 57-67, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia Revista de Literatura**, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. Verbete Metropolis. Tradução livre, a partir de uma gravação de áudio, de Vinícius Honesko. In: **Sopro – panfleto político e cultural**, n. 26, Cultura e Barbárie, abril 2010. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/n26.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- ALMEIDA, P. de. Doutor Wilhelm Peter Lund. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 16, p. 487-494, 1911.
- ALT, L. de R. **Efetividade sócio-ambiental da APA Carste de Lagoa Santa-MG: uma avaliação a partir de suas ferramentas de planejamento e gestão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2008.
- ALPHAVILLE. **Alphaville Minas Gerais Clube**. Disponível em: <http://alphaville.com.br/empreendimento/alphavilleminasgerais> . Acesso em: 13 de out. 2017.
- ALVIM, M. C. de M. *et al.* Os antigos habitantes da área arqueológica de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil – Estudo Morfológico. In: **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, v. 2 , p. 119-166, 1977.
- AMENDOEIRAS. **Condomínio Amendoeiras**. Disponível em: <http://amendoeiras.com.br>. Acesso em: 13 out. 2017.
- ANDRADE, C. D. Ao Dr. Lund em seu repouso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 00334, 12 mar. 1974. Caderno B, p. 5.
- ANDRADE, L. T. de. **Jagoara: do Pó de Ouro ao Pó do Tempo**. Belo Horizonte: Neutra, 2013.
- ANDRADE, L. T; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. Introdução: Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, L. T; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A (ed.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.
- ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais**. Curitiba: UFPR, 2013.
- ARAUJO, R. F. de; QUEIROZ, S. Coco dançado e candombe mineiro: tradições

performáticas banto-brasileiras. **BOITATÁ**, Londrina, n. 18, jul./dez. 2014.

ARAÚJO, R. F. de. **Candombe mineiro**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários da FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARAÚJO, R. F. de. Crianças em performance de iniciação no candombe da Lapinha. *Revista da ABPN*. v. 10, p. 43-65, jan. 2018. Edição especial – Caderno Temático: Letramentos de Reexistência.

ASCEMA NACIONAL. **Propostas dos servidores da área ambiental (IBAMA, ICMBIO, MMA E SFB) para solução da crise**. Disponível em <http://www.ascemanacional.org.br/propostas-dos-servidores-da-area-ambiental-ibama-icmbio-mma-e-sfb-para-solucao-da-crise/>. Acesso em: 4 set. 2019.

AUGE, M. **Não Lugares**: Introdução a Uma Antropologia da Supermodernidade. 9. ed. Campinas: Papirus; 2012.

BALMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BALMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BÁNYAI, E. S. **Entrevista V**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 50 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

BARBALHO, R. de M. **Entrevista VIII**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 15 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

BARBOSA, C. S. **Recategorização de unidades de conservação**: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – ES. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013.

BARBOSA, C. S. Cemitério Dr. Lund e sua relação com a cidade de Lagoa Santa/MG: contextualização de um patrimônio quase esquecido. *MESTRES E CONSELHEIROS*, 11 Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte/MG, 2019.

BARBOSA, C. S.; CARVALHO, N. L. de; RENA, N. S. A.. (2020). Vulnerabilidade socioambiental e planejamento urbano: rastreamentos no Carste de Lagoa Santa/MG. *Indisciplinar*, 6 (1), 140–165.

BARBOSA, C. S.; OLIVEIRA, D. D. de; NOGUEIRA, D. A. C. Subcomitês de bacias hidrográficas: importância para a conservação ambiental dos aquíferos e das águas superficiais na Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa. *In: SEMINÁRIO*

BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL – SAPIs, 7, 2015, Santa Catarina e ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL – ELAPIS, 2, 2015, Santa Catarina. **Anais** [...] Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em <http://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/2015/11/18/anais-do-vii-sapis-e-ii-elapis/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BARBOSA, C. S.; RENA, N. S. A. (coord.). **Natureza, Espaços protegidos e o Bem Viver**. Belo Horizonte: –, 2020a. (158 min.), son., color. YouTube, transmitido ao vivo em 30 de nov. de 2020. Urik Paiva (Transcritor). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IH23H3IRcA8&t=6784s> . Acesso em: 2 dez. 2020.

BARBOSA, C. S.; RENA, N. S. A. (coord.). O Vetor Norte, o macrozoneamento e as áreas protegidas. Belo Horizonte: –, 2020b. (167 min.), son., color. YouTube, transmitido ao vivo em 7 dez. 2020. Urik Paiva (Transcritor). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BSqGBBIDNUc&feature=youtu.be>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BARBOSA, C. S.; RENA, N. S. A. Patrimônio e sustentabilidade. Belo Horizonte: –, 2020c. (168 min.), son., color. YouTube, transmitido ao vivo em 14 dez. 2020. Urik Paiva (Transcritor). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2j7BrHFznhc&feature=youtu.be>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BARBOSA, C. S.; RENA, N. S. A. Sociedade civil e meio ambiente na RMBH. Belo Horizonte: –, 2021. (193 min.), son., color. YouTube, transmitido ao vivo em 4 jan. 2021. Urik Paiva (Transcritor). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=abFedUODZ_U. Acesso em: 8 jan. 2021.

BARBOSA, C. S.; RENA, N. S. A.; CARVALHO, N. L. de. Da mineração à aerotrópolis: platôs do capitalismo em Minas Gerais. *In: Geopauta*, Vitória da Conquista. V. 5, n.2, 2021, e8203.

BARBOSA, D. C. **A dimensão geopolítica da sustentabilidade**: uma cartografia da ação norueguesa no território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2019.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. da (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BATALLER, M. A. S; BOTELHO, M. L. O Estudo da Gentrificação. **Revista Continentes**, [S. l.], n. 1, p. 9-37, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BAUDELAIRE, C. Salão de 1846. *In: Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BERGAMIM, J. S. Arquitetura e geografia: como as diferentes ciências conceituam lugar. **Geografia em Questão**, v. 6., n. 2., p.167-180, 2013.

BERBERT-BORN, M. L. C. **Geoquímica dos sedimentos superficiais de lagoas da região cárstica de Sete Lagoas-Lagoa Santa e os indicativos da ocupação antrópica**. (1998). Dissertação (Mestrado em Geologia). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 1998.

BERBERT-BORN, M. L. C. Carste de Lagoa Santa, MG. *In*: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. de A.; QUEIROZ, E. T. de; WINGE, M; BERBERT-BORN, M. L. C. (org.). **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**, v. 1, p. 415-430, 2002.

BESSA, A. S. M. Tempo e paisagem. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 23, n. 1 e 2, p. 180-195, 5 jun. 2017.

BESSE, J. M. Ver a Terra. **Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BEVILAQUA, C. M. Pessoas não humanas: Sandra, Cecília e a emergência de novas formas de existência jurídica. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./abr. 2019.

BH AIRPORT. Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Disponível em: <http://www.bh-airport.com.br/br/p/48/projeto-de-expansao.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BÓGUS, L; RIBEIRO, L. C. de Q. (ed.). Desenvolvimento desigual e gentrificação da cidade contemporânea. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 295-628, 2014.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *In*: USP. **Simpósio sobre Habitação no Brasil**, n. 9, p. 65-85, 1976.

BOOKCHIN, M. **Our Synthetic Environment**. London: Harper & Row, 1975.

BOOKCHIN, M. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BOOKCHIN, M. **Sociobiologia ou Ecologia Social**. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Promulgada em 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, jul. 1937a.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 617. Autoriza a contratar, mediante concorrência pública, o estabelecimento de uma fábrica de aviões. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 18 de ago. de 1938.

BRASIL. Decreto nº 34.984. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Núcleo de Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 28 jan. 1954.

BRASIL. Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belem e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 11 jun. 1973.

BRASIL. Decreto nº 74.102. Transforma Núcleos em Parques de Material Aeronáutico, classifica Parques de Material Aeronáutico e outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 27 maio 1974.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, 20 dez. 1979.

BRASIL. Decreto nº 98.881, de 25 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 12 abr. 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

BRASIL. Decreto Nº 6.640, de 7 de novembro de 2008. Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 10 nov. 2008.

BRASIL. Portaria 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 05 maio de 2009.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 28 mai. 2012.

BRASIL. Portaria nº 957 - GC3. Dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, de 17 jul. 2015.

BRASIL. Portaria nº 3, de 16 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a modificação da composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Seção 1. Brasília, DF, 11 jan. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 27 de 2018. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167>. Acesso em: 1 set. 2019.

BRASIL. Ato Declaratório Executivo nº 5, de 24 de março de 2020. Declara alfandegada a Instalação Aeroportuária localizada na Zona Primária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins (MG) denominada Terminal Aeroporto Industrial em Belo Horizonte (TEAI-BH), e credencia a operar o Regime Especial de Entrepósito Aduaneiro na Importação e na Exportação, a empresa que menciona. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 24 março 2020.

BRITTO, C. C. In: PERES, E. **FÉsta Brasileira: folias, romarias e congadas**. São Paulo: SENAC Editora: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

BURTON, R. F. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

CABRAL, J. A. de L. *et al.* **Projeto VIDA: viabilidade industrial e defesa ambiental**. Informações básicas para a gestão territorial. Belo Horizonte: CPRM, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre Patrimônio Cultural**. 2. ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília/DF: 2013. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/4844>. Acesso em: 15 maio 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reunião sobre o Rodoanel**. 15/04/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61001>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAMINHA, P. V. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963.

CAMPO DE BRIGA. **Revista Veja**, São Paulo, edição 545, em 14 nov. 1979.

CANDAU, J. Modalidades e critérios de uma memória partilhada. In: KULEMEYER, J. A.; CAMPOS, Y. D. S. de. (org.). **El lado perverso del patrimonio cultural**. San Salvador de

Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy – EDIUNJU, 2017. p. 102 -130. v. 1

CARDOSO, F. A.; RIBEIRO, N. F. A APA Carste Lagoa Santa: patrimônio arqueológico ou paisagem cultural? COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 3, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: 2014. 15 f.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2008.

CASSELLAS, A. Aproximaciones teóricas para el análisis de la transformación urbana. Urban regime analysis en el contexto europeo. *In: Documents d'Anàlisi Geogràfica*, p.139-147, n. 46, 2005.

CASTRIOTA, L B. A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio. *In: KULEMEYER, J. A.; CAMPOS, Y. D. S. de. (org.). El lado perverso del patrimonio cultural*. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy – EDIUNJU, 2017. p. 67-101. v. 1

CAUQUELIN, A. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CBH VELHAS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**: Resumo Executivo. Belo Horizonte, 2015.

CBH VELHAS. **Unidade Territorial Estratégica Carste**. 2021a. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/subcomite-carste/>. Acesso em 01 fev. 2021

CBH VELHAS. **Unidade Territorial Estratégica Ribeirão da Mata**. 2021b Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/ribeiraodamata/>. Acesso em 01 fev. 2021

CETEC – FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. A arte rupestre no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1982. 1 v. Série de Publicações Técnicas, 9.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, ano 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CIVALE, L., MARTINS, W. M. F. O Espelho da História: práticas patrimonialistas e transformações na paisagem urbana de Viçosa (1980-2010). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 296-317, 1º sem. 2017.

CLAVAL, P. A. Paisagem dos Geógrafos. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004. p. 13-74.

CLAVAL, P. A. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afche Pimenta. 3 ed. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 2007.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 2, p. 55-71, 1999.

COSTA, H. S. M. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. *In*: COSTA G. M.; MENDONÇA, J. G (org.). **Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008a.

COSTA, H. S. M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. *In*: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais**. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b. p. 79-107.

COSTA, H. S. M. E nas metrópoles: quem planeja o território? Breve contribuição ao debate a partir da experiência recente de Belo Horizonte. *In*: RIBEIRO, A. C; LIMONAD, E.; GUSMAO, P. P. (org). **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: ANPUR: Letra Capital, 2012. p. 75-94.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RPPN – CNRPPN. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Disponível em: <https://www.rppn.org.br/o-congresso>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicom, 2012.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In*: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? *In*: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.; DELEUZE, G. *et al.* (org.) **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-163.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Introdução: Rizoma. Vol. 1. Rio de Janeiro: 34, 2011.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Ano zero. Rostidade. Volume 3. Rio de Janeiro: 34, 2011.

- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir-Imperceptível. Volume 3. Rio de Janeiro: 34, 2011.
- DEUS, J. A. S. de; BARBOSA, L. de D. A geografia cultural contemporânea e os focos de tensão no mundo: uma contribuição ao debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 3, n. 7, p.63-91, 2009.
- DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 279-313.
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2. ed. 2000. p. 1-46.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2008.
- EUCLYDES, A. C. P. **A hipótese otimista: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO. Aeroportos. Disponível em: <https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-belo-horizonte-pampulha-carlos-drummond-de-andrade/sobre-o-aeroporto/historico/>. Acesso em 18 maio 2020.
- FAB – FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Histórico**. Parques de Material Aeronáutico. Disponível em <http://www2.fab.mil.br/pamals/index.php/historico>. Acesso em 05 set. 2019.
- FERNANDES, E. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, G. M; MENDONÇA, J. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008. p. 123-135.
- FIGUEIRA, J. E. C. **Entrevista IV**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (1 h 03 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.
- FIM DO SEGREDO. **Revista Veja**, São Paulo, edição 510, 14 jun. 1978.
- FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM 2018** - Índice Firjan Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRANÇA, B. L. P. de O. O impacto socioespacial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves no vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2014.

FREITAS, D. M. de. Desvelando o campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FREITAS, D. M. de. **Campo de poder dos grandes projetos urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2017.

FUNDAMAR – FUNDAÇÃO 18 DE MARÇO. **Album Corográfico Municipal do Estado de Minas Gerais**. 1927. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/santa-luzia>. Acesso em: 1 out. 2017.

FURTADO, C. R. **Gentrificação e (re) organização urbana em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GARCIA, S. G. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, p. 159-176, out. 1996.

GÓIS, A. J. As religiões de matrizes africanas: o Candomblé, seu espaço e sistema religioso. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 29, p. 321-352, 27 mar. 2013.

GIESEKE, C. von S. **Entrevista VI**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 10 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

GOMES, M. **Metodologia para identificação de áreas vulneráveis para a conservação do patrimônio espeleológico brasileiro**. Monografia (Especialização) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GOMES, P. S. **A regulação urbanística e ambiental no contexto metropolitano**: reflexões a partir do Vetor Norte da metrópole de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GONÇALVES, C.W.P. Formação socioespacial e questão ambiental no Brasil. *In*: BECKER, Berta *et al.* (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec/UGI, 1995. p. 309-333.

GOULART, E. M. A. **O Caminho dos currais do Rio das Velhas: a Estrada Real do Sertão**. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, R. V. *et al.* Cavernas e religião: os rituais de matriz africana na gruta da macumba e na gruta do feitiço, Lagoa Santa, Minas Gerais. **RAEGA**, Curitiba, n. 23, p. 263-288, UFPR, 2011.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. 1990.

HALL, S. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. *In*: THOMPSON, Kenneth (ed.). **Media and cultural regulation**. London; Thousand Oaks; New Delhi: The Open University: SAGE Publications, 1997. Traduzido e disponível em http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf. Acesso em 01 de jun. 2019.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERSKOVITS, M. J. **Antropologia Cultural**. Man and his works. v. 1 e 2. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

HOCHSTENBACH, C; MUSTERD, S. Gentrification and the suburbanization of poverty: changing urban geographies through boom and bust periods. **Urban geography**, v. 38, 2017, p. 1-28.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLTEN, B.; STERLL, M.; FJELDSÅ, J. **O Artista Desaparecido: P. W. Lund e P. A. Brandt no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Plano de Ação da APA Carste de Lagoa Santa**. Belo Horizonte: IBAMA/Fund. BIODIVERSITAS/CPRM, 1998. 4 v.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <http://cidade.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Processo 02070.001857/2011-18**. Conselho Consultivo da Apa Carste de Lagoa Santa. 2021 a. Disponível em: <https://sei.icmbio.gov.br>. Acesso: em 15 de mar. 2021.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Desmatamento APA Carste de Lagoa Santa**. 2019a. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em: 1 jun. 2019.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Painel Corporativo**. 2019b. Disponível em: http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true. Acesso em: 1 jul. 2019.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE; CECAV– CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE CAVERNAS. **Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas**. 2019c. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cecav/index.php?option=com_icmbio_canie&controller=pesquisa&itemPesq=true. Acesso em: 2 jul. 2019.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria 227/2020. *In: Processo nº. 02070.002205/2020-83*. 2020a. Disponível em: https://sei.icmbio.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=ICMBio&sigla_sistema=SEI&in fra_url=L3NlaS8=. Acesso em: 25 mar. 2020.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Retorno das atividades de pesquisa/monitoramento em UC's Federais com fechamento determinado pela Portaria 227/2020. *In: Processo nº 02070.004582/2020-57. 2020b*. Disponível em: https://sei.icmbio.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=ICMBio&sigla_sistema=SEI&in fra_url=L3NlaS8=. Acesso em: 15 ago. 2020.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mosaicos Reconhecidos Oficialmente**. 2021 b. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/mosaicosecorredoresecologicos/moscaicos-reconhecidos-oficialmente>. Acesso em: 10 março de 2021.

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. **Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, do Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e do Monumento Natural Estadual Várzea da Lapa**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2206-conselho-consultivo-do-parque-estadual-do-sumidouro-do-monumento-natural-estadual-lapa-vermelha-e-do-monumento-natural-estadual-varzea-da-lapa>. Acesso em: 01 fev. 2021.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Guia dos Bens Tombados**. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 2. ed. Belo Horizonte, 2014. 2 v.

INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade.** Organização: Roberta Guagliardi. Rio de Janeiro, 2018.

INGOLD. T. **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description.** Londres; Nova York: Routledge, 2011.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Queimadas.** Disponível em <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas#> . Acesso em: 04 set. 2019.

INSTITUTO HORIZONTES. **Programa de Desenvolvimento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Vetor Norte da RMBH. Programa de Ações Imediatas. Belo Horizonte, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de Pesquisa Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2).** Região Metropolitana de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

IPHAN. Carta da Paisagem Cultural: Bagé. *In: Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira.* 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25861888-Carta-de-bage-ou-carta-da-paisagem-cultural.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IPHAN. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília: Iphan, 2011.

JOUBE. B. **Cuestiones sobre gobernanza urbana.** Barcelona: Fundacio Carles Pi I Sunyer, 2005.

KASARDA, J.; LINDSAY G. **Aerotrópole: o modo como viveremos no futuro.** São Paulo: DVS Editora, 2012.

KAHLO, F. **O diário de Frida Kahlo: um autorretrato íntimo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

KOHLER, H. C. Geomorfologia Cárstica. *In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.) Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos.* Bertrand Brasil, São Paulo, 1994. p. 309-334

KRENAK. A. O Eterno Retorno do Encontro. *In: Novaes, A. (org.). A Outra Margem do Ocidente.* São Paulo: MINC-Funarte/Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.

KRENAK. A. Ecologia Política. **Ethnoscientia** 3, n. 2, p. 1-2, 2018. Especial.

LATOUR, B. **Políticas da natureza.** Como fazer ciência na democracia. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: UNESP, 2017.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reprodução social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENOBLE, R. **História da Ideia de Natureza**. Tradução Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. **A Noção de Estrutura em Etnologia – Raça e História – Totemismo**. Os Pensadores: Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LIMA, C. **Entrevista II**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (1 h 50 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. de. **Método Cartográfico Indisciplinar**: da topologia à topografia do rizoma. In: V!RUS, São Carlos, n. 19, 2019. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. de 2020.

LUCAS, G. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LUND, P. W. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes) a 21 de abril de 1844.- Lida na sessão do Instituto de 20 de Junho d'este mesmo anno. 326-334. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo 6, p. 326-334, 1844.

LUND, P. W. Memórias sôbre a paleontologia Brasileira. Empr. Gráf. da "Revista dos Tribunais". São Paulo, 1950.

MACHADO, M. H. F. Urbanização e sustentabilidade ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 81-95, out. 2000.

MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982. p. 37-70.

MARTINS, E. C. de R. **Cultura e Poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, M. L. História Ambiental e recursos hídricos nos domínios do carste. **Cadernos Manuelzão**, Projeto Manuelzão, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, 2008. p. 8-12.

MARX, K. **O Capital**. Tradução de Rubens Ederle. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013.

MATOZINHOS. Lei municipal nº 2.190, de 14 de dezembro de 2012. Altera dispositivos da lei 1.800 de 16 de setembro de 2003. Disponível em <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=3343&cdDiploma=20122190>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Mapeamento das comunidades tradicionais de terreiro**. Disponível em: <http://www.mapeandoaxe.org.br/terreiros/belohorizonte>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENDONÇA, J. G. de; COSTA H. S. de M. Dinâmica imobiliária e a formação de um 'obscuro objeto de desejo': localização residencial e representação simbólica. *In*: MENDONÇA, J. G. de; COSTA H. S. de M. (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011. p. 41-62.

MERCADÃO. **Mercadão Internacional**. Disponível em: <https://www.mercadaointer.com.br/>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

METCALF. P. **Cultura e sociedade**. Tradução Ariosvaldo Griesi. São Paulo: Saraiva 2015. (Col. Homem, Cultura e Sociedade).

MINAS APLAUDE. **Jornal do Brasil**. 19 out. 1979, 1º cad., p. 8.

MINAS GERAIS. Decreto 19.273. Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos e benfeitorias situados no município de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, necessários à implantação do aeroporto metropolitano de Belo Horizonte. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 1978.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 20.375. Cria o Parque Estadual do Sumidouro. **Diário do Executivo**, Minas Gerais. 1980.

MINAS GERAIS. Decreto nº 20.597. Define área de proteção especial, compreendendo o Município de Confins e partes dos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Funilândia e Prudente de Moraes, para fins do disposto no art. 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário do Executivo**, Minas Gerais. 1980 b.

MINAS GERAIS. Emenda à Constituição nº 65 de 25/11/2004. Altera os artigos 42 a 50 da Constituição do Estado. **Diário do Executivo**, Minas Gerais. 2004.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.043, de 23 de janeiro de 2009. Modifica o Decreto nº 20.597, de 4 de junho de 1980, que define área de proteção especial, situada nos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos, para fins do disposto no art. 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário do Executivo**, Minas Gerais. 2009.

MINAS GERAIS. Decreto 45.097. Dispõe sobre regime jurídico especial de proteção ambiental de áreas integrantes do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 2009.

MINAS GERAIS. Decreto 44.500. Institui o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 2007.

MINAS GERAIS. Portaria 40. Dispõe sobre a suspensão da visitação nas Unidades de Conservação Estaduais. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 2020.

MINAS GERAIS. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Minuta do Projeto de Lei PDDI. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Disponível em: http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Minuta-PL_PDDI-dez2016.pdf . Acesso em: 20 nov. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto 48.063. Declara como áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e conservação da biodiversidade as áreas identificadas como Cauaia, Serra da Lagoa Dourada e Serra de Baldim e dá outras providências. **Diário do Executivo**, 2020a.

MINAS GERAIS. Decreto 441. Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos necessários à construção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Diário do Executivo**, 2020b.

MIRANDA, A. C. R. **Entrevista III**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (59 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Eventos ambientais. Disponível em: mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de...ambiental/historico-mundial.html. Acesso em 20 dez. 2020.

MONTE-MÓR, R. L. de. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: M. SANTOS, M. *et al.* (org.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTE-MÓR, R. L. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil Contemporâneo. In: DINIZ, C. C.; LEMOS M. B (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 429- 446.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, jul./dez., p. 09-18, 2006.

MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública Com Pedido de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar. <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2018/10/ACP-Plano-Diretor-Lagoa-Santa-JUSTICA-ESTADUAL.docx>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NASCIMENTO, G. M. do; TEIXEIRA, K. A. Paisagem urbana, arquitetura e representação. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo - Arq. Urb.** n. 12, p. 134-147, 2º sem. 2014. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/9-gislaine-moura.pdf>. Acesso em 01 fev. 2017.

NEGRI, A; COCCO, G. **Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, W. A. **Origens e micro-evolução do homem na América:** uma abordagem paleo-antropológica. Relatório Final de Atividades. São Paulo: Edusp, 2010.

NEVES, W. A.; PILO, L. B. **O povo de Luzia.** Em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

OLIVEIRA, C. M. **Cultura afro-brasileira e educação:** significados de ser criança negra e congadeira em Pedro Leopoldo – Minas Gerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, R. E. de; DA-GLÓRIA, P.; NEVES, W. A. A Percepção do meio ambiente por parte da população atual de Lagoa Santa e suas implicações para a Arqueologia Regional. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 104-130, 26 jun. 2018.

OLIVEIRA, R. T. de. **Entrevista I.** [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (1 h 34 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

PADOAN, L. de L. F.; SOUZA, L. V. Contexto Socioambiental do Parque Estadual do Sumidouro, APA Carste de Lagoa Santa, MG. **Periódico sobre Uso Pública – UFF**, v. 1, n.1, Belo Horizonte, 2013, p. 277-288.

PADUA, R. F. de. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. *In: A cidade como negócio.* CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (org.). São Paulo: Contexto, 2018. p. 145-163.

PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. da. (org.). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULINO, R. L da S. **As Máscaras dos Santos Reis:** estudo e recriação teatral dos personagens mascarados das cidades mineiras de Fidalgo e Matozinhos. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, 2010.

PELBART, P. P. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PEREIRA, A. L. dos S. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 295-628, nov. 2014.

PEREIRA, M. C. **O Carste sob os olhares da superfície: fragilidade, antropismo e planejamentos urbano e ambiental na região cárstica de Lagoa Santa - MG.** 2018. Tese (doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, R. G.; CALDEIRA, A. B. Impactos antrópicos no patrimônio natural e cultural do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 11, n. 1, p. 22-31, 1º semestre 2011.

PEREZ, L. F. (coord). **Festas & viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndio de citações.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

PES – PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO. **Boletim**, n. 69. Disponível em: <http://pesumidouro.blogspot.com/2020/02/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PINHEIRO, T. M. M.; POLIGNANO, M. V.; GOULART, E. M. A.; PROCOPIO, J. de C. (Org). **Mar de Lama da Samarco na Bacia do rio Doce: em busca de respostas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRECON ENGENHARIA. **Imóveis à venda.** Disponível em: <http://www.meuprecon.com.br/empreendimentos>. Acesso em: 19 out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS. Lei complementar nº 002 de 30 de dezembro de 1999. Institui o Plano Diretor do Município de Confins. 1999. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central.php>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS. Lei Complementar Municipal nº 012, de 25/05/2009. Dispõe sobre a revisão da Lei Complementar nº 002/99, que institui o Plano Diretor de Confins. 2009. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central.php>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNILÂNDIA. Lei Complementar nº 07/2015. Dispõe sobre parcelamento de uso e ocupação. Disponível em: <http://lai.memory.com.br/selecionar-legislacao-municipal>. Acesso em 15 de nov. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Lei nº 4.129, de 16 de janeiro de 2018. Institui a revisão do Plano Diretor do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/legislacao/category/325- plano-diretor>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Lei nº 3317, de 10 de setembro de 2012. Revoga a Lei nº 2.940/09 e estabelece normas para o licenciamento ambiental para a instalação de antenas de telecomunicações e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/legislacao-leis/category/181?limit=10&start=30>. Acesso

em: 12 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Lei nº 4.111, de 21 de dezembro de 2017. Revoga a Lei Municipal 3.317, de 10 de Setembro de 2012 e dá outras providências. 2017. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/listoffiles0/file/13280-4111-de-21-12-2017>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Nota de esclarecimento. Disponível em <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/noticias/52-desenvolvimento-urbano/6582-nota-esclarecimento-desenvolvimento-urbano-sobre-plano-urbano>. Acesso em: 29 out. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS. Lei municipal nº 1.624, de 23/01/2001. Disponível em: https://www.cespro.com.br/3343/2001_1624.pdf. Acesso em 12 nov. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS. Lei complementar nº 062, de 01/11/2017. Disponível em: <https://matozinhos.cespro.com.br/pesquisaLegislacao.php?cdMunicipio=3343&byAno=2017&cdTipo=3650>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. Lei nº 3.444, de 16 de setembro de 2016. Institui o Plano Diretor do Município de Pedro Leopoldo e dá outras providências. 2016. Disponível em: <http://www.pedroleopoldo.mg.leg.br/processo-legislativo/plano-diretor-2016/planodiretor-3444-2016/view>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PROCÓPIO, J. de C. **Entrevista VII**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 30 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese *Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa*.

PROJETO da primeira Aerotrópole da América do Sul avança em Minas Gerais. **CODEMIG**, 13 ago. 2015. <http://www.codemig.com.br/projeto-da-primeira-aerotropole-da-america-do-sul-avanca-em-minas-gerais/>. Acesso em: 20 maio 2019.

PROUS, A. Missão de estudo de arte rupestre de Lagoa Santa. *In: Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 2, p. 51-65, UFMG, 1977.

PROUS, A. Editorial. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 7-13, UFMG, 2015.

RIBEIRO, B. G. A linguagem simbólica da cultura material. In RIBEIRO, Darcy (ed.). *Suma Etnológica Brasileira*, vol. 3: Arte índia. Vozes; Finep, 1986. p. 11-27

ROSA, R. A. (coord). **Irmãdades do Rosário**: entre Bandeiras, Memórias e Tambores. Cartilha. Fundação Cultural Palmares, Prefeitura de Lagoa Santa, 2011.

ROSSI, A. **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Cosmos, 1977.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares** – a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo. Boitempo: 2015.

SANCHO, A; DEUS, J. A. S. de. Áreas protegidas e ambientes urbanos: Novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 223-238, maio/ago. 2015.

SANTANA FILHO, D. M. *et al.* Estado, territórios étnicos e desenvolvimento: uma análise de raça e gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, Uberlândia, 2012. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2012.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência Pós-Moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

SANTOS, M. A redescoberta da natureza. **Estudos avançados**, v. 6, n. 14, p. 96-106. jan./abr. 1992

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. Ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. Ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.) **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO DE MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI – RMBH**. Belo Horizonte, 2011.

SIAM-SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SILVA, A. D. da. **Percepção ambiental da comunidade na área de amortecimento do Parque Estadual do Sumidouro/MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Programa de Pós-Graduação em Perícia, Auditoria e Análise Ambiental, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, C. R. da *et al.* Aplicações múltiplas do conhecimento da Geodiversidade. *In*: SILVA, C. R. da. (ed). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. p. 183-203.

SILVA, L. G. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 44, n. 3, p. 7-96, 2003.

SILVEIRA, A. Lagoa Santa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 11, p. 599-613, 1906.

SIMMEL, G. **A filosofia da paisagem**. Tradução Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2009.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. *In*: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. *et al.* **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

SMITH, N.; WILLIAMS, P. Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate. *In*: SMITH, N.; WILLIAMS, P. (org.) **Gentrification of the City**. London: Allen & Unwin, 1986. p. 1-10.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografias: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

STOREY, J. **Teoria cultural e cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Edições SESC, 2015.

STRAUSS, A. *et al.* Os padrões de sepultamento do sítio arqueológico Lapa do Santo (Holoceno Inicial, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. v. 11, n. 1, p. 243-76. jan./abr. 2016.

SUCINTA DESCRIÇÃO DA FAZENDA DO JAGUARA NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 11, p. 585-597, 1906, (SUCINTA...,1906)

TAVARES, C. M. **A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha em Minas Gerais e a guerra contra os índios, no século XIX**. 2. ed. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**, ano 7, v. 7, n., maio/ago. 2010. 12 p.

UFMG. **Plano Metropolitano. Macrozoneamento**. Produto 05. Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as zonas de interesse metropolitano (ZIMS). Belo Horizonte, jul/2015. Arquivo em pdf.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Tradução: Ministério das Relações Exteriores. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**, Paris, 17 oct. 2003.

VIEIRA, W. É o rótulo, estúpido! Do brigadeiro gourmet ao cinema vip, a banalização da “exclusividade”. In: **Carta Capital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/809/e-o-rotulo-estupido-5851.html>. Acesso em: 8 set. 2019.

VILLAÇA, F. **Perspectiva do planejamento urbano no Brasil de hoje**. Campo Grande: do autor, 2000. 16 p. (Texto apresentado no II Seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades, organizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS).

VIVEIROS, E. **Sumidouro entre memórias**. Pedro Leopoldo: Tavares, 2018.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZAP IMOVEIS. **Imóveis em Condomínios em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo**. Disponível em <https://www.zapimoveis.com.br/venda/casas-de-condominio/mg+lagoa-santa>. Acesso em: 11 out. 2017.

ZOLINI, G. P. de P. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Autorizações para pesquisa científica SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 70542-1	Data da Emissão: 26/06/2019 16:15:06	Data da Revalidação*: 26/06/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		
Dados do titular		
Nome: Claudia Silva Barbosa	CPF: 902.434.206-68	
Título do Projeto: Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG.		
Nome da Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais	CNPJ: 17.217.985/0001-04	

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa socioambiental	06/2019	06/2021

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO estina o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador da área dentro das limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular da autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação de legislação vigente, ou quando de inadequação, omissão ou falha descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos de legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passado, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas à autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/legten .

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Área de Proteção Ambiental Carste da Lagoa Santa	MG	Cerrado	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0705420120190626

Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 70542-2	Data da Emissão: 04/06/2020 16:52:18	Data da Revalidação*: 01/05/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Claudia Silva Barbosa	CPF: 902.434.206-68
Título do Projeto: Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG.	
Nome da Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais	CNPJ: 17.217.985/0001-04

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa socioambiental	08/2019	06/2021

Observações e ressalvas

1	O pesquisador somente poderá realizar atividade de campo após o término do estado de emergência devido à COVID-19, assim declarado por ato da autoridade competente.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
8	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Área de Proteção Ambiental Carste da Lagoa Santa	MG	Cerrado	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0705420220200604

Página 1/3

ANEXO B – Autorização para pesquisa científica IEF/MG

17/09/2019

SEI/GOV/MG - 7084712 - Autorização para Realização de Pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
 Assessoria de Programas e Projetos Especiais

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS				
Número de Autorização		Data de Emissão		Prazo de Validade
063/2019		11/09/2019		11/09/2020
INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DO PROJETO				
Título do Projeto		Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG		
Instituição		Escola de Arquitetura da UFMG		
Responsável		Cláudia Silve Barbosa		CPF 902434206-68
Telefone		(31) 3689-5592	Celular	(31) 988895151
E-mail		geoclaudiasilvebarbosa@gmail.com, natachasa@ufmg.br		
INTEGRANTES DA EQUIPE				
Nome		Instituição	CPI/RIG	Função
INFORMAÇÕES/TIPOS DE ATIVIDADES				
<input type="checkbox"/> Capture <input type="checkbox"/> Coleta <input type="checkbox"/> Transporte <input checked="" type="checkbox"/> Sem Coleta/Capture				
<input type="checkbox"/> Abiótica <input type="checkbox"/> Microorganismo <input type="checkbox"/> Fungo <input type="checkbox"/> Botânica <input type="checkbox"/> Invertebrados				
<input type="checkbox"/> Anfíbios <input type="checkbox"/> Répteis <input type="checkbox"/> Aves <input type="checkbox"/> Mamíferos <input type="checkbox"/> Ictiofauna				
OBSERVAÇÕES				
Esta autorização não permite coleta/transporte de material biótico e abiótico.				
LOCAL DA ATIVIDADE – EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL				
Unidade de Conservação	Responsável pela UC	Contato (Telefone e e-mail)	Endereço da UC	Assinatura do Responsável pela UC
Monumento Natural Experiência de Jaguarum	Rinaldo José de Souza	(31) 3661-8671 (31) 99236-3614 (31) 3689-8592 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Rua Domingos Gomes Ferreira, nº 81 – Distrito de Mocimbeiro CEP: 33.725-000	
Monumento Natural Lapa Vermelha	Rinaldo José de Souza	(31) 3661-3185 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Fazenda Lapa Vermelha - s/n, Pedro Leopoldo - MG, 33600-000	
Monumento Natural Santo Antônio	Rinaldo José de Souza	(31) 3689-8592 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Rua Domingos Gomes Ferreira, nº 81 – Distrito de Mocimbeiro CEP: 33.725-000	
Monumento Natural Vargem da Pedra	Rinaldo José de Souza	(31) 3689-8592 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Rua Domingos Gomes Ferreira, nº 81 – Distrito de Mocimbeiro – Matocinhos/MG CEP: 33.725-000	
Monumento Natural Várzea da Lapa	João Roberto da Costa	(31) 3661-8671 jose.costa@meioambiente.mg.gov.br	Administração/Museu: Estrada Campinho Lapinha, km 6 – Lagoa Santa Casa Fernão Dias: R. Fernão Dias, 10, Quinta do Sumidouro – Pedro Leopoldo, CEP: 33.600-000	
Parque Estadual de Cerca Grande	Mariângela Fátima de Araújo	(31) 99635-1018 (31) 37128394 mariangela.araujo@meioambiente.mg.gov.br	Estrada do Afeição, s/n, Montes Claros - MG	
Parque Estadual de Serra do Sobrado	Hudson Carvalho	(31) 994995816 (31) 3915-1744 hudson.carvalho@meioambiente.mg.gov.br	Estrada São José da Lapa para Areias - Brejo São José da Lapa, CEP: 33.350-000	
Parque Estadual do Sumidouro	Rinaldo José de Souza	(31) 3689-8575 (31) 3689-8592 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Administração/Museu: Rodovia Estadual AMG 0113, Estrada Campinho/Lapinha, Km 06 - Lapinha, Lagoa Santa. CEP: 33.400-000	
APA Ribeirão Urubú	Rinaldo José de Souza	(31) 3662-3745 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br	Av. Romulo Joviano 161 - Parque de Exposição	
APA Aeroporto Internacional	Rinaldo José de Souza	(31) 3689-8592 rinaldo.souza@meioambiente.mg.gov.br		
Esta autorização será válida apenas com a autenticação do responsável pela(s) Unidade(s) de Conservação.				
LOCAL DA ATIVIDADE – FORA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL (apenas para material botânico)				
Município(s)				
Instituição(ões)				
Endereço(s)				
TRANSPORTE – DESTINO DO MATERIAL COLETADO				
Instituição(ões)				
Endereço(s)				
Outras Observações e Ressalvas:				
1. Esta autorização não exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena, da unidade de conservação federal, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação estadual cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso; 2. O pesquisador titular deverá contatar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade de conservação, quando for o caso;				

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_corferfr&codigo_verificador=7084712&codigo_crc=5C5BB167&hash_d... 1/2

ANEXO C – Pinturas rupestres no carste de Lagoa Santa

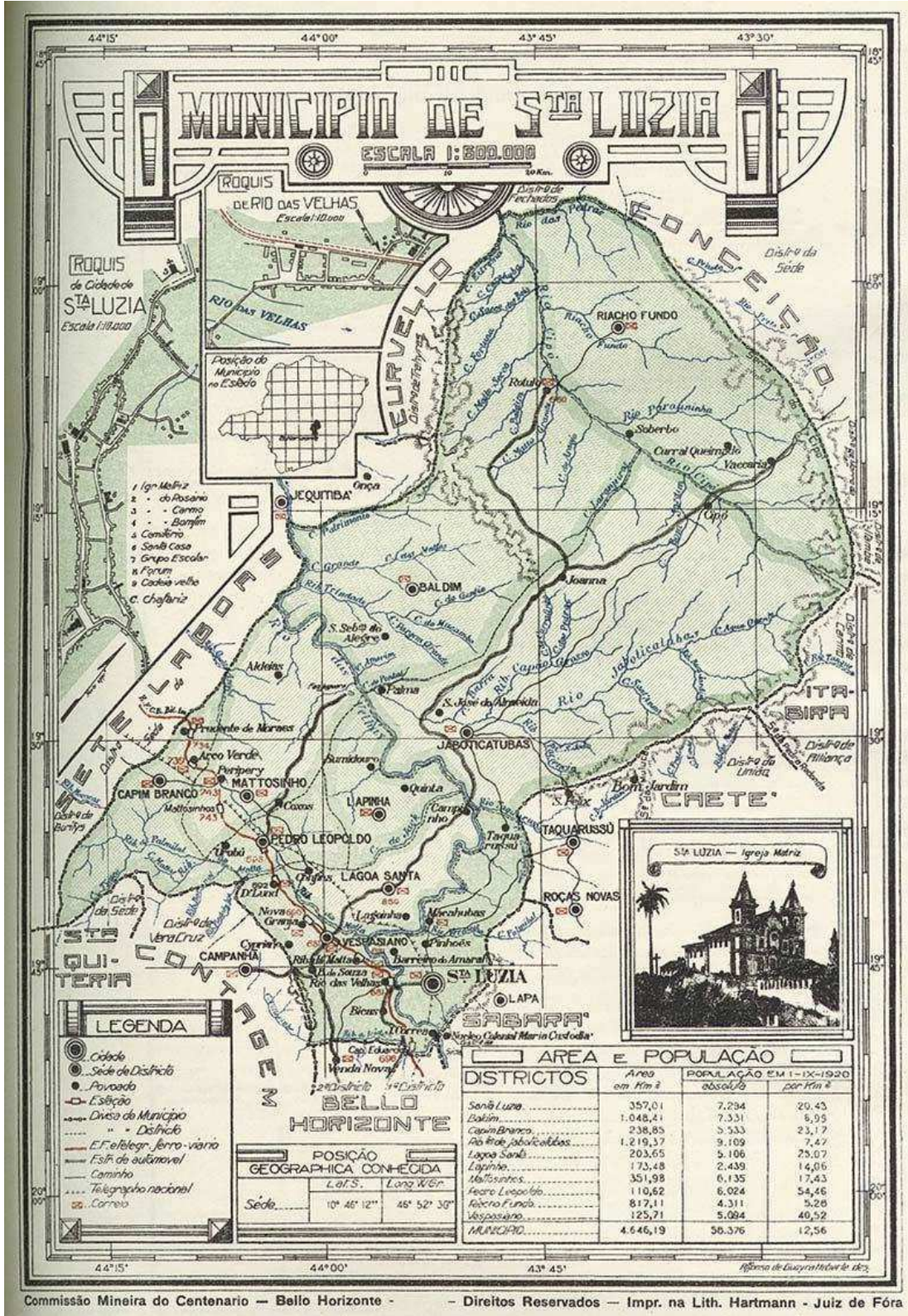
PINTURA RUPESTRE ABRIGO SAMAMBAIA, LAGOA SANTA.
Fonte: CETEC, 1982: Prancha 9.



PINTURA RUPESTRE NA GRUTA DO BALLE, MATOZINHOS.

Fonte: CETEC, 1982: Prancha 2

ANEXO D – Mapa do município de Santa Luzia – 1920



Fonte: FUNDAMAR, 2017.

ANEXO E – Imóveis à venda programa Minha Casa Minha Vida

Imagem Ilustrativa 1 – Parque Lagoa dos Cristais – Lagoa Santa
Fonte: Construtora MRV



Imagem Ilustrativa 2 – Parque Lagoa Nova – Lagoa Santa
Fonte: Construtora MRV



Imagem Ilustrativa 3 – Ville Palermo
Fonte: PRECON Engenharia



Imagem Ilustrativa 4 – Ville Paris
Fonte: PRECON Engenharia

ANEXO F – Imóveis à venda em condomínios de luxo



Imagem ilustrativa do Condomínio Mariposas
Fonte: Panoramia, 2017.

*“Lagoa Santa é uma **cidade tranquila e acolhedora** que oferece uma ótima infraestrutura com hospitais, boas escolas, comércio sofisticado e que, em breve contará com uma Faculdade de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e um Centro de Capacitação Aeroespacial que faz parte do projeto que transformará a cidade em epicentro da primeira **Aerotrópole da América Latina**. Uma cidade encantadora, **cercada de áreas de Proteção Ambiental**, que guarda em seu coração a Lagoa Central, cujas águas, reza a lenda, são curativas e em cuja orla se concentram bares e restaurantes, como em uma cidade litorânea”.*
Fonte: Panoramia, 2017.



Condomínio Estância Amendoeiras
Fonte: Amendoeiras, 2017.

ANEXO G – Vedação do acesso de visitação no interior de UCs durante a crise do novo Coronavírus

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

PORTARIA Nº 227, DE 22 DE MARÇO DE 2020

Ementa: Suspende por tempo indeterminado a visitação pública nas unidades de conservação federais. (Processo nº. 02070.002205/2020- 83)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19), reconhecida por meio da PORTARIA Nº 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020; e

Considerando o teor do DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspensa a visitação pública nas Unidades de Conservação Federais, por tempo indeterminado, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de março de 2020
HOMERO DE GEORGE CERQUEIRA
Presidente

Fonte: ICMBIO, 2020b.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada “Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG” desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

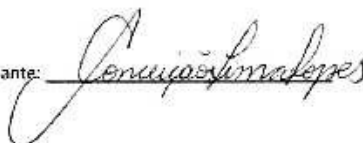
Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 08 de dezembro de 2020.

Assinatura do(a) participante:



LIMA, C. **Entrevista II**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo. mp3 (1 h 50 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada "Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG" desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natácha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chance a da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 04 de Março de 2021.

Assinatura do(a) participante:



Aécio Calazans Reis Miranda
Chefe - APA Carste de Lagoa Santa
CR-11/CMBio
Matr.: 1958954

MIRANDA, A. C. R. **Entrevista III**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (59 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada “Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG” desenvolvida por Cláudia Silvam Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 03 de março de 2021.



Assinatura do(a) participante: _____

FIGUEIRA, J. E. C. **Entrevista IV**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1arquivo .mp3 (1 h 03 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE D- Termo de consentimento livre e esclarecido 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada "Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG" desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais atantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 10 de Março de 2020.

José Eugênio Cortes Figueira

Assinatura do(a) participante: _____

PROCÓPIO, J. de C. **Entrevista VII**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 30 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada "Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG" desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

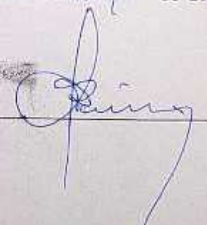
Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 19 de Março de 2020.

Assinatura do(a) participante: _____



Digitalizado com CamScanner

OLIVEIRA, R. T. de. **Entrevista I**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. 1 arquivo .mp3 (1 h 34 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada “Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG” desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 2020.

Assinatura do(a) participante: _____



GIESEKE, C. von S. **Entrevista VI**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 10 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE G – Termo de consentimento livre e esclarecido 7

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada "Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG" desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natácha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 22 de março de 2020.

Assinatura do(a) participante:

Erika Yuzanna Banyai
RG MG 5 584 235
CPF 840.267.076-87

BANYAI, E. S. **Entrevista V.** [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 50 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE H – Termo de consentimento livre e esclarecido 8

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa intitulada "Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa-MG" desenvolvida por Cláudia Silva Barbosa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

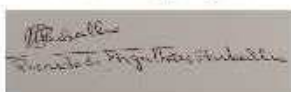
Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Natacha Silva Araújo Rena a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail natacharena@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e qualificar o conjunto paisagístico e cultural da APA Carste e seus principais actantes, auxiliando no processo de conservação e gestão no âmbito da unidade; além de buscar subsídios que possam contribuir para a chancela da unidade como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Lagoa Santa, 08 de dezembro de 2020.

Assinatura do participante



BARBALHO, R. de M. **Entrevista VIII**. [dez. 2020]. Entrevistador: Cláudia Silva Barbosa. Lagoa Santa, MG, 2020. Realizada por telefone. (1 h 15 min.). Entrevista concedida para pesquisa relacionada com a tese Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa.

APÊNDICE I – Respostas dos atores ao primeiro questionamento realizado

Ator	O que você guarda na memória sobre a cultura existente ou que já foi perdida no território da APA Carste?
1.	As doceiras da Lapinha, Dia de Reis na Região da Lapinha sítios arqueo-paleontológicos do Sumidouro, Sítio Arqueológico da Lapinha, Museu do Castelinho, A gruta da Lapinha e seu sistema
2.	Pesquisas e projeções das descobertas de Peter Lund.
3.	Festas de Congado, Bois da Manta, Bandas de Música, Folias de Reis, Candombe, Festas religiosas, Conjunto do patrimônio edificado de Quinta do Sumidouro tombado pelo IEPHA, a lagoa e sítio do Sumidouro como elemento da paisagem cultural também tombado pelo IEPHA, Conjunto de Poções, Jaguará e Cerca Grande em Matozinhos, as doceiras e quitandeiras da região, as comidas típicas com o ora pro nobis, quiabo de palma...
4.	As estradas tropeiras
5.	difícil em, quando penso em manifestações culturais na APA a única que me vem à cabeça é as doceiras da Lapinha.
6.	As ocupações pré-históricas
7.	Existe ainda muitas manifestações de fundo religioso cristão e da matriz afro. Festas populares que ainda resistem como boi da manta, guarda de Rosário, candombes. Pastorinhas, coroações. A pressão da proximidade da capital é forte e aliada às grandes mídias desincentivam e estimulam a ruptura de valores e costumes. O mesmo tem acontecido com relação à culinária que passa a seguir modismos televisivos. O conhecimento da vegetação e medicamentos tradicionais também tem sido perdido. Do patrimônio arqueológico e espeleológico a predação e o risco é histórico e continua.
8.	As comunidades residentes nos distritos de Fidalgo, Quintas do Sumidouro, Lapinha e Mocambeiro guardam remanescentes das populações da época das expedições bandeirantes na corrida do ouro e exploração do Salitre. Acredito que essa história recente do Brasil merece reconhecimento quanto à sua importância, devendo-se conduzir um estudo nessas comunidades buscando identificação dessas identidades remanescentes para que se proponham ações de conservação das mesmas.

9.	Tenho conhecimento da existência de uma festa tradicional da comunidade quilombola no Distrito de Mocambeiro. Ademais, os artefatos históricos encontrados referentes ao “povo de Lagoa Santa”, hoje encontra-se exposto e depositado no museu do Parque do Sumidouro, o que considero memória de uma cultura passada.
10.	Guardo na memória os momentos de entretenimento nas lagoas da região, hoje a maioria seca.
11.	O patrimônio arqueológico e paleontológico, especialmente aqueles relacionados aos trabalhos da missão francesa e de Lund. A depredação desse patrimônio pelos proprietários de terras, da pressão imobiliária, de agricultores, políticos e mineradoras
12.	Manifestações religiosas, danças, alimentação típica da região. Antigos rituais como os sepultamentos dos povos antigos que vem sendo desvendados em novos estudos.
13.	Guardo as festas e as tradições locais como as festas do Rosário, as folias do Divino Espírito Santo, de Reis, do Rosário, o Candombe, hábitos locais de buscar frutas e frutos no mato, ir alagoa pescar, etc.
14.	Casa Fernão Dias em Fidalgo e Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Jaguará, em Matozinhos (MG)
15.	Principalmente a influência dos naturalistas, exploradores, empreendedores, etc estrangeiros que aqui estiveram no Século XIX
16.	Congado
17.	Os aspectos arqueológicos do território da APA Carste talvez sejam o maior exemplo de memória e riqueza cultural, e, também, de cultura perdida. Embora ainda existam centros de pesquisa que guardam parte deste rico patrimônio, grande parte do material arqueológico retirado da APA não se encontra disponível. Além dos aspectos arqueológicos, as manifestações culturais, geralmente associadas às festas e outros eventos tradicionais fazem parte de minha memória, mas também percebo que existem dificuldades em mantê-las.
18.	As construções antigas da Quinta do Sumidouro: A Capela Senhora do Rosário, que completará 300 anos daqui a 3 anos e a Casa de Fernão Dias que é a sede da entrada do Parque do Sumidouro por Pedro Leopoldo.

19.	Tenho conhecimento das festas do rosário com apresentação das Guardas de Congo na região de Fidalgo e Quinta do Sumidouro em Pedro Leopoldo. Sei que a procissão da Semana Santa Quinta do Sumidouro já foi um evento belíssimo e vem perdendo força e beleza, pela diminuição do apoio comunitário e da própria paróquia local.
20.	O fósil de Luzia.
21.	O Congado, ainda existente.
22.	Principalmente as festas religiosas. As histórias do passado estão se perdendo uma vez que as pessoas idosas estão morrendo: a oralidade está ficando obsoleta. A forma de fazer doces e quitandas, sobretudo na região da Lapinha, também está em perigo uma vez que os jovens não tem interesse em aprender a atividade.
23	A comunidade de Quilombolas, a comunidade de Congado.

Nota: As respostas foram recebidas no email pessoal da autora (geoclaudiabarbosa@gmail.com) e numeradas conforme ordem de recebimento. Optou-se por não identificar o nome dos atores, sendo que para cada um deles corresponde um único número individual.

APÊNDICE J – Respostas dos atores ao segundo questionamento realizado

Ator	Dessa sua lembrança o que consideraria importante ser conservado coletivamente? E quem poderia auxiliar nesse processo?
1.	<p>O Acervo do Museu do Castelinho corre sério risco uma vez que o imóvel que é parte do conjunto museu foi desapropriado pelo IEF que não é um órgão que tenha expertise na condução de museu e nem tem corpo técnico para tanto.</p> <p>A proprietária ou curadora do acervo está impedida de acessar e administrar a parte que lhe pertence. O museu encontra-se fechado e o acervo corre risco iminente de degradação. O Ministério Público é o órgão principal a auxiliar no processo, além da boa vontade política do município autor do tombamento do museu.</p>
2.	Descobertas (paleontologia) e a história de vida do pesquisador.
3.	Tudo isto. Gestores e políticas públicas de registro, conservação e difusão da cultura, além de apoiar projetos e atores que atuam neste sentido. os conjuntos de maciços e a paisagem aberta da região, impedindo a construção de prédios de muitos andares.
4.	As receitas tradicionais dos doces regionais.
5.	A preservação dos Sítio arqueológicos.
6.	As pinturas rupestres, os sítios arqueológicos, as cavernas relevantes, os maciços calcários, sistema de lagoas. Isto dentro do patrimônio físico paisagístico. Do patrimônio cultural imaterial de hábitos e valores. É necessária uma política pública intensiva e contínua dos poderes públicos nos três níveis. Divulgação e também promoção de acesso e conhecimento.
7.	As danças e músicas típicas, por exemplo, ouvi falar sobre uma apresentação cultural das mulheres do Mocambo, no distrito de Mocambeiro, formado por populações e descendentes de escravos alforriados da época do movimento abolicionista, que se estabeleceram naquela comunidade.
8.	Os artefatos históricos, correspondentes a um povo e seu modo de vida passado ainda por muito a se conhecer, inclusive remetendo à uma cultura, devem ser conservados coletivamente, dada sua importância no contexto não apenas local ou regional, mas continental no âmbito das migrações. Assim, o interesse e obrigação que cada parte detém nesse conjunto de coisas e situações, auxilia nesse processo.

	Como poder público, instituições de pesquisa e as empresas quando for encontrado artefatos em suas propriedades, devem auxiliar nessa conservação.
9.	As festas populares, incentivo dos órgãos públicos as comunidades que ainda lutam para preservar esse bem cultural.
10.	<p>Toda a APA Carste de Lagoa Santa deveria ser conservada coletivamente através da criação de uma UC de proteção integral posto que o modelo atual (APA) tem demonstrado que não é adequado para tal. Várias tem sido as medidas tomadas para reconhecimento do patrimônio (Ramsar etc.), contudo tais medidas são ineficientes pois o modelo da propriedade privada no Brasil acaba por prevalecer indevidamente sobre os interesses coletivos. Com isso a mineração, a agropecuária e a construção civil com o poderio político tem sido responsáveis pela destruição da memória e a transformação da APA numa extensão desastrosa do Carste.</p> <p>Somente um projeto para criação de uma UC de proteção integral na área correspondente ao sítio Ramsar Lund-Warmming com o apoio da UFMG e comunidade científica poderia sensibilizar para a recuperação e proteção do pouco que ainda resta do patrimônio cultural e ambiental da APA Carste de Lagoa Santa. Diversos atores sociais acredito apoiariam a iniciativa (Comitês de Bacia, IPHAN, IEPHA, Sociedades de Espeleologia etc.).</p>
11.	Todos os costumes e tradições locais devem ser preservados. Penso que as tradições culturais devem ser divulgadas para maior grau de conhecimento e pertencimento por parte da sociedade para que se perpetuem.
12.	Os sítios arqueológicos.
13.	Creio que se faz urgente fazer registros sobre as festas do Rosário, sobre as folias e sobre o Candombe. Muitos de seus idealizadores ou que receberam de seus pais a missão da continuidade já estão cansados ou idosos, sem um registro corre-se o risco da perda de muitas tradições. O poder público por meio dos órgãos de Cultura e até mesmo as Universidades por meio de pesquisas.

14.	<p>A Casa Fernão Dias e o conjunto urbano de Fidalgo e Quinta do Sumidouro como importante testemunho histórico da iniciativa dos bandeirantes, e da importância histórica da ocupação, da cultura, política, costumes, e formação étnica/social do período colonial do Estado de Minas Gerais.</p> <p>A Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Jaguará, em Matozinhos (MG) construída por Aleijadinho em 1786, se encontra em ruínas e deveria ser restaurada como um dos mais importantes marcos da rica história da ocupação do Estado de Minas Gerais e da época da descoberta do ouro no Rio das Velhas.</p> <p>Entendo como auxiliares neste processo o IEPHA, IPHAN, Secretarias municipais de cultura e turismo dos municípios de Pedro Leopoldo e Matozinhos, faculdades e universidades estaduais e federais, Ministério Público etc.</p>
15.	<p>Arquitetura colonial - um belo exemplo é a Fazenda Jaguará que tem as ruínas de uma igreja, poucos prédios de L. Santa (e cidades ao redor) que ainda resistem. Além disso, por mais precária que seja, pelo menos Peter Lund é um nome de referência. Suas obras, achados arqueológicos e paleontológicos, deveriam ser mais divulgados em museus, bibliotecas, escolas. As prefeituras deveriam tomar iniciativa, junto ao IPHAN, Universidades, ONGs afins.</p>
16.	<p>igrejas, festas e reuniões. Prefeitura e população local.</p>
17.	<p>Neste caso, considero importante conservar o que ainda não foi completamente perdido, as manifestações culturais. A manutenção das mesmas deveria ser incentivada pelo poder público, incluindo órgãos gestores de territórios, bem como ONG's etc.</p>
18.	<p>As construções citadas acima, e a passagem de Peter Lund pela região: Suas descobertas na área de paleontologia, espeleologia e arqueologia</p>
19.	<p>Considero todas as manifestações culturais importantes de serem conservadas coletivamente. Acho que a comunidade e o poder público, por meio das secretarias de cultura possam dar suporte neste processo.</p>
20.	<p>Os sítios arqueológicos.</p>
21.	<p>As manifestações culturais em si. Quem pode auxiliar na preservação é a sociedade civil e o poder público.</p>

22	Acredito que há um conjunto que deve ser conservado, minimamente registrado por meio de fotos e vídeos: os saberes populares relacionados à culinária, religião, história local. As pessoas mais antigas das comunidades são peças-chave nesse trabalho
23	A cultura de Quilombolas e a conservação das pinturas rupestres que deveriam ser mais conservadas pela própria população e toda esfera de governo.

Nota: As respostas seguem a ordem referida no APÊNDICE A, ou seja, a numeração faz referência ao mesmo ator que respondeu a primeiro questionamento.